

Coleção Estudos em História da Historiografia e Modernidade
Série *SNHH*

Disputas pelo Passado

História e Historiadores no Império do Brasil

Maria da Glória de Oliveira

Valdei Lopes de Araujo

(organizadores)





Reitor | João Luiz Martins
Vice-Reitor | Antenor Rodrigues Barbosa Junior



Diretor-Presidente | Gustavo Henrique Bianco de Souza
Assessor Especial | Alvimar Ambrósio

CONSELHO EDITORIAL

Adalgimar Gomes Gonçalves
André Barros Cota
Elza Conceição de Oliveira Sebastião
Fábio Faversoni
Gilbert Cardoso Bouyer
Gilson Ianinni
Gustavo Henrique Bianco de Souza
Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira
Hildeberto Caldas de Sousa
Leonardo Barbosa Godefroid
Rinaldo Cardoso dos Santos



Coordenador | Valdei Lopes de Araujo
Vice-Coordenadora | Cláudia Maria das Graças Chaves
Editor geral | Fábio Duarte Joly

Núcleo Editorial | Núcleo de Estudos em História da
Historiografia e Modernidade

Editora | Helena Miranda Mollo

CONSELHO EDITORIAL

Helena Miranda Mollo
Luisa Rauter Pereira
Valdei Lopes de Araujo

FICHA CATALOGRÁFICA

Disputas pelo Passado: História e historiadores no Império do Brasil/Maria da Glória de Oliveira, Valdeci Lopes de Araujo, organizadores. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

ISBN 978-85-288-0297-9

1. Brasil – História – Império. 2. Historiografia – Brasil - Império.

3

Todos os direitos reservados à

Editora UFOP

<http://www.ufop.br> e-mail : editora@ufop.br

Tel.: 31 3559-1463 Telefax.: 31 3559-1255

Centro de Vivência | Sala 03 | Campus Morro do Cruzeiro

35400.000 | Ouro Preto | MG

A coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia vem à luz com seus primeiros títulos, frutos de cinco de seus Simpósios Temáticos acontecidos durante o evento em 2011, o 5SNHH, cujo tema foi a Biografia e História Intelectual.

O leitor terá acesso a contribuições que vão das perquirições sobre a história do tempo presente, a história da historiografia religiosa, historiografia da América, historiografia brasileira no oitocentos e as interfaces entre a história da historiografia e a história das ciências.

Agradecemos a todos os organizadores dos volumes e principalmente aos autores, que responderam prontamente ao desafio de rever seus textos após as discussões durante os dias passados em Mariana.

O Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e o Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade convidam o leitor a continuar o trabalho de todos aqui presentes nesses cinco livros, e multiplicá-lo.

Desejamos a todos uma boa leitura e esperamos revê-los em mais uma edição do Seminário Nacional de História da Historiografia

Os editores

Sumário

Apresentação - *Maria da Glória de Oliveira*

O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios - *Valdeci Lopes de Araujo*

Robert Southey e a experiência da história de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas - *André Ramos*

Reunindo o passado: erudição e narrativa na History of Brazil de Robert Southey - *Flávia Florentino Varella*

Romance histórico e a escrita da história na França no século XIX: Notas sobre o passado de uma forma de representação da realidade histórica - *Bruno Franco Medeiros*

“Ao Leitor”: civilização e identidade nacional através do amor na *Revista Niterói* - *Marcelo de Mello Rangel*

Da descrição à visualização por meio da cor local: o emprego do recurso narrativo na historiografia nacional oitocentista - *Eduardo Wright Cardoso*

“Um Governo Justo e Liberal”: a construção do discurso histórico de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira - *Serioja R. C. Mariano*

Justiniano José da Rocha: Cronista do regresso, historiador da reação - *Gabriel Abílio de Lima Oliveira*

Januário da Cunha Barbosa na “Galeria de heróis da pátria” do IHGB - *Bianca Martins Queiroz*

Escrita (auto)biográfica e pudor historiográfico: Caetano Lopes de Moura e os limites para uma história do presente a partir do IHGB - *Isadora Tavares Maleval*

Contribuição à História Nacional: Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará - *Leandro Maciel Silva*

O intelectual cortesão e a civilização: Um perfil dos fundadores do IHGB e de sua Revista - *Sérgio Campos Gonçalves*

Teófilo Benedito Ottoni: escrita de si e trajetória política (1807-1869) - *Weder Ferreira da Silva*

Sobre os autores

Apresentação. Maria da Glória de Oliveira

A história da historiografia brasileira vem se renovando como campo de pesquisa fecundo, nos últimos dez anos. Vinculados a esse tema específico, podemos identificar um conjunto de estudos cujas propostas não se confundem com o exercício da crítica historiográfica, de longa tradição acadêmica, em que as obras dos historiadores são analisadas a partir de uma perspectiva de construção progressiva do conhecimento científico, no âmbito da disciplina. Tampouco vislumbramos nesses trabalhos a preocupação central, cara a certas abordagens da sociologia do conhecimento, em identificar “matrizes ideológicas” subjacentes ao discurso histórico ou em atribuir às “determinações sociais” a chave explicativa decisiva para a sua produção. A despeito da autonomia e da especificidade de suas novas agendas de investigação, seria duvidoso afirmar que a história da história seja um empreendimento absolutamente recente e, para demonstrá-lo, não caberia aqui traçarmos uma genealogia do campo. Basta lembrarmos que, desde que a escrita histórica passou a ser percebida como vinculada à experiência e, por conseguinte, dotada de historicidade e condicionada pelas perspectivas espaço-temporais de sua elaboração, a abordagem crítica das historiografias precedentes tornou-se tarefa constitutiva do ofício do historiador.¹ O exercício crítico retrospectivo dirigido ao gênero histórico, *grosso modo*, pode ser identificado como preceito apregoado nos tratados de *ars historicae* dos humanistas, adquirindo estatuto de princípio metodológico da construção do conhecimento pela ciência histórica moderna.²

Sob tal perspectiva temporalizada, acentuou-se o caráter tanto cumulativo quanto provisório da historiografia, em torno da qual convergiram as expectativas de uma representação fidedigna dos eventos passados. Entre meados do século XVIII e, notadamente, no XIX, mais do que designar uma modalidade narrativa, a história, passou a definir uma nova *episteme*, constituindo-se em modo de ser do que é evidente, ou seja, de tudo o que nos é dado à experiência.³ A nação emerge, nesse

¹ KOSELLECK, Reinhart. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Seuil/Gallimard, 1997, p. 201-247.

² GRAFTON, Anthony. **What was history?** The Art of History in Early Modern Europe. Londres: Cambridge University Press, 2007.

³ FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 8ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 297-303.

momento, como categoria pensável em suas articulações com uma noção de temporalidade histórica, compreendida como qualidade intrínseca e imanente da própria realidade.

No Brasil, sobretudo a partir da independência, configura-se um processo de disputa em torno do passado, evidenciado nos diversificados projetos para a nação recém-emancipada. Assim, o contexto das produções letradas oitocentistas foi marcado pelo debate acerca da escrita de uma história, afinada aos desígnios do Estado monárquico imperial, quando não se havia fixado ainda um modelo canônico para a sua elaboração. Um dos desafios que se impõem aos pesquisadores da historiografia brasileira está no reconhecimento da dinâmica peculiar desse contexto intelectual em que coexistiram tradições letradas e usos de referenciais, modelos e concepções teóricas diversas, de um modo não necessariamente excludente ou antagônico. Nesse caso, a historiografia, entendida, em sentido mais amplo, como *corpus* de textos dados à leitura de uma coletividade em seu próprio esforço de elaboração da experiência do tempo, apresenta-se como observatório privilegiado dos embates intelectuais que prefiguraram respostas possíveis, e não obrigatoriamente necessárias, para o problema da representação do passado.

Os artigos aqui reunidos, originalmente apresentados e discutidos no Simpósio temático “História da historiografia brasileira (1800-1870)”, do 5º Seminário Nacional de História da Historiografia, em agosto de 2011 na UFOP, dão provas do vigor com que estão sendo construídas novas análises e instigantes recortes temáticos relacionados à história pensada e escrita no Brasil, ao longo do século XIX. Em grande parte desses trabalhos, é possível detectar a preocupação de seus autores em propor perspectivas de leitura que ultrapassem modelos e categorias simplificadoras de compreensão, diante do diversificado material historiográfico produzido no período.

Nessa direção, convergem os dois estudos sobre Robert Southey que abrem a coletânea. No primeiro, André Ramos destaca o cosmopolitismo da experiência da história em meados do século XVIII, analisando como o poeta e historiador inglês construiu as suas narrativas sobre o reino de Portugal mediante o uso de referências e categorias conceituais em vigor nos campos discursivo britânico e luso. Já Flavia Varella questiona o enquadramento da obra de Southey como expressão de um difuso

“romantismo”, apontando para contextos discursivos mais específicos, evidenciados no vocabulário e na linguagem mobilizada na *History of Brasil*.

O tema da identidade nacional é revisitado por Marcelo de Mello Rangel em seu estudo sobre os elementos de apelo subjetivo e sentimental, presentes nas evocações do “amor à pátria” e no projeto civilizador, difundidos nos textos da *Revista Niterói*. No trabalho de Eduardo Wright Cardoso, encontramos uma análise vigorosa da noção de *cor local* e sobre os seus usos como recurso narrativo de visualização do passado, designados pelo autor como uma “retórica pictórica”, que se evidencia emblematicamente na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. Por sua vez, os textos de Serioja R. C. Mariano, Gabriel Abílio de Lima Oliveira e Weder Ferreira da Silva exploram as articulações entre o político e o historiográfico, no quadro dos embates que envolveram a elaboração da experiência dos acontecimentos imediatos da história da nação recém-independente. Por fim, Bianca Martins Queiroz, Isadora Tavares Maleval, Sérgio Campos Gonçalves e Leandro Maciel Silva apresentam contribuições oportunas que enriquecem e aprofundam os estudos sobre os homens de letras vinculados ao IHGB, lugar no qual se adensaram as disputas que pontuaram o projeto historiográfico imperial brasileiro.

Para esta publicação em suporte digitalizado, foi decisivo o apoio da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, em uma iniciativa que abrirá espaços para outras edições semelhantes, contribuindo, indiscutivelmente, para a maior circulação e visibilidade dos estudos na área.

O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios - *Valdei Lopes de Araujo**

Este artigo, motivado pelos trabalhos apresentados no *Simpósio Temático A Escrita da História no Brasil 1800-1870*, organizado em 2011 durante o 5º Seminário Nacional de História da Historiografia tem como objetivo principal contribuir para ampliar nosso conhecimento sobre a evolução de um setor específico da história da historiografia no Brasil, talvez o que entre nós mais tenha aportado pesquisas e perguntas para a formação de uma comunidade acadêmica voltada para o estudo da escrita da história. Refiro-me, naturalmente, às pesquisas sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, de modo geral, sobre a escrita da história no Brasil oitocentista.

Tratarei aqui, portanto, de apontar alguns elementos para um balanço crítico desse debate, algo que vem se tornando raro, desde que tal tarefa passou a ser vista como simples protocolo ou mesmo opcional nas dissertações, teses e artigos científicos produzidos por alguns setores da comunidade historiadora no Brasil das últimas duas décadas. Acredito, no entanto, que para o amadurecimento de qualquer agenda de investigação coletiva, o gesto contínuo de recuperação e intensificação das vozes em diálogo é fundamental. Resgatar velhas perguntas é a melhor forma de fazer avançar a pesquisa para além de sua simples multiplicação numérica. O fato é que a consolidação de nossos programas de pós-graduação tem produzido o efeito colateral de uma endogenia bibliográfica ou regional, situação agravada nos grandes centros que reúnem diversos programas, tornando-os menos dependentes de instituições de outros Estados na composição de bancas e, por isso, potencialmente menos diversos.

Nos limites de um artigo não seria possível apresentar uma avaliação individualizada das contribuições que, felizmente, já são muitas, nem pareceu suficiente ou possível, neste momento, apresentar qualquer retrato qualiquantitativo deste universo, embora fosse um esforço relevante no futuro. Assim, optei por

* Agradeço aos colegas Mateus Henrique de Faria Pereira, Maria da Glória de Oliveira e Temístocles César pelas sugestões, bem como aos meus alunos/orientandos, alguns já colegas, pelo clima de diálogo produtivo e pelo incentivo.

identificar algumas linhas e tendências gerais deste setor de investigação, concentrando-me aqui em um panorama de sua evolução a partir do apontamento de alguns momentos/textos relevantes.

O artigo está dividido em duas seções principais. Na primeira, sobre o passado, faço uma tentativa, ainda bastante preliminar, de esboçar uma periodização ampla: (I) uma pré-história, que identifico em torno do nome e da obra de José Honório Rodrigues, (II) um momento de realinhamento e transição que culmina com a identificação de uma “era historiográfica”, única seção que dou maior desenvolvimento, através da análise de alguns artigos de Afonso Carlos Marques dos Santos publicados entre 1979 e 1986, (III) o momento em que a agenda formulada pela geração anterior ganha concretude com trabalhos de grande verticalização produzidos entre o final dos anos 80 e os anos 90. A segunda seção (IV) trata do cenário atual, com o apontamento de seus avanços, suas tendências e dos novos desafios.

I Uma pré-história?

Até os anos 1980, a grande contribuição ao estudo da escrita da história no século XIX foi a obra sistemática e ampla de José Honório Rodrigues. Procurando atualizar a historiografia brasileira com a grande-narrativa da construção de uma ciência da história, José Honório trabalhou em diversas frentes a partir de uma matriz disciplinar bem definida: Teoria da História, História da História e Metodologia da História.⁴ Essas três disciplinas formariam as bases para uma historiografia científica.

Assim, seu esforço no estudo da historiografia do século XIX esteve atento aos momentos de formação desse cânone científico, concentrando-se em uma abordagem que privilegiou o estudo individualizado das obras nos interior deste critério bastante limitador, o surgimento de uma historiografia científica. Um dos legados importantes

⁴ Para além do trabalho pioneiro de Raquel Glezer, sua obra conta já com uma bibliografia crescente, Ana Luiza Marques. **José Honório Rodrigues uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil**. Dissertação. DH/Puc-Rio, 2000. Orientador: Francisco José Calazans Falcon; Antonio Ricardo Martins Guillen. **A descolonização da África e o Luso-Tropicalismo: Repercussões no Brasil e em Portugal**. Dissertação. DH/UFG, 2007. Orientadora: Libertad Borges Bittencourt; Carlos Eduardo de Carvalho Pachá. **Aspirações Nacionais e Interesse Nacional: a visão de José Honório Rodrigues**. Mestrado Profissionalizante/Instituto Rio Branco-Diplomacia, 2003. Orientador: Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa; Paulo Alves Junior. **Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, um intérprete do Brasil**. Tese. DH/Unesp-Araraquara, 2010. Orientador: José Antonio Segatto. André de Lemos Freixo. **A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues**. Tese. DH, UFRJ, 2012. Orientador: Carlos Fico.

do seu trabalho foi a dedicação a objetos e temas de análise que já começavam a constituir um campo de problemas para uma história da historiografia brasileira: o significado das distintas propostas de periodização, o surgimento dos gêneros e uma tentativa, talvez pouco exitosa, de organizar a grande variedade dessa historiografia, tentativa essa que se limitou, quase sempre, ao catálogo e levantamento.

Como já observou Rebeca Gontijo, um dos resultados de sua obra foi o reforço de um cânone que tinha no nome de Capistrano de Abreu um centro irradiador.⁵ Portanto, a historiografia do século XIX tenderá a ser tratada como um momento preparatório, embora relevante, no qual o ponto culminante seria a História Geral do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen.

Obras como a de José Roberto do Amaral Lapa abriram o caminho para o emprego de levantamentos quantitativos para o entendimento da evolução e tendências dessa historiografia, mas sem conseguir atingir a sistematicidade da contribuição de José Honório ou visões sintéticas como as de Francisco Iglésias. Simultaneamente, podemos apontar alguns grandes livros individuais e monográficos de destaque, como o estudo pioneiro de Maria Odila sobre Robert Southey, de 1974, e o de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, João Francisco Lisboa, jornalista e historiador, de 1977. Essas duas obras exemplificam bem o uso de livros de história como fonte para uma história das ideias, dos intelectuais e da vida política, mas a escrita da história em si não estava no centro das preocupações nessas abordagens. O fim da década de 1970 e começo da de 1980 marcou a transição para um tratamento da história da historiografia que lentamente vai construindo uma agenda própria, marcada pela *desnaturalização* do texto científico. É nesse momento que o IHGB assumirá um papel de destaque nas análises.

⁵ Cf. Rebeca GONTIJO. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES; Lúcia Maria Paschoal GUIMARÃES; Márcia de Almeida GONÇALVES; Rebeca GONTIJO. (Orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 277-292. Fabio FRANZINI & Rebeca GONTIJO. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In Rachel SOIHET; Maria Regina Celestino de ALMEIDA; Cecília AZEVEDO; Rebeca GONTIJO. (Orgs.). **Mitos, Projetos e Práticas Políticas: Memória e Historiografia**. Mitos, Projetos e Práticas Políticas: Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. , p. 141-160. Mateus. Henrique F. PEREIRA; Pedro A. C dos SANTOS. Odisseias do conceito moderno de história: Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, de Capistrano de Abreu, e o Pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos, de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 50, p. 27-78, 2010.

II O contexto da redemocratização: a nação como problema no “despertar historiográfico”

Um caminho possível para entender as transformações no projeto de uma história da historiografia a partir do começo dos anos 1980 é seguir os passos de seus protagonistas. A publicação, em 2007, de uma coletânea de artigos de Afonso Carlos Marques dos Santos oferece ao leitor a oportunidade de seguir as idas e vindas de um historiador que esteve no centro do debate sobre o futuro do campo e que tinha uma inquietação teórica das mais agudas em sua geração.⁶ Para este balanço examinaremos três artigos fundamentais publicados em 1979, 1985, 1986. Eles permitem analisar a construção do problema e o horizonte fundamental das perguntas que motivaram uma importante guinada nos estudos de história da historiografia no Brasil.

O artigo mais antigo é o que abre a coletânea,⁷ embora, no geral, ela não tenha sido organizada integralmente em uma sequência cronológica. A antiguidade parece ser menos importante do que a enunciação de um problema que acompanharia a obra do historiador: o tema da transplantação de uma cultura exótica (europeia) nos trópicos e a “contradição” que este processo produzia e ocultava na formação nacional.

Partindo da noção de crise do antigo sistema colonial, como formulado por Fernando Novais, o texto apresenta ao leitor um cenário de dependência externa, continuidades atávicas e uma espécie de independência incompleta. A sociedade mercantil surgida no Rio de Janeiro em finais do século XVIII teria sido incapaz de romper com uma estrutura colonial na qual predominavam o mundo rural, o compadrio e o horror ao trabalho. O progresso burguês-mercantil, emergindo de dentro do Antigo Regime, havia sido tolerado por ser “fundamental para a manutenção do poder e do luxo dos monarcas e suas Cortes, [mas] acaba[ria] apresentando a sua outra face – revolucionária e implacável –, destruindo as estruturas do Antigo Regime para continuar sua própria história”. (p. 26)

⁶ Afonso Carlos Marques dos Santos. **A Invenção do Brasil**: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

⁷ Da colonização à Europa possível: as dimensões da contradição, p. 19-37. Originalmente publicado em Rioarte (Org.). *Uma cidade em questão*. Rio de Janeiro: PUC/Funart, 1979. V. 1, Granjean de Montigny e o Rio de Janeiro, p. 21-33.

Esse movimento geral de progresso burguês, que teria na Revolução Francesa seu centro, no Brasil seria marcado por enormes contradições. Vemos surgir o tema do patrimonialismo e da escravidão como vetores dessa entrada estruturalmente limitada no mundo moderno. Como argumenta a seguir, pela lógica burguesa, “[...] a revolução dos novos tempos significava a destruição dos valores do Antigo Regime e a construção de uma mentalidade que pressupunha a morte do escravismo para que, livres, os homens pudessem ser submetidos à sanha do capital industrial e à sua nova forma de dominação” (p. 29).

Nesse momento, entram em cena os personagens que, de fato, interessavam à análise, a elite intelectual colonial – que passando pela Europa, vivencia a Revolução, mas que teria seu ímpeto inovador freado pela migração da Corte para o Rio de Janeiro em 1808. Esse movimento de transplantação do estado metropolitano introduz o tema do “Estado que precede a nação”. Em Santos, esse tema ganha materialidade com a imagem de uma corte (e um Estado) que se sobrepõe a uma cidade e sua dinâmica. O leitor fica com a impressão de que o caminho normal da modernização, que parecia seguir seu rumo no mundo colonial brasileiro, fora interrompido pela vinda da Corte em 1808, evento que teria promovido um tipo muito particular de modernização, limitada e contraditória. O problema então é que não tendo surgido de uma dinâmica interna, a nação teve de ser inventada por um Estado que lhe era estranho, por isso o tema constante da contradição entre forma (Estado) e conteúdo (nação) que Santos utiliza para caracterizar o que chamou de “projeto civilizador joanino”. O tema da artificialidade e exterioridade da nação é documentado pelo depoimento dos viajantes, embora já se possa perceber uma desconfiança crescente do autor com estes relatos, sem que, no entanto, ela traga real consequência analítica (p. 32).

Esse “projeto civilizador joanino” teria na missão artística francesa um dos seus melhores exemplos. Esses artistas produziram uma espécie de cenário, uma superfície para ocultar tanto a realidade tropical quanto as contradições sociais e econômicas. O artigo encerra-se cruzando os tempos, demonstrando as permanências estruturais dessas contradições:

Esta ‘Europa possível’ ou esta ‘civilização’, ao ser trazida para o Novo Mundo, apenas virá aguçar as contradições já existentes. Momento

importante para a nossa reflexão e pesquisa, intelectuais e artistas do Novo Mundo (algumas vezes estrangeiros em nossa própria terra) que vivemos as inquietações de um presente que nos leva a repensar, continuamente, as nossas próprias contradições. (p. 37)

Anunciando o contexto da Independência como fruto do aprofundamento dessa contradição básica, neste artigo apenas podemos pressentir o projeto de uma história da cultura. No essencial, é no quadro ainda das teorias da modernização, de viés marxista, que o artigo se orienta. A vida cultural e intelectual é abordada como uma espécie de reflexo distorcido da realidade econômica e social, daí a centralidade da noção de ideologia como mascaramento. A importância da noção de “projeto civilizacional” indica a ênfase na dimensão programática e consciente desse processo de ocultamento.

O texto seguinte,⁸ publicado após seis anos, apresenta uma nova configuração, embora sejam visíveis certas linhas de continuidade. O marxismo de fundo é matizado por uma recepção mais visível de autores franceses contemporâneos. O tema introdutório é o mesmo, as tensões entre uma elite europeizada e uma realidade colonial marcada por contradições sociais e raciais: “Por onde caminhará a construção da identidade de uma nação que, emergindo da condição colonial, continuaria a ter, no sistema escravista, as bases da sustentação econômica do Estado?” (p. 59) O tema da ideologia é explicitamente evocado, mas dessa vez associado a uma categoria analítica que teria uma fortuna rica em consequências historiográficas: “A ruptura política com Portugal e a organização do Estado nacional implicariam a elaboração de um aparato ideológico que legitimaria o próprio processo de construção da nação. Tratava-se agora de *inventar o Brasil*, não apenas no plano geopolítico, mas também no plano simbólico, forjando as bases de sua identidade” (p. 60, grifo meu).

Até aqui, o que predomina é uma visão teleológica do processo de modernização capitalista, as bases da autonomia estariam lançadas nos movimentos contestatórios do período colonial, interrompidos por 1808. Uma vez alcançada a Independência de um modo frágil e limitado, era preciso legitimá-la ideologicamente. Essa justificativa ideológica deveria ocultar as contradições constitutivas daquela sociedade: o trabalho escravo, a permanência do mundo rural, o patrimonialismo.

⁸ A invenção do Brasil: um problema nacional?, p. 59-69. Originalmente publicado na **Revista de História**. FFLCH, USP, no. 118, p. 3-12, 1985.

Nessa altura, surge um dos exemplos emblemáticos do modelo explicativo, a análise do relato de Debret sobre o pedido de José Bonifácio para que o tema da palmeira fosse retirado do pano-de-boca pintado para a cerimônia de coroação de Pedro I: “Com estes cuidados, José Bonifácio tentava ocultar, no plano da representação imaginária, qualquer vínculo com a realidade local que permitisse revelar as contradições do projeto político que então se implantava” (p. 61).⁹

O trecho será explorado como a clara demonstração de uma vontade consciente de ocultamento, tão necessária para dar consistência à noção de ideologia como programa: “Ao construir o Estado, portanto, aqueles homens teriam de se defrontar com uma *realidade que tentarão ocultar por meio de alegorias*, que simbolizavam os seus esforços no sentido de civilizar o País, criando “um corpo sólido e político”.” (p. 61, grifo meu). A partir desse ponto o texto torna-se descontínuo, revelando o momento de revisão e crise no qual estava sendo produzido. Até aqui, o ocultamento ideológico parecia ser uma força a amenizar os sintomas, impedindo a radicalização do processo de modernização, no qual a nação, socialmente constituída, projetaria um Estado, o burguês, à sua imagem e semelhança: “É neste caminho que os intelectuais se constituirão em promotores da civilização, introjetando atitudes antes afeitas ao colonizador. Assumiam assim os construtores do Estado a missão de civilizar, ao mesmo tempo em que tentavam forjar a nação”. (p. 61)

A particularidade do caso brasileiro estaria em suas limitações estruturais (escravidão e dependência), que impediam que a nação representasse a si mesma, segregando no lugar um discurso de falseamento, o “discurso civilizador”. Poderíamos imaginar que a solução para esse ocultamento seria a superação das limitações estruturais e a produção de uma imagem mais realística do país. A crítica do discurso ideológico, ao revelar as contradições, a divisão social, poderia colaborar para superar essa falsa imagem. Marques dos Santos joga então um lance importante ao afirmar que mesmo o discurso normal da nação, mesmo as ideias em seu “lugar” correto segregariam uma dimensão ideológica: “Lembremo-nos que a ideia de nação se

⁹ O trecho central do depoimento é o seguinte: “Pedi-me apenas que substituísse as palmeiras naturais por um motivo de arquitetura regular, a fim de não haver nenhuma ideia de estado selvagem”. (p. 61)

constituiu na representação mais perfeita para cumprir a tarefa fundamental da ideologia: ocultar a divisão social” (p. 62).¹⁰

O tema da anterioridade e exterioridade do Estado deveria ser revisado, pois em todo lugar a ideologia nacionalista teria servido para produzir coesão frente a uma realidade diversa; a diferença do Brasil talvez fosse apenas de grau, pois além das assimetrias de classe, também a diversidade racial apareceria como desafio ao discurso da identidade nacional. A sensação que tínhamos até então de que um projeto mais radical e adequado de modernidade e nação teria sido abortado com a vinda da Corte é apagado pela crítica radical à própria ideia de continuidade histórica: “No caso da história brasileira, tal atitude corresponderia a considerar a Colônia como fase de gestação da Nação, como o momento que, no tempo, antecede à formação do Estado nacional [...]” (p. 62). A história colonial guardaria ainda um valor especial, em particular a história das cidades e vilas, mas que deveria ser desentranhado do apagamento produzido pela sobreposição do Estado-nação.

Com os temas da biografia da nação e da história nacional como essencialmente ideológicos, Marques dos Santos inaugurava uma nova agenda daquilo que viria a ser a história da historiografia como ainda hoje dela temos consciência. Um novo quadro teórico emergia, tendo Paul Veyne e o Hobsbawm do “A invenção das tradições” como interlocutores imediatos.¹¹ Para Santos, na projeção ideológica do nacionalismo, a nação deixava de ser simples objeto da historiografia para se tornar o seu principal parâmetro, sua epistemologia: “De construção ideológica e abstrata, a nação passa a ser referência a partir da qual se reconstrói o passado de maneira retrospectiva” (p. 63). O projeto de uma história da historiografia deveria ser o desvelamento dessa conjunção falseadora, e nada mais plausível do que lançar sua força crítica na tarefa de destruir essa conjunção. Veremos adiante que realizar essa missão não era tão simples.

Uma vez clarificado os objetivos, Santos identificaria dois episódios centrais da história dessa projeção ideológica: a fundação do IHGB, em 1838, e o nacional-desenvolvimentismo produzido pelo ISEB entre as décadas de 1950 e 1960. Dois

¹⁰ Cita Marilena Chauí. “Crítica e ideologia” In _____. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1980. Cita ainda Gramsci e a crítica a ideia da história como biografia da nação.

¹¹ Remete a noção de “imaginação constituinte” ao trabalho de Paul Veyne.

momentos que chama de autonomistas: o primeiro centrado na questão política; o segundo, na econômica: “Em ambos [...] verifica-se a busca da identidade, sendo que o segundo pretende ser a crítica radical e a negação dos resultados intelectuais do primeiro”. (p. 63) Nessa reavaliação crítica do projeto do ISEB, uma postura que muitos de sua geração tomaram desde os anos sessenta, Santos destaca como os intelectuais do nacional-desenvolvimentismo assumiram o ponto-de-vista do Estado e do poder, produzindo um discurso que exaltava um projeto nacional, fazendo tabula rasa da história colonial: “Na leitura isebiana, o tempo histórico somente começaria com a consciência nacional e com a autonomia nacional” (p. 66). Ao mencionar diretamente Nelson Werneck Sodré, fica mais claro o alvo da crítica, um discurso que celebrava a burguesia local como única força capaz de modernizar o país, ao seu lado o intelectual deveria inventar a nação, promovendo a adesão ao projeto histórico do povo.

Aqui começamos a ver como o movimento geracional de crítica ao legado do nacional-desenvolvimentismo orientou, em larga medida, a leitura do IHGB e da vida intelectual na primeira metade do XIX. Era como se os letrados daquele período fossem estruturalmente idênticos aos “ideólogos”, ou “intelectuais orgânicos” do ISEB. O argumento de Santos não estava muito distante do discurso de revisão crítica do nacional-desenvolvimentismo promovido desde os anos 60, já que para grande parte dos intelectuais o regime ditatorial instalado a partir de 1964 indicou a fragilidade da ideia de aliança com a burguesia nacional como força modernizadora da sociedade brasileira. Mas o problema que Santos procurava enfrentar era outro, menos ligado ao debate em torno dos modelos sociológicos de base sócio-econômica e mais ao desafio de tornar a vida intelectual um objeto de investigação da sociedade brasileira. Por isso, interessava-lhe menos contrapor modelos distintos de interpretação da situação sócioeconômica e mais discutir o papel e lugar do intelectual na sociedade. Vemos entrar em cena um novo conjunto de referências que configuraria outro elemento no debate. A crítica ao discurso nacionalista levou à crítica do discurso em geral e às suas pretensões de verdade, em especial aquele produzido por intelectuais/historiadores:

Esta afirmação em torno da verdade, e que é subjacente ao pensamento nacionalista isebiano, leva-nos a refletir, com Paul Veyne, a assertiva: ‘a verdade é que a verdade varia’. Isto é, entre a cultura e a crença numa verdade, é necessário escolher. (Veyne, 1983: 126-127). A ideologia nacional desenvolvimentista era, para a maioria dos isebianos, a única ideologia

adequada; por isso mesmo, é promovida à verdade, como afirma Caio Navarro de Toledo (1982: 178).¹²

A proposta de uma (re)invenção explícita do Brasil por parte dos intelectuais/tecnoburocratas do ISEB revelava a Santos uma espécie de meta-história das relação entre os letrados e o poder. Mas a resposta a esta equação poderia ainda ser historiográfica, recuperando-se a historicidade, em especial daqueles que foram silenciados: “O nacional instituído em verdade programada na cabeça dos intelectuais daquele momento constituía-se em mais uma invenção do Brasil, desvinculada da história e da memória das classes trabalhadoras”. (p. 67) O discurso histórico-intelectual poderia então ser corrigido, libertar-se de sua aliança com o Estado (como centro do poder) caso estivesse aberto a uma realidade mais real, a vida concreta dos trabalhadores. Essa primeira entrada em cena da categoria “invenção” é curiosamente uma denúncia de algo que poderia ser diferente.

Mantendo a ideia de que no Brasil o Estado precede a nação, o grande erro do nacionalismo teria sido produzir uma história (um conteúdo para a forma Estado) que, no lugar de se confrontar com a realidade diversa do povo (ou do proletariado), continuava a segregar apenas a imagem de Estado exterior. Nessa passagem, Santos utiliza-se, de um modo bastante concreto, da categoria “imaginário”, como um conjunto de metáforas produzido pelos intelectuais. Logo em seguida surge uma discreta crítica a um “iluminismo difusor de cultura” (p. 67), como uma espécie de traço de continuidade de nossa história intelectual. A crítica deixava clara uma tentativa de afastamento mais radical da tradição do pensamento social brasileiro e da figura do intelectual em sua configuração clássica. Uma das fontes desse movimento é explicitada logo a seguir, quando a importante (e à época algo escandalosa) entrevista de Foucault e Deleuze, traduzida no Brasil com o título “Os intelectuais e o poder”, é diretamente evocada em dois momentos; o segundo deles através de uma reveladora citação:

[...] o que os intelectuais descobriram desde o avanço recente [desde 1968] é que as massas não têm necessidade deles para saber; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida este discurso e este saber [...]. Eles próprios, os intelectuais, fazem parte deste sistema de poder; a ideia de que eles são agentes da ‘consciência’ e do

¹² O primeiro texto citado, Paul Veyne. *Entre La culture et la croyance en une vérité, il faut choisir*. In _____. **Les Grecs ont-ils cru à leurs mythes?** Paris: Seuil, 1983. O segundo, Caio Navarro de Toledo. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1982.

discurso, ela própria, faz parte deste sistema. (Foucault & Deleuze, 1974: 140-141)¹³

A passagem é reveladora por diversos motivos, fiquemos apenas com dois. Em primeiro lugar, ela provoca um curto-circuito na agenda da história intelectual como crítica da ideologia. Embora algumas linhas acima Santos ainda identificasse Estado e Poder, podendo assim imaginar um intelectual que estivesse fora dessa relação, levando-se a sério a concepção de um poder disseminado que estava por trás da citação, não haveria mais lugar para o intelectual, daí o tema/projeto dos sujeitos que falam por si mesmos. Ao levantar este tema em 1985, após a grande energia política liberada pela campanha pelas eleições diretas entre 1983/1984, Santos parece produzir um gesto de diferenciação geracional.

Claro que esse movimento não se faria sem hesitações, é o que revela o trecho omitido da citação: “poder que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda trama da sociedade”. O trecho omitido talvez fosse duro demais para uma sociedade que vivia ainda à sombra de um dos mais longos regimes autoritários, uma ditadura real, com censura real. Santos procurava manter de pé algo ainda da figura do intelectual como voz crítica, como (re)inventor da nação: “Acreditamos, todavia, que os historiadores têm ainda muito a oferecer no processo de libertação do homem”. (p. 68)

Esse passo atrás precede a enunciação de um novo programa. Evocando novamente o livro de Paul Veyne, Santos articula uma crítica à historiografia do século XX, acusada de ter reduzido a história ao econômico-social, em uma abordagem na qual os fenômenos culturais foram entendidos como simples expressões ideológicas:

[...] nos limites da apreensão dessas pesquisas, a maior parte da vida cultural e social fica, assim, fora do campo da historiografia, mesmo da não factual, como o mito, a religião, a arte, a literatura, a ciência e, por que não, a própria produção social da história e das ciências sociais. (p. 68)

Estava então anunciado um programa crítico para a história cultural (ou das culturas) que deveria ultrapassar uma visão ingênua das relações entre o historiador e a sociedade. Para o autor, a história da historiografia seria uma parte importante deste

¹³ A tradução citada foi reunida em Carlos Henrique Escobar (Org.). **Psicanálise e ciência da História**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974. A mesma entrevista seria republicada na edição brasileira da *Microfísica do Poder*, editada em 1979 e que em 1989 já estaria em sua oitava edição. Na edição que consultei, a 9ª, de 1990, o trecho citado está na página 71.

projeto, em um esforço preparatório que passaria pelo resgate da história de nossas “metáforas” e “alegorias” nacionais em sua diversidade ocultada pela equação intelectual-nação-Estado. Como eram ainda inseguras as condições epistemológicas deste esforço, não veremos aqui a centralidade de um novo modelo de teoria como na conversa Foucault/Deleuze. Santos acaba por reapropriar, positivamente, a ideia de invenção: na pluralidade das vozes poderíamos apenas tentar (re)inventar o Brasil, desta vez sem as figuras solares da verdade, do intelectual ou do Estado.

Uma questão central continuava, no entanto, sem respostas: quais as condições teórico-críticas desse novo discurso? Ao final, ele parecia ainda depender, em parte, da crítica ideológica do nacionalismo e permanecia ambíguo sobre o estatuto discursivo dessa nova história. Como fazer uma crítica da ideologia se todo discurso é ideológico?

Qual o valor dessas (re)invenções históricas, mesmo quando não reivindicam um fundamento de verdade? Parece existir um primado da dimensão ética sobre a cognitiva, daí a ênfase mais na diversidade das vozes do que na força das teorias, mesmo que regionais. Invertia-se o pressuposto da unicidade nacional pelo da diversidade nacional, mas o nacional permanecia no horizonte. A historiografia seria então democratizada, transformando-se em uma ferramenta disponível para a pluralidade do tecido social, sem que fosse possível estabelecer critérios histórico-cognitivos. Que função teria essa recuperação da diversidade das metáforas se elas são apenas isso? O seu caráter performativo ainda não estava claramente enunciado. Enfim, o texto de 1985 é uma espécie de acerto de contas, tomada de fôlego a beira do novo momento político da redemocratização no qual alguns grupos esperavam apenas retomar agendas interrompidas e outros buscavam uma reavaliação crítica das últimas décadas. No texto que analisaremos a seguir, de 1986,¹⁴ o “programa” estará mais claro em alguns pontos.¹⁵

O artigo está mobilizado pela leitura de dois textos/autores fundamentais, o Pierre Nora dos “lugares de memória” e o Eric Hobsbawm da “Invenção das

¹⁴ Memória, História, Nação: propondo questões. Originalmente publicado na **Revista Tempo Brasileiro**, nº 87, “**Memória e História**”, Rio de Janeiro, out.-dez. 1986, p. 5-13.

¹⁵ Programa aqui é pensado mais como o resultado de um jogo histórico de forças, do que apenas um projeto subjetivo conscientemente visado, embora esse aspecto não possa ser negligenciado. O que me interessa é tentar recuperar o horizonte de perguntas para o qual essas respostas faziam sentido.

tradições”,¹⁶ ambos acessados em edições de 1984. No diálogo com estes textos, Santos refina o conceito e a tarefa de uma história da historiografia. Por isso, o artigo abre diagnosticando uma suposta falta de interesse no Brasil pela avaliação crítica da historiografia, para, em seguida, anunciar um novo momento historiográfico, conclusão que já poderia ser pensada nos termos do ensaio anterior: “Contudo, vai ficando cada vez mais difícil separar a pesquisa histórica de uma *revisão crítica da historiografia*, ao mesmo tempo que cresce no Brasil o interesse pela história social das ideias” (p. 87). A formulação ainda é tímida e poderia ser vazada nos termos da linguagem da ideologia, mas veremos que algo a mais estava sendo articulado.

O contexto da redemocratização colocava a tarefa de uma revisão crítica, mas como fazê-la se a própria historiografia estava sob suspeita? Como libertar os homens “[...] dos mitos das histórias oficiais” (p. 87), se a própria ferramenta da crítica precisava ser depurada? Antes de oferecer sua resposta, Santos procura revelar a insuficiência da crítica herdada da geração anterior, para isso confronta diretamente um dos seus pilares, José Honório Rodrigues.

Assim, a segunda seção do texto é dedicada a demonstrar a insuficiência do caminho proposto pelo “pai” da história da história no Brasil para o enfretamento do legado do momento autoritário na cultura histórica. No capítulo “A Tradição, a Memória e a História”, publicado em um pequeno livro de 1981 intitulado *História e Filosofia*, Rodrigues criticava as autoridades governamentais e as agências responsáveis pelo patrimônio por privilegiarem um culto à “memória nacional” em prejuízo da história nacional (p. 89). A partir de uma oposição clássica entre memória (mito, ideologia, propaganda) e história (ciência, crítica, objetiva), Rodrigues encaminhava o seu projeto. Já Santos, apropriando-se da argumentação de Pierre Nora que apontava para a crescente dificuldade em separar história e memória, não só distanciava-se do projeto de José Honório de uma História da História como depuradora crítica da historiografia, como lançava uma nova agenda de pesquisa, na qual o desafio seria revelar o *ancoramento inevitável de todo discurso histórico na memória social*. Assim, mais do que simplesmente estudar livros de história e

¹⁶ Eric Hobsbawm & Terence Ranger (org). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Pierre Nora. Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux. In _____. Charles-Robert Ageron (Org.). **Les lieux de mémoire**. Paris : Gallimard, 1984. V. 1 : République.

historiadores, propunha a transformação da memória coletiva e seus fenômenos em objetos de investigação histórica. A passagem a seguir revela o impacto do clima político e a tentação de uma abordagem crítica tradicional:

Não há como negar que José Honório Rodrigues tem razão em alguns aspectos da questão, em especial no que se refere à proliferação do uso de certa concepção de memória em detrimento da cultura histórica, profundamente atingida pelo Golpe de 1964 e pela ditadura militar que perseguiu historiadores e destruiu instituições, com o objetivo de impedir o livre exercício da crítica e a desmistificação dos marcos e símbolos da história oficial. (p. 90)

No debate sobre a denúncia das manipulações e perseguições da ditadura a historiadores, Santos reconhecia o fenômeno apontado por Rodrigues e referia-se a dois textos do ano anterior (1985) escritos por José Luiz Werneck da Silva e José Roberto do Amaral Lapa que apontavam o problema.¹⁷ Mesmo não discordando do diagnóstico, o Santos identificava uma questão mais grave, a permanência de uma *epistemologia da nação*. Vimos acima que por trás desta expressão o que se criticava era uma grande-narrativa que erigia a formação da nação moderna como o sentido da história. Assim, como combater a memória nacional projetada pelos militares com uma “história nacional” que, no fundo, estava determinada por elementos de uma memória social? O programa passava então por uma compreensão mais profunda dos elementos determinantes do discurso da história, por algum tipo de meta-história.¹⁸

A crítica não deixava de apontar para certos sintomas internos; de um lado evocava Febvre em um elogio de uma história a partir do presente, de outro criticava-se o IHGB, o ISEB e José Honório Rodrigues por terem projetado os desejos de seu tempo (de possuir uma nação autônoma) no passado. Assim, a crítica a certo projeto de nação era mais forte do que a crítica ao procedimento retrospectivo. Tratava-se apenas de substituir uma teleologia por outra, um desejo por outro? A resposta negativa poderia levar ao resultado de múltiplos relatos concorrentes capazes de traduzir a “diversidade do real”. Claro que pressupor que o real seja substancialmente diverso está cognitivamente tão fundamentado quanto a afirmação oposta.

¹⁷ São eles José Roberto do A. Lapa. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985 e José Luiz W. da Silva. *A deformação da história ou para não esquecer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

¹⁸ “Para autores como José Honório Rodrigues, que têm uma perspectiva liberal, a nação é mais do que um simples objeto de estudo, constituindo-se em conceito instituidor a partir do qual o passado deve ser reconstruído de maneira retrospectiva” (Santos, 1985: 3-12).

Concretamente, há um sentimento de que as formas tradicionais de identidade eram insuficientes e inadequadas.

Não foi sem consequências o fato de, entre nós, a recepção da crítica aguda ao nacionalismo (Hobsbawm) e do diagnóstico da fragmentação da nação (Nora) ter coincidido com o fim da ditadura militar e a busca de um acerto de contas com uma memória/história nacional oficialmente manipulada. O fenômeno da formação histórica da nação tendeu a ser subestimado em favor da evidenciação e denuncia do nacionalismo, muitas vezes confundindo-se os dois fenômenos:

Nesse caso, também a produção historiográfica e seus temas 'nacionais': 'Descobrimiento', 'nativismo', 'Independência' 'Proclamação da República', etc, podem ser tomados como obras de imaginação constituinte e organizados a partir do processo de construção de uma memória da nação". (p. 92)

Em busca de ferramentas para uma teoria do simbólico e da imaginação, Santos lançava mão do modelo de uma "instituição imaginária da sociedade", formulado pelo filósofo greco-francês Cornélio Castoriadis, para o qual a nação teria uma função imaginária em três níveis:

[...] triplicemente, porque esta história é só passado, porque não é tão comum, porque enfim o que dela é sabido e serve de suporte a esta identificação coletivizante na consciência das pessoas é mítico em sua maior parte. Esse imaginário da nação se revela, no entanto, mais sólido do que todas as realidades, como o mostram duas grandes guerras mundiais e a **sobrevivência dos nacionalismos**. (CASTORIADIS, 1986: 179) (p. 93)

É claro que Castoriadis escrevia sobre o fenômeno do nacionalismo – mais do que da nação – certamente também mobilizado por trabalhos como os de Hobsbawm que procuravam revelar o caráter recente e ideológico das mitologias nacionais. A diferença para a linguagem da ideologia nessas formulações é buscar uma lógica própria que pudesse explicar a formação dessa parte imaginária ou simbólica da realidade – que, em alguns casos extremos, foi considerada a parte determinante. De todo modo, para Santos o imaginário era o objeto que poderia conferir maior dignidade e poder explicativo a uma história da cultura ou da historiografia.

Em mais um lance decisivo, o historiador recolocava (assim como, de outro modo, Pierre Nora), a história nacional no centro da atividade historiográfica. Era como se afirmasse que somente a historiografia poderia nos libertar de suas próprias invenções. Outro motivo central era a intuição de que historiografia e nação estavam

entrelaçadas de modo irreversível: “O conhecimento histórico continua a ser um saber indissociável da nação, constitutivo de seu sentido, apesar de os historiadores terem voltado, há muito tempo, para os segredos das sociedades e não mais os da nação, como observou François Furet”.¹⁹ Para a história da historiografia, tratava-se de “[...] discutir suas implicações [do nacional] na consciência dos historiadores.” (p. 93) Ou, em uma formulação mais explícita que encerra o artigo:

A história da história, pensada como história crítica da cultura, tem na relação memória-história um campo amplo e fértil de trabalho. [...] A questão da memória confrontada à questão nacional ressurgiu, portanto, para o historiador, como um campo aberto, no qual o imaginário e o simbólico assumem um papel fundamental. Eis um novo desafio. (p. 94)

O “novo desafio” estava suficientemente esclarecido; de certa forma, até hoje pauta nosso campo de investigação. Afinal, o que determina ou condiciona o discurso do historiador se esse discurso não pode mais ser celebrado apenas como uma representação correta da realidade segundo procedimentos científicos? Santos rompia, de forma decisiva, com a tradição de uma história da historiografia como genealogia ou um relato progressivo da formação de uma disciplina científica. Ao fazê-lo, em meados dos anos 1980, apoiando-se em teóricos como Castoriadis, tinha consciência de que a fundamentação desse campo de investigação dependia de uma teoria do simbólico ou do imaginário. Sem uma teoria, corria-se o risco de um abismo de recorrência infinita, pois como fazer uma história crítica da história utilizando-se dos mesmos procedimentos daquilo que se desejava criticar?

A ressignificação em termos positivos da noção de invenção permitiu a ampliação de temas, legitimou pesquisas por muitos tidas por menores entre os anos 70/80, produziu uma grande massa descritiva, embora, do ponto de vista das ferramentas analíticas, avançou-se menos, a ideia de discurso permaneceu vaga, autorizando uma hermenêutica flutuante, muito dependente de modelos e hipóteses nascidos em outros ramos da historiografia ou de ondas temáticas produzidas em outras historiografias nacionais. A opção celebrativa da “invenção”, reforçada por leituras de um “passado morto” (Certeau) ou “imaginário” (Castoriadis), antecipavam certos traços da situação contemporânea de uma clausura em um presente superficial,

¹⁹ Trata-se da coletânea “A oficina da história”, citada na tradução portuguesa publicada pela Gradiva em 1985.

vivido como único mundo possível e de uma historiografia crescentemente empiricista. Mas, como veremos a seguir, essas dificuldades não impediram o surgimento de obras que apontavam para a estabilização da agenda sem o fechamento no presente como um destino incontornável.

III. Os modos de produção historiográficos: a prática do programa

Entre os anos 1980 e 1990, continuamos a estudar a formação da moderna ciência da história, mas com o objetivo de desnaturalizar e desvendar suas relações com o Estado nacional, de um lado, e, de outro, desmontar a própria memória disciplinar construída. Com essa agenda aberta, associada à multiplicação dos programas de pós-graduação, emergia um setor de estudos que nessas duas décadas vem se estruturando entre rupturas e continuidades. A partir dos anos 1980/1990, podemos dizer que os historiadores, seus livros e lugares institucionais deixam de figurar apenas como fonte para historiografias diversas e tornam-se problemas de investigação.

Uma das grandes novidades da história da historiografia sobre o oitocentos na década de 1980 e começo dos anos 90 foi o deslocamento do foco analítico para os lugares de produção da historiografia. Nesse sentido, três textos aparecem como pontos de inflexão: “As Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” publicado em 1983 na revista do IHGB por Arno Wehling; “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, publicado por Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães em 1988 na revista *Estudos Históricos*, fruto de sua pesquisa de doutorado defendida em 1987, e a tese de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, defendida na USP, em 1994, “*Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*”.

Embora cada um desses autores merecesse uma análise mais detida do conjunto e evolução de seus trabalhos, neste artigo, poderemos apenas apontar algumas de suas contribuições para o estudo da escrita da história no XIX. O texto de Wehling, de 1983, dialoga pouco com o universo de questões teóricas que naquele momento preocupavam jovens historiadores como Afonso Carlos M. dos Santos, embora não seja menos relevante para a montagem de agenda historiográfica. O

artigo abre reconhecendo os temas do nacionalismo e do romantismo como traços já apontados em trabalhos anteriores na caracterização do IHGB²⁰ e propõe associar a esses mais elementos fundamentais, (1) a ligação do Instituto com o projeto dos liberais moderados de sustentação de uma monarquia constitucional centralizada e escravista, fundamentado a análise em um levantamento quantitativo do perfil sócio-profissional dos 27 sócios fundadores. Nessa afirmação, e mesmo na metodologia, Wehling apoiava-se na primeira parte da tese de José Murilo de Carvalho, publicada em 1980, que estabelecia os traços de formação e homogeneidade ideológica da elite política do Império como um dos fatores explicativos da formação do Estado nacional. A segunda hipótese do artigo procurava refinar e aprofundar a caracterização da historiografia produzida no IHGB, até então tida simplesmente como romântica, com o uso mais preciso da categoria *historicismo*.

Utilizando-se de livros clássicos da história da historiografia geral como o de E. Fueter, Wehling analisa alguns dos textos fundadores do IHGB testando categorias como ilustração mecanicista, romantismo e liberalismo, que avalia como contraditórias e insuficientes, concluindo pela influência decisiva do historicismo, demonstrando a sintonia do IHGB com o desenvolvimento do pensamento histórico europeu. Na abordagem de Wehling, a centralidade da história política, no caso o liberalismo moderado da Regência, projetava-se sobre a dimensão ideológica, o historicismo. A fundação do IHGB e a historiografia que produziu tornavam-se fatores explicativos da formação do Estado nacional, mais do que apenas ilustração deste processo.

O texto de Manoel Guimarães, *“Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita de uma História Nacional”* (Estudos Históricos, 1988), vigora ainda hoje pela capacidade que teve de levantar perguntas que permanecem no horizonte de nossa agenda de investigação, mesmo que, depois de quase 25 anos, e muitas pesquisas realizadas, nem todas as suas respostas e intuições se confirmaram, como era de se esperar em um campo de estudos dinâmico. Muitas análises, por vezes apenas sugeridas, foram reforçadas por pesquisas

²⁰ A nota refere os seguintes textos: Olegário Herculano de Aquino e Castro. História do Instituto. **RIHGB**, 60 (2), 1897, p. 171-202; J. Vieira Fazenda. O IHGB, subsídios para a sua história. **RIHGB**, 74 (2), 1911, separata. Virgílio Correia Filho. Como se fundou o Instituto Histórico. **RIHGB**, 255, abr.-jun. 1962, separata. Pedro Moacir Campos. Esboço da historiografia brasileira. In Jean Glénisson. **Iniciação aos Estudos Históricos**. São Paulo: Difel, 1961, p. 250-293. Fidelino Figueiredo [este último não tem detalhamento, por um evidente erro de diagramação].

monográficas (algumas realizadas pelo próprio autor), outras ainda esperam quem o faça, como é o caso das relações apontadas entre o Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834, e o IHGB. O levantamento sistemático desse questionário, e como Salgado Guimarães o desenvolveu, merece espaço mais alentado do que o deste artigo.²¹ Adianto apenas alguns temas centrais e como eles relacionam-se com a conjuntura que esboçamos com a análise dos artigos de Afonso Carlos M. dos Santos.

Dividido em três seções, o artigo de Salgado Guimarães abre com o quadro geral em que pretende inserir a análise do IHGB. Diferente do caso europeu, no qual a historiografia teria se desenvolvido no interior da universidade, com critérios de recrutamento definidos objetivamente e internamente, no Brasil o Instituto refletiria as limitações de nossa modernidade, representando um modelo híbrido de academia ilustrada de Antigo Regime com um projeto moderno de produzir uma história nacional. Os limites estruturais de nossa modernização seriam os mesmo apontados por Santos: a diversidade racial e a escravidão. Vê-se novamente o conflito entre forma europeia e conteúdo nacional. Em outro nível, essa tensão significaria a permanência de um Iluminismo conservador, de matriz lusa, que basicamente justificava a posição pedagógica desses letrados em sua relação com a sociedade.

Essa definição bastante ampla de Iluminismo produzia certa ambiguidade, já que contrastava com o conteúdo supostamente romântico e moderno da cultura histórica entre as décadas de 1830-1840. O grande tema que a década de 1980 herdou dos anos 60/70, as causas da sempre adiada revolução nacional, seja burguesa ou proletária, é respondido em outro nível: “Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do ‘outro’, *cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção*” (p. 7, grifo meu).

A tarefa de uma história da historiografia como crítica da cultura, da forma esboçado por Santos, seria então revelar os males de origem desse nacionalismo tropical, em nome de um projeto de nação que superasse os impasses históricos da

²¹ A publicação póstuma, em 2011, de sua tese de doutorado, traduzida por Paulo Knauss e Ina de Mendonça, é o caminho seguro para o desenvolvimento deste balanço, bem como o prefácio, intitulado “O historiador e o viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém”, escrito pelo já citado Paulo Knauss e Temístocles Cezar. Cf. Manoel Luiz S. Guimarães. **Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

modernização incompleta brasileira. Mas enquanto nos textos de Santos já era possível identificarmos uma crítica mais aguda à própria modernização em geral, no de Guimarães permanece a ideia de fundo de que o modelo europeu normal de disciplinarização da história (via universidade, meritocracia e profissionalização) e de construção nacional teria atingido seus objetivos de modo mais positivo e menos contraditório. Claro que a ideia de modernidade europeia aparecia de modo genérico, funcionando como fundo crítico-regulador: “O conceito de nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu”. (p. 7)

O traço que indicava que estávamos em outro cenário, distinto daquele das teorias normativas da modernização, fica mais claro na segunda parte do artigo, na qual o traço ideológico do IHGB é identificado não apenas no ocultamento do descompasso entre forma e conteúdo, mas na própria concepção de ciência histórica, já que a eficácia desse discurso dependia do fato de que “construindo seus mitos e representações, [produzia o IHGB] um estatuto de objetividade e evidência fundados na própria história?” (p. 8).

Do ponto de vista dos diálogos com a tradição pós-estruturalista e de crítica da modernidade, encontramos no texto referência a autores como Michel de Certeau – em particular a noção de “lugares” da forma como tratada no a “Operação historiográfica” – que explica, em parte, a importância do IHGB como este *locus* que condiciona e limita a historiografia produzida, além de uma referência muito vaga a Foucault. Mais relevante é o impacto visível da obra de Norbert Elias, em especial sua descrição do ‘processo civilizador’ e da “sociedade de corte”; esta última fundamental no esforço de Guimarães em caracterizar as permanências de Antigo Regime no modelo institucional do IHGB. As referências alemãs são importantes na caracterização do processo de disciplinarização e em uma alusão, rápida e talvez imprecisa, ao artigo de Koselleck sobre o tema da *Historia Mestra da Vida*.

Como o argumento geral do texto procurava destacar a criação do IHGB em um momento de transição e permanências com os séculos XVII e XVIII, o tema da história *magistra* é apropriado de modo particular. Assim, Guimarães afirma que os historiadores do momento de fundação do IHGB pretendiam retirar da história “[...] enquanto palco de experiências passadas [...], exemplos e modelos para o presente e o

futuro [...]” (p. 15). O problema estava na identificação das condições de possibilidade desse esforço exatamente naquilo que o estava minando, ao menos na compreensão koselleckiana citada, e que apontava que a modernização da experiência da história tem na concepção de aperfeiçoamento ilustrado uma de suas fontes, não o seu contrário, mas a questão é assim resolvida por Guimarães: “A história é percebida, portanto, enquanto marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado; só partilhando uma tal concepção, como nos indica Koselleck²², pode-se pretender aprender com a história, dando-lhe um caráter pragmático. (p. 15) Ficava assim obscurecida as diferenças entre as formas antigas e modernas de aprender com a história, o que, de certo modo, repetia as ambiguidades das fontes.²³ A história pragmática e filosófica que o iluminismo promoveu, e que era visto como uma das permanências em um IHGB romântico, não poderia ser a fonte do aprendizado exemplar, como sugeria Salgado Guimarães.

A leitura em si mesma não é um problema, mas o quanto ela evidencia a força que as teorias da modernização, “dualistas” ou não, ainda exerciam naquele contexto e um caminho de leitura que precisava reforçar o caráter particular, incompleto e perverso da “modernidade” ou “civilização” brasileira. Ao mesmo tempo, a pergunta que se pretendia responder, uma pergunta da tradição que nasce com a própria consciência da modernidade, continua válida e relevante: como dimensionar historiograficamente o processo de modernização do discurso histórico entre rupturas e continuidades? Qual o significado e implicações dessas “permanências”? Como chegamos à experiência da história que hoje é a nossa e quais as diversas camadas de historicidade que a constitui e possibilita? Os escritos mais recentes de Manoel Salgado, produzidos entre fins da década de 1990 e começo do século XXI, como já

²² No original segue a seguinte nota: KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae*. In: _____. (Org.) *Vergangene Zukunft*. Frankfurt/M.: Surhkamp, 1984, p. 38-66. Logo no começo do artigo Koselleck indica um espaço de experiência contínuo como condição para se aprender com a história em termos magisteriais, ou seja, a percepção de que não haveria diferenças substanciais entre passado, presente e futuro. Cf. R. Koselleck. *História Magistra Vitae*. In _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 42.

²³ Sobre esse debate, ver ARAUJO, Valdeí Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro”. In Fernando Nicolazzi; Helena Miranda Mollo; Valdeí Lopes de Araujo (orgs.). **Aprender com a História**: o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: FGV, 2011, pp. 131-148. Também o livro, originalmente tese, de Maria da Glória de Oliveira. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

apontado acima, tornaram bem mais complexas as respostas a algumas dessas questões.

Essa seção não estaria completa sem a menção da tese de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, defendida na USP em 1994, intitulada “*Sob a imediata proteção de Sua Majestade Imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*”.²⁴ Também aqui a categoria central é lugar, não apenas no sentido institucional como apontado por Certeau, mas também com um uso mais explícito do trabalho de Pierre Nora sobre os “Lugares de memória”.

A hipótese central de Lucia Guimarães aprofunda os aspectos políticos por trás do projeto de criação do IHGB, apontando que o pragmatismo daquele sistema intelectual teria levado à *preponderância da memória*. Como a principal tarefa da escrita da história era cunhar uma unidade e homogeneidade nacional, que não correspondia à realidade do Império, o IHGB se viu obrigado a reduzir suas atividades à coleta e à publicação de fontes documentais. Pesquisando o conteúdo da Revista do IHGB em diversos momentos, a autora constatou que, até a década de 1850, o Instituto havia publicado pouquíssimos textos historiográficos produzidos por autores contemporâneos, priorizando a divulgação de fontes documentais (p. 513). O fenômeno é então entendido como reflexo da adesão homogênea dos membros do IHGB ao projeto monárquico, o que significava interpretar a história do Brasil como um desenvolvimento contínuo desde o descobrimento até aquela data. Escrever história, em especial a da Independência, significaria abrir espaço para polêmicas, conflitos de interpretações e disputas, tudo aquilo que questionava o funcionamento do próprio sistema político/intelectual.

A autora procura ainda demonstrar que, apesar da *História geral do Brasil* ter sido publicada na década de 50, tanto o IHGB quanto o Imperador não avalizaram a obra de Francisco Adolfo Varnhagen como uma interpretação oficial, lembrando que, mesmo aqui, não foi transposto o dogma da intocabilidade da história recente, tendo em vista que a obra-prima de Varnhagen, em sua segunda edição, encerra-se antes da Independência. (p. 559-60). Procurava evitar a sobreposição do projeto individual do historiador com os limites e a diversidade de posições presentes no IHGB, em

²⁴ Lucia Maria Paschoal Guimarães. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Ano 156, n. 388 jul./set. 1995.

particular em torno da avaliação da questão racial e do legado colonial. Produzido no interior de uma tradição de interpretação que amadureceu no interior do IHGB, a tese de Lucia Guimarães serviu como uma espécie de ponte entre o Instituto e o novo cenário acadêmico em consolidação nos anos 90.

IV Alguns desafios da última década

Como mencionado acima, o campo de estudos aberto no final dos anos 1980 vai se consolidando ao longo da década de 1990 com a ampliação e diversificação da pesquisa. Mas será apenas no começo dos anos 2000 que uma nova leva de teses e dissertações começa a refletir os efeitos de uma nova agenda. A minha geração (alunos e/ou orientandos desses autores), leitora dos trabalhos de Arno Wehling, Afonso Carlos M. dos Santos, Manoel Luiz S. Guimarães e Lucia Maria P. Guimarães, dentre outros, procurou responder em suas pesquisas aos desafios herdados.²⁵ O balanço mais pormenorizado dessa produção não caberia nos limites e propósitos deste artigo, tomaremos alguns atalhos para levantar algumas direções.

As dissertações em andamento e teses que foram apresentadas ao longo dos três dias de nosso Simpósio Temático talvez possam nos oferecer uma visão, mesmo que parcial, do futuro próximo desta agenda. Assim, quanto sua origem institucional, os 23 trabalhos que selecionei como sendo estritamente relacionados com uma História da Historiografia do Oitocentos distribuem-se da seguinte forma: UERJ 4, UFOP 4, UFRJ 3, USP 3, UFRGS 2, UFES 2, UFPB 2, UFSJ 2, UFU 1. Realizei também uma rápida agregação temática que pode dar uma ideia das frentes abertas hoje na pesquisa de ponta.

Na rubrica ***A escrita da história antes da fundação do IHGB***, identificamos seis trabalhos. Aqui encontramos pesquisas em andamento que abordam três grandes contextos praticamente virgens para a história da historiografia: (1) a virada do século XVIII até o momento da Independência; (2) o período do primeiro reinado e o (3) período regencial, contexto imediato de formação do Instituto e crescentemente visitado por uma história política renovada. Cada um desses recortes apresenta seus

²⁵ Veja-se a lista reunida no final deste artigo. Como não nos preocupamos com um controle metodológico mais rigoroso para o levantamento, devemos tomá-los apenas com um indício de certos fenômenos. Um deles é o crescimento vigoroso no número de trabalhos, entre 2001-2005, 11; 2006-2010, 33 e em 2011, 15. Esses números apontam para a urgência da rotina crítica-avaliativa.

próprios desafios historiográficos, em especial a identificação das continuidades e rupturas nos modelos de escrita da história e na sua forma de se relacionar com diferentes conjunturas. À medida que pesquisas monográficas surjam, o contexto de fundação do IHGB em 1838 ganhará uma nova complexidade.

Na rubrica **A escrita da história fora do IHGB**, podemos identificar quatro trabalhos com ênfase em questões “regionais”, com forte interface com a nova história política. Claro que a noção de externo ao IHGB deve aqui ser relativizada, pois alguns desses autores que escreviam histórias “não-nacionais” estavam, de certo modo, relacionados com o Instituto. Um dos desafios nessa frente de trabalho é “redescobrir” autores e obras excluídas do cânone, reunir seus textos, confrontá-los com o debate no interior do qual faziam sentido. No futuro, poderemos relativizar ou confirmar o peso do IHGB como “centro irradiador” de um padrão historiográfico e de uma narrativa oficial.

Um tema importante é a identificação de certas tradições locais, que procuraram preservar a identidade política pela escrita e reescrita da história de grandes episódios da vida pública, como foram os casos da história/memória da Inconfidência Mineira e das “Revoluções Pernambucanas”. Ao lado disso, há uma tradição de “história local” que produz a narrativa das cidades/regiões em diferentes chaves, ora erudita, ora ilustrada, mas que certamente possuem uma dinâmica própria. Ainda nessa rubrica, vemos crescer o estudo da história ensinada, seja no Colégio Pedro II, seja nas diferentes “Escolas” espalhadas pelo Império. Aqui temos uma frente privilegiada para estudar a recepção e resistências às narrativas normalizadas a partir da capital do Império.

Do ponto de vista das renovações temáticas, dois grandes blocos destacaram-se pela atenção que vêm recebendo das pesquisas. O estudo da escrita biográfica e o lugar do indivíduo, com seis trabalhos; o tema de uma escrita de uma história contemporânea e os seus limites no século XIX, com quatro trabalhos. Esse tipo de abordagem temática tem permitido o aprofundamento de metodologias e modelos analíticos, reagregando fontes já lidas para a observação de fenômenos e a formulação de hipóteses verticais de uma agenda de investigação que vai amadurecendo no interior da História da Historiografia. O risco deste caminho é o de permanecer no âmbito de fontes e textos já fartamente explorados, o que pode se agravar com o uso,

de modelos analíticos apressadamente importados de outros setores de pesquisa ou comunidades acadêmicas.

Por fim, mas não menos importante, *o IHGB continua sendo um observatório privilegiado da dinâmica da historiografia brasileira do século XIX*. A esse tema, quase sempre com abordagens renovadas, foram dedicados quatro apresentações. Para além da leitura crítica-conteudística – aquela que se limita a parafrasear os textos já consagrados pela tradição analítica e revelar o caráter excludente de nossa elite – vemos emergir objetos de estudo mais rigorosamente constituídos, mostrando que muito ainda há de fazer nesse campo já tão arado.

Toda essa dispersão criativa da agenda atual poderia ser organizada, do ponto de vista de suas tradições analíticas, em torno de alguns autores/abordagens. Um primeiro grupo, que podemos chamar, por falta de um rótulo mais substantivo, de “matriz francesa”, reúne autores como Michel de Certeau (a centralidade do lugar, que emerge no sempre citado “a operação historiográfica, em geral usado com uma metáfora de amplo alcance), Pierre Nora (os lugares de memória), Paul Ricouer (ainda de modo difuso) e François Hartog. Este último, embora de recepção mais recente, tem tido uma influência mais decisiva nas pesquisas.

Categorias como regime de historicidade, presentismo e um vocabulário analítico/temático bastante variado, como a centralidade da visão ou os usos/recepção do mundo antigo, são frequentemente explorados com bons resultados analíticos. O que podemos destacar nesse grupo é a ausência, para o bem e para o mal, de uma abordagem mais sistêmica e a dificuldade na caracterização teórica do objeto para uma história da historiografia, o que tem sido compensado pela riqueza temática e de sugestões investigativas.

Na mesma linha, podemos agrupar alguns autores em uma “matriz germânica”, que começaria em Gadamer, passando por Koselleck e Gumbrecht. Vemos o impacto do primeiro no esforço de atualizar a hermenêutica em bases não romântico-subjetiva, recuperando para a historiografia a noção de continuidade pelo recurso à história do efeito (*Wirkungsgeschichte*). Já o trabalho de Koselleck tem sido talvez o mais influente na última década, seja do ponto de vista metodológico, abrindo uma agenda de investigação em torno de conceitos históricos fundamentais para compreendermos a dinâmica da historiografia oitocentista, seja pela densidade teórica e empírica do

modelo explicativo que produziu em torno das hipóteses centrais do *Sattelzeit* (1750-1850).

Além de interferir na escolha de temas e no vocabulário analítico, o modelo da *Begriffsgeschichte*, com as adaptações desejáveis, mas nem sempre realizadas, têm permitido a emergência de pesquisas coletivas e abordagens comparativas em História da Historiografia. Por fim, a recepção da obra de Gumbrecht entre os historiadores no Brasil acontece mais lentamente que em outros campos, em especial os estudos literários. Sua influência, além de complexificar os modelos teóricos da formação dos tempos modernos e estendê-los na compreensão da cultura histórica contemporânea, poderá ser relevante na produção de novos objetos e problemas analíticos, como a noção de clima histórico (*Stimmung*) e o estudo das formas de presentificação do passado. Embora a obra teórica de Jörn Rüsen tenha encontrado muitos leitores no Brasil, ainda não é perceptível seu impacto em uma agenda de investigação mais ligada à História da Historiografia, embora muito se possa fazer a partir dela.

Para manter o modelo das influências de historiografia e tradições nacionais, cabe mencionar a importância crescente da Escola de Cambridge, em especial de seus dois mais influentes historiadores, Quentin Skinner e John Pocock. Também aqui encontramos não apenas trabalhos inspiradores, como o monumental “*Barbarism and Religion*” de Pocock, mas toda uma agenda de pesquisa para a história intelectual centrada em uma teoria da linguagem em termos performativos. A antiga de noção de contexto histórico é renovada e refinada, de modo a torna-se um objeto de reconstrução de linguagens que afetam diretamente a recepção dos textos historiográficos. No mesmo caminho dos trabalhos em História dos Conceitos, trata-se de reconstruir os horizontes históricos no interior dos quais as performances linguísticas faziam sentido, abrindo caminho para uma nova descrição da formação da modernidade e, logo, da historiografia.

Em um âmbito teórico mais modesto – mas não menos enriquecedor e instigante – autores como Arnaldo Momigliano e Anthony Grafton têm sido evocados por pesquisadores da historiografia brasileira preocupados com o fenômeno do antiquariato e da erudição. Essa fronteira temática tem permitido relativizar a oposição entre historiografia “científica” e “antiquária” no século XIX brasileiro. A hipótese enunciada por Momigliano, da historiografia moderna como uma espécie de

fusão entre narrativa, pesquisa antiquária e filosofia da história, prefigura um programa possível de investigação.

Outra matriz a ser considerada é aquela que tem permitido pensar as relações, sempre identificadas no século XIX, entre historiografia, romance, literatura e ficção. Nessa seara um conjunto de trabalhos produzidos por intelectuais brasileiros tem servido de referência aos pesquisadores da História da Historiografia oitocentista. Em seu horizonte mais distante figura a obra de Antonio Candido, com o tema da formação e limites de um “sistema intelectual brasileiro”. Ao seu lado, a obra sempre referida de Luiz Costa Lima, autor da hipótese do “controle do imaginário”, que tem perseguido desde o começo dos anos 80 em um âmbito investigativo que oscila entre o romance, a escrita da história, a literatura e o discurso científico. É difícil superestimar essa tradição investigativa, que nas décadas de 1990 e 2000 produziu inúmeras teses, dissertações e livros de grande influência nas análises historiográficas.

Enfim, apenas a título de indicação e assumindo os limites deste texto, concentrado na historiografia sobre a escrita da história no XIX produzida nas últimas décadas, podemos dizer que a pesquisa em história da historiografia no Brasil tem evoluído de um recorte temático, enfrentado em geral por uma leitura interpretativa mais ou menos densa, para um campo com abordagens, metodologia e objetos mais claramente definidos, embora a amplitude do campo de fenômenos por trás da rubrica historiografia seja imenso, comportando assim múltiplas interfaces, como a com a história intelectual, do livro e da leitura e da ciência, por exemplo. Curiosamente, a influência metodológica de abordagens mais decididamente textualistas não é tão frequente, sendo ainda bastante difuso o impacto da obra de Hayden White, por exemplo, talvez por sua grande exigência teórica e formal.

Não podemos falar de desafios sem levantar algumas perguntas que parecem promissoras ou não suficientemente respondidas, claro, sem a pretensão de esgotar um questionário que ainda precisa amadurecer. Caso pretendamos não mais confundir o fenômeno histórico da emergência das nações modernas com o nacionalismo, devemos recolocar a pergunta de (1) como a nação pode tornar-se objeto de experiência? Atribuir a produção desse objeto aos intelectuais é esquecer que também eles estavam sujeitos a ela. Nesse ponto, precisamos de ferramentas teóricas mais sofisticadas para lidar com a produção histórica da crença e do desejo, pois muitas

vezes “lemos” as intenções dos historiadores segundo seus interesses, sem nos perguntar o fundamental, (2) como esses interesses puderam ser produzidos? Neste aspecto, é fundamental a incorporação mais rigorosa de uma história política renovada que tem sido produzida no Brasil nos últimos dez ou vinte anos, que procurou complexificar o relato da formação nacional brasileira no século XIX apontando para além do tema da “invenção” e “exterioridade” de fenômeno nacional.²⁶

Temos um conhecimento muito precário da (3) evolução dos meios e formatos através dos quais a experiência da história foi produzida. Não apenas a evolução dos gêneros (história geral, particular, especial, biografia, corografia, memória, ensaio, descrição, etc), mas a transformação nos suportes (meios), no mercado do livro de história, as suas formas de produção, a sua relação com públicos leitores distintos. Para encaminhar algumas respostas nesse setor é fundamental um diálogo profundo com a história do livro e da leitura produzida por historiadores gerais e da literatura, que estão redesenhando nossa compreensão da vida intelectual no século XIX brasileiro. Nesse aspecto, o uso do periódico como fonte para a história da historiografia é um dos caminhos mais promissores.

Temos ainda grandes vazios no conhecimento da vida intelectual no século XIX. Autores “desconhecidos” e outros sub-analisados exigem abordagens monográficas que possam reunir de modo serial uma produção dispersa. Novas fontes como os periódicos e revistas, instituições ainda pouco ou nada conhecidas, são outras fronteiras a serem exploradas. Para além das fronteiras, precisamos intensificar a herança de problemas recebidos, o que nos leva à necessidade de um maior esforço teórico que possa orientar a pesquisa empírica e servir de parâmetros para o avanço do debate no interior de nosso campo de estudos. Para além de simplesmente incorporar e ilustrar hipóteses já demonstradas em outros setores de investigação, uma História da Historiografia madura deverá ser capaz de traduzir esses setores em suas próprias linguagens.

²⁶ No lugar de listar uma longa e incompleta bibliografia, limito-me a lembrar das pesquisas desenvolvidas pela rede de historiadores do Oitocentos brasileiro integrada em iniciativas como o Centro de Estudos do Oitocentos, materializada em iniciativas multi-institucionais como os Pronexs, coordenados por José Murilo de Carvalho, Gladys R. Sabino e Lúcia Maria B. P. das Neves; e a revista *Almanack*, fundada no âmbito do Projeto Temático coordenado por Istvan Jancsó. Para um balanço teórico dos limites da categoria invenção para compreender a formação das nações modernas, ver Elías José Paltí. *The nation as a problem: historians and the ‘national question’*. **History and Theory**, October 2001, p. 324-346.

Apêndice

Teses e Dissertações de interesse para a História da Historiografia do Brasil oitocentista²⁷

ANDRADE, Priscilla Rampin de. **Um cronista na tribuna**: Joaquim Manuel de Macedo: imprensa e política na consolidação do Estado-nacional brasileiro. Dissertação. DH/USP, 2011. Orientadora: Mônica Duarte Dantas.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845). Tese. DH/Puc-Rio. 2003. Orientador: Luiz Costa Lima.

BARBATO, Luís Fernando Tosta. **Brasil, um país tropical**: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889). Dissertação. DH/Unicamp, 2011. Orientador: Edgar Salvadori De Decca.

BELIEIRO, Thiago Granja. **Índios e poetas**: o instituto histórico e geográfico brasileiro e a invenção do indianismo literário – 1808-1860. Dissertação. DH/Unesp-Assis, 2007. Orientador: Antonio Celso Ferreira.

BELTRAMI, Rafael Caminha de Carvalho. **Da poesia na ciência, fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Uma história de idéias**. Dissertação. DH/UFPR, 2002. Orientadora: Ana Maria de Oliveira Burmester.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. **Entre o escritor e o historiador**: A história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo. Dissertação. DH/UFRJ, 2007. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. **Entre ilustres e anônimos**: a concepção de história em Machado de Assis. Dissertação. DH/UFG. 2009. Orientador: Noé Freire Sandes.

CARDOSO, Eduardo Wright. **A cor local e a escrita da história no século XIX**: o uso da *retórica pictórica* na historiografia nacional. PPGHIS/UFOP, Mariana, 2012. Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi.

CARLOS, Lilian Beatriz. **Uma relação a dois**: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dissertação. Dh/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. Orientador: Claudio Pereira Elmir.

CASTRO, Isis Pimentel de. **Os pintores de história**: as telas de batalhas, de Pedro Américo e Victor Meirelles, e sua relação com a cultura histórica oitocentista. Dissertação. Dh/ufRJ, 2007. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimaraes.

CEZAR, Temístocles Correa. *L'Écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Essay sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Vanhagen*. Doutorado. EHESS, Paris. 2002. Orientador: François Hartog.

²⁷ Não se trata de um levantamento exaustivo, mas uma primeira aproximação. A lista atualizada estará disponível no endereço <http://valdeiaraujo.blogspot.com.br/>

DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas**: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Dissertação. DH/UERJ, 2009. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães.

DOMINGOS, Simone Tiago. **Política e memória: a polêmica sobre os jesuítas na revista do IHGB e a política imperial (1839-1886)**. Dissertação. DH/Unicamp. 2009. Orientadora: Izabel Andrade Marson.

FERREIRA, Loyane Aline Pessato. **A soma de luzes na construção da felicidade pública e a reflexão sobre o passado português**: política e história na Revista do IHGB (1838-1889). Dissertação. DH/Unicamp, 2010. Orientadora: Izabel Andrade Marson.

FERREIRA, Lucio Menezes. **Vestígios da civilização**: a arqueologia no Brasil imperial (1838-1877). Dissertação. DH/Unicamp, 2002. Orientador: Pedro Paulo Abreu Funari.

GARCIA, DANTIELLI ASSUMPÇÃO. **A Revista do IHGB e o saber Linguístico**: um gesto de documentação. Tese. Estudos Linguísticos/UnB, 2011. Orientador: José Horta Duarte.

GARCIA, Lúcia Maria Cruz. **Emílio Joaquim da Silva Maia**: Um intelectual no Império do Brasil. Dissertação. DH/UERJ, 2004. Orientadora: Lúcia Maria B. P. das Neves.

GONÇALVES, Liviston Frank. **Varnhagen**: idealizador de um Projeto de Nação. Dissertação. Literatura Brasileira/USP, 2008. Orientadora: Cilaine Alves Cunha.

GONÇALVES, Sérgio Campos. **Pensamento Civilizador e escrita da história**: origens da historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dissertação de Mestrado. UNESP-Franca, Departamento de História. Orientador Jurandir Malerba. 2009.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a história do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação. DH/PUC-RS, 2007. Orientador: Charles Monteiro.

KHALED JÚNIOR, Salah Hassan. **A construção da narrativa nacional brasileira**: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen. Dissertação. DH/UFRGS, 2007. Orientadora: Claudia Wasserman.

KODAMA, Kaori. **Martius e o IHGB**: um naturalista e os letrados na construção de uma história. Dissertação. DH/Puc-Rio, 1999. Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil**: a etnografia do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). DH/Puc-Rio, 2005. Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos.

LÍLIAN, Martins de Lima. **O Brasil na historiografia inglesa dos anos joaninos**. DH/UNESP-Franca. 2012. Orientador Jean Marcel Carvalho França.

LOSADA, Janaina Zito. **A paixão, a natureza e as idéias da história**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX. Tese. Dh/ufpr, 2007. Orientadora: Ana Maria de Oliveira Burmester.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. **As corografias e a cultura histórica oitocentista.** Dissertação. DH/UFRJ, 2007. Orientador: Manoel Luiz Salgado Guimarães.

MACIEL, GUILHERME DE SOUZA. **O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845-1848):** formas de representação do conhecimento histórico na construção de uma identidade nacional. Dissertação. DH/UFMG, 2005. Orientador: Luiz Carlos Villalta.

MARTINS, Amanda Silva. **Um passado para Minas Gerais: a Escola Normal de Ouro Preto e a construção do tempo (1870-1889).** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2010. Orientadora: Helena Miranda Mollo.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores:** Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação. DH/USP. 2011. Orientadora: Iris Kantor.

MENDES, Luis César Castrillon. **Publicar ou arquivar?** A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889). Dissertação. DH/Universidade Federal do Mato Grosso, 2011. Orientador(es): Maria de Fátima Gomes Costa.

MENEZES, Paulo Roberto de Jesus. **Sociedade, imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson.** Dissertação. DH/UFRJ, 2009. Orientadora: Norma Côrtes.

MOURA, Luís Claudio Rocha Henriques de. **Abreu e Lima:** uma leitura sobre o Brasil. Dissertação. DH/UnB, 2006. Orientadora: Geralda Dias Aparecida.

OLIVEIRA, Josiane Roza de. **Um historiador em formação:** os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875-1882). Tese. Fiocruz, 2011. Orientador: Robert Wegner.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. **Escrever vidas, narrar a história.** A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese. DH/UFRJ, 2009. Orientador: Manoel Luiz Salgado Guimarães.

OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de. **Letras de memória: o indígena como cronótopo da narrativa do passado no período imperial, dos estudos históricos ao Romance Indianista de José de Alencar (1820-1870).** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011. Orientadora: Helena Miranda Mollo.

OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. **A querela de Clío na região do Prata e o Brasil:** tensões e diálogos da escrita da história nos institutos históricos e geográficos (1838-1852). Dissertação. DH/UFRJ. 2010. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães.

PORTELA, Cristiane de Assis. **Para além do "caráter ou qualidade de indígena":** uma história do conceito de indigenismo no Brasil. Tese. DH/UnB, 2011. Orientadora: Vanessa Maria Brasil.

QUEIROZ, Bianca Martins de. **Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839):** “a pena e a espada a serviço da pátria”. Dissertação. DH/UFJF, 2009. Orientador: Alexandre Mansur Barata.

QUEIROZ, Juliana Maia de. **As múltiplas facetas de Joaquim Manuel de Macedo:** um estudo de A carteira de meu tio, Memórias do sobrinho de meu tio e A luneta mágica. Tese. Teoria e História Literária/Unicamp, 2011. Orientadora: Márcia Azevedo de Abreu.

RAMOS, Lucas Eduardo. A história da nação brasileira contada pelos livros escolares teuto-brasileiros. Dissertação. DH/ Centro Universitário La Salle, 2011. Orientadora: Ana Maria Colling.

RANGEL, Marcelo Mello. **Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói:** os primeiros românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro Departamento de História da PUC-Rio. *Orientador Ilmar Rohloff de Mattos*, 2011.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. **Construindo histórias e memórias:** o IHBG e o IAGP em meio às celebrações de centenário do movimento pernambucano de 1817. Tese. DH/Puc-Rip, 2011. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona.

RIBEIRO, Renildo Rosa. **“Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade”:** Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da idéia de Brasil Colônia no Brasil Império. Dissertação. DH/Unicamp, 2009. Orientador: Paulo Celso Miceli.

RODRIGUES, Deise Simões. **Cum Mente Et Malleo: a ciência na escrita de Claude-Henri Gorceix (1874- 1891).** Dissertação de Mestrado. Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque. Programa de Pós-GRaduação em História - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2010.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. **"O amor da pátria, o amor das letras":** as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)'.Dissertação. DH/UnB, 2001. Orientadora: Janaína Passos Amado de B. Figueiredo

ROSA, Giorgio de Lacerda. **“A Suprema Causa Motora”:** O Providencialismo e a Escrita da História no Brasil (1808-1825)”. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011. Orientador: Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo.

SALGADO, Elton Silva. **Francisco Adolfo de Varnhagen e a historiografia nacional e literária no Segundo Reinado (1850-1857):** Da produção de saberes às práticas sociais. Dissertação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Cultura, Educação e Linguagens, 2011. Orientadora: Avanete Pereira Sousa.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. Dissertação. Teoria Literária/Unicamp, 2003. Orientadora: Marisa Lajolo.

SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. **Escrevendo a História do Futuro**: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil. Dissertação. PPGHS/USP. 2010. Orientador: João Paulo G. Pimenta.

SANTOS, Juliana Darós dos. **A positivação de índios e mestiços na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1990-1930)**. Dissertação. DH/UFSC, 2009. Orientadora: Cristina Scheibe Wolff.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará Investigado**: A Comissão Científica de 1859. Dissertação. DH/UFC, 2011. Orientador: Francisco Régis Lopes Ramos.

SGRIGNERO, Adriano Augusto. **Em busca da originalidade e unidade da nação**: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860). Dissertação. DH/Unicamp. 2010. Orientadora: Isabel Andrade Marson.

SILVA, Bruno Diniz. **Da Restauração à Regeneração: linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010. Orientador: Valdeci Lopes Araujo.

SILVA, Paulo Thiago G. S. da. **Entre a cor e o sentimento, um certo instinto de nacionalidade**: identidade nacional e literária nas críticas crônicas de Machado de Assis (Rio de Janeiro, 1858-1908). Dissertação. DH/UnB, 2006. Orientadora: Vanessa M. Brasil.

SILVA, Taise Tatiana Quadros. **A Reescrita da Tradição**: A invenção historiográfica do documento na História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857). Dissertação. DH/UFRJ, 2006. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães.

SILVA, Taise Tatiana Quadros. **Maquinações da Razão discreta**: Operações historiográficas e experiência do tempo na Classe de Literatura portuguesa da Academia Real de Ciências de Lisboa (1779-1814). Tese. DH/UFRJ, 2010. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães.

SIQUEIRA, Carlos Henrique Ramão de. **"Poética, política e poder**: a emergência da etnografia brasileira no século XIX". Dissertação. DH/UnB, 2001. Orientadora: Elizabeth Cancelli

SOARES, Sonia Regina Pinto. "Joaquim Norberto de Souza Silva: Historiador. Um olhar sobre Minas Gerais Colonial". Dissertação. DH/Unicamp, 2002. Orientadora: Leila Mezan Algranti.

SOUSA, Francisco Gouvea de. **Entre fronteiras e nações**: um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1870 a 1890. Dissertação. DH/Puc-Rio, 2008. Orientador(es): Ilmar Rohloff de Mattos.

SOUZA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a História do Amazonas um Início em grande Estilo**. Dissertação. DH/UFAM, 2009. Orientador: Auxiliomar Silva Ugarte.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese. DH/UFRJ, 2009. Orientador: Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães.

VALE, Renata William Santos do. **Lições da História**: as concepções de história dos fundadores do IHGB. Dissertação. DH/Puc-Rio. 2004. Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos.

VARELLA, Flávia F. **Da impossibilidade de aprender com o passado**: sentimento, comércio e escrita da história na *História do Brasil* de John Armitage. Dissertação. DH/USP. 2010. Orientador: João Paulo Garrido Pimenta.

Robert Southey e a experiência da história de Portugal: conceitos, linguagens e narrativas cosmopolitas - *André Ramos*

1 INTRODUÇÃO

Apesar de, nos últimos anos, a obra de Southey estar sendo constantemente revisitada, pouco foi estudado como este poeta e historiador britânico constituiu suas narrativas sobre Portugal. O letrado britânico viajou em duas oportunidades para esta nação, e sua primeira obra em prosa, *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal*, cuja primeira edição fora publicada em 1797, constitui-se um relato das experiências da viagem na Península Ibérica, realizada entre 1795-96, somado a miscelâneas literárias e traduções de autores lusos e hispânicos. Southey retornaria a Portugal entre 1800-01, estadia fundamental para o letrado empreender pesquisas em arquivos, viagens e levantamentos bibliográficos visando à composição da *História de Portugal*²⁸.

Portanto, Southey tornou-se um erudito em história e literatura da Península Ibérica, amplo conhecimento que viabilizou a publicação de uma parte da história do Império Português, ou seja, a *História do Brasil (1810-19)*²⁹. Southey notabilizou-se em renomados periódicos britânicos como um especialista em literatura, história e história contemporânea de Portugal e Espanha, o que rendeu inúmeras publicações na *Monthly Magazine*, *Critical Review*, *Annual Review*, *Quartely Review* e *Edinburgh Annual Register*. A já mencionada composição das *Letters*, reeditada em 1799 e 1808, as traduções de romances de cavalaria como o *Amades o Gaules (1803)*, o *Palmerin da Inglaterra (1807)*, as *Crônicas de Cid (1808)*, e a composição da *History of Peninsular War (1823)* são provas cabais da importância conferida por Southey à experiência da história dos povos peninsulares, em especial, de Portugal.

Tendo em vista que Southey foi um tradutor de obras compostas por letrados lusos, pretende-se analisar, a partir dos seus textos, a experiência da história de Portugal na passagem do século XVIII para o XIX como um fenômeno cosmopolita. Aborda-se a circulação conceitual e linguística que possibilitou a Southey a

²⁸ Cf. CABRAL, 1959; CASTANHEIRA, 2011.

²⁹ LIMA, 1907.

constituição das suas narrativas sobre esta nação. Fundamenta-se esta análise sobre a experiência da história de Portugal, tomando como pressuposto analítico as proposições de Reinhart Koselleck e J. G. A. Pocock sobre a modernização da experiência da história a partir de meados do século XVIII. Segundo ambos os autores, surgiria no XVIII a consciência da “contemporaneidade do não contemporâneo”³⁰, como afirma Koselleck, ou, do “anacrônico”³¹, como identifica Pocock. Esta experiência surgiria a partir da sensibilização à história como uma experiência ontológica produtora de mudanças, e seu desenvolvimento vivo poderia ser identificado germinando ou em vigor em passados e presentes específicos, o que possibilitaria a conceituação do avanço, do atraso, da estagnação e da decadência. Os autores destacam que esta experiência da história, característica da modernidade, constituiu-se em um processo de longa duração, durante o qual se sucederam as centralizações estatais, a expansão marítima, a disseminação da imprensa, a dinamização do comércio e a consequente expansão da circulação dos bens culturais em escalas globais. Estes fenômenos, enredados ao ceticismo pirronista, ao maior conhecimento do passado pelos antiquários e aos estudos etnológicos dos jesuítas, seriam decisivos para o deslocamento da virtude republicana clássica e para sua exposição narrativa em histórias exemplares de façanhas político-militares de príncipes e monarcas³². Nesse sentido, o acúmulo destas experiências seria decisivo para a modernização da experiência da história, fenômeno, de fato, descontínuo e complexo, que se iniciaria por volta de meados do XVIII.

Koselleck e Pocock estudam a constituição da experiência moderna da história e sua exposição narrativa situando este objeto na Europa central. Porém, a dinâmica da circulação cosmopolita de conceitos, linguagens e narrativas no século XVIII apresenta-se decisiva para a compreensão da modernização como um fenômeno que ultrapassa os lugares, integrando discursivamente as dimensões globais, regionais e locais³³. Com efeito, pretende-se conceber os escritos de Southey como um “contexto aberto no tempo”³⁴, tendo em vista os usos que este autor fez de conceitos,

³⁰ KOSELLECK, 2006: 285.

³¹ POCOCK, J. G. A. 1999b: 16.

³² POCOCK, J. G. A. 1999: 1-25. KOSELLECK, 2006.

³³ ARAUJO, 2008b.

³⁴ POCOCK, J. G. A. 2003: 55.

linguagens e narrativas em vigor nos campos discursivo britânico e luso. Assim, visando à análise desta dinâmica das enunciações viabilizadoras da composição dos textos, analisa-se a modernização da experiência da história como um fenômeno cosmopolita³⁵.

Através desta perspectiva, pretende-se realizar análises que ultrapassem paradigmas e categorias solares limitadoras das análises historiográficas, como os lugares, as influências e as nações³⁶. Para tanto, segue-se Sebastián Javier Fernández, que define, no *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*, a modernização como um processo marcado pela “transnacionalização” de vocábulos “euroamericanos” e “ocidentais”, por sua vez, adaptados às dimensões nacionais, regionais e locais. Neste processo de circulação cosmopolita, países como França, Estados Unidos e Grã-Bretanha prestaram-se à irradiação e standardização de vocabulários e conceitos³⁷. Ao enfatizar o fenômeno da modernização discursiva em sua constituição cosmopolita, Sebastián destaca as descontinuidades produzidas em meio a uma “plethora de combinaciones conceptuales y recursos argumentativos procedentes de una amplia panoplia de fuentes, doctrinas y estilos de pensamiento”³⁸, que define o fato de “nos encontramos ante una pluralidad de modernidades – y también ante una pluralidad de transiciones a la modernidad”³⁹. Assim, a ênfase nas particularidades permitiria a compreensão de um fenômeno que ensejaria o empreendimento de pesquisas que vão de encontro à delineação de perspectivas historiográficas globais:

Cuando logremos recomponer al menos las piezas maestras del complicado puzle de nuestra historia político-conceptual iberoamericana tal vez sea el momento de abordar otras historias más complejas que ya se insinúan en recientes encuentros entre los estudiosos de la disciplina, como una historia conceptual europea comparada de carácter ineludiblemente plurilingüe.⁴⁰

³⁵ Emprega-se o termo *cosmopolita* assim como definido por Charles Withers, que ao se propor explorar a “geografia” da ilustração, aponta não existir as “idéias” fechadas em si mesmas, já que a pluralização dos debates sobre tolerância religiosa, sociedade civil, razão, ciência, agricultura, comércio e progresso, ultrapassaram as fronteiras através das traduções, das cartas e dos relatos de viajantes, sendo resignificadas aos contextos nacionais, possibilitando a formação de *redes cosmopolitas* dinâmicas de comunicação. WITHERS, 2007.

³⁶ ARAUJO, 2008b.

³⁷ SEBASTIÁN, 2009: 31.

³⁸ Idem: 38.

³⁹ Idem: 37.

⁴⁰ Idem: 44.

Em face desta perspectiva, torna-se possível a expansão dos horizontes analíticos sobre a obra de Southey e a experiência da história de Portugal. A realização desta empreitada também se define face às teses de Maria Odila da Silva Dias sobre Southey, já que nestas o letrado britânico é compreendido unilateralmente como o “historiador do Brasil”. Em sua dissertação de mestrado *O Brasil na Historiografia Romântica Inglesa*, Dias explorou as afinidades entre as obras de Southey e os romances históricos de Walter Scott, tendo por objetivo a compreensão das narrativas e dos conceitos vigentes na *História do Brasil*. Para a autora, assim como Walter Scott almejava reviver os tempos medievais em seus romances que exploravam o cotidiano passado dos britânicos, Southey pretendia recuperar empaticamente o passado dos portugueses na América. Assim, a autora expõe que Southey seria o iniciador de uma nova tradição narrativa, que rompia com os pressupostos racionalistas ilustrados ao buscar reviver o espírito das épocas, a cor local do passado⁴¹. Com efeito, Dias expõe que as narrativas de Southey e Scott seriam decisivas para o surgimento e a consolidação da historiografia romântica praticada posteriormente por historiadores canonizados na Era Vitoriana, como Thomas Macaulay e Thomas Carlyle. Com o intuito de explorar a revivescência do passado na *História do Brasil*, Dias expõe como Southey e Scott dariam início a uma tradição historiográfica, já que eles:

Queriam reviver o “espírito de uma época” e era somente através de um método imaginativo que o historiador poderia alcançar o todo dramático, a unidade intrínseca da vida dos povos e dos homens do passado. O encenamento e a cor local -, as descrições realistas repletas de pormenores e de sentimento humano, a representação pictórica, eram as condições desses novos historiadores românticos, como Carlyle, Macaulay, Precott ou Bancroft.⁴²

Apesar de nesse estudo Dias buscar analisar a dimensão autônoma das obras historiográficas, colocando em destaque a interação entre os gêneros história e literatura, deve-se destacar que a análise da autora ancora-se em um conceito normativo de Romantismo, tradicionalmente atribuído aos historiadores da Era Vitoriana. É digno de destaque que no início de sua carreira literária Macaulay escreveu ensaios historiográficos que se posicionavam criticamente ao excesso de racionalismo e moralismo de Southey, enfatizando a sua incapacidade de reviver o

⁴¹ CURLY, 1967: 75.

⁴² Idem: 52.

passado⁴³. Nesta obra, Dias suprime a pragmática dos textos, a dimensão fática da linguagem, visando adaptá-la a um paradigma externo à *História do Brasil*, ou seja, à influência solar e totalizadora do conceito de Romantismo. Em *O Fardo do Homem Branco*, novamente a pragmática dos textos de Southey será subtraída em face à influência de paradigmas externos. Porém, se em *O Brasil na Historiografia Inglesa* as enunciações de Southey são controladas por conceitos e narrativas normatizadores da cultura histórica, em *O Fardo do Homem Branco* essa relativa autonomia da história e da literatura será reduzida perante a influência dos interesses político-econômicos expansionistas do Império britânico.

Dessa forma, foi fundamental para Dias demonstrar como Southey foi o “historiador do Brasil”, engajado com as demandas políticas e econômicas do Império Britânico, que teria o objetivo de manter sua soberania sobre a então colônia de Portugal. Perante esta perspectiva unilateral, a dimensão da circulação transatlântica das enunciações não é explorada, o que seria fundamental, tendo em vista o estabelecimento de Southey como um erudito especialista na cultura histórica em vigor no Império Português. Dias, de fato, aborda que Southey viajaria para Portugal e, através de seu tio Hebert Hill, realizaria contatos com letrados ligados à Academia Real de Ciências de Lisboa⁴⁴; porém, a construção deste contexto não se apresenta entrelaçada à pragmática textual, ou seja, à interpretação da *História do Brasil*, pois o objetivo de Dias foi contribuir “para o estudo do significado ideológico implícito nas imagens e conceitos interpretativos da formação e da situação brasileiras os quais, forjados embora, no exterior, encontrariam no Império do Brasil uma mentalidade elitista e europeizante, curiosamente apta a assimilá-los”⁴⁵. Assim, a *História do Brasil* documentaria como a nação brasileira se constituiria a partir da influência pacífica das ideologias britânicas. Para Dias, esta influência solar externa na formação da nação e da intelectualidade brasileira estaria em vigor ainda nos séculos XIX e XX.

Certas noções implícitas na obra de Southey transcenderiam os limites da sua época e, através dos positivistas ou herdeiros do idealismo historista dos alemães, persistiriam na historiografia brasileira do século XX, presentes na obra de Gilberto Freyre ou de Oliveira Viana. Nossa motivação inicial, ao

⁴³ Cf. WOHLGEMUT, 2003.

⁴⁴ SILVA DIAS, 1974: 45.

⁴⁵ Idem: 6.

abordarmos a obra de Southey, foi o interesse pelo estudo das matrizes ideológicas da historiografia e da consciência nacional⁴⁶

Nesse sentido, pode-se compreender porque Dias minimiza as possibilidades de compreensão dos diálogos estabelecidos entre o historiador britânico e suas leituras e traduções de letrados e políticos luso-brasileiros, pois estes, assim como Southey, seriam influenciados pela ideologia expansionista do Império britânico. Para Dias, a nação seria um construto moderno, racionalmente concebido a partir da “influência” britânica, decisiva na formação da intelectualidade brasileira, pois esta absorveria tais ideologias irrefletidamente, o que justificaria os pressupostos desmascaradores da pesquisa. Entretanto, deve-se questionar se o Império britânico no contexto de enunciação de Southey teria um projeto nacional tão acabado, coeso e racional como expõe Dias.

Para Yoon Sun Lee, em *Nationalism and Irony*, o processo de formação da nação na Grã-Bretanha entre 1790 e 1840 ocorreu envolto em tensões e discontinuidades socioculturais. Em diálogo dinâmico com os estudos históricos sobre nações e nacionalismos de Anthony Smith, o autor destaca que o processo de formação da nação na Grã-Bretanha foi produto da fusão de múltiplos projetos políticos modernos viabilizadores da coesão da entidade nacional, e sua eternização, fenômeno constituído em relação dinâmica com as múltiplas identidades culturais pré-modernas arreadas à consolidação desta totalidade. Para o autor, a lealdade à nação foi constituída a partir da acomodação de interesses de ingleses, irlandeses e escoceses, como de pertencimentos religiosos diversos, e se tornou possível, mediante o cultivo e a garantia da manutenção das particularidades étnicas ancestrais, por sua vez, equacionadas com os interesses da Grã-Bretanha enquanto uma totalidade. Mediante esta complexidade, a ironia seria um recurso estilístico recorrentemente empregado por autores como Edmund Burke, Walter Scott e Thomas Carlyle, pois através dela seria possível equacionar as contradições em um todo coeso. Portanto, para o autor, seria a ironia tanto a consciência da eternidade quanto do inacabamento da nação, tanto da sua unidade quanto da sua fragmentação, tanto da sua novidade quanto da sua ancestralidade.

⁴⁶ Idem: 9.

A ironia poderia revelar e legitimar as conexões entre conhecimentos incompatíveis, sentimentos contraditórios e interesses competitivos. Este estudo explora os diferentes caminhos em que a conjunção do fervor patriota com a ironia abriu o caminho para os objetos românticos vendo seu próprio nacionalismo como simultaneamente natureza e disfarce, hábito e moda e sua nação como simultaneamente um artefato construído e realidade transcendental. O romantismo britânico poderia assim conceber a si mesmo menos como uma unidade perfeita que uma tensa e tateável convergência de tendências opostas – como uma frágil, imperfeita e heterogênea totalidade mantida unida por uma rede de convenções⁴⁷

Sendo assim, torna-se pertinente colocar a questão: o que estaria Southey fazendo ao falar sobre o Império Português na Grã-Bretanha, atividade iniciada em 1796? Ora, apesar da grande retomada dos estudos sobre a obra de Southey nas últimas décadas poucos foram os autores que abordaram os textos deste autor sobre a história e a literatura do Império Português, assim como a centralidade conferida a este homem de letras à prática historiográfica. Com efeito, Stuart Andrews, em *Robert Southey: history, politics, religion*, aborda como os escritos deste letrado britânico sobre o Império Português seriam decisivos nas polêmicas relativas à “Emancipação Católica” no parlamento de Westminster após o decreto de união entre a Grã-Bretanha e a Irlanda, em 1801. Southey opunha-se à possibilidade de os católicos na Grã-Bretanha adquirirem os plenos direitos civis e políticos, já que tais restrições os impediam de assumir cadeiras no parlamento. Andrews aponta que esta militância política de Southey - projeto de nação oposto aos interesses de católicos ingleses e irlandeses - seria levada a cabo em debates promovidos em resenhas como também em suas obras. O autor expõe como nas edições das *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal* Southey apresentaria o catolicismo como uma ameaça ao desenvolvimento das sociedades. Para tanto, Southey descrevia o estado deplorável em que esta nação se encontrava devido ao excesso de instituições religiosas repletas de monges e freiras improdutivos⁴⁸.

Se Portugal era um exemplo a não ser seguido pela Grã-Bretanha, tornando-se necessário evitar a “Emancipação Católica”, Southey não poderia deixar de apontar os

⁴⁷ LEE, 2004: 7: “Irony could reveal and legitimate the connections between incompatible knowledges, contradictory feelings, and competing interests. This study explores the different ways in which the conjunction of patriotic fervor with irony opened the way for Romantic subjects to see their own nationalism as both nature and disguise, habit and fashion, and their nation as both manufactured artifact and transcendental reality. Romantic Britain could thus conceive of itself less as a perfect unity than as a tense, tactful convergence of opposing tendencies—as a fragile, imperfect, and heterogeneous whole held together by a web of convention”.

⁴⁸ ANDREWS, 2011: 32-35.

caminhos que deveriam ser seguidos por este Império para a superação da sua decadência. Nesse sentido, Andrews aponta como Southey assumia posicionamentos em relação aos projetos de nação a serem conduzidos no Império Português a partir dos escritos de Hipólito da Costa:

Como um resenhista, ele decidiu que Portugal necessitava de três coisas: ‘a supressão da Inquisição, a execução das leis e a restauração da completa liberdade do governo’. Ele adicionava um comentário que parecia tão alarmante em seus próprios dias como no nosso: ‘Que o governo livre sobre uma monarquia absoluta não é impossível, o que é mostrado por alguns excelentes ensaios sobre a questão no Correio Brasiliense, no qual um paralelo é feito entre as constituições inglesas e portuguesas, que talvez surpreenderiam um leitor inglês tanto quanto isto deve gratificar os patriotas portugueses’.⁴⁹

Com relação à civilização do Brasil, Southey lamentaria o fato de os jesuítas terem sido expulsos dos domínios do Império Português, já que estes eram responsáveis por humanizar os selvagens indígenas. No entanto, Andrews mostra com clareza como “a admiração de Southey pelos jesuítas foi tingida com um toque de ironia”⁵⁰. Para Southey, os jesuítas tornavam possível a humanização e não a ilustração dos indígenas, já que a “agenda evangélica se misturaria com a fé religiosa supersticiosa”⁵¹. Segundo Andrews, a dualidade da argumentação de Southey deve ser compreendida em face às polêmicas a propósito da “Emancipação Católica”, pois o letrado ao buscar evitar a ascensão de católicos ao parlamento condenava o aumento do número de mosteiros na Inglaterra⁵². Portanto, se os jesuítas poderiam favorecer o avanço e a humanização dos selvagens no Brasil, poderiam igualmente impulsionar a expansão da superstição na Grã-Bretanha. Assim, ao abordar os textos de Southey sobre o Império Português, o autor explora como este letrado estava envolvido simultaneamente em múltiplos e interconectados projetos nacionais.

Entretanto, a questão da “Emancipação Católica”, para Stuart Andrews, constitui-se enquanto uma dimensão do seu empreendimento contextualizador. Mediante estes debates, o autor explora como na Grã-Bretanha um senso de recorrência histórica constituía-se em face à possibilidade da reinstauração das guerras de religião. Tanto polemistas católicos quanto protestantes eram a favor da liberdade

⁴⁹ Idem: 57.

⁵⁰ Idem: 66.

⁵¹ Idem: 66.

⁵² Idem: 27.

do culto doméstico, ou seja, da tolerância religiosa assegurada pelo Estado, sendo a supressão das guerras de religião vista como um avanço. Porém, os polemistas católicos apontavam que a paz efetivamente só seria possível com a concessão integral de direitos políticos e civis aos católicos. Os polemistas protestantes, por outro lado, rejeitavam esta possibilidade, apontando que na primeira oportunidade os católicos instaurariam novamente um estado de barbaridade com a volta das guerras de religião. Assim, Andrews demonstra, a partir da obra de Southey, como na Grã-Bretanha, entre 1790 e 1840, um senso de recorrência histórica colocava limites à retomada empática do passado como uma totalidade orgânica, pois os polemistas protestantes apontariam as barbaridades realizadas por católicos desde o século XIII, perpassando os reinados de Mary I no século XVI e dos Stuarts no XVII⁵³ em contrapartida aos polemistas católicos, que culpavam os protestantes pelo desencadeamento das guerras de religião nos séculos XVI e XVII, dando ênfase à cruel atuação de Cranmer e Elizabeth I⁵⁴. Com efeito, este senso de recorrência histórica seria retroalimentado pela própria exaltação dos debatedores⁵⁵.

Seguindo Stuart Andrews, constata-se que a possibilidade do retorno do tempo na Grã-Bretanha, do passado negativo, constituía-se também em relação à experiência da história que se atribuía em vigor nos domínios do Império Português, especialmente no reino. Analogamente, estudos recentes têm explorado como a experiência da história de Portugal foi variável decisiva na formulação de múltiplos projetos historiográficos e de nação em vigor no mundo luso-brasileiro entre 1808 e 1840. Em *A Experiência do Tempo* Valdeci Lopes de Araujo explora como a formação da nação no Brasil se deu enredada em conceitos e narrativas que associavam a experiência do tempo de Portugal à decadência e ao atraso, simultaneamente à associação do Brasil ao progresso. A propósito dos escritos de José Bonifácio, Araujo expõe como, em um período de crise da legitimidade das relações entre metrópoles e colônias, o Reformismo português projetava a manutenção da unidade do Império. Nestes projetos, o território do Brasil assumiria posição de destaque. Em um primeiro momento, Araujo explora como Bonifácio, secretário da Academia Real de Ciências de

⁵³ Idem: 49-54.

⁵⁴ Idem: 16.

⁵⁵ Idem: 79-100.

Lisboa, almejava a *restauração* do Império Português a partir do reino, sendo o estabelecimento de relações mais harmônicas entre as partes do Império fundamental para a manutenção da soberania. Após a instalação da Corte no Brasil, em 1808, Araujo ressalta o esgotamento deste projeto de *restauração*, tendo em vista a multiplicação de narrativas que identificavam o agravamento do atraso e a decadência de Portugal após as Invasões Napoleônicas. A liberdade de imprensa, a abertura dos portos e a instalação de uma estrutura administrativa visando ao recebimento da Corte potencializariam a formulação de projetos de *regeneração* do Império centrados no Brasil. Estes projetos, após o fim das guerras napoleônicas, seriam uma alternativa aos projetos de *restauração* Imperial centrados no reino de Portugal. Com efeito, a propósito do projeto de regeneração de Bonifácio, Araujo expõe que “a forma mais imediata de realizar os princípios do século parecia ser abandonar o Velho Mundo e tentar novos espaços, vazios de passado e receptivos aos benefícios do novo mundo de ciência e civilização”⁵⁶. Assim, “os homens do Velho Mundo poderiam encontrar novas energias”⁵⁷, já que:

[O] Novo Mundo tinha ainda a vantagem de não ter de suportar o desgaste de um passado de obscurantismo e preconceito. Sendo os produtos da razão aplicáveis universalmente, eles poderiam migrar e orientar os novos povos sem que fosse necessário repetir os erros de um processo histórico marcado por constantes retrocessos e hesitações⁵⁸.

A aceleração do tempo e o deslocamento da normatividade do passado após 1808 seriam fatores decisivos para a multiplicação de identidades políticas e a abertura dos horizontes de expectativas para a fragmentação do Império na conjuntura de 1821 e 1822, período no qual se processou a sistematização na cultura história luso-brasileira de narrativas que antagonizavam metrópoles e colônias⁵⁹. Com a fragmentação do Império Português, os letrados e políticos engajados na formação do Império do Brasil conceberiam a Independência como um novo tempo, emancipado de um passado imerso na obscuridade, sendo possível, a partir de então, o empreendimento de operações historiográficas engajadas no desvelamento do gênio

⁵⁶ ARAUJO, 2008: 73.

⁵⁷ Idem: 73.

⁵⁸ Idem: 69.

⁵⁹ SANTOS, 2010.

da nação, da sua individualidade, constituída em relação aos aspectos positivos e negativos legados pela herança lusa⁶⁰.

A modernização da experiência da história no mundo luso-brasileiro e na formação da nação no Brasil também foi tematizada por Bruno Diniz Silva e Flávia Florentino Varella. Ambos os autores analisam, respectivamente, a partir das obras de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, e do historiador e comerciante britânico John Armitage, como a distância temporal entre Portugal e Brasil seria equacionada após a separação política em 1822. Na dissertação de mestrado *Da Restauração à Regeneração*, Bruno Silva explora como Cairu construiria narrativas ilustradas engajadas no projeto político historiográfico da *restauração* do Império Português centradas no reino, anteriores a 1808, e, após a transferência da Corte, projetos de regeneração a partir do novo centro do Império, o Brasil. Após a fragmentação do Império Português, Bruno Silva explora como Cairu, engajado no projeto de constituição do novo Império, equacionaria a distância temporal entre Brasil e Portugal. Bruno Silva analisa a obra *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*, solicitada a Cairu por Dom Pedro I, cujo primeiro volume foi publicado em 1825. O autor explora como as obras de Cairu estariam enredadas em conceitos, narrativas e linguagens em vigor em obras de autores estrangeiros, em especial historiadores britânicos como Gibbon, Hume, Robertson e Southey⁶¹. Contudo, Bruno Silva não procura desvelar as possíveis “influências” que possibilitaram a Cairu a composição de sua obra, mas sim como o historiador baiano adaptava recursos linguísticos antigos e modernos de ampla circulação entre a Europa e a América para a narrativa da história do novo Império. Na história do novo Império, Cairu procuraria equacionar a importância formativa da herança positiva lusa, responsável por lançar os fundamentos da civilização e legar ao Brasil uma tradicional casa Monárquica, ao passo que a opressão do passado colonial seria igualmente desvelada⁶². Sendo assim, a obra de Southey inspirava Cairu a estabelecer o equilíbrio entre o afastamento e a proximidade de Brasil e Portugal, tendo em vista que o

⁶⁰ ARAUJO, 2008: 155-6.

⁶¹ SILVA, 2010: 78-84.

⁶² Idem: 50, 51, 79 e 80. A visualização desta simultaneidade de usos de recursos linguísticos pode ser conferida nos gráficos apresentados pelo autor.

historiador baiano considerava a *História do Brasil* do historiador britânico um farol para a *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil*⁶³.

Uso oposto foi dado a esta obra pelo comerciante e historiador britânico John Armitage, pois este letrado esteve engajado em um projeto político historiográfico que visava à ampliação da distância histórica entre Brasil e Portugal. Na dissertação *Da Impossibilidade de se Aprender com o Passado*, Flávia Varella expõe como Armitage, em sua *História do Brasil*, publicada em inglês em 1836 e traduzida para o português em 1837, narrou a história contemporânea da recente nação tendo como eixo a linguagem sentimental do humanismo comercial, que problematizava a atuação dos atrasados e estagnados portugueses na colonização do Brasil. Segundo Varella, Armitage narraria o desenrolar da sociedade brasileira desde 1808 até a abdicação de D. Pedro I, reivindicando que sua obra continuaria a *História do Brasil* de Southey. Assim, Armitage salientaria os aspectos opressores da colonização portuguesa, com o intuito de demonstrar que D. Pedro I teria abdicado por ter dado prosseguimento ao despotismo belicista e medieval característico de Portugal⁶⁴. Segundo Varella, esta resistência à herança lusa se constituiu em meio ao acirramento das identidades políticas durante as décadas de 20 e 30 no Brasil, já que Armitage viveu no Rio de Janeiro e estabeleceu relações com letrados e políticos liberais moderados, agrupados em torno da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, como Januário da Cunha Barbosa, Evaristo da Veiga, Justiniano José da Rocha e Frederico César Burlamaque⁶⁵.

Estas dinâmicas historiográficas não circunscritas a limites nacionais também foram exploradas por Bruno Medeiros na dissertação *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Ao analisar as tradições historiográficas antigas e modernas enredadas à *Histoire du Brésil* do historiador francês Alphonse Beauchamp, publicada em 1815, o autor explora como esta obra emergiu na França em um contexto político no qual a memória sobre a Revolução Francesa estava em disputa. Ao narrar a história circunscrita aos domínios do Império Português, Beauchamp pretendia contribuir para a manutenção das Monarquias europeias e fazer um contraponto às revoluções na

⁶³ Idem: 78.

⁶⁴ VARELLA, 2011: 78, 92.

⁶⁵ Idem: 84.

América Espanhola. Todavia, Medeiros não restringe suas análises ao contexto discursivo em vigor na França, explorando os efeitos que esta obra desencadearia nos domínios do Império Português antes e após a separação política entre Brasil e Portugal.

Medeiros expõe que a obra de Beauchamp foi traduzida para o português na oficina tipográfica de Desidério Marquês de Leão, a partir de 1817, sendo que esta caiu “nas graças particularmente daqueles que consideravam o Brasil como a possibilidade do Império Português recuperar seu espaço entre as potências europeias”⁶⁶. Segundo Marquês de Leão, a obra de Beauchamp “basta [ria] ser lida como História de Portugal para ser lida com gosto”⁶⁷. De forma semelhante, visando à regeneração do Império a partir do Brasil, o periódico Investigador português editado na Inglaterra também faria bom juízo à obra de Beauchamp. Segundo Medeiros, esta recepção positiva de Beauchamp pelos portugueses se devia ao envolvimento conceitual da *Histoire du Brésil* com o campo semântico em vigor nas obras de autores como o abade Raynal e De Pradt, tendo em vista que estes ressaltavam a potencialidade da América em face do declínio não somente de Portugal, mas de toda a Europa ⁶⁸.

Se, por um lado, esta obra foi recebida positivamente antes da separação política entre Portugal e Brasil, por outro, Medeiros expõe como posteriormente o historiador Adolfo de Varnhagen a rechaçaria, apontando que Beauchamp, um historiador ligado aos pressupostos memorialista da historiografia clássica, seria um plagiário. A condenação de Beauchamp por plágio seria feita por Southey no segundo tomo da sua *História do Brasil*, obra avaliada positivamente por Varnhagen, que admiraria a utilização de métodos modernos de pesquisa pelo historiador britânico e sua capacidade de equilibrar de forma equânime a distância histórica entre o Brasil e suas origens ligadas a Portugal. Admiração que não o impediu de ressaltar o caráter propedêutico da obra de Southey e a superioridade da sua *História Geral do Brasil*⁶⁹.

Com efeito, Bruno Medeiros, assim como Valdei Araujo, Flavia Varella e Bruno Silva apontam como múltiplas tradições historiográficas coexistiram em oposição e complementaridade, em um contexto de consolidação da dinâmica e multifacetada

⁶⁶ MEDEIROS, 2011: 54.

⁶⁷ Idem: 58.

⁶⁸ Idem: 49.

⁶⁹ Idem: 86-97.

experiência moderna da história, cuja exposição em narrativas holísticas estaria submetida a critérios de validação eruditos e a imaginação retrospectiva. Assim, os autores exploram como a modernização da história no mundo luso-brasileiro emergiria envolvida em múltiplos e coexistentes projetos de nação forjados entre Portugal, Brasil, França e Grã-Bretanha, sendo estes constituídos em relação dinâmica à experiência colonial ligada à “decadente” origem lusa.

Tendo em vista que a obra de Southey, em seus efeitos, prestou-se a múltiplos e conflitantes projetos de nação, tanto na Grã-Bretanha quanto no mundo luso-brasileiro, pretende-se explorar como o letrado britânico constituiu suas narrativas sobre o reino de Portugal, colocando em destaque a dinâmica conceitual e a utilização de textos de autores lusitanos.

2 Da (in)existência do gênio e do gosto

Entre dezembro 1795 e julho de 1796 Southey faria sua primeira viagem pela Península Ibérica e escreveria as *Letters Written during a Short Residence in Spain and Portugal with some account of poetry*, publicada em 1797. Nessa obra, o jovem letrado britânico de apenas 22 anos pretendia demonstrar o quanto esta nação lhe desagradava. A sujeira, a inexistência de uma esfera pública literária, os crimes e o fanatismo religioso eram os alvos das suas críticas e sátiras. Esta primeira viagem teria sido motivada pelo tio Hebert Hill, capelão da marinha britânica naquele país, que tinha por objetivo afastar o jovem sobrinho das utopias revolucionárias que poderiam ameaçar seu futuro profissional⁷⁰.

Antes de ir para Portugal, em fevereiro de 1795, Southey daria um curso público de leituras históricas. Esta seria uma de suas primeiras atividades remuneradas, já que, após o rompimento de relações como a tia Elizabeth Tyler, ele seria confrontado com a necessidade de prover seu sustento⁷¹. O conteúdo das palestras ministradas permite a compreensão dos horizontes discursivos que envolviam o jovem letrado alguns meses antes da sua primeira viagem a Portugal.

Robert Southey of Balliol-College, Oxford, proposes to read a course of Historical Lectures, in the following order: - 1º. Introdutório: A Origem e o Progresso da Sociedade. 2º Legislação de Sólon e Licurgo. 3º Estado da

⁷⁰ SPECK, 2006: 58.

⁷¹ SOUTHEY, 1850: 234.

Grécia da Guerra da Pérsia à Dissolução da Liga Acadiana. 4º Surgimento, Progresso e Declínio do Governo Romano. 5º Progresso do Cristianismo. 6º Maneiras e Irrupções das Nações do Norte. Crescimento dos Estados Europeus, Sistema Feudal. 7º Estado do Império do Oeste à Captura de Constantinopla pelos Turcos, incluindo o surgimento e o Progresso da Religião Maometana e as Cruzadas. 8º História da Europa até a abdicação do Imperador Carlos Quinto. 9º História da Europa até o estabelecimento da Independência da Holanda. 10º Estado da Europa e mais particularmente da Inglaterra, da ascensão de Carlos primeiro à Revolução de 1688. 11º Progresso dos Estados do Norte, História da Europa até a Guerra Americana. 12º A Guerra Americana.⁷²

Do programa divulgado para o curso, pode-se destacar que Southey conhecia as principais produções historiográficas produzidas na Grã-Bretanha a partir de meados de XVIII. A partir de alguns tópicos, verifica-se que Southey fazia menção direta a obras de historiadores reconhecidos publicamente neste contexto. Para a segunda e a terceira palestras, Southey utilizaria as narrativas da *History of Greece* (1784), de William Mitford (1744 –1827). Para a quarta palestra, Southey utilizaria as narrativas de Adam Ferguson (1723-1816), em *The History of the Progress and Termination of the Roman Republic* (1783)⁷³. Para a quinta palestra, Southey poderia mobilizar o capítulo 15 de *Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-88) de Edward Gibbon (1737-94), intitulado *The Progress of the Christian Religion, and the Manners, Numbers, and condition of primitive Christians*. Para a sexta palestra Southey poderia mobilizar o capítulo nono da mesma obra *The State of German till the invasion of the barbarians, in the time of the emperor Decius*. Para a discussão do sistema feudal, Southey poderia mobilizar um amplo panorama a partir do texto de William Robertson *A view of the progress of society on Europe, from the subversion of the Roman Empire to the beginning of the sixteenth century*, publicado como introdução à *History of the Reign of the Emperor Charles V* (1769). A obra completa, por sua vez, poderia ser mobilizada para a oitava palestra. Os debates sobre a Revolução Inglesa de

⁷² Idem: 234: “Robert Southey of Balliol-College, Oxford, proposes to read a course of Historical Lectures, in the following order: -1st. Introductory: on the Origin and Progress of Society. 2nd. Legislation of Solon and Lycurgus. 3rd. State of Greece from the Persian War to the Dissolution of the Achadian League. 4th. Rise, Progress, and Decline, of The Roman Governement. 5th. Progress of the Christianity. 6th. Manners and Inrruptions of the Northern Nations. Growth of the European States, Feudal System. 7th. State of the Eastern Empire to the Capture of Constantinople by the Turks; including the Rise and Progress of the Mohammedan Religion and the Crusades. 8th. History of Europe, to the Abdication of Emperor Charles the Fifth. 9th. History of the Europe, to the Establishment of Independence of Holland. 10th. State of Europe, and more particularly of England, from the Acession of Charles the First to the Revolution in 1688. 11th. Progress of the Northern States, History of Europe to the American War. 12th. The American War”.

⁷³ Estes livros foram tomados de empréstimo na biblioteca de Bristol no ano de 1795. SPECK, 2006: 55.

1688 poderiam partir das narrativas de David Hume (1711-76) em *History of England* (1759), tendo em vista o recorte desta obra: “da Invasão de Julio Cesar à Revolução de 1688”. Por último, as reflexões sobre história contemporânea poderiam partir de Edmund Burke (1720-97) em *An Impartial History of the War in America* (1780).

A partir do quadro de referências historiográficas de Southey, pretende-se discutir como ele estaria envolvido em conceitos, narrativas e linguagens que constituiriam os horizontes de possibilidades de suas enunciações sobre a história, a literatura e a sociedade portuguesas. Nas *Letters*, Southey publicaria o *Essay on poetry and poesy of Spain and Portugal*, no qual faria uma exposição literária e historiográfica sobre o reino de Portugal e Espanha. Ao comparar a literatura destas nações com as obras literárias de ingleses, franceses e italianos, duras críticas seriam tecidas ao desenvolvimento destas nações. No *Ensaio*, Southey expõe que durante as épocas de escritores britânicos como Geoffrey Chaucer (1343-1400), John Barclay (1582—1621), John Harrington (1561-1612) e dos italianos Giovanni Boccaccio (1313-1375) e Torquato Tasso (1544-1595) a literatura de Portugal e Espanha não manteria intercurso com as produções de outras nações, fator que diferenciaria os autores ibéricos de um cânone de autores clássicos, tendo em vista que os primeiros emulavam os antigos e buscavam inspiração e exemplo nas obras de seus contemporâneos, constituindo uma cultura literária cosmopolita⁷⁴. Assim, para Southey, Portugal e Espanha não teriam alcançado efetivamente a era do “gênio”, situada entre os séculos XIV, XV e XVI, que precederia a era do “gosto” no século XVIII. As faculdades do “gosto” só poderiam ser alcançadas a partir do cuidadoso cultivo e desabrochar do “gênio”, uma fase antecessora e fundamental, que teria suas raízes mal situadas, já que os primeiros poetas expressavam seus pensamentos sem rejeitar a incongruência ou escolher a linguagem mais adequada⁷⁵.

A literatura estaria submetida a um desenvolvimento progressivo que não poderia prescindir das suas raízes, pois, antes das correções de Alexander Pope (1688–1744) ou da união entre imaginação e julgamento de Thomas Gray (1716-1771), Abraham Cowley (1618-1667) e John Dryden (1631-1700) haviam lançado as sementes da literatura britânica. Da mesma forma, a grandeza do poeta italiano Tasso seria

⁷⁴ SOUTHEY, 1797: 123.

⁷⁵ Idem: 124.

possível em face da precedência de Dante Alighieri (1265–1321), Luigi Pulci (1432 – 1484) e Matteo Boiardo (1441-1494)⁷⁶. Tendo em vista esta dimensão da formação gradativa que caracterizaria o progresso nas letras, Southey expõe que Portugal e Espanha nunca alcançaram a “era do gosto”, pois o crescimento do “gênio” teria sido rápido e curto, seu declínio teria sido lento e contínuo⁷⁷. O espírito de conquista elevaria os costumes hispânicos à ostentação, acompanhada da dupla tirania de monarcas e padres. O espírito de aventura dos espanhóis na América levaria o povo português à pobreza após a morte do “detestável” Filipe II. De forma semelhante, a “louca” expedição de Dom Sebastião custaria a soberania da nação portuguesa, o que seria de grande prejuízo para o caráter do povo, perdido “para sempre” mesmo após a restauração da casa de Bragança⁷⁸.

Nesse sentido, a decadência de Espanha e Portugal seria análoga à queda dos antigos Impérios. Este fator seria decisivo para o perecimento do “gênio”:

Quando as nações declinam então declinam o gênio de seus individuais. Eles crescem juntos e juntos eles caem e sua participação na glória nacional ou degradação é uniforme. O gênio ateniense pereceu com a liberdade de Atenas e a literatura Romana teria se tornado contemplativa antes dos Góticos a destruírem.⁷⁹

Southey mobiliza uma analogia com a Antiguidade como um critério para explicar a decadência dos Impérios Ibéricos e os efeitos na literatura, no entanto, a exemplaridade clássica no *Ensaio* é deslocada perante a grandiosidade da literatura dos séculos XIV, XV e XVI produzida por italianos, franceses e britânicos. Southey não cita nenhum autor antigo, pois seu objetivo era construir um cânone literário envolvido em permanências medievais, que estaria conectado às obras dos autores do século XVIII, responsáveis por restaurar a literatura de um “falso gosto” metafísico que afetaria toda literatura europeia no século XVII⁸⁰. Com efeito, Southey partiria de um cânone cosmopolita de autores medievais para definir os germes que caracterizariam o povo e a literatura de franceses, ingleses, alemães, portugueses e espanhóis. Assim, para Southey, seria problemático o fato de Espanha e Portugal terem alcançado o auge

⁷⁶ Idem: 124-125.

⁷⁷ Idem: 125.

⁷⁸ Idem: 126.

⁷⁹ Idem: 125: “As nations decline so declines the genius of their individuals; they have risen together and together they fallen, and this participation of national glory or national degradation is uniform. Athenian genius perished with the liberty of Athens, and Roman literature had become contemptible long before the Goths destroyed it”.

⁸⁰ Idem: 126.

da composição literária envolvidos no desejo de conquista, enquanto os homens de letras de outras nações se abriam para o intercâmbio cosmopolita das letras. Entretanto, estes clássicos da “era do gosto” deveriam ser corrigidos em suas carências e excessos pelos herdeiros do século XVIII, o que não poderia ser realizado em Espanha e Portugal, tendo em vista a decadência destas nações em face do domínio da Inquisição e do despotismo⁸¹.

Nesse sentido, destaca-se que a vigência da conceituação de Portugal e Espanha como nações atrasadas e decadentes em vigor no *Ensaio* de Southey emergiria envolvida em conceitos em vigor nas obras de grandes historiadores como Gibbon, Hume e Robertson. Estes historiadores conceberiam a superioridade do presente europeu, do século XVIII, em contraposição ao passado, por sua vez, identificado com o barbarismo feudal e o fanatismo religioso. Em particular, com relação à história da Grã-Bretanha, a constituição de 1688 e o Ato de União entre Escócia e Inglaterra em 1707 seriam tidos como marcos para a autoconsciência do afastamento do presente compreendido como polido e enriquecido pelo comércio em oposição ao passado marcado pela fragmentação política e por guerras de religião⁸².

John Burrow expõe que historiadores como Hume, Gibbon e Robertson definiriam o presente como “polido”, “refinado”, “civilizado” e “ilustrado”, vocabulário que se definiria em oposição a eras passadas adjetivadas como “rudes”, “iletradas”, “supersticiosas”, “bárbaras” e “anárquicas”⁸³. Para Burrow, este vocabulário evidencia que a historiografia do século XVIII se afastaria da exemplaridade da história clássica. Assim, a experiência da leitura histórica seria impulsionada pela sensibilidade à ampliação do distanciamento entre presente e passado, por sua vez, passível de ser transposto através do emprego da imaginação retrospectiva e da erudição⁸⁴. Assim, Burrow define como esta sensibilidade histórica estaria enredada à sua exposição macronarrativa:

Crucial para o surgimento do gênero Ilustrado de história dos costumes, maneiras e opinião foi o que veio ser visto como um indisputado fato da história Europeia: ‘o progresso da sociedade’. O crescimento do comércio e o fim da ‘feudal anarquia’, o ‘renascer do aprendizado e a superação dos

⁸¹ Idem: 128, 129-130.

⁸² POCOCK, 1999b.

⁸³ BURROW, 2008: 322.

⁸⁴ Idem: 328.

antigos' na descoberta do Novo Mundo, os textos impressos e os melhoramentos nas artes das guerras [...] contribuíram para esta percepção. Com isto podemos adicionar a concepção de suavização das 'maneiras' com relação aos séculos anteriores, nos quais o duro, pedante, violento e intolerante zelo religioso e polêmicas dos tempos da Reforma contrastavam com a cultivação da polidez no século dezoito, no qual a tolerante sociabilidade foi a marca de um refinamento da sociedade que era delicada, humana e racional.⁸⁵

J.G.A. Pocock explora as especificidades do processo de formação desta estrutura macronarrativa na série *Barbarism and Religion*, na qual são abordados os contextos discursivos em vigor na obra de Edward Gibbon *Decline and Fall of Roman Empire* (1776-88). A partir da compreensão das dinâmicas multicêntricas das ilustrações exploradas através das obras de filósofos e historiadores como Pietro Gianone, Voltaire, Raynal, Adam Smith, Robertson, Hume, Adam Ferguson Gibbon, Pocock apresenta como as macronarrativas destes autores seriam respostas eficientes à sensibilidade ao afastamento do presente em relação ao passado. Todavia, Pocock evidencia como estas macronarrativas estariam envolvidas em uma dinâmica paradoxal simultaneamente autocongratulatória e autocondenatória⁸⁶. Segundo Pocock, o julgamento filosófico no qual emergiria a compreensão do medievo como era do “barbarismo e religião” e “era do milênio cristão” coexistiria com a compreensão historicizada da sua importância formativa para o presente, sendo assim, os valores e maneiras sociais em vigor lançariam suas raízes na obscuridade do passado rejeitado⁸⁷.

A era de barbarismo e religião se estenderia ao século XVII devido à permanência de violentas guerras entre católicos e protestantes. Assim, segundo Pocock, os historiadores da segunda metade do século XVIII estariam envolvidos na sensibilidade à superação da “corrupção antiga”, narrada por Tácito em vigor no Império Romano, e à “brutalidade dos bárbaros” nórdicos, que teriam possibilitado o

⁸⁵ Idem: 313: “Crucial to the emergence of the Enlightenment genre of the history of customs, manners and opinion was what was coming to be seen as an indisputable fact of European history: ‘the progress of society’. The growth of commerce and the end of the ‘feudal anarchy’, the ‘revival of learning and the surpassing of the ancients’ in the discovery of the New World and the printing press and the improvements in the arts of war [...] all contributed to this perception. To this came to be added a conception of the improvement of ‘manners’ over the previous to centuries, from the rough, pedantic, fiercely intolerant religious zeal and polemics of the time of the Reformation to the eighteenth-century cultivation of a polite, tolerant sociability as the mark of a refined society which was mild, humane and rational”.

⁸⁶ POCOCCO, 2005: 247.

⁸⁷ Idem: 13.

deslocamento da virtude republicana clássica ao promoverem gradativas mudanças culturais impulsionados pela formação de sociedades agropastoris⁸⁸. Os benefícios advindos da agricultura e da criação de animais possibilitariam aos povos bárbaros a fixação na terra, dando início a um processo histórico no qual se sucedeu a ampliação da circulação de objetos, pessoas e letras, ou seja, a ampliação das trocas culturais, que se mundializaria com o posterior surgimento da imprensa e a dinamização transatlântica do comércio⁸⁹. Com efeito, a educação sentimental dos indivíduos no século XVIII seria fruto de um longo processo de transformações culturais possibilitada pela domesticação dos excessos das paixões dos indivíduos, isto é, a transformação das mesmas em maneiras e costumes sociais louváveis⁹⁰.

Não somente nesse *Ensaio*, mas em outras oportunidades, Southey demonstra-se envolvido nos horizontes discursivos legado pelos historiadores britânicos do século XVII, que, através da perspectiva da história conjectural, teorizavam sobre o estágio de desenvolvimento das nações. Sendo assim, Southey acreditava ser possível precisar os estágios pelos quais Portugal haveria passado.

No Jardim Botânico minha atenção esteve principalmente engajada em duas estátuas desenterradas neste reino uns poucos anos atrás e agora expostas em cada lado da porta do jardim, expostas ao tempo! Uma é um pouco maior que a outra, mas ambas tem a mesma atitude e representam um homem, suas mãos quase caindo, seguram um pequeno escudo; evidentemente tão rude para uma era tão avançada em civilização, elas são muito superior aos esforços de um bárbaro. Estas estátuas dão amplo lar para conjectura, elas guiam-me a refletir sobre muitos estupendos trabalhos de arte, que foram admiráveis nas eras anteriores e de que os autores foram mesmo esquecidos.⁹¹

Nesta passagem, pode-se depreender que Southey empregava elementos discursivos em vigor nas histórias conjecturais compostas por Gibbon, Hume e Robertson, cujos conceitos foram sistematizados na teoria estadal de Adam Smith. Para o autor escocês, a história passaria teleologicamente por quatro etapas

⁸⁸ Idem: 12-13.

⁸⁹ Idem: 37-64.

⁹⁰ PHILIPS, 1997: 33-60.

⁹¹ "In the Botanic Garden my attention was principally engaged by two statues dug up in this kingdom a few years back, and now stuck up on each side of the door of the garden, and exposed to the weather! The one is somewhat larger than the other, but both are in the same attitude, and represent a man, his hands hanging down, and holding with both a small round shield; evidently too rude for an age far advanced in civilisation, they are yet much superior to the efforts of a barbarous one. These statues give ample room for conjecture; they led me to reflect on many stupendous works of art, which were wondered at in the earliest ages of history, and of which the authors were even then forgotten". SOUTHEY, 1797: 402-403.

sucessivas, a saber: a época dos caçadores e coletores, a época dos pastores nômades, a época dos agricultores e, finalmente, a época do comércio⁹². Outra característica que aparece constantemente nos relatos de Southey é o emprego da ironia para caracterizar a literatura, a história e a sociedade portuguesa, instrumento estilístico comum em vigor nas obras de Hume e Gibbon⁹³. Um dos critérios utilizados por estes historiadores para mensurar o desenvolvimento das nações seria o crescimento populacional coetâneo à multiplicação dos bens culturais. A este respeito, Southey mobiliza as narrativas do cronista seiscentista Antonio de Macedo (1606-1682) para caracterizar ironicamente o estágio de desenvolvimento da população portuguesa:

Uma das muitas excelências de Portugal é esta grande população. Você questiona isto? Macedo diz a você que Tubal em sua morte deixou 61 mil descendentes. Você discorda deste tão remoto fato? Portugal continha quinhentos e sessenta e oito mil habitantes nos tempos de Augusto. Mas você quer saber se Portugal é populoso no presente. Sua prova é decisiva. Blanca da Rocha, a esposa de Rodrigo Monteiro, teve catorze filhos em um parto, que foram todos batizados. Maria Marcela teve sete em um parto, e todos entraram para a igreja, grande benefício para população, sem dúvida! E Inez Casal de Gueday foi casada sete vezes e teve cento e nove filhos.⁹⁴

Se Southey afirma ironicamente a grandeza da população de Portugal a partir das crônicas de Antonio de Macedo, o aspecto supersticioso do relato do cronista português ficaria evidente para os leitores britânicos ao ser demonstrado em outras partes da obra análises de letrados e políticos portugueses do século XVIII que problematizavam a decadência e atraso do reino. Southey apresentaria uma tabela retirada do *Discurso Jurídico econômico* (1788) de Domingos Nunes na qual a decadência da população da Comarca de Castelo Branco é comprovada a partir da comparação do contingente habitacional nos anos de 1706, 1755 e 1786. Estes dados possibilitavam ao letrado afirmar a decadência da totalidade a partir de uma das suas partes⁹⁵.

⁹² LEME LOPES, 2011: 158-170.

⁹³ WHITE, 1992; POCOCK, 1999a: 208-240.

⁹⁴ "One of the many excellences of Portugal is its great population. Do you question this? Macedo tells you that Tubal at his death left sixty-five thousand descendants. Do you object to this as a too remote fact? It contained five hundred and sixty-eight thousand inhabitants in the time of Augustus. But you want to know if it be populous at present. His proof is decisive. Blanca de Rocha, the wife of Rodrigo Monteiro, had fourteen children at a birth, who were all baptized. Maria Marcella had seven at a birth, who all entered the church, greatly to the benefit of population no doubt! And Inez del Casal de Gueday was married seven times, and had an hundred and nine children". SOUTHEY, 1797: 283.

⁹⁵ Idem: 495.

Southey também apresentaria como apêndice desta obra um resumo dos argumentos de Dom Luis da Cunha em um manuscrito que, segundo ele, como era de se esperar, não teria sido publicado em português. Neste resumo do manuscrito, que Southey afirma ter sido composto por volta de 1740, são apresentados elementos que comprovariam a superioridade da Espanha em relação à decadência de Portugal, o que ensinaria o então ministro argumentar a favor da transferência da corte para o Brasil, pois, a partir da grande produção e comércio nesta colônia, seria possível a instauração do “Império do Oeste”⁹⁶. Southey destaca que as idéias de Dom Luis da Cunha de expulsar os jesuítas, suprimir as ordens monásticas, reduzir o poder da inquisição e encorajar as manufaturas seriam excelentes, porém, por falta de coragem ou poder, esta missão ficou legada ao Marques de Pombal⁹⁷. Dessa forma, a utilização de Southey de textos de letrados e políticos lusitanos do século XVIII nas *Letters* não foi mobilizada para demonstrar os potenciais desta nação em superar os entraves ao seu progresso, mas sim como uma forma de potencializar suas ironias.

A Academia Real de Ciências de Lisboa é alvo de duras críticas nas *Letters*. Com relação à premiação da obra *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito, assim dos homens, como dos mesmos animais* (1793) escrita pelo Conde Leopoldo Berchtold (1738-1809), compositor de textos em inglês e alemão, Southey expõe que efetivamente suas “prazerosas” “teorias da caridade” não teriam impacto em meio à iletrada população, que nem mesmo sabia da existência do seu nome⁹⁸. Em outra oportunidade, Southey ironiza o fato dos acadêmicos utilizarem no dicionário da instituição os mesmos argumentos de Antonio de Macedo para justificar a grandeza da língua e da nação portuguesas. Antonio de Macedo ratifica a grandeza da língua portuguesa afirmando que a sua antiguidade remonta ao episódio bíblico da Torre de Babel, sendo que após este Tubal, filho de Noé, traria a Portugal esta perfeita e harmônica língua, apita a todos os estilos e tão próxima ao latim⁹⁹. Southey expõe que para provar os argumentos de Antonio de Macedo os letrados produziram uma longa dissertação: três páginas!¹⁰⁰ O grau da ironia ainda seria ampliado a partir da anedota:

⁹⁶ Idem: 408-463.

⁹⁷ SOUTHEY, 1808: 299-300.

⁹⁸ SOUTHEY, 1797: 368.

⁹⁹ Idem: 285-287.

¹⁰⁰ Idem: 288.

“Tudo isto me lembra dos esquimós, que distinguem a si mesmos do resto da humanidade pelo título de Homens. Um destes homens viu um macaco empalhado na Inglaterra e declarou na última agitação que isto era um esquimó velho pequeno!”¹⁰¹.

Portanto, o que se pode depreender do primeiro relato de viagem e miscelâneas literárias de Southey sobre Portugal é que ele não tinha a intenção de recuperar aspectos da história, da sociedade e da literatura desta nação a partir de uma perspectiva empática. Com efeito, o objetivo de Southey era ratificar a distância temporal que separava a Grã-Bretanha de Portugal.

3 Da universalidade do “gênio”: o valor relativo da História de Portugal

Entre abril de 1800 e maio de 1801, Southey residiria em Portugal e iniciaria o seu projeto de composição de uma história desta nação. Com o objetivo de realizar esta obra, o historiador viajaria pelo país tendo o intuito de ampliar o conhecimento sobre os costumes e maneiras dos portugueses, como também visitar arquivos e recolher documentos. O empreendimento de escrever a *História de Portugal* emergiria simultaneamente à sua desilusão com os efeitos da Revolução Francesa, com a ascensão de Napoleão; enquanto seu posicionamento político passava por uma profunda reformulação, Southey permanecia cético às contradições da sociedade comercial, que, segundo ele, teriam gerado a pobreza. Assim, o amadurecimento de Southey como homem de letras dava-se frente a uma atitude cética com relação ao presente e simultaneamente a restrições que limitavam a idealização do passado¹⁰².

Entretanto, deve-se destacar que Southey retorna a Portugal como um historiador erudito comprometido em explicar a individualidade desta nação e o seu lugar na história universal. Assim, uma nova apreciação seria dada sobre a vigência do “gênio” em Portugal. “Não é o gênio que falta em Portugal, gênio existe em todos os lugares, mas encorajamento, ou esperança de encorajamento, isto deveria acordá-los para ação. Aqui nenhuma ambição pode existir, exceto o desejo de posição e ostentação na corte: um homem de letras, um filósofo, morreria de fome aqui”¹⁰³. A

¹⁰¹ Idem: “All this reminds me of the esquimaux, who distinguish themselves from the rest of mankind by the title of Men. One of these men saw a dried Monkey in England, and declared in the utmost agitation that it was a little old Esquimaux!”

¹⁰² SPECK, 2006: 75, 81.

¹⁰³ SOUTHEY, 1960: 138: “It is not genius that is wanted in Portugal, genius exist everywhere; but encouragement, or the hope of encouragement, must it waken to action; and here no ambition can

certificação da existência do “gênio” em Portugal permitiu a Southey uma compreensão alargada sobre a pedagogia que poderia ser depreendida das narrativas históricas desta nação. Este conceito como apresentado no *Ensaio* estaria ligado às raízes da literatura nacional, ou seja, a identificação da vigência do “gênio” significava a inserção dos autores portugueses dos séculos XV e XVI em um cânone literário cosmopolita.

Dessa forma, a importância de Portugal não se restringiria a legar à Europa autores que se somariam a Dante, Tasso, Spencer, Shakespeare e Milton, tornando-se referências superiores aos clássicos da antiguidade. Seria avaliada em unidade a importância dos grandes feitos de Portugal nos séculos XV e XVI que estariam conectados aos progressos alcançados pela Grã-Bretanha no século XVIII. A partir da percepção do movimento da história através de um olhar comparativo, William Taylor avaliaria a importância do projeto de compor uma *História de Portugal* a ser empreendido pelo amigo.

A História de Portugal é um assunto límpido, ela envolve a educação comercial das Nações modernas, assim como a dinastia Médiciana a tem na sua educação literária. O sistema colonial e, tudo que consiste a política externa da Grã-Bretanha, é senão um refinamento da empresa portuguesa, tal como toda escola da moderna poesia e arte teve em Florença e Roma modelos. A relação entre o que cada país fornece para o progresso da civilização universal, constitui as causas e medidas de seu interesse para a história Universal. Para trazer em sua história local os fatos e homens e ondas de eventos e tendências gerais que influencia o todo, constitui a grande arte do historiador. Individualidades não são estimativas pelo seu positivo, mas sim por seu relativo valor; e nós requeremos muito e por muito tempo dos que, como os *aeons numa pleroma*, não só participaram, mas ainda influenciam a condição da humanidade.¹⁰⁴

A apreciação de Taylor ao projeto de Southey é instrutiva para compreensão do caráter cosmopolita do conceito de história vigente na Grã-Bretanha. O progresso

exist, except the desire of place and court pageantry: a man of letters, a philosopher, would starve here”.

¹⁰⁴ TAYLOR, 1843: 347: “The History of Portugal is a neat subject, it involves the commercial education of modern nation, as that of the Medicean dynasty does their literary education. The colonial system, and all that constitutes the exterior policy of Great Britain, is but a refinement of Portuguese undertaking, just as all the modern schools of poetry and art have run for models to Florence and to Rome. The relation which each country bears to the progress of universal civilization, constitutes the causes and measure of its interestingness in Universal history. To bring out in local history the facts and men and sweeps of event and general tendencies which influence the whole, constitutes the grand art of historian. Individuals are not estimate by their positive but their relative value; and we enquire much and long about those who, like the aeons in the plerona, not only partook but still influence the condition of humanity”. [grifos nossos]

alcançado pela política externa britânica e o enriquecimento comercial e cultural desta nação estariam causalmente conectados à expansão marítima portuguesa nos séculos XV e XVI. A história era compreendida como uma totalidade universal constituída por diversas partes e a capacidade do historiador estaria em articular o particular com o geral. Assim, a autonomia das partes seria circunscrita à totalidade. Com efeito, Portugal “ainda influenciava a condição da humanidade”, e a compreensão da política externa britânica como um “refinamento” só poderia ser constatada a partir da comparação da coexistência de temporalidades em conexão. Tendo em vista o envolvimento das histórias particulares, Southey procurava evidenciar, mediante a escrita da história de Portugal, as causas do desenvolvimento e da decadência das nações modernas, enfatizando a pedagogia universal depreendida desta nação, já que a “pequena conexão que Portugal tinha tido com a política em geral dava uma totalidade e união à sua história e nenhum país em seu auge já apresentou mais esplendidas ações ou exibiu mais importante lições em sua queda”¹⁰⁵.

O fato de a história de Portugal influenciar efetivamente o todo positiva e negativamente significava que a superioridade britânica não teria de fato se emancipado de elementos que poderiam provocar seu declínio. Assim, o que fica implícito nas enunciações de Taylor e Southey é que Portugal estaria em descompasso em relação à Grã-Bretanha, sendo analogamente o passado da Europa. O inacabamento deste passado impossibilitaria a incorporação da história de Portugal harmônica e organicamente ao progresso da História Universal. Para Taylor, a história de Portugal seria estimada não pelo seu “positivo”, mas pelo seu “relativo valor”, que, para Southey, poderia ser depreendido da narrativa do auge e da queda desta nação. Uma carga negativa estava implicitamente ligada à história de Portugal, e desta negatividade Taylor esperava extrair uma pedagogia universal a respeito do desenvolvimento das nações, já que um dos desafios do amigo seria “preparar a oração fúnebre de uma nação que provavelmente seria rapidamente enterrada”¹⁰⁶. Dessa forma, a partir de Southey e Taylor, compreende-se que a história seria concebida como um processo dotado de movimento autônomo, consciência envolvida à expansão da sensibilidade à contemporaneidade do não contemporâneo. No

¹⁰⁵ SOUTHEY, 1960: 68.

¹⁰⁶ SOUTHEY, 1843: 443.

entanto, a constituição desta historização manifestava-se vazada por horizontes semânticos envolvidos na compreensão da atemporalidade da ordem natural, já que a expressão grega “Aeons numa Plenora” se remete à eternidade dos deuses.

Segundo Koselleck, compreende-se que a aceleração do tempo deslocaria a função exemplar do conceito ciceroniano de *historia magistra vitae* em meados do século XVIII ao confrontar sua autoridade em vigor desde a antiguidade. O campo semântico da *historia magistra vitae* vigorava enredado a analogias que remetiam as ações humanas a fenômenos prefigurados na ordem natural. Dessa forma, analogamente ao movimento inevitável e circular dos astros em torno do sol, os homens estavam fadados a cumprirem o destino inscrito na ordem natural e transmitido pelas tradições, sendo a ascensão e a queda partes constitutivas do mesmo cosmos¹⁰⁷. Segundo Hayden White, filósofos e historiadores do século XVIII como Kant, Gibbon e Hume enunciavam narrativamente o progresso na história estando simultaneamente enredados na compreensão da atemporalidade da natureza humana. Para White, estes homens de letras conceberiam tanto a possibilidade de decadência como a de progresso na história e este horizonte de possibilidades estaria enredado à compreensão de que as paixões dos homens do passado poderiam ser deflagradas em vigor no presente. Logo, as narrativas de progresso que enunciavam a superioridade do presente e sua racionalidade se autodeflagravam ironicamente em sua equívoca pretensão. A exposição diacrônica do passado surpreendentemente evidenciaria o que a princípio buscava-se negar, ou seja, de que a irracionalidade das épocas passadas estaria em estreita conexão com os vícios em vigor no presente, sendo a visão cética e irônica destes letrados sobre a história derivada desta dualidade¹⁰⁸.

Esta dualidade torna-se instrutiva para a compreensão dos escritos de Southey. Em seu segundo relato de viagem sobre Portugal, Southey ostentaria constantemente o privilégio de poder viver sob as leis de uma sociedade não submetida ao despotismo e que desfrutava da liberdade de imprensa. Assim, o historiador teceria críticas sobre os excessos de uma sociedade não civilizada, que convivia com a brutalidade diária de roubos e crimes motivados por rivalidades. Estes crimes, segundo Southey, não seriam

¹⁰⁷ KOSELLECK, 2006: 43.

¹⁰⁸ WHITE, 1992: 68-78.

punidos, e, somando-se a isto, as críticas à igreja ou ao Estado seriam tidas como intoleráveis. Dessa forma, Southey demonstra simultaneamente a sua confiança na superioridade da Grã-Bretanha em relação a Portugal, como explicita seu ceticismo em relação aos “progressos” e a “civilidade”:

[...] Para todos os úteis propósitos da sociedade isto é uma anarquia completa. Um homem não pode, de fato, escrever contra a igreja ou o estado, mas pode roubar e matar com impunidade. Nós tivemos um assassinato cometido a treze jardas de nossa porta – ouvi isto por acidente dois dias após. Um método de vingança usado no país é desgraçadamente ingênuo, os *avanços* são tão lentos em Portugal que isto ainda não chegou à Metrópole. Eles batem nos homens com sacos de areia. Isto não infligi muita dor no momento como um cano faria, mas eles ferem interiormente todo o corpo, sendo a morte lenta e certa, ao menos que o paciente seja imediatamente sacrificado [...]. Das fraudes, as propriedades estão salvas o bastante, pois o reino não é *civilizado* o suficiente ainda para produzir engenhosos vagabundos. Uma tentativa de cunhar moeda tem sido feita, mas os soldados ingleses são os supostos artifices.¹⁰⁹

As ironias de Southey no emprego de conceitos como “avanço” e “civilizado” são sintomas da sua desconfiança com relação ao estado presente da Grã-Bretanha. Segundo o próprio Southey, as contradições geradas pela civilidade não ficariam restritas à Grã-Bretanha, sendo estendidas para Portugal através dos soldados ingleses. Assim, se a brutalidade vigente no cotidiano português poderia ser comparada às contradições e violências desencadeadas na civilizada Grã-Bretanha, de forma análoga o fanatismo religioso não seria exclusividade da sociedade portuguesa: “Não existe dúvida que eles pensariam ser uma boa ação queimar uns poucos judeus e que as turbas achariam isto divertido. As turbas são sempre intolerantes. Se você queimasse um sociniano na Inglaterra teria um feriado no reino e todas as igrejas tocariam os sinos”¹¹⁰.

¹⁰⁹ SOUTHEY, 1960: 94: “[...] For all useful purposes of society this is a complete anarchy. A man cannot indeed write against the church or the state, but he may rob and murder with impunity. We had a murder committed within thirty yards of our door – and heard of it by accident two days afterwards. One method of revenge used in the country is damanably ingenious, *improvement* are so slow in Portugal that has it not yet reached the Metropolis. They beat a man with sand-bags. These do not inflict so much present pain as a cane would do, but they bruise all the fine vessels, so that a slow and certain death ensures, unless the patient be immediately sacrificed [...]. From fraud, property is safe enough, for the kingdom is not yet *civilized* enough to produce ingenious rogues. An attempt at coining has been made – but the English soldiers were the supposed artificers”. [grifos nossos]

¹¹⁰ Idem: 135: “There is no doubt that he would think it a good deed to burn a few Jews, and that the mob would think it a good fun. Mobs are never tolerant. Were you to roast a Socinian in England there would be a holiday over the kingdom and all the church bells would ring”. [grifos nossos]

Ao passo que o julgamento sobre a história de Portugal apresenta-se como inevitável para Southey, ampliavam-se simultaneamente os horizontes de possibilidades de recuperação do passado em sua autonomia estética. Nesse sentido, tornou-se necessário para Southey pensar qual seria a forma mais adequada para a tradução dessa obra, de forma que o caráter dessa nação fosse trazido à tona através da narrativa. Naturalmente, a linguagem que envolvia as obras de autores britânicos do século XVIII, especificamente Gibbon, Hume e Samuel Johnson, seria rejeitada, pois estas estariam em desarmonia com a história de Portugal. As obras destes autores, segundo Southey, envolvidas na excessiva polidez características da cultura contemporânea careceriam da força e vigor das composições épicas dos clássicos nacionais. Este vigor poderia ser encontrado nas obras dos cronistas portugueses, que, segundo Southey, eram os melhores¹¹¹. Dessa forma, chama-se a atenção para o fato de que, ao passo que as narrativas de Southey estavam envolvidas nas macronarrativas dos historiadores que o precederam, em questão de estilo, as obras destes historiadores se demonstravam inapropriadas diante da necessidade de se tornar familiares os costumes e maneiras vigentes nas obras dos clássicos nacionais, sintetizadas na linguagem memorialista das crônicas. A este respeito, Southey expõe qual seria a linguagem mais adequada para se narrar a *História de Portugal*.

A História. – Tenho testado minha força e posso puxar o arco. Provavelmente meu estilo não será afetado pelo maneirismo de qualquer escritor inglês, porque minhas leituras são exclusivamente estrangeiras. Prefiro a sobriedade das linhas de Lord Bacon e a poderosa força de Milton e Jeremy Taylor que nossos últimos escritores. Eles cortam suas sentenças em epigramas. As obras de Johnson desaprovo totalmente. Nele eu teria um bom manancial de inglês imaculado, sua narrativa pormenorizada é compreendida até por um leitor inculto. Gibbon é francês e Deus sabe que não tenho nada contra a França, mas os princípios que ele professa são abusivos. Hume carece um pouco de estilo.¹¹²

A linguagem completamente descritiva e polida de Johnson seria insuficiente para se narrar os grandiosos feitos militares dos portugueses na Ásia, na África e na

¹¹¹ SOUTHEY, 1960: 69.

¹¹² Idem: 162: “The History – I have tried my strength and can Bend the bow. My style is not likely to be infected by the mannerism of any English writer – because my reading is exclusively foreign. I prefer the sober state lines of Lord Bacon and the mighty strength of Milton and Jeremy Taylor to our late writers. They cut their sentences into epigrams. Johnson’s utterly disapprove – and would have mine a well of English undefiled – understandable even to a minuteness of meaning by an unlearned reader. Gibbon’s is French and God knows I hold nothing with France but the principles with she professes and abuses. Hume I think wants a character of style. A little individuality there should be”.

América. Para que a *História de Portugal* refletisse o caráter do povo português nestes tempos a narrativa deveria incorporar a simplicidade e a rusticidade da literatura contemporânea a estes feitos. A linguagem empregada por Gibbon e Hume também não seria a mais adequada, pois, se, por um lado, o primeiro excedia no estilo identificado como francófilo, o segundo estaria extremamente enredado no decoro clássico, o que não lhe permitiria cultivar a individualidade. No entanto, a busca por uma narrativa que fosse capaz de refletir o espírito das épocas não pode ser entendida como um impulso idealizador de reviver empaticamente o passado. Assim como Gibbon e Hume, a historicização do passado em Southey seria acompanhada do julgamento filosófico. Apesar de se ver distanciado dos seus predecessores perante o seu empenho em regatar a força dos clássicos nacionais, conferindo uma relativa autonomia estética a estas obras, o historiador pretendia assegurar o afastamento do presente em relação ao passado no qual surgiram as obras de Camões, Fernão Lopes, Milton e Jeremy Taylor. Dessa forma, as obras destes autores apresentam-se envolvidas em elementos que remontam à crueldade e à superstição de épocas passadas, passíveis de serem criticadas moralmente no presente:

Estou me deleitando com o labor histórico. Os materiais são amplos e excelentes. Começando com Conde Henrique existem muitas questões preliminares necessárias. Penso que as histórias fabulosas devem ser dadas. Penso então em Milton – amo o velho Geoffrey de Monmouth – e ele deveria ser guardado em aprovação para mostrar que existem tão grandes mentirosos como na Gália. O que pode ser retirado dos escritores clássicos a respeito dos antigos lusitanos deve ter seu lugar. O período Gótico é todo uma confusão bárbara – e melhor será feito a partir de um capítulo de St. Palaye – um esboço histórico das maneiras. Após isto seria melhor inserir tão pouco quanto pode ser feito – todas as características dos costumes na história principal. Não retirarei os ornamentos dos milagres. A superstição católica tem atuado mais que o Paganismo – e os monges têm todo direito de ter suas ultrajantes ações narradas como o Pastor do Delfos. Muito, no entanto, de tudo isto pode descer para o fim das páginas – abençoado o homem que inventou a nota de roda pé.¹¹³

¹¹³ Idem: 142: “I am delighted with historical labor. The materials are ample and excellent. Beginning with Count Henrique there is much preliminary matter needful. I think the fabulous history ought to be given. Milton thought so – and I love old Geoffrey of Monmouth – and he ought to be kept in countenance by showing that there are as great liars as the Welsh. What can be gleaned from the classical writers respecting the old Lusitans ought to have its place. The Gothic period is all a barbarous confusion – and had better be made into a sort of St. Palaye chapter – an historical sketch of manners. Afterwards it will be best to insert as few as can be done – all traits of costume in the main story. I do not strip off the embroidery of miracles. Popery has acted a higher part than Paganism – and the monks have as much right to have their rogueries related as the Priest of Delphi. Much, however, of all this must descend to the bottom of page – blessed the man who invented note-writing”.

Assim como se deleitava com o labor histórico, Southey pretendia divertir os leitores com a sua obra. Simultaneamente à ampliação do público leitor feminino, a história deixaria de ser somente o manual de virtudes do homem público¹¹⁴. O passado não poderia ser apresentado como uma instância moral atemporal, já que o seu distanciamento garantia a pretensa superioridade do presente. Mas Southey, ainda sim, teria em seus horizontes restrições de clareza e decoro público que remontam à historiografia clássica, pois ele pretendia “inserir tão pouco quanto pode ser feito” as maneiras dos povos junto à narrativa principal. Southey narraria as maneiras dos “góticos” e “bárbaros” lusitanos e, para tanto, utilizaria o material legado pelo antiquário St. Palaye, mas as notas de rodapé e os capítulos de apêndice seriam utilizados para drenar o excesso da narrativa principal, que seguiria a cronologia dinástica. Porém, o decoro da historiografia clássica cederia inevitavelmente espaço para suas ironias, já que o passado de Portugal apresentava-se tão digno de reprovação quanto o britânico. Os milagres narrados ironicamente seriam a diversão do público, que poderia encontrar na *História de Portugal* de Southey as mesmas superstições que vigoraram na Grã-Bretanha em épocas passadas.

4 Conclusão

Em 1799, Southey publica a edição do seu primeiro relato de vigem em Portugal. Esta edição teve o título reduzido para *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal*, pois muitas anedotas literárias foram retiradas, inclusive o *Essay on poetry of Spain and Portugal*. Se nesse *Ensaio* Southey não identificava a efetiva existência do gênio em Portugal e Espanha, em sua segunda visita à primeira nação o letrado certificaria a sua indubitável vigência. Nesse ano, Southey já teria em mente escrever a *História de Portugal*, e, se sua primeira viagem não foi planejada, sendo esta utilizada pelo tio Hebert Hill como meio de afastá-lo dos ardores revolucionários na Grã-Bretanha, a segunda foi uma forma de o autor afastar-se dos desagradáveis estudos jurídicos.

Na primeira viagem, Southey mostra-se de acordo com as mais duras críticas à sociedade portuguesa, já que afirma ser o detratante relato *Sketch of Society and Manners in Portugal*, publicado em 1789, sobre a autoria do fictício William Costigan,

¹¹⁴ PHILIPS, 1997: 61-78.

“realmente verdadeiro”¹¹⁵. O relato de William Costigan foi muito bem recebido nos periódico *Critical Review*, no qual os resenhista destaca a polidez das maneiras do viajante, que não poderia ter simpatia por uma sociedade emersa em tamanha decadência¹¹⁶. Na segunda viagem, faria menções ao positivo relato de viagem do arquiteto James Cannavah Murphy *Travels in Portugal*, no qual o autor apresenta a grandiosidade da arquitetura gótica desta nação. O relato seria mal recebido na *Critical Review*, pois, ao trazer narrativas positivas sobre os costumes cavalheirescos da sociedade e sobre arquitetura gótica em Portugal, Murphy não repreenderia a decadência desta nação. Assim, o resenhista da *Critical Review* expõe que Murphy, após uma alegre hospitalidade, deveria “[...] pensar sobre as misérias de um povo cuja religião e superstição lutam contra a natureza e que o governo é despotismo lutando contra a razão”¹¹⁷.

Em 1798, Southey resenharia a segunda edição da obra de Murphy, colocando em destaque o fato de o autor adicionar traduções de obras de autores lusitanos, em especial do Acadêmico Domingos Vandelli, o que conferia credibilidade aos relatos sobre o estado presente do reino. Southey destacaria que Murphy não se contentou em “publicar a memória da sua viagem em Portugal, mas interessado em realizar a tarefa de compilar trabalhos dos nativos, produziu a mais fiel e completa narrativa do reino que o inglês jamais viu em sua língua”¹¹⁸. Southey critica os viajantes que compilam “apressados esboços” sobre Portugal e a reedição de 1799 das *Letters* indicam sua inclusão. Em sua segunda viagem, o jovem historiador relata que Murphy agiu corretamente ao narrar respeitavelmente os costumes das feiras¹¹⁹ e que seus desenhos sobre a arquitetura gótica são adequados perante tamanha grandiosidade¹²⁰.

Decisivamente, Southey alterou seu discurso sobre Portugal da primeira para a segunda viagem. Ele menciona, em diversas passagens em suas cartas referentes à

¹¹⁵ SOUTHEY, 1797: 396-7.

¹¹⁶ THE CRITICAL REVIEW OR, ANNALS OF LITERATURE, 1788: 370-374

¹¹⁷ Idem: 377: “[...] to brood over the miseries of a people whose religion is superstition contending against nature, and whose government is despotism revolting against reason”.

¹¹⁸ SOUTHEY, 1959: 471: “Mr. Murphy was not content with publish the memoranda of his tour in Portugal, but was eager to undertake the task of compiling, from the works of natives, a more Faithfull and complete account of that kingdom than the English had before seen in their language”.

¹¹⁹ SOUTHEY, 1960: 23.

¹²⁰ Idem: 155.

segunda, viagem encontros amistosos com membros da Academia Real de Ciências de Lisboa e Universidade de Coimbra, como Manuel do Cenáculo Villas Boas, Antonio Ribeiro do Santos, Joaquim Agostinho de Macedo, Felix Avelar Brotero, Francisco Soares Franco e João Guilherme Cristiano Müller, que viabilizaram acesso a livros e a arquivos. A Academia não seria mais alvo de ironias, sendo exaltada a reedição dos clássicos nacionais¹²¹. Southey voltou decidido a escrever a história erudita e filosófica de Portugal, conectando na narrativa a mudança das maneiras dos lusitanos ao longo das épocas. Não se tratava mais de dar as primeiras impressões sobre a sociedade, a literatura e a história de Portugal, como feito nas *Letters*, e sim certificar qual o estado desta nação e as causas da sua decadência.

Southey, de fato, não idealizaria a história de Portugal, mas a autonomia estética do passado se ampliaria nos relatos da segunda viagem. Nestas narrativas, o passado dos portugueses é elevado qualitativamente ao patamar das épocas experienciadas por outras nações europeias. O passado gótico é colocado em destaque e em Sintra Southey se sentiria tão a vontade que afirmaria ser este lugar “adequado para nós góticos – para alemães e ingleses”¹²². Southey até mesmo apresentaria um relato simpático à procissão do *Corpus Christi* e ao afirmar que “nunca teria visto uma coisa tão excelente quanto isto”¹²³. Porém, imediatamente recuaría apontando que tal admiração é possível somente se “vista com olhos católicos, não com os olhos de um filósofo”¹²⁴. A questão para o jovem historiador seria mediar adequadamente a distância temporal entre Portugal e a Grã-Bretanha. Assim, os fragmentos do passado de Portugal, analogamente ao passado britânico, poderiam ser resgatados positivamente à medida que estes não ameaçassem os avanços alcançados pela civilização.

A polissêmia constitutiva dos escritos de Southey seria determinante para sua recepção. Se ele teceu boas relações com os membros da Academia Real de Ciências de Lisboa - citava e traduzia obras de seus autores -. isto não lhe garantiu uma boa recepção. Em 1814, João Cristiano Müller traduziria um ensaio de Southey sobre a história da literatura de Portugal publicado pela *Quartely Review*, em 1809. A

¹²¹ Idem: 26, 138, 140 144, 145.

¹²² Idem: 99.

¹²³ Idem: 100.

¹²⁴ Idem.

apreciação de Müller, a quem Southey chamaria de “sábio e laborioso homem”, não seria positiva. Müller criticaria duramente Southey em longas notas de fim adicionadas à tradução do texto, afirmando na introdução ser o ensaio “resumo de livros”. Para Müller, os letrados portugueses deveriam saber como os estrangeiros faziam conceito de Portugal, devendo a tradução estimular um “compilador de melhor gosto e de maiores conhecimentos”¹²⁵. A polissemia na qual estavam envolvidos os escritos de Southey, portanto, ampliava os horizontes de investigação sobre os efeitos das obras do historiador britânico, tendo em vista que estas ultrapassaram fronteiras e se prestaram a múltiplos e conflitantes debates político-historiográficos tanto na Grã-Bretanha quanto em Portugal e no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, Stuart. **Robert Southey: History, politics and religion**. New York: Palgrave, 2011.

ARAUJO, Valdei Lopes. **A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008a.

_____. **História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica**. Almanack Braziliense (Online), v. 7, p. 47-55, 2008b.

BURROW, John. **A History of Histories**. New York: Alfred A. Knopf, 2008.

CABRAL, Adolfo. **Southey e Portugal: aspectos de uma biografia literária (1774-1810)**. Lisboa: P. Fernandes, S. A. R. L., 1959.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira. “Speaking in Portuguese and Writing in English”. Representações de Portugal na obra de Robert Southey. In: _____. SARMENTO, Carla (org.). **Diálogos Interculturais**. Porto: Vida Económica, 2011.

CURLY, Maria Odila Dias. **O Brasil na Historiografia Romântica Britânica Inglesa: Um Estudo de afinidades de Visão Histórica: Robert Southey e Walter Scott**. São Paulo. Dissertação de Mestrado: USP, 1967.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.

LEE, Youn Sun. **Nationalism and Irony: Burke, Scott, Carlyle**. Oxford: University Press, 2004.

¹²⁵ MÜLLER, 1814: 1-2.

LEME LOPES, A. P. **Da Progressão dos Costumes à História Natural da Humanidade: reflexões escocesas sobre a temporalidade histórica.** História da Historiografia. Ouro Preto. Nº 6/ Março/ 2011, p. 158-170.

LIMA, Oliveira. Robert Southey. In: _____. **RIHGB.** Rio de Janeiro: IHGB Referências: T. 68, v. 112, p. 231-252, 1907.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário à maneira de todos os historiadores:** Alphonse Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação de Mestrado: USP, 2011.

MÜLLER, João Guilherme Cristiano. Advertência Preliminar. In: _____. SOUTHEY, Robert. **Memória sobre Literatura Portuguesa.** Traduzida do Inglês com notas ilustradoras do texto. MÜLLER, João Guilherme Cristiano (Ed.). 1814.

PHILIPS, Mark. **Society and Sentiment:** genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820. Princeton University Press, 1997.

POCOCK, J. G. A. The Essai sur l'étude de la littérature: imagination, irony and History. In: _____. **Barbarisms and Religion:** The Enlightenments of Edward Gibbon, 1737 – 1764. Cambridge University Press, 1999a.

_____. **Barbarism and Religion:** Narratives of Civil Government. Cambridge University Press, 1999b.

_____. **Barbarisms and Religion:** Barbarians, Savages and Empires. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Linguagens do Ideário Político. São Paulo: Editora da USP, 2003.

SANTOS, Cristiane Camacho. **Escrevendo a história do futuro:** A leitura do passado no processo de Independência do Brasil. Dissertação de Mestrado, USP, 2010.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. (org.) **Diccionario político y social del mundo iberoamericano.** Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid, CEPC, 2009.

SILVA, Bruno Diniz. **Da Restauração à Regeneração:** Linguagens políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830). Dissertação de Mestrado: UFOP, 2010.

SPECK, W. A. **Robert Southey:** entire man of letters. Yale University Press Publications, 2006.

SOUTHEY, Robert. **Journals of a Residence in Portugal 1800-1801 and a Visit to France 1838.** Ed. Adolfo Cabral. Oxford: Clarendon Press, 1960.

_____. **Letters Written during a short Residence in Spain & Portugal, with Some Account of Spanish & Portuguese Poetry.** Bristol: Printed by Bulgin and Rosserfor Joseph Cottle, Bristol, and G. G. and J. Robinson and Cadell and Davies, London, 1797.

_____. **Letters written during a Journey in Spain and a Short Residence in Portugal.** Third Edition Corrected and Amended. Printed for Longman, Hurst, Rees, and Orme, Pater Noster-Row, 1808.

_____. On Murphy's State of Portugal. In: _____. CABRAL, Adolfo. **Southey e Portugal:** aspectos de uma biografia literária (1774-1801). Lisboa: P. Fernandes, S. A. R. L., 1959.

_____. **The Life and Correspondence of the Late Robert Southey.** Ed. C. C. Southey, Vol. II, London: Longman Brown, Green, and Longmans, 1850.

TAYLOR, William. **A Memoir on the Life and Writings of William Taylor of the Later William Taylor Of Norwich.** Bobberds, J. W. (Ed.). Vol. I. London: John Murray, Albermale Street, 1843.

The Critical Review or, annals of Literature: Extend and Improved by a Society of Gentlemen. London: printed for A. Hamilton, Falcon-Court, Fleet-Street, 1788.

VARELLA, Flávia Florentino. **Da Impossibilidade de se Aprender com o Passado:** sentimento, comércio e escrita da História na História do Brasil de John Armitage. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2011.

WHITE, Hayden. A imaginação histórica entre a metáfora e a ironia. In: _____. **Meta-História:** A Imaginação Histórica do Século XIX. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WITHERS, Charles. **Placing the Enlightening:** Thinking geographically about the Age of Reason: Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Reunindo o passado: erudição e narrativa na *History of Brazil* de Robert Southey - *Flávia Florentino Varella*

Sabemos hoje que a história da historiografia é ramo indispensável à produção rigorosa de conhecimento histórico. Pode-se dizer que esta nova área de conhecimento consolidou-se no século XIX, tendo como sua função principal traçar o progresso da pesquisa histórica da Antiguidade Clássica até sua forma científica (ARAUJO, 2006b: 79). No Brasil, adquiriu maior vigor com a obra de José Honório Rodrigues, publicada na década de 1950. Seu trabalho abrange, quase que por completo, aquilo que considerava a historiografia brasileira existente até então. Contudo, sua concepção de história ainda estava profundamente marcada pelo entendimento evolutivo do passado e das práticas historiográficas (RODRIGUES, 1979: XVI). A historiografia brasileira era entendida, assim, como o estudo da evolução das ferramentas críticas que o historiador deveria utilizar. De acordo com essa perspectiva, a história escrita por Varnhagen, por exemplo, estaria em nível mais avançado que a por Frei Vicente do Salvador. As consequências principais dessa abordagem foram a coroação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como o fundador da historiografia brasileira e de Francisco Adolfo de Varnhagen como “nosso Heródoto” (RODRIGUES, 1970: 123).

Esse tipo de pensamento, não restrito, portanto, à obra de José Honório Rodrigues, acarretou o entendimento de que o IHGB não foi apenas o grande palco onde triunfou a historiografia brasileira, mas também onde a própria nação foi forjada. Com, isso houve – e ainda há – uma grande concentração de pesquisas voltadas à análise da historiografia produzida pelo Instituto. Os trabalhos de Lucia Guimarães, por exemplo, focados na relação de proximidade entre o Imperador D. Pedro II e o IHGB, no qual afirma a interligação entre o Estado e a sociedade letrada, podem ser entendidos dentro dessa perspectiva (GUIMARÃES, 1995), bem como os de Manoel Salgado (1988) e Lilia Schwarcz (1998), que contribuíram sensivelmente para delimitar uma nova fase da história da historiografia brasileira, mais preocupada com o entendimento da historiografia do século XIX em seu contexto próprio e com uma

leitura atenta e considerada dos textos por ela produzidos.¹²⁶ Dessa forma, a história da historiografia, enquanto disciplina autônoma assumiu como “seu objetivo próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade históricas” (ARAUJO, 2006b: 91).

Reconhecendo a pertinência de tal enfoque e pretendendo contribuir para um conhecimento mais detalhado da historiografia produzida sobre o Brasil na primeira metade do século XIX, esboçamos neste artigo alguns caminhos para analisar a *History of Brazil* publicada por Robert Southey entre 1810 e 1819, em Londres. O primeiro projeto do poeta laureado de escrever a história do Brasil foi delineado quando realizava sua segunda viagem para Portugal em 1800 e era bem mais ambicioso do que veio a realizar (HUMPHREYS, 1978: 6). Em 1804, em carta a um amigo, revela que estava planejando sua escrita como parte de uma história mais ampla do Império Português, a qual seria dividida em dez ou doze volumes. O primeiro conjunto versaria sobre a parte europeia, consistindo na história de Portugal, em três volumes; o segundo conjunto seria sobre a história do Império Português na Ásia, com dois ou três volumes; o terceiro sobre a história literária da Espanha e de Portugal, em dois volumes. Somariam a essas partes uma história do Brasil, dos jesuítas no Japão, assim como uma história do monacato - todos esses três tópicos teriam um volume cada (SOUTHEY, 1855: 183).

Poucos anos depois, em 1810, quando a primeira parte da *History of Brazil* era impressa, ainda enxergava esse livro como integrante de um todo mais grandioso e, de fato, parece sempre ter tido esse projeto em mente¹²⁷. Depois de terminada essa empreitada, seguiria a escrita da história de Portugal, do Império Português na Ásia e um volume suplementar sobre as possessões africanas. Por fim, ainda almejava escrever uma história das ordens monásticas. Nesse momento uma parte do projeto é reconfigurada novamente, apesar de Southey ainda manter o desejo de escrever a história do Império Português. É digno de nota que em ambos os projetos existiu a

¹²⁶ Outros importantes trabalhos sobre história da historiografia oitocentista também vêm sendo desenvolvidos por: ARAUJO, 2008; TURIN, 2009; OLIVEIRA, 2009.

¹²⁷ Joaquim de Sousa Leão informa que, em 1804, Southey já tinha escrito três volumes *in quarto*, de 500 páginas cada um, da *História de Portugal* e que, em 1805, dava essa obra como praticamente terminada. LEÃO, 1943: 16.

intenção de dedicar pelo menos um volume para a questão da religião católica e de suas ordens.¹²⁸ Esse plano, infelizmente, não foi realizado por Southey, que, após o término da *History of Brazil*, parece não ter tido tempo suficiente entre suas diversas ocupações literárias para finalizar o que seria o grande projeto de sua vida.

Em 1877, Francisco Adolfo de Varnhagen apontava como um dos aspectos da falta de popularidade da *History of Brazil* em território brasileiro a intolerância de seu autor em relação ao catolicismo (CEZAR, 2007: 309). Outros fatores, certamente, também contribuíram para constituir tal cenário, como a edição luxuosa da obra, que lhe impunha um preço elevado, e a falta de domínio da língua inglesa pelos brasileiros em geral. O próprio Cônego Fernandes Pinheiro, anotador da tradução de Southey, impressa em 1862, critica várias vezes os julgamentos do poeta laureado sobre a alegada superstição dos fiéis católicos e o excesso de milagres alimentados por sua Igreja¹²⁹.

A antipatia que Southey nutria pela religião católica, provavelmente adquirida na época de sua primeira viagem a Portugal em 1796 (HUMPHREYS, 1978: 5), é, sem dúvida, um dos elementos centrais da *History of Brazil*. Aliado a isso, existia o desejo de imbuir os leitores de seu código moral através do encorajamento de qualidades como decência, dever, piedade e pureza (BOLTON, 2007: 6). São constantes suas manifestações sobre as “superstições” e o “fanatismo” dos fiéis católicos¹³⁰.

Em uma de suas polêmicas passagens comenta que:

The tricks by which Joam Fernandes persuaded the Pernambucans that the Saints had actually engaged in their behalf, ***were borrowed from the practices of a Church, which from the earliest ages of***

¹²⁸ Southey acabou por escrever uma elegia a religião anglicana, publicada em 1824: *The book of the Church*. Por outro lado, em seu *Sir Thomas More, or, Colloquies on the Progress and Prospects of Society* (1829) e *Essays Moral and Political* (1832) faz diversas referências à corrupção e ao fanatismo da Igreja e das religião católicas.

¹²⁹ Citamos apenas a título de exemplo. SOUTHEY, 1981, Vol. II: 161.

¹³⁰ Já na introdução do primeiro volume Southey sinaliza a importância desse vocabulário: “The series therefore of their adventures; the discovery of extensive regions; the manners and ***superstitions*** of uncivilized tribes; the efforts of missionaries, in whom zeal the most ***fanatical*** was directed by the coolest policy; the rise and the overthrow of the extraordinary dominion which they established; and the progress of Brazil from its feeble beginnings, to the importance which it now possesses, these are topics of no ordinary interest”. SOUTHEY, 1810: 2. Grifos meus. Na edição brasileira: “A serie pois das suas aventuras; a descoberta de extensas regiões; os hábitos e superstições de tribos não civilizadas; os esforços de missionários, em quem a mais fria política dirigia o zelo mais fanático; o crescimento e a queda do extraordinário domínio que eles estabeleceram; e o progresso do Brasil desde os seus mesquinhos princípios até á importância que atualmente atinge, tudo isto são tópicos de não vulgar interesse”. SOUTHEY, 1862a: 6.

*its history to the present day, has systematically juggled with the credulity of mankind.*¹³¹

Do ponto de vista da crença dos colonos, a história do catolicismo apresentava-se para Southey como repleta de fábulas inventadas para alimentar a superstição dos fiéis. Soma-se a isso que a “história” dos selvagens passava por uma religião primitiva caracterizada como o simples produto de uma mente humana sem ajuda de ninguém e sem um guia. Com a Ilustração, a filosofia transformou a história da religião em uma história da mente “filosófica” ou “natural” em que tinha início em um estado de “natureza” ou “selvagem”, desenvolvendo-se no decorrer dos estágios civilizacionais (POCOCK, 2005: 15). A história da religião do selvagem brasileiro e do colono português configurava-se como a história da superstição, uma vez que viviam em um estado de selvageria e barbarismo.

Os aspectos da história que Southey visava narrar distanciavam-se bastante da história europeia, no sentido de que tratava da história de um povo que não figurava entre os civilizados e que tinha como seus primeiros habitantes as tribos selvagens. Ao comentar o assunto de sua *History of Brazil*, esclarece que:

[...] its materials differ from those of other histories: here are no tangles of crooked policy to unravel, no mysteries of state iniquity to elucidate, no revolutions to record, nor victories to celebrate, the fame of which remains among us after their effects have past away. (SOUTHEY, 1810: 1)¹³²

Certamente seus leitores não encontrariam uma historiografia de matriz taciteana, pois faltava ao Brasil os *arcana imperii* que tanto favoreciam a formulação desse tipo de narrativa.¹³³ Provavelmente, Southey estava familiarizado com o tacitismo, ou seja, com a utilização da linguagem taciteana e dos escritos históricos do historiador latino Tácito na explicação do comportamento político e na arte de desvendar o que está sob as aparências. Mas como escrever sobre os segredos e as

¹³¹ SOUTHEY, 1817: 681-682. Na edição brasileira: “As artimanhas com que João Fernandes persuadiu os Pernambucanos de terem os santos tomado a prol deles parte ativa na luta, eram tiradas das práticas de uma Igreja que desde os primeiros séculos da sua história até ao dia de hoje, tem sistematicamente charlataneado com a crédula humanidade”. SOUTHEY, 1862b: 455

¹³² Na edição brasileira: “Diferem dos de outras histórias os seus materiais; aqui não temos enredos de tortuosa política que desemaranhar, - nem mistérios de iniquidade administrativa que elucidar, nem revoluções que comemorar, nem de celebrar vitórias, cuja fama viva ainda entre nós muito depois de já se lhes não sentirem os efeitos”. SOUTHEY, 1862a: 5.

¹³³ Para um panorama do tacitismo e de sua aplicação como forma de interpretação da conjuntura política, vide: ARAUJO; VARELLA, 2009 e MOMIGLIANO, 2004: 157-185.

artimanhas dos governantes se tratava de uma história onde nem um governo autônomo ou uma estrutura de poder institucionalizada existiam? Muito menos poderia versar sobre revoluções em um país pacífico que conseguia sustentar sua imensa unidade territorial por causa dessa característica. Também não lhe era facultado escrever do ponto de vista de uma história civil pela simples impossibilidade de narrar uma história em que a selvageria e o fanatismo religioso tivessem sido substituídos pela emergência das maneiras e do comércio, condição que talvez o Brasil se aproximasse com a vinda da Família Real em 1808. Southey teria que escrever outro tipo de história, uma história de um povo supersticioso que engatinhava nos graus de civilização e sem nenhuma revolução que pudesse ser seu catalisador.

A história do Brasil, como grande parte da história do Novo Mundo, não se enquadrava no modelo narrativo disponibilizado pela historiografia europeia para a explicação do desenvolvimento do homem na Terra. A história dos selvagens deveria ser escrita sobre diferentes princípios da do homem civilizado, tendo em vista que esse estado primevo não poderia ser encontrado dentro da teoria dos quatro estágios, desenvolvida em sua plenitude pela Ilustração escocesa, em que a sociedade era dividida em caçadores, pastores, agricultores e comerciantes. Existia uma diferença importante entre selvagens e bárbaros, em que os últimos foram classicamente definidos como aqueles que estão fora da fronteira do império. Os persas eram bárbaros, por exemplo, pois haviam sido governados por reis como se fossem escravos; já os alemães e góticos eram bárbaros no sentido de não civilizados, pois viviam em vilas e acampamentos na floresta ou em lugares descampados (POCOCK, 2005: 11-12).

Enquanto a história dos bárbaros está ligada a Heródoto e toda uma tradição clássica, que passa pela *Germânia* de Tácito, em que os povos não falantes do grego ou, posteriormente, do latim figuravam nessa temática, a história dos selvagens mostra-se como um fértil campo investigativo com a descoberta do Novo Mundo. Foi uma consequência da Ilustração que os selvagens do Novo Mundo tenham sido incluídos na história filosófica, e um desenrolar dessas proposições, sua quase exclusão da “história”, quando foram relegados ao conceito alternativo de “natureza” (POCOCK, 2005: 157-158).

Após a descoberta do Novo Mundo e da certeza de que os seus habitantes eram seres humanos, e não monstros, houve a necessidade de integrá-los na história sacra e na filosofia aristotélica da natureza. O Novo Mundo exigia uma nova história, em um sentido filosófico e narrativo, e a historiografia foi pressionada por essa nova demanda (POCOCK, 2005: 161). Com Locke, formulou-se a explicação de que o estado de natureza não seria algo estático, mas em movimento, onde os humanos eram primeiramente caçadores em busca de comida. Ao estado de caçador procedeu a apropriação da terra, mas não da propriedade. Os agricultores, que faziam da terra sua propriedade, assim como fonte de produtos, adquiriram direitos e construíram leis para que os caçadores fossem excluídos de uma sociedade fundada na agricultura (POCOCK, 2005: 169).

A Ilustração definiu a história como o processo pelo qual a civilização foi produzida e os selvagens americanos não eram vistos como tomando os passos cruciais para deixar o estado de natureza, condição na qual sempre viveram, em direção a algum dos estágios de civilização mais avançados. A condição de selvagem poderia ser encarada como perpetuadora das qualidades mentais e dos costumes que ela mesma gerava e apenas a invenção de Deus ou de pessoas civilizadas poderia libertá-los desse estado natural (POCOCK, 2005: 167-174). Nesse sentido, podemos tentar entender o papel controverso que os jesuítas possuem na *History of Brazil*, apesar de difundirem as crenças católicas possivelmente supersticiosas, poderiam tirar o selvagem de seu estado inerte e desenvolver os princípios básicos de sociabilidade, como lei e propriedade. Apenas o dinamismo de uma sociedade pastoril é que poderia dar início ao progresso da sociedade.

Os americanos viviam em pequenas sociedades de coletores e caçadores, onde não existia uma estrutura de governo, nem o manejo do cavalo, do aço ou da pólvora que tornavam os europeus habilitados para atuar na história. Tendo em vista o não cumprimento desses e de outros requisitos, não foi muito difícil caracterizar os americanos como selvagens. Tal vocabulário foi empregado por Robertson, em sua *History of America*, de forma inédita; os primeiros habitantes do Novo Mundo atenderam definitivamente por selvagens e o termo bárbaro foi reservado apenas para o rude europeu. Apesar de a posição de selvagem constituir de forma decisiva a filosofia do progresso da sociedade, o selvagem não fazia parte da narrativa da história

européia. A história da Europa começava com os bárbaros pastores, e a condição de selvagem vinha antes disso (POCOCK, 2005: 186-187). Não existiria uma fase selvagem para ser narrada na história europeia, e, enquanto o estado "selvagem" foi expulso dessa história, "o progresso da sociedade" foi expulso da história da América pré-colombiana. Havia um consenso formulado de que a passagem de uma sociedade de pastores para de agricultores e depois para comerciantes e cidadãos polidos, que consistia "o progresso da sociedade" em si, tivesse ocorrido apenas na Europa. Dessa forma, a história do Brasil, por exemplo, começaria com a fase selvagem, enquanto que a da Europa com o estado bárbaro (POCOCK, 2001: 328)¹³⁴. Os indígenas brasileiros residiam em um estado selvagem e seus habitantes, em geral, ainda em uma sociedade cristã bárbara envolta em superstições e fábulas.

Robertson dedicou-se à escrita da história do Novo Mundo que havia sido colonizada pelos espanhóis e pelos britânicos (Estados Unidos), mas dentro dessa grande América ainda faltava ser contada a "história" dos selvagens brasileiros descobertos com a colonização portuguesa. Tal tarefa foi assumida por Southey, que reconhecia a diversidade dos estágios civilizacionais que existiam sincronicamente em solo brasileiro (SOUTHEY, 1817: 449-450).

O estado selvagem estava intrinsecamente ligado ao grau de civilização em que os habitantes do Brasil se encontravam, e, dessa forma, a história que Southey estava escrevendo exigia que falasse:

[...] of **savages** so inhuman that little sympathy can be felt for any sufferings which they endured; and of colonists in whose triumphs no joy will be taken, because they were not less cruel than the cannibals upon whom they warred, and being avaricious as well as **barbarous**, perpetrated the worst of crimes for the vilest of motives. (SOUTHEY, 1810: 1)

Se, por um lado, os indígenas estavam no estado selvagem, Southey não via nos bárbaros colonizadores portugueses uma melhor sorte já que estes ainda figuravam no

¹³⁴ Southey reconhecia a diferença entre um estado bárbaro e selvagem: "But in appreciating the good which the Jesuits effected, it must be remembered that the Spaniards in Paraguay were sinking fast into a state which can neither properly be called savage nor barbarous, but which of all states in which man has ever been found to exist, is perhaps that in which the fewest virtues are developed". SOUTHEY, 1817: 380. Na edição brasileira: "Apreciando porém o bem que fizeram os Jesuítas, cumpre recordar que os espanhóis no Paraguai se iam despenhando nesse estado que com propriedade se não pode chamar nem selvagem nem bárbaro, mas que de todas as condições em que jamais tem existido o homem, é talvez aquela em que menos virtudes se desenvolvem. SOUTHEY, 1862b: 64

estado de barbarismo, em certo sentido, associado à religião católica. É de se notar também que o poeta laureado nunca esteve no Brasil e parece não ter achado essencial encontrar-se em solo brasileiro para traçar os rumos de sua obra. A autópsia, de fato, não era necessária para o tipo de história que almejada escrever; os documentos e a filosofia da história serviriam de parâmetros para nortear sua narrativa de forma plena. A erudição há longo tempo enxergava na “[...] coleta de documentos o seu negócio” (MOMIGLIANO, 2004: 101).

Apesar de a *History of Brazil* ser tida pela historiografia, de forma geral, como a primeira obra completa de história do Brasil publicada, ainda não obteve uma grande variedade de estudos. Sua importância não reside apenas na construção do Brasil enquanto um país com uma história própria, ainda que fortemente devedora de Portugal, mas também para a consolidação de uma historiografia que versasse sobre esse vasto território. Como já mencionado, fora do cenário brasileiro não existe nenhuma obra dedicada a analisar a *History of Brazil*, sendo a maioria dos estudos sobre Southey voltados para sua extensa obra literária. No cenário brasileiro, ainda hoje figuram como principais referências a dissertação e a tese de Maria Odila da Silva Dias. Sua dissertação “O Brasil na historiografia romântica inglesa. Um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott”, publicada nos *Anais do Museu Paulista*, em 1967, e sua tese publicada em forma de livro, em 1974, sob o título *O fardo do homem branco*, são as únicas obras dedicadas a tratar monograficamente de parte da produção historiográfica de Southey.¹³⁵

Nesses dois estudos, Dias busca entender a *History of Brazil* pelo prisma da historiografia romântica sob a proposta de que Southey teria “uma concepção essencialmente intuitiva e sensível da história, o que lhe permitiria, aliás, desenvolver um método todo imaginativo de revivência empática do passado” (DIAS, 1974: 60). Ao analisarmos ambas as publicações de Dias, o conceito de **reviver** é posto claramente pela autora como peça chave no entendimento da proposta historiográfica do poeta laureado. O sentimento de reviver o passado, dessa forma, seria o efeito principal que as longas descrições feitas por Southey objetivavam produzir em seu leitor. Existem diversas citações de Southey, traduzidas livremente pela autora, que são postas como comprovação de sua hipótese, principalmente ao longo da dissertação publicada nos

¹³⁵ Southey também publicou a *History of the Peninsular War* entre os anos de 1823 e 1832.

Anais do Museu Paulista. Contudo, ao verificar as passagens em inglês, encontramos algumas divergências entre os trechos que foram traduzidos e o que está escrito nos originais. Vejamos alguns exemplos.

Quando Dias descreve as propostas de Southey e Walter Scott para a história, afirma que ambos entendiam que “escrever a história subentendia ainda certa atividade afetiva, e de simpatia com os homens do passado -, atividade subjetiva a que deveria corresponder um estilo peculiar de narrativa”. Após essas palavras, cita as de Southey em uma carta a John May como comprovação de sua proposição: “[...] não se tratava apenas de preencher uma cronologia, mas de reviver, de reencarnar os modos e os temperamentos dos homens”. (CURLY, 1967: 13).¹³⁶ Quando cotejamos com o original, observamos uma discrepância entre o que foi originalmente escrito em inglês, não citado em nota de rodapé por Dias, e a tradução. Southey escreveu na carta: “[...] but they [dramatist and novelists] only pay attention to the chronology, and not to the manners or mind of the period”. (SOUTHEY, 1855: 107).¹³⁷

Apesar de se tratar de uma tradução livre para a língua portuguesa, a diferença de significado das duas frases é patente. Em momento algum conseguimos delimitar uma passagem na qual Southey afirme que sua historiografia estaria preocupada com o reviver histórico. Pelo contrário, todos os indícios que temos são de que sua fixação pelas descrições detalhadas não se referem ao desejo de reviver o passado, mas de um erudito preocupado em não omitir nenhuma informação que seja.¹³⁸ Quando Southey escrevia o terceiro volume da *History of Brazil*, deparou-se com a falta de informações sobre alguns anos que sua obra abordava e pensou “[...] so there of course I must bring in the picture of manners etc..., and the main difficulty will be to keep within the limits of the volume, for loving the fullest information myself, prolixity of matters (not of manners) is the sin which most easily besets me” (LEÃO, 1943: 54).¹³⁹ Sua narrativa

¹³⁶ Apesar de não constituir uma citação de mais de três linhas, julgamos necessário destacar esse trecho pelo seu valor analítico. É possível distinguir que se trata da carta citada por Dias apenas pela datação e destinatário da mesma, assim como pela presença da palavra cronologia em ambas as partes.

¹³⁷ A carta, na verdade, é de 14 de dezembro de 1798 e não 15 de dezembro, como indica Dias. Tradução livre: “mas eles [os dramaturgos e romancistas] prestam atenção apenas à cronologia e deixam de lado os costumes e o pensamento do período”.

¹³⁸ A monumentalidade da biblioteca de Southey, com 14.000 títulos quando veio a falecer, é mais um aspecto revelador de seu interesse erudito. Cf. HUMPHREYS, 1978: 9.

¹³⁹ Tradução livre: “ali, então, eu certamente deveria exibir uma descrição dos costumes etc..., e a minha principal dificuldade será manter o livro dentro de seus limites, pois, por amar o máximo de informação, a prolixidade de assuntos (não de costumes) é o pecado que mais comumente me acomete”.

tendia, devido às suas inclinações eruditas, a longa descrições e a um amplo conjunto de informações.

O interesse britânico pelo mundo social e a crescente curiosidade em relação a aspectos anteriormente subjugados pela centralidade que a narrativa política tinha no discurso histórico parecem ter ajudado na revalorização da erudição como componente da história. O fascínio pelos costumes e hábitos em geral, assim como pelos detalhes intrigantes, adquiriu um tom de investigação filosófica entre os eruditos (MOMIGLIANO, 2004: 96). Por outro lado, os eruditos e antiquários nutriam certa predileção pelo mistério que envolvia a Antiguidade, em parte devido às lacunares informações que existiam sobre esse período e pelo desejo de reunir fragmentos que um dia poderiam montar uma totalidade. Para que um dia isso fosse possível, era fundamental a tarefa da descrição exaustiva (MOMIGLIANO, 2004: 90). Ao erudito, a história dos selvagens brasileiros certamente parecia tão obscura e cheia de mistérios quanto esse período da história europeia, apresentando-se como um desafio irrecusável.¹⁴⁰

Dias apresenta uma carta bastante interessante sobre a necessidade que Southey tinha de englobar todos os dados em sua narrativa, não deixando nada para apêndices complementares. Entretanto, como veremos, existe uma diferença sutil dos trechos que Dias cita e a carta em si. Dando continuidade ao seu argumento de que Southey seria o precursor de uma nova historiografia, essencialmente romântica e profundamente preocupada com o reviver histórico, a autora cita a tradução livre de uma carta de Southey datada de 26 de março de 1800: “uma coisa sobretudo hei de tentar escrevendo história, entrelaçar tanto quanto possível na narrativa, os estudos e os modos da época, de sorte a aproximar-me nesse ponto, mais dos velhos cronistas do que dos modernos historiadores” (CURLY, 1967: 13-14). Após essa citação das palavras traduzidas de Southey, a autora complementa: “tinham [Southey e Scott] a intenção de reviver os hábitos, os sentimentos e a mentalidade dos velhos tempos sem relegá-los, como Hume, para apêndices e notas”. Ao fim desse trecho, curiosamente cita, em nota de rodapé, uma parte em inglês da carta que havia traduzido

¹⁴⁰ Vale a pena salientar que a Sociedade dos Antiquários do Norte mostrou interesse desde o início da criação do IHGB em manter correspondência com esse Instituto visando realizar um trabalho comparativo entre as diversas partes das Américas, que tinham uma história que não se enquadrava dentro da tradição europeia, e o velho continente. GUIMARÃES, 2000: 128.

anteriormente: “to weave the manners of times, as far as possibly can be done, into the narrative, instead of crowding the volume with appendix chapters”.¹⁴¹ Pesquisando a carta na íntegra, podemos verificar o argumento de Southey:

One thing I shall especially attempt in writing history – to weave the manners of times, as far as possibly can be done, into the narrative, instead of crowding the volume with appendix chapters; rather, in this point to resemble the old chroniclers than the modern historians (ROBBERDS, 1843: 342).¹⁴²

Southey parece apenas elucidar que não pretendia incluir apêndices em sua obra e, para não ter que recorrer a essa estratégia, tentaria entrelaçar ao máximo as maneiras na narrativa o que, de fato, deixou sua *História* bastante longa e repleta de muitos detalhes. Novamente não existe a incorporação do conceito, que nos parece mais uma categoria apropriada por Dias da literatura sobre o Romantismo, de reviver ao vocabulário utilizado por Southey quando se trata de sua obra historiográfica maior, talvez pelo fato de não existir uma sincronia perfeita entre sua proposta poética e historiográfica. A possibilidade de a erudição gerar um tipo de presentificação do passado já foi anteriormente ressaltada (ARAUJO, 2006a: 324).¹⁴³ Apesar disso, é importante frisar que não existe uma equação perfeita entre descrição e reviver o passado, tendo em vista que nem toda descrição tem esse caráter epifânico. O debate de Southey deve ser entendido no contexto mais amplo das disputas sobre as formas de escrita da história e do papel da erudição na historiografia.

Por outro lado, as resenhas que saíram quando da publicação da *History of Brazil* criticaram bastante a obra principalmente por pecar pelo excesso de informação. Joseph Lowe, em resenha publicada na *Monthly Review*, comenta “Mr. Southey’s peculiar manner of writing history”¹⁴⁴:

His plan is to be *sparing of general reflections*, and to relate with scrupulous accuracy and minuteness the occurrence of detached events, observing generally the order of their date. The remarks

¹⁴¹ Tradução livre: “tecer as maneiras dos tempos, tanto quanto for possível ser feito, dentro da narrativa, ao invés de encher o livro com capítulos de anexo”.

¹⁴² Tradução livre: “Uma coisa, particularmente, eu devo tentar realizar ao escrever história - tecer as maneiras dos tempos, tanto quanto for possível ser feito, dentro da narrativa, ao invés de encher o livro com capítulos de anexo e, neste ponto, parecer mais com os velhos cronistas que com os historiadores modernos”.

¹⁴³ Uma argumentação também nesse sentido, mas de forma bastante distinta, pode ser encontrada em BANN, 1994: 129-152.

¹⁴⁴ Tradução livre “a forma peculiar do Sr. Southey de escrever história”

which he permits himself to make are only those which arise out of the subject of the narrative; **a course which is very different from that of the writers who concentrate a body of facts for the illustration of a previously-conceived doctrine** (MADDEN, 2002: 151).¹⁴⁵

E acrescenta que:

Without entering into any general discussion of the best mode of writing history, we must say that **Mr. Southey has gone greatly too far into particular detail for the taste of the present generation:** which expects something more than a succession of objects and occurrences, clearly and specifically described, but not brought together so as to produce effect by combination (MADDEN, 2002: 151).¹⁴⁶

O pecado de Southey, para Lowe, foi não ter selecionado e organizado sua narrativa de forma a produzir um sentido claro à história narrada, gerando um excesso de informação que beirava apenas a curiosidade e seus leitores acabavam não sabendo o que fazer ou como interpretar tantos dados.

Outro resenhista da *History of Brazil*, do qual não conhecemos o nome, salientou os mesmos aspectos da narrativa de Southey. Concorde que o historiador juntou vários fatos, utilizou de fontes autênticas, e não deixou escapar a menção de nenhuma informação de interesse para a história do Brasil. Contudo:

To say this, is to pronounce no ordinary panegyric; and yet we see no indication, in the present work, that Mr. Southey was endowed with the most important qualities of a great historian. **The comprehensive views of the great philosopher do not appear to predominate in his mind.** We are far from presuming to say that he is not entitled to rank, and rank highly, among enlightened men. But with his good intentions, with his industry, and his talent for composition, we could wish that his depth and originality of thinking were still more conspicuous (MADDEN, 2002: 149).¹⁴⁷

¹⁴⁵ Tradução livre: “seu plano é utilizar poucas reflexões genéricas e relatar com escrupulosa precisão e minuciosidade o surgimento dos eventos destacados, observando geralmente a ordem do acontecimento. Os comentários que ele se permite fazer são apenas aqueles que surgem do assunto da narrativa; um percurso que é muito diferente do feito pelos escritores que concentram um conjunto de fatos para a ilustração de uma doutrina previamente definida”

¹⁴⁶ Tradução livre: “Sem entrar em nenhuma discussão geral sobre o melhor modo de se escrever história, nós devemos dizer que o Sr. Southey realmente empregou muitos detalhes particulares para o gosto da geração atual: a qual espera algo que seja mais que uma sucessão de objetos e acontecimentos, descritos com clareza e especificidade, mas não trazidos em um conjunto capaz de produzir um efeito por combinação”.

¹⁴⁷ Tradução livre: “dizer isso não significa pronunciar nenhum panegirico; e, ainda, não vemos nenhuma indicação, na obra em questão, que o Sr. Southey foi dotado com as qualidades mais importantes de um

Os contemporâneos de Southey não poderiam esquecer a *History of England*, de David Hume, ou mesmo o *Decline and fall of the Roman Empire*, de Edward Gibbon, e esperavam uma narrativa ilustrada que apresentasse um panorama do Brasil e não apenas um conjunto infinito de informações sobre esse território. Buscavam encontrar uma filosofia da história em que não se deveria “[...] reter somente os mais importantes e os mais seguros [fatos] a fim de cobrar um fio condutor na mão do leitor e para que ele fique em situação de formar um juízo acerca da ruína, renascença e progressos do espírito humano”, uma vez que apenas dessa forma seria possível aprender “[...] a conhecer o caráter e os costumes dos diversos povos” (CASSIRER, 1994).

O resenhista continua:

Amidst ***all the details***, for example, respecting tribes of savages with which the work abounds, ***no assistance is offered to the reader in generalizing the phaenomena of savage life; scarcely any in tracing the causes of the peculiarities among different tribes***, of which his narrative makes mention; no attempt is made to ***illustrate the springs of human nature***, as exhibited in those unfavourable circumstances; to trace the points of agreement and diversity between this the most unhappy state of society, and that which is presented at all the different stages of civilization. Had Mr. Southey avoided those lengthened statements and explanations, which a full treatment of the subject would have required (***though they would have been more instructive and more interesting, too, than so much repetition of the details respecting the particular tribes***), comprehensive reflections drawn from a profound insight into the subject, however shortly expressed, would have thrown a light upon his pages for which the work at present contains nothing to compensate [...](MADDEN, 2002: 149-150).¹⁴⁸

grande historiador. As visões compreensivas do grande filósofo não parecem predominar em sua mente. Estamos longe de pretender dizer que ele não está habilitado ao posto, e altamente qualificado, entre os homens esclarecidos. Mas com suas boas intenções, com sua indústria, e seus talentos para a composição, poderíamos desejar que sua profundidade e originalidade de pensamento fosse ainda mais evidente

¹⁴⁸ Tradução livre: “Em meio a todos os detalhes, por exemplo, que dizem respeito às tribos selvagens que abundam na obra, nenhuma assistência é fornecida ao leitor no sentido de generalizar o fenômeno da vida selvagem; raramente algum auxílio que trace as causas das peculiaridades entre tribos diferentes, que sua narrativa faz menção; nenhuma tentativa de ilustrar os períodos iniciais da raça humana é feita, visto que são exibidas nessas circunstâncias desfavoráveis; traçar os pontos de acordo e diversidade entre este estado mais infeliz possível da sociedade, o qual, de qualquer modo, esta presente em todos os diferentes estágios de civilização. Tivesse o Sr. Southey evitado essas longas declarações e explicações, que um tratamento completo do tema poderia exigir (embora eles pudessem ser mais instrutivos e também mais interessantes que muitas repetições de detalhes que dizem respeito a tribos particulares), extraído reflexões compreensivas de um profundo discernimento sobre o assunto,

Na opinião de seus resenhistas, Southey acabou se perdendo em sua própria curiosidade sobre o Brasil e na narração de inúmeros detalhes que, ao fim, parecem ter apenas lhe interessado.¹⁴⁹ Por outro lado, sua renomada fama literária gerou grandes expectativas sobre a realização narrativa de seu livro, e seus resenhistas viram essas expectativas totalmente frustradas quando leram e reconheceram nessa história um conjunto minucioso de informações sem nenhum fio condutor e sem um estilo que elevasse a obra ao patamar que estava reservado para ela.

Esses dois exemplos da recepção da *History of Brazil* em momento algum citam o caráter de reviver histórico que, segundo Dias, seria tão marcante nessa história. Por outro lado, corroboram com nossa hipótese de que a descrição minuciosa feita pelo poeta laureado estava ligada à erudição e não ao Romantismo, se é que atualmente ainda podemos chamar tal fenômeno com essa nomenclatura. Embora Dias aponte para alguns fenômenos que podemos encontrar na obra de Southey, seu trabalho não tinha como se beneficiar da renovação na história das ideias que indicou para os limites de grandes categorias como “Romantismo” para descrever o que então ocorria.

Ao caracterizar o que Southey entendia como o verdadeiro historiador, Dias afirma que “para que fosse completa [a narrativa], algo deveria ser acrescentado à objetividade e ao rigor crítico de uma obra histórica, pois os fatos deviam despertar os sentimentos do leitor a fim de ficarem gravados em sua memória”. Logo no final dessa frase, insere uma nota de rodapé em que cita as palavras de Southey “[...] to be understood, and felt and remembered...” (Carta de Southey a Mr. Ebenezer [...]).¹⁵⁰ Ao que tudo indica, a citação do original em inglês de Southey, avalizaria a proposta da autora em relação ao reviver histórico; contudo, quando analisamos um fragmento maior da carta tal proposição parece não se sustentar. Nessa carta, Southey referia-se ao estilo de *Madoc* e argumentava que:

todavia, brevemente expressado, poderia ter jogado uma luz sobre suas páginas para o qual a obra, no momento, não contém nada para compensar”.

¹⁴⁹ Southey era consciente de que a *História do Brasil* não teria grande popularidade, mas tinha como sua missão escrevê-la. “But I am far from regretting that so much time and labour has been bestowed upon a subject for which few English readers (such as readers are now) can be expected to feel much interest. No other person could have brought the same industry and the same advantages to the task [...]”. LEÃO, 1943:56. “Mas estou longe de me arrepender de ter empregado tanto do meu tempo e trabalho num assunto pelo qual poucos leitores ingleses (como são agora os leitores) irão se interessar. Nenhuma outra pessoa se teria desincumbido da tarefa com mais habilidade e as mesmas vantagens [...]”. LEÃO, 1943: 85-86.

¹⁵⁰ Tradução livre: “...para ser entendido, sentido e lembrado...”

[...] my rule of writing, whether for prose or verse, is the same, and may very shortly be stated. It is, to express myself 1st, as perspicuously as possible; 2nd, as concisely as possible; 3rd, as impressively as possible. This is the way to be understood, and felt, and remembered. (SOUTHEY, 1855: 275)¹⁵¹

Em momento algum Southey toca no assunto do “despertar os sentimentos do leitor” em um sentido romântico, pois, provavelmente, seus pensamentos estavam mais preocupados com o impacto retórico que poderia causar aos seus leitores do que com a proposta historiográfica romântica. Na medida em que a força retórica da sua narrativa ajudaria seus leitores no processo de memorização da composição, a variante “impressively” estaria ligada a “remembered”.¹⁵²

Com a apreciação da teoria dos estágios civilizacionais e da posição que o selvagem brasileiro e dos colonizadores poderiam ter dentro dela, assim como do estudo sistemático da erudição enquanto componente da historiografia moderna, buscamos compreender o vocabulário que Southey articulou para a escrita da história brasileira. Momigliano já havia insinuado a junção realizada pela historiografia britânica setecentista entre erudição e narrativa histórica (MOMIGLIANO, 1954: 450-463). Por outro lado, também procuramos analisar em que medida é possível tomar essa historiografia como romântica tendo em vista que, em um primeiro momento, não parece sustentável a hipótese de que o poeta laureado estivesse engajado em um projeto de reviver a história do Brasil colonial.

É necessário deixar claro que não buscamos o enquadramento de Southey em qualquer outra “corrente de pensamento”, mas entender as linguagens mobilizadas pelo autor em seu contexto discursivo. Nos manuais, o Romantismo inglês é datado do final do século XVIII. Assim, a *History of Brazil* (1810-1819) estaria ainda nos primeiros anos do “movimento”. Um período em que não havia ainda um programa romântico claro e os caminhos eram forjados muito particularmente por cada autor nos diversos gêneros. No lugar então de enquadrar essa obra no contexto “romântico”, mais valeria

¹⁵¹ Tradução livre: “minha norma de escrita, seja para prosa ou verso, é a mesma, e pode ser brevemente especificada. Isto é, primeiro, me expressar com a maior perspicácia possível, Segundo, ser o mais conciso possível e, terceiro, o mais impressionante possível. Essa é a forma para ser entendido, sentido e lembrado”.

¹⁵² Para uma explicação dos usos da retórica e de seu papel na historiografia romana, principalmente na taciteana, vide: VARELLA, 2008: 71-87.

recuperar alguns contextos específicos, seja da dinâmica do gênero histórico, seja das linguagens mobilizadas por Southey em seu livro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Valdei Lopes de. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia Historia**, v. 22, 2006a.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus** (Juiz de Fora), v. 12, 2006b.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas da formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARAUJO, Valdei Lopes de; VARELLA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no *Correio Braziliense* (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas. In: GALERY, Maria Clara Versiani; PERPÉTUA, Elzira Divina; HIRSH, Irene (orgs.). **Tradução, vanguarda e modernismos**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BANN, Stephen. Clio em parte: sobre o antiquariado e fragmento histórico. In: _____. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: UNESP, 1994.

BOLTON, Carol. **Writing the Empire: Robert Southey and Romantic Colonialism**. London: Pickering and Chatto, 2007.

CASSIRER, Ernest. A conquista do mundo histórico. In: **A filosofia do iluminismo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador. Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. **História Unisinos**. 11(3), Setembro/Dezembro 2007.

CURLY, Maria Odila Dias. O Brasil na historiografia romântica inglesa: um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott. **Anais do Museu Paulista**, Vol. 21, 1967.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O Fardo do Homem Branco**: Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

GUIMARÃES, Lucia M. P.. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Nº 388, jul/set, 1995.

GUIMARÃES, Manoel S.. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro 1 (1), 1988, p. 5-27.

GUIMARÃES, Manuel Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariato e escrita da história. **Humanas**, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000.

HUMPHREYS, R. A. **Robert Southey and his History of Brazil**. London: Hispanic and Luso-Brazilian Council, 1978.

LEÃO, Joaquim de Sousa Carneiro (ed.). Cartas de Robert Southey a Theodore Koster e a Henry Koster: anos de 1804 a 1819. **RIHGB**. Vol. 178, 1943.

LEÃO, Joaquim de Sousa. Robert Southey. **RIHGB**. Vol. 178, 1943.

MADDEN, Lionel (ed.). **Robert Southey: the critical heritage**. London: Routledge, 2002.

MOMIGLIANO, Arnald. Tácito e a tradição taciteana. In: _____. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 157-185.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Gibbon's contribution to historical method. **Historia** 2.4, 1954, p. 450-463.

MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In: _____. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

POCOCK, John. **Barbarism and religion: barbarians, savages and empires**. Vol. IV. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

POCOCK, John. **Barbarism and religion: narratives of civil government**. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ROBBERDS, J. W. (ed.). **A memoir of the life and writings of the late William Taylor of Norwich**. Vol. 1. London: John Murray, 1843.

RODRIGUES, José Honório. "Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil". In: _____. **História e Historiografia**. Petrópolis: Vozes, 1970.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. 1ª parte, historiografia colonial. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 'Um monarca nos trópicos': Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II. In: _____. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

SOUTHEY, Charles Cuthbert (ed.). **Life and correspondence of Robert Southey**. New York: Harper & Brothers, 1855.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Traduzida do inglês por Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Vol. I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo

Arroyo. Prefácio de Brasil Bandecchi. Vol. II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. Vol. I. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, Paternoster-row, 1810.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. Vol. II. London: Longman, Hurst, Rees, and Orme, Paternoster-row, 1817.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo. Prefácio de Brasil Bandecchi. Vol. I. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro. Vol. I. Rio de Janeiro: Garnier, 1862a.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J.C. Fernandes Pinheiro. Vol. IV. Rio de Janeiro: Garnier, 1862b.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

VARELLA, Flávia Florentino. *Sine ira et Studio*: retórica, tempo e verdade na historiografia de Tácito. **História da Historiografia**, número 1, 2008.

Romance histórico e a escrita da história na França no século XIX: Notas sobre o passado de uma forma de representação da realidade histórica - *Bruno Franco Medeiros*

Je ne remplis pas ces lacunes [de l'histoire]
par des théories, mais par des faits homogènes
à ceux qui précèdent et suivent.

(Paul Lacroix. *Romans relatifs à l'histoire de France*, 1838)

Contudo, aquilo que afirma deve ser encontrável no texto.

(Erich Auerbach. *Mimesis*, 1946)

96

1. O estabelecimento de uma cronologia que defina possíveis origens do romance histórico sempre foi objeto de discussão entre aqueles que se preocuparam em analisá-lo. Em uma conferência apresentada no simpósio “Reconsiderando o Romance Histórico”, realizado em 2004 na Universidade da Califórnia, Fredric Jameson reavaliava as considerações produzidas pelo filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) e a importância de sir Walter Scott (1771-1832) como criador do romance histórico no século XIX. Para Jameson, não havia dúvidas que Scott o havia feito, mas afastava-se das conclusões de Lukács ao discordar que ele havia personificado o realismo por excelência no século XIX, uma herança da qual os mestres do realismo histórico se aproveitaram até suas respectivas revoluções descontínuas¹⁵³. Ao invés de situá-lo como inventor do realismo, Jameson o incluía antes como o inventor do que ele denominou drama de costumes (*costume drama*). A grande e única inovação de Scott teria sido sua capacidade de organizar e urdir, em torno de formas melodramáticas, os materiais históricos que surgiram a partir do início do século XIX¹⁵⁴. A dissolução dessa forma no decorrer do século teria conduzido finalmente ao realismo e a um novo tipo de romance histórico realista que se mantiveram à altura dos romances não-históricos do período. A grande figura representativa dessa transformação teria sido Léon Tolstói (1828-1910) com *Guerra e Paz*, publicado originalmente entre 1865 e 1869 no periódico russo *Russkii Vestnik*¹⁵⁵.

¹⁵³ Segundo Jameson (2007: 185), 1848 para o Ocidente e 1917 para os russos.

¹⁵⁴ Jameson não especifica quais teriam sido o que ele chamou de “materiais históricos”.

¹⁵⁵ Idem: 187.

Em réplica à Jameson, Perry Anderson se posicionava afirmando primeiramente que o romance histórico é uma “forma literária que lida com a história, entendida como uma concatenação de acontecimentos públicos *no passado*”¹⁵⁶. Trilhando o caminho contrário de Jameson, Anderson se reaproximava das predicções feitas por Lukács, lembrando que, da multiplicidade que se compunha o universo da prosa de ficção, o romance histórico teria sido o mais consistentemente político, não sendo surpresa que tivesse originado a mais conhecida de todas as obras da teoria literária marxista¹⁵⁷. Anderson retornava à cronologia clássica estabelecida por Lukács quando identificou o nascimento do romance histórico com a fundação do nacionalismo romântico do século XIX, chegando mais perto de suas proposições ao reafirmar que a matriz original desse nacionalismo foi a reação europeia à expansão napoleônica e, de certo modo, sua tônica sempre fora algum tipo de resposta contra-revolucionária à Revolução Francesa¹⁵⁸.

Quem se aventurar nos dias atuais a escrever algo sobre o romance histórico, não pode prescindir dos nomes de Walter Scott e György Lukács. Deste último temos o clássico *O romance histórico*, produzido originalmente em russo entre 1936 e 1937 durante seu exílio em Moscou¹⁵⁹. Para o filósofo húngaro, o romance histórico surgiu no início do século XIX, próximo à queda de Napoleão, justamente com a publicação das *Waverley Novels* de Scott em 1814. Segundo ele, apesar de já existir nos séculos XVII e XVIII romances com temática histórica, o que faltava a esses e outros romances anteriores e que os colocava a uma distância significativa em relação ao romance scottiano seria “o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo”¹⁶⁰.

Para Lukács, um dos principais fatores que explicam o surgimento do romance histórico seria a vivência inédita da história pelas massas a partir do início do século XIX. A Revolução Francesa, as guerras revolucionárias, a ascensão e queda de Napoleão teriam originado uma configuração social baseada numa nova maneira de

¹⁵⁶ ANDERSON, 2007: 205.

¹⁵⁷ Referência a *O romance histórico* de Lukács.

¹⁵⁸ Idem: 209.

¹⁵⁹ Cabe lembrar que o médico psiquiatra e escritor Alfred Döblin (1878-1956), autor do romance *Berlin Alexanderplatz* (1929) publicou em 1938, também exilado em Moscou, um texto-manifesto intitulado *O Romance Histórico e Nós* (Der historische Roman und wir. *Das Wort*. Moskau: Jougarz-Verlag, Januar 1938. Heft 1). Há uma tradução brasileira feita por Marion Brepohl de Magalhães. Cf. DÖBLIN, 2006.

¹⁶⁰ LUKÁCS, 2011: 33.

compreender a história, doravante vista como uma *experiência das massas*. Essa nova experiência era demonstrada, por exemplo, pela transformação de milícias formadas por mercenários (característicos do *ancien régime*) em exércitos que passavam a recrutar a população civil, nos quais os altos postos podiam ser reivindicados por todos. Além disso, essas novas guerras traziam consigo uma extraordinária ampliação de horizontes, inclusive geográficos: se antes, os combates entre os exércitos ficavam restritos em torno de fortalezas etc, desde então a Europa inteira servia de palco de guerra ¹⁶¹. No mesmo sentido, Erich Auerbach (1892-1957) explicava porque n’*O vermelho e o negro*, publicado por Henri Beyle (1783-1842), mais conhecido como Stendhal, em 1830, encaixou “de forma tão fundamental e consequente a existência tragicamente concebida de um ser humano de tão baixa extração social [Julien Sorel] na mais concreta história da época”. Segundo ele, esse tipo de representação da realidade era consequência do “primeiro grande movimento dos tempos modernos, do qual participavam conscientemente as *grandes massas humanas*” – a Revolução Francesa e suas consequências que se espalharam por toda a Europa ¹⁶².

Um importante estudo sobre o romance histórico, publicado no início do século XX, teve sua fortuna crítica marcada pelo esquecimento por historiadores da historiografia e da literatura. Publicado em 1904 por Louis Maigrón (1866-1954), então professor da Universidade de Clermont-Ferrand, *Le roman historique à l’époque romantique – essai sur l’influence de Walter Scott* precedeu em muitas hipóteses ao livro de Lukács, embora o primeiro o tenha superado com uma ampla análise sistemática sobre o romance anterior à criação do romance histórico no século XIX. Sua hipótese sobre o surgimento e o fim do romance histórico é que, “impossível antes do século XIX, ele somente triunfa a partir de 1820 para desaparecer imediatamente após 1830” ¹⁶³.

Como Lukács, Maigrón não negou a existência de romances com temática histórica anterior ao surgimento do romance no século XIX. Chegou a citar alguns exemplos, embora concluísse que a união do romance e da história no século XVII foi

¹⁶¹ Idem: 38-41.

¹⁶² AUERBACH, 2009 : 408-409.

¹⁶³ MAIGRON, 1912: V. No original: “(...) Impossible avant le XIX^e siècle, il ne triomphe à partir de 1820 que pour disparaître presque immédiatement après 1830”.

infrutífera ¹⁶⁴. Sua crítica ao gênero romanesco desse período servia como crítica indireta às formas de representação do gênero histórico. Para ele, às histórias produzidas no século XVII e XVIII não faltavam exatidão dos fatos e das sucessões de fatos de algumas épocas: ninguém duvidaria que Cyrus foi um grande rei, Nero incendiou uma parte de Roma, Ricardo Coração-de-Leão foi feito prisioneiro na Áustria quando retornava da Palestina e que existiu no reinado de Carlos VII uma heroína chamada Joana D'arc. Entretanto, faltava aos romances desses séculos a descrição dos costumes (*moeurs*) da época que eles retratavam, seu modo de sentir e pensar, ou seja, aquela que se conformaria na primordial matéria do romance histórico tal como ele surgiu no século XIX.

Além disso, faltava aos romancistas anteriores a Scott o alcance de seu elemento essencial e um dos mais importantes da história e da estética do romantismo – a *cor local*, a qual Maigron definiu como “a reconstituição do passado, na verdade ao menos relativa de suas aparências múltiplas e flexíveis”. Para que isso chegasse a ser possível, e apenas no século XIX o foi, duas condições eram necessárias: 1) o passado deveria ser encarado como passado e deveria permanecer como tal, pois seria ridículo travesti-lo à última moda contemporânea (*à la dernière mode contemporaine*) ; 2) era preciso sentir as profundas diferenças da humanidade em suas diversas etapas de desenvolvimento ¹⁶⁵. A inediticidade dessa compreensão teria sido reservada à François-René Chateaubriand (1768-1848), um dos primeiros a mostrar “os Bárbaros que falam e agem como Bárbaros” ¹⁶⁶. Ao analisar *Les Martyrs*, publicado por Chateaubriand em 1809, ele dizia o seguinte:

(...) tudo aquilo que é inteligência histórica, adivinhação e *ressurreição* do mundo antigo, seus *costumes* e usos, leis, as voluptuosas cidades pagãs tanto quanto as misteriosas *florestas gaulesas* cheias de horror sagrado: o prestigioso encantador tudo evocou, tudo fez reviver. É como um mundo novo que lentamente se ergue ante os olhos deslumbrados (...). Os personagens são enfim situados. O tempo que os viu nascer, os hábitos e os costumes que os formaram, as paisagens que eles tinham sob seus olhos, nada é

¹⁶⁴ Idem: 7-8.

¹⁶⁵ Idem: 22-23.

¹⁶⁶ Idem: 25. No original: “Que le sentiment profond de l’histoire ait inspiré à Chateaubriand des pages incomparables, d’une nouveauté si originale et si forte qu’elles furent une révélation, c’est une vérité solidement établie. (...) Voici enfin des Barbares qui parlent et agissent comme des Barbares, qui en ont l’âme et les sentiments, comme ils osent en avoir la physionomie et le costume”.

esquecido daquilo que pode nos fazer compreender e sobretudo nos fazer ver (...) ¹⁶⁷

Entretanto, Chateaubriand não teria senão aberto o caminho para Walter Scott. Segundo Maigrón, o presente jamais interessou ao romancista escocês senão como representativo do passado. Idéia semelhante foi defendida por Lukács: ao dizer que o romancista escocês era um patriota, orgulhoso do desenvolvimento de seu povo, Lukács afirmou que esse sentimento era “absolutamente necessário para a criação de um verdadeiro romance histórico, que traz o passado para perto de nós e o torna experienciável” ¹⁶⁸. Sem essa experiência, a figuração da história seria impossível.

Os séculos precedentes pareciam tão familiares a Scott, mais do que sua própria época, a ponto de Maigrón afirmar que “ele se orienta neste tempo remoto como se houvesse lá realmente vivido”. O grande interesse de Scott pelas coisas mortas – pelo passado –, ou a pouco desaparecidas, não era apenas capricho de poeta ou fantasia de artista: seu conhecimento sobre o passado era tão exato quanto vasto. Através de sua representação dos homens do e no passado, todos eram expostos em sua verdadeira vivência e, sobretudo, todos se distinguiam. Segundo Maigrón, “o mágico que lhes ressuscita é o mais exato, o mais informado, o mais minucioso dos antiquários”, assim como sua memória e imaginação voltavam-se completamente para o passado e retinham as coisas que possuíam um “perfume de arqueologia”. As leituras e viagens de Scott não eram atividades de um artista ou diletante – elas eram antes de tudo aquelas de um antiquário, com a segurança e erudição daquele tipo de homem que se interessava pelo passado sem ser historiador ¹⁶⁹.

Para Maigrón, Walter Scott era o promotor de uma verdadeira revolução não só na história como também no romance, pois a descrição precisa e a ressurreição do passado passavam a se tornar a única preocupação do romancista. Outra face da revolução operada pelo romance histórico seria a transmutação de uma representação

¹⁶⁷ Idem: 27-28. No original: “[...] tout ce qui est intelligence historique, divination et résurrection du monde antique, ses moeurs et ses costumes, ses coutumes et ses lois, les voluptueuses cités païennes aussi bien que les mystérieuses forêts gauloises toutes frissonnantes d’horreur sacrée : le prestigieux enchanteur a tout évoqué, tout fait revivre. C’est comme un monde nouveau qui lentement se lève devant les yeux éblouis (...). Les personnages sont enfin *situés*. Le temps qui les a vus naître, les habitudes et les moeurs qui les ont formés, les paysages qu’ils ont eus sous les yeux, rien n’est oublié de ce qui peut nous faire comprendre et surtout nous faire voir [...]”.

¹⁶⁸ LUKÁCS, 2011: 73.

¹⁶⁹ MAIGRÓN, 1912: 35. Para um perfil do antiquariato na época moderna e sua contribuição para a escrita da história, cf. MOMIGLIANO, 2004.

focada em indivíduos para uma representação do povo. Scott não nos apresentaria “mais os sentimentos de personagens ou seus pensamentos próprios (...), mas sim os sentimentos e pensamentos da coletividade”¹⁷⁰. Apesar de algumas dessemelhanças que pudessem existir na representação dos personagens do romance scottiano, por fim eles se assemelhavam em um ponto particular: todos acabavam por possuir a fisionomia da categoria ou classe à qual eles pertenciam. Tal situação explicaria a repentina importância que esse tipo de representação assumiria nos romances posteriores, os quais passavam a conceder uma centralidade àqueles que haviam sido até então negligenciados: o povo. Isso passava a ser um desafio do escritor no século XIX e, quem pretendesse conceder a alguma sociedade ou época a sua imagem mais verossimilhante possível, tinha como tarefa evocar todos os grupos e todas as classes de tal sociedade ou época, retirando-as da escuridão na qual estavam envolvidas, trazendo-as à luz¹⁷¹.

Diferente de Lukács, Jameson e Anderson, Maigron não tentou compreender a situação do romance histórico em seu tempo. O que existe em comum entre todos é tomar como ponto de partida o romance scottiano, seja afastando ou se aproximando dele em sua análise. Entretanto, Lukács estava seriamente preocupado com os rumos do romance histórico no entre-guerras. Jameson e Anderson tentam compreender os desafios de um romance histórico baseado nas preceptivas modernistas frente aos desafios de uma nova estética proposta pelo pós-modernismo. De todas as análises aqui demonstradas sobre o romance histórico, a que talvez mais se aproxime das opiniões expressas pelos contemporâneos de Walter Scott na França seja a de Maigron. Talvez isso se justifique não somente por sua maior proximidade temporal com os homens do início do século XIX, mas principalmente pelo grande domínio e variedade da documentação contemporânea que ele mobilizou. Como deixei claro no subtítulo do texto que aqui apresento, gostaria de pontuar algumas notas sobre o romance histórico entendido enquanto uma *forma de representação da realidade histórica* e sua relação com a escrita da história no mesmo período. A seguir, tento

¹⁷⁰ No original: “(...) ce ne sont plus les sentiments des personnages ou leurs pensées propres qui nous intéressent, mais bien les sentiments et les pensées de la collectivité”.

¹⁷¹ Idem: 38-45.

refazer o caminho trilhado por esses estudiosos a partir de algumas pistas deixadas por ele. Mas antes será necessária uma pequena digressão.

2. O erudito Pierre Daniel Huet (1630-1721), nomeado bispo de Avranches em 1685, foi escolhido em 1670 assistente de Jacques Bossuet como preceptor do delfim. Neste mesmo ano publicou o *Traité-Lettre de l'origine des romans*, traduzido imediatamente para o latim, inglês e flamengo ¹⁷². Naquela ocasião, afirmou que o romance não havia nascido na Provença ou na Espanha, como alguns pensavam, mas em países e tempos remotos. Reconhecia que em sua época existia um uso contrário do romance em relação àqueles tempos, e o que então denominavam romance não passava de histórias fictícias de aventuras amorosas para o prazer e instrução do leitor. Segundo ele,

o fim principal do romance [...] é a instrução dos leitores, a quem é sempre necessário fazer ver a virtude coroada e o vício punido. Pois, como o espírito do homem é naturalmente inimigo dos ensinamentos, e que seu amor próprio o revolta contra as instruções, é necessário lhe enganar pelo charme do prazer, e corrigir a severidade dos preceitos pela graça dos exemplos [...].¹⁷³

Prosseguindo, afirmou que o romance não poderia ser comparado àquelas histórias que eram reconhecidas, segundo ele, por conter muita falsidade, como as histórias de Heródoto: elas transmitiam verdades que comportavam falsidades, enquanto os romances eram falsidades que comportavam verdades ¹⁷⁴. O gosto pela mentira, disse Huet, era natural do homem. Como ele se alimenta de ervas e raízes quando lhe falta o pão, a mesma coisa aconteceria com o conhecimento da verdade, que seria o alimento natural do espírito: quando lhe falta, o homem se alimenta de mentira, que é a imagem da verdade, pois a imagem e a imitação, segundo Aristóteles, seriam mais agradáveis do que a verdade. Isso explicaria a grande aceitação que as invenções romanescas encontravam não somente nas nações bárbaras, mas também nas civilizadas (*polies*):

¹⁷² Nisard, 1853.

¹⁷³ Huet, 1711: 2-5. No original: “(...) La fin principale des Romans, ou du moins celle qui le doit estre, & que se doivent proposer ceux qui les composent, est l’instruction des lecteurs, à qui il faut toujours faire voir la vertu couronnée, & le vice puni. Car comme l’esprit de l’homme est naturellement ennemi des enseignemens, & que son amour propre le révolte contre les instructions, il le faut tromper par l’appas du plaisir, & adoucir la severité des préceptes par l’agrement des exemples [...]”.

¹⁷⁴ Idem: 6-12.

Toda a América fez dessas invenções romanescas suas delícias. Nossos Hurões e nossos Iroqueses só falam por símbolos e imagens [...]. Os povos da Flórida, de Cumaná, do Peru, e das Ilhas Marianas se excitam no trabalho e nos combates pelas canções, pelos discursos e pelas narrações fabulosas dos bons feitos de seus predecessores. Tudo aquilo que estes Bárbaros contam de sua origem é repleto de ficção. Os Peruvianos prevalecem nisso sobre todos os outros. Os antigos habitantes da Dinamarca, da Suécia e da Noruega produziram origens tão fabulosas quanto aquelas dos Gregos.¹⁷⁵

Pierre Huet ainda devia estar impressionado com a visão dos caracteres rúnicos encontrados na Dinamarca, lugar onde havia estado anos antes da composição de seu tratado. Ele nos informava que os reis da Dinamarca tinham sempre *Scaldes* (espécie de poetas e poetisas) em sua corte, cuja única ocupação era compor versos, sobretudo de atos memoráveis, embelezados de ficções e alegorias, e produzidos muitas vezes no campo de batalha. As colônias da Noruega que povoaram a Irlanda teriam transplantado para aquele lugar suas fábulas e os mais engenhosos se aplicaram a produzir outras novas, que foram recolhidas posteriormente e anotadas em volumes que ainda subsistiam após seiscentos anos¹⁷⁶.

Atentemos para outro texto produzido anos antes do tratado de Huet: o *De la lecture des vieux romans*, escrito por Jean Chapelain (1595-1674) entre o fim de 1646 e o início de 1647¹⁷⁷. Além de Chapelain, o erudito Gilles Ménage (1613-1692) e o historiador e poeta Jean François Sarrazin (1611-1654) faziam parte do diálogo. Chapelain conta ter sido surpreendido por Ménage e Sarrazin enquanto lia o romance medieval *Lancelot du Lac*. A reação dos interlocutores foi distinta: Sarrazin notou que *Lancelot* era “a fonte de todos os romances que nos últimos quatro ou cinco séculos tiveram um grande sucesso em todas as cortes européias”, enquanto Ménage reprovou o fato de Chapelain apreciar *Lancelot* dizendo: “Como ousais louvar essa horrenda carcaça, desprezada até mesmo pelos ignorantes e pelo vulgo? Não

¹⁷⁵ Idem: 187-188. No original: “Toute l’Amérique en fait ses délices. Nous Hurons & nous Hiroquois ne parlent que par symboles y par images. [...]. Les peuples de la Floride, de Cumana, du Perou, & des Iles Marianes s’excitent au travail & aux combats, par les chansons, les harangues, & les narrations fabuleuses des beaux faits de leurs prédecesseurs. Tout ce que ces Barbares racontent de leur origine est plein de fictions. Les Peruvians l’emportent en cela sur tous les autres [...]. Les anciens habitans de Danemarc, de Suede, & de Norvege, se sont fait des origines du moins aussi fabuleuses que celles des Grecs”.

¹⁷⁶ Idem: 185-191.

¹⁷⁷ Ginzburg, 2007: 79. Apesar de ter sido escrito provavelmente entre 1646 e 1647, ele só seria publicado em 1728 numa coleção organizada por Pierre Nicolas Desmolets (1678-1760). Cf. Desmolets, 1728: 281-342.

querereis descobrir nesse escritor bárbaro um homem comparável com Homero ou Lívio?”¹⁷⁸. Segundo Carlo Ginzburg, essas discussões devem ser aproximadas dos textos dos eruditos do século XVII que abriram caminho para as pesquisas sobre a Idade Média empreendidas por Mabillon e Montfaucon. A descoberta da Idade Média por Chapelain a partir de *Lancelot du Lac* não se ligava à literatura mas sim à história. Essa situação pode ser constatada quando Chapelain responde à pergunta feita por Ménage se *Lancelot* podia ser comparado a Lívio:

Comparar *Lancelot* e Lívio seria absurdo, assim como seria absurdo comparar Virgílio e Lívio, o falso e o verdadeiro. Todavia ousa dizer que, mesmo se *Lancelot*, sendo baseado em fatos imaginários, não pode ser comparado a Lívio como exemplo de narração verdadeira (*par la vérité de l’histoire*), pode sê-lo em outro plano, como imagem verdadeira de usos e costumes (*par la vérité des moeurs et des coutumes*). Nesse plano os dois autores nos dão um resumo perfeito: da era sobre a qual o primeiro escreveu, ou da era sobre a qual o outro escreveu.¹⁷⁹

Chapelain justificou sua opinião dizendo que o escritor que inventou uma narrativa imaginária, cujos protagonistas eram seres humanos, deveria representá-los *segundo os usos e costumes daquele tempo*. Caso contrário, não seriam críveis. Para Ginzburg, Chapelain se referia à passagem da *Poética de Aristóteles* que dizia que os escritos do poeta não consistiam em relatar acontecimentos reais, mas coisas que poderiam acontecer dentro de limites verossímeis. Desse modo, Chapelain acenava para a possibilidade de se extrair de uma representação romanesca como *Lancelot du Lac* elementos históricos, como os costumes que prevaleciam nas cortes daquele tempo. Certamente, a idéia de extrair informações históricas de textos inventados não era uma novidade. Tucídides já havia se servido da *Ilíada* de Homero para reconstituir as dimensões das antigas nações gregas. Mas ao propor uma leitura de *Lancelot* mais como um documento do que um monumento, Chapelain certamente pensava no trabalho dos antiquários¹⁸⁰.

Chapelain e Pierre Daniel Huet haviam freqüentado o mesmo círculo erudito e eram bem próximos. Numa correspondência enviada a Chapelain no dia 5 de março de

¹⁷⁸ Idem: 80. As citações do diálogo foram retiradas de Ginzburg.

¹⁷⁹ Citado em Ginzburg, 2007: 81-82.

¹⁸⁰ Idem: 82-83.

1665 de Caen, Huet dissertava sobre a natureza dos cometas ¹⁸¹. Não sabemos o quanto o tratado de Huet fora inspirado pelo diálogo de Chapelain, mas, confrontado com o texto deste último, seu tratado ganha novos contornos. Huet afirmou que a principal meta do romance era a “instrução do espírito e a correção dos costumes”, fazendo então com que o romance rivalizasse diretamente com uma das principais prerrogativas da história durante a época moderna, a qual também visava instruir ¹⁸². Mas Huet desafiou a veracidade dos historiadores, que tinham como objetivo desde Heródoto o relato do que havia realmente acontecido, ao dizer que suas histórias eram eivadas de falsidade. Como não tinha um objeto próprio – pois seu objeto era também material dos poetas e dos romancistas –, a história deveria partir da aporia da verdade ¹⁸³. Sem a exclusividade dessa condição, ela passava a situar-se no mesmo patamar do romance, que apesar de ter muita falsidade, também tinham um pouco de verdade e podia instruir tanto quanto a história ¹⁸⁴. Além disso, quando propôs estudar os costumes dos indígenas americanos a partir de suas *invenções* romanescas, Huet certamente pensou, assim como Chapelain, no trabalho dos antiquários, pois também sua preocupação não era a literatura, mas a história. A influência da pesquisa antiquária em Huet fica mais evidente quando afirmou que, em sua passagem pela Dinamarca, havia observado os caracteres rúnicos inscritos nas pedras: o estudo de origens fabulosas a partir daquelas inscrições poderia substituir, complementar ou refutar as narrativas históricas que tinha como base os modelos dos historiadores da Antiguidade. Entretanto, a permanência dessa compreensão tradicional da história durante a época moderna impediu que uma opinião positiva sobre a Idade Média

¹⁸¹ « XX. Dissertation. *Touchant la nature des Comettes*. Lettre de Mr. Huet, a Monsieur Chapelain ». In : *Dissertations sur diferens sujets composées par Mr. Huet, Ancien Evêque d'Avranches & par quelques autres Savans*. Recueillies par Mr. L'Abbé de Tilladet. Augmentées des Remarques de Mr. Benoist touchant la version du 8. vers du 8. Chap. Du Livre de Nehemie, & touchant la Naissance d'HERODE. Et dans cette Edition des Remarques du Rev. Pere Thomas Marie Griselli, professeur de Theologie dans Le College de Saint Marc des Dominicains à Florence. Tome Second. Florence: 1738. p. 156-164. Uma recente edição, publicada em 1971, traz o *Traité de l'origine des romans* de Huet seguido do *Dialogue de la lecture des vieux romans* de Jean Chapelain.

¹⁸² KOSELLECK, 2006: 41-60.

¹⁸³ COSTA LIMA, 2006: 62.

¹⁸⁴ Ao analisar o tratado de Huet, Luiz Costa Lima não cita a opinião daquele sobre Heródoto. Dessa forma, a conclusão à qual cheguei acabou se afastando daquela que ele propôs. Segundo Costa Lima (2009: 158): “De acordo com sua fama de erudito, Huet registrava os clichês seculares acumulados e, não contente, os endossava. Assim a subordinação à história, afirmada desde Castelvetro, que preferia a manutenção do mito político-religioso da ‘verdade’ à pesquisa, pelo historiador, do efetivamente sucedido”.

assumisse uma centralidade nas preocupações com relação à história naquele período. Para que isso acontecesse, seria necessário o advento de uma nova experiência da história. É sobre isso que veremos a seguir.

3. No mês de setembro de 1839 aconteceu em Mans o *Congrès Scientifique de France*. Naquela ocasião, Leon de Lasicotière (1812-1895), então inspetor da *Société française pour la conservation des monuments historiques*, apresentou uma dissertação intitulada *Mémoire sur le Roman Historique*, da qual publicou em separata a quinta questão apresentada. Nela tentava responder a duas perguntas: qual a origem do romance histórico? Poderia ele prejudicar a história pela reunião de alguns erros que ele propagava? Antes de respondê-las, Lasicotière ensaiou sua definição:

O romance histórico é (...) uma narrativa na qual a ficção se funde à verdade dos fatos ou dos costumes históricos; no qual o autor não escreve apenas para o deleite, mas também para a *instrução* de seus leitores; no qual não se propõe por única meta desembaraçar os fios de uma intriga (...) mas, sobretudo, esclarecer as obscuridades ou preencher as lacunas da história.¹⁸⁵

Numa sistematização baseada em amplo conhecimento bibliográfico citado em notas de rodapé, a análise de Lasicotière sobre o romance tinha como pano de fundo a tentativa de compreendê-lo a partir dos quadros de uma história universal: da Antiguidade até o século XIX. Em uma conclusão preliminar, afirmou que da Grécia clássica até o século XVIII ninguém havia compreendido ou realizado o romance histórico tal como ele existiu no século XIX, exceto uma época. No período marcado pela decadência do mundo clássico greco-romano, as nações selvagens (*farouches*) do Norte da Europa teriam invadido o mundo civilizado. Datava dessa época uma revolução no romance, assim como na literatura e na própria sociedade. Segundo Lasicotière, “até então, os romances haviam sido criados para o deleite; a partir de então se produziram histórias fabulosas devido ao desconhecimento das verdadeiras, falta de saber a verdade”. Essa passagem, citada por Lasicotière, foi retirada do

¹⁸⁵ DE LASICOTIÈRE, 1839: 7-8. No original: “Le roman historique est, selon nous, un récit dans lequel la fiction se mêle à la vérité des faits ou des moeurs historiques ; dans lequel l’auteur n’écrit pas seulement pour le plaisir, mais aussi pour l’instruction de ses lecteurs ; dans lequel enfin ne se propose pas, pour unique but, de débrouiller les fils d’une intrigue nouée avec plus ou moins de bonheur, mais aussi, mais surtout d’éclaircir les obscurités, ou de combler des lacunes de l’histoire”.

tratado sobre o romance escrito por Pierre Daniel Huet, o qual seria citado em diversos momentos da memória apresentada por ele no congresso ¹⁸⁶.

Lasicotière explicou que no curso dos séculos VI e VII, a conquista da Inglaterra pelos anglo-saxões expulsou daquele território os gauleses e os habitantes da Cornualha, os quais buscaram asilo na Bretanha francesa e renovaram sua população, devastada por endemias constantes. Não tendo mais conquistas para celebrar e apenas gloriosas derrotas, os bardos gauleses e bretões teriam recorrido aos subsídios maravilhosos das superstições nacionais. Foi nesse momento que aqueles homens começaram a ornar e desfigurar os atos de seus heróis por uma quantidade de invenções extraordinárias e romanescas. Dentre estes heróis estava o rei Artur, denominado o mais célebre dos chefes que haviam tomado parte na guerra contra os anglo-saxões. Estamos frente àqueles poemas cujos fragmentos chegaram até nós e que, para Lasicotière, é o ponto de partida da literatura cavaleiresca: romances antigos escritos em versos, repletos de fatos heróicos e de aventuras maravilhosas ¹⁸⁷.

O século XII teria sido o auge (*l'âge classique*) dos romances de cavalaria. Entretanto, com o passar do tempo eles foram transcritos em línguas modernas e, a cada nova tradução eram realizados acréscimos, alterações e mudanças para torná-los mais inteligíveis e conforme aos séculos e aos leitores aos quais se destinavam. Para Lasicotière, estas diversas transformações alteraram e fizeram desaparecer a verdade primitiva que podia se encontrar em tais romances. Entretanto, afirmou que apesar da verdade histórica (*la vérité historique*) ter desaparecido, uma outra verdade acabou por substituí-la: a verdade das ideias e costumes contemporâneos (*des idées et des mœurs contemporaines*). Tais ideias e costumes não deveriam ser considerados pura convenção literária, bem como as instituições que celebravam não era apenas uma ficção – havia uma cavalaria real tal como uma cavalaria ideal, uma na sociedade e outra nos livros, agindo e reagindo uma sobre a outra. Nessa conclusão, Lasicotière apoiou-se nas impressões de um escritor que defendeu as mesmas idéias na sua “curiosa *Lettre sur la lecture des vieux romans*”: Jean Chapelain. A passagem recuperada era a parte do diálogo em que Chapelain afirmou que Lancelot podia ser comparado a Tito Lívio pela verdade dos usos e costumes que podiam ser observados

¹⁸⁶ Idem: 9.

¹⁸⁷ Idem: 14-16.

a partir da época que cada um escreveu. Para Lasicotière, “excetuando a fé ingênua na veracidade de Tito Lívio, Chapelain compreendeu bem o partido que a história pode tirar dos velhos romances, a prosa de hoje da poesia daquela época”¹⁸⁸. Apesar de Lasicotière afirmar que o romance histórico foi uma conquista moderna, pertencente ao século XIX e criado durante os primeiros anos da restauração do trono francês, ele acenava para a possibilidade de buscar obras análogas na Idade Média e seus romances de cavalaria¹⁸⁹.

A importância da memória escrita por Lasicotière reside no fato de, em 1839, o romance histórico já ser analisado sob uma perspectiva histórica. Dessa forma, já se evidencia o seu surgimento nos primeiros anos da restauração do trono francês por volta de 1815. Para ele, a França daqueles tempos, encontrando-se fatigada pelas agitações das guerras revolucionárias e por sua inatividade moral, assistiria a uma renovação e importantes mudanças operadas em sua literatura. Como sinal dos novos destinos do romance, pouco depois da publicação de *Adolphe* por Benjamin Constant (1767-1830), Walter Scott iniciava sua produção de romances históricos com *Waverley*. Segundo Lasicotière, Scott não havia procedido de nenhum outro romancista inglês: ele havia criado o romance histórico. Para convencer o leitor dessa situação, Lasicotière o convidava a observar o estado da literatura romanesca na Inglaterra à época onde surgiu o romance scottiano: “Richardson dormia esquecido; Fielding se sustentava com seu *Tom Jones*, excessivamente louvado talvez, apesar de seu mérito incontestável; Sterne, empreendedor de originalidade (...), havia passado”¹⁹⁰.

Se o romance histórico passava a ter como tema a representação dos usos e costumes do *passado*, o estudo da história nacional, não passava ele a rivalizar diretamente com as novas demandas de representação também empreendidas por historiadores, insatisfeitos com uma representação da história baseada nas prerrogativas de uma historiografia tradicional clássica? Nesse sentido, Lasicotière tentava dissolver essa questão ao diferenciar historiadores e romancistas. Segundo ele, o historiador se preocupava com outras idéias e interesses e deveria

¹⁸⁸ Idem: 16-17. No original: “(...) A part cette foi naïve dans la véracité de Tite-Live, Chapelain avait bien compris le parti que l’histoire peut tirer des anciens romans, la prose d’aujourd’hui de la poésie d’alors”.

¹⁸⁹ Idem: 50.

¹⁹⁰ Idem: 36-37. No original: “(...) Richardson dormait oublié: Fielding se soutenait avec son *Tom Jones* trop loué peut-être, malgré son incontestable mérite. Sterne, entrepreneur d’originalité, comme l’a appelé Chateaubriand, était passé”.

necessariamente negligenciar “esses mil detalhes que tombam no domínio do antiquário e do romancista”¹⁹¹. Ele não poderia consentir com a imaginação em seus trabalhos pois conjecturas lhes eram interditas. Além disso, não poderia “restituir os anais do passado histórico, como alguns eruditos restituíram aquelas do globo contando as camadas que lhe cobriam, recompondo um mundo inteiro pela ciência e imaginação”. Apesar de alguns historiadores terem ensaiado esses procedimentos em suas histórias, eles não obtiveram sucesso, pois, no fim das contas, sua única preocupação era com o relato dos fatos, “como se os fatos fossem sempre suficientemente conhecidos”¹⁹².

Walter Scott era louvado justamente porque conseguiu encarnar dois homens: o historiador e o romancista – o erudito e o poeta – igualmente superiores. Sua importância devia-se ao estudo sério e profundo que ele havia realizado sobre a Idade Média, a partir da sua descrição dos usos, costumes e da vida exterior dos indivíduos daquela época. Dotado de um instinto divinatório (*instinct divinatoire*), bastava Scott “atingir os velhos tempos com sua vareta mágica para *ressuscitar* as coisas e os homens do passado com suas formas, cores, movimento e vida”¹⁹³. Seus imitadores e rivais se baseavam no retorno ao estudo consciencioso e aprofundado da história nacional, o qual teve seu triunfo com a literatura romântica que passava a demandar das crenças, sentimentos e tradições populares modernas aquela poesia que a Antiguidade clássica havia recusado¹⁹⁴.

Um dos imitadores franceses de Scott teria sido Paul Lacroix (1806-1884), também conhecido entre seus contemporâneos como Jacob, o bibliófilo. Sua fortuna crítica é ambígua: alguns (como Maigron e Lasicotière) o consideram como um romancista histórico mediano, se comparado a outros romancistas históricos da época como Victor Hugo (1802-1885) ou Alfred de Vigny (1797-1863). Numa resenha publicada no boletim bibliográfico da *Revue des Deux Mondes* em fevereiro de 1838, o

¹⁹¹ No original: “ces milles détails qui tombent dans le domaine de l’antiquaire ou du romancier”.

¹⁹² Idem: 53. No original: “Il ne peut restituer les annales du passé historique, comme certains savants on restitué celles du globe en comptant les couches qui le couvrent, (...) en recomposant tout un monde par la science et par l’imagination. (...) Des faits, toujours des faits, voilà ce qu’on demande, ce qu’on exige; comme si les faits étaient toujours suffisamment connus! comme si leur liaison, leur enchaînement ne nous échappait pas, presque toujours, historiquement parlant!”

¹⁹³ Ibidem. No original: “(...) il lui a suffi de frapper les vieux temps de sa baguette magique pour ressusciter les choses et les hommes du passé avec leurs formes, leurs couleurs, leur mouvement et leur vie (...)”.

¹⁹⁴ Idem: 42-43.

resenhista disse que enquanto Victor Hugo havia feito apenas um romance histórico, Paul Lacroix já havia composto seis. Em seus romances, aprenderíamos mais história e com muito mais afincado do que nas frias e fatigantes compilações do historiador Louis-Pierre Anquetil (1723-1808). Ainda segundo o resenhista, os romances de Lacroix contribuíam sobretudo a expandir o gosto dos estudos históricos e sua confiabilidade vinha da indicação em notas de pé de página das fontes que ele havia consultado. Teria sido com a ajuda “destes documentos que o pintor ensaiou reconstruir, em conjunto com o Bibliófilo, esse passado, hoje destruído e quase perdido, que não existe mais a não ser nos livros antigos”¹⁹⁵.

Quando Lacroix publicou, em 1838, uma série de romances sobre a história da França durante os séculos XV e XVI, ele a precedeu com um prefácio intitulado *L'Histoire et le roman historique*. Para explicar a relação entre os dois gêneros, Lacroix partia da reprodução de um diálogo travado com um historiador no dia 1 de novembro de 1833, com o qual encontrou enquanto folheava alguns livros antigos num buquinista parisiense. Em determinado momento do diálogo e quase convencido por Lacroix a escrever romances históricos, o historiador lança uma elogiosa opinião acerca dos romances de cavalaria, embora se perguntasse o que teria achado o padre Henri Griffet (1698-1771), autor de um famoso tratado sobre os diferentes tipos de prova que serviriam para estabelecer a verdade da história, publicado no século XVIII. Ao que Lacroix o respondeu:

(...) a verdade dos fatos, não é ela uma outra verdade relativa não menos importante? Porque os fatos se assemelham, todas as épocas assemelham-se? Os eventos que compõem a história apenas variam o seu caráter: uma guerra, uma batalha (...) serão sempre idênticas, se nós não lhes retirar os contrastes que as diferenciam ao infinito. É por isso que os romances de cavalaria são preciosos para a história; eles falseiam ou negligenciam a ordenação material dos fatos, mais eles são *a expressão particular particular do tempo que lhes produziu*; eles oferecem uma imagem dos costumes, dos usos, da vida privada

¹⁹⁵ « Bulletin Bibliographique. Société Typographique Belge, Ad. Wahlen et Cie. Nouveaux ouvrages publiés pendant le mois de février 1838 ». In : *Revue des Deux Mondes, augmentée d'articles choisis dans les meilleurs revues et recueils périodiques*. Tome Premier. Bruxelles : Société Typographique Belge, Adolphe Wahlen et Cie, 1838, p. 584. No original: “(...) c’est à l’aide de ces documents que le peintre a essayé de reconstruire, de concert avec le Bibliophile, ce passé, aujourd’hui détruit et presque effacé, qui n’existe plus que dans les anciens livres”.

e pública de nossos ancestrais, esta preciosa parte da história esquecida ou desdenhada até o presente (...).¹⁹⁶

4. Na última parte de seu livro dedicado à análise da influência de Walter Scott sobre o romantismo, Maigrón apontava o que a história e o romance realista do século XIX deviam ao romance histórico scottiano. Sua hipótese é que este abriu caminho ou, antes, serviu de meio de transição para que aqueles dois triunfassem no século XIX. Do lado da história, Prosper Brugière de Barante (1782-1866) e Augustin Thierry (1795-1856) figuravam como aqueles que revolucionaram os estudos históricos nas primeiras décadas do século XIX sob influência do romancista escocês¹⁹⁷. Da influência de Scott sobre Thierry, temos o seguinte testemunho deste último: “(...) é num romance que ele esclareceu esse grande ponto da história, e apresentou vivamente esta conquista normanda, que os narradores filósofos do último século (...) igualmente enterraram sob as fórmulas banais de *sucessão*, *governo*, etc (...)”¹⁹⁸.

Do lado do romance realista, Honoré de Balzac (1799-1850) era o único romancista francês que poderia rivalizar com Walter Scott. Certamente, o primeiro romance publicado por Balzac (*Les Chouans*, em 1829) narrava episódios da guerra da Vendéia durante a Revolução Francesa. Como podemos ver, Balzac se servia de materiais de sua própria história contemporânea e chegava até mesmo a rivalizar com historiadores que tratavam do mesmo assunto¹⁹⁹. Nisto resta um problema, pois, como temos visto, o romance histórico à la Walter Scott deveria partir da temática de um passado remoto, e particularmente da Idade Média. Isso não passou despercebido por Maigrón. Segundo ele, “não há dúvida que exista história em *Les Chouans*; mas esta história vinha a pouco se cumprir; em 1828, era história da véspera, lhe faltava (...) a poesia do afastamento e do charme do passado (...). Em uma palavra, falta

¹⁹⁶ LACROIX, 1838: IV. No original: “(...) la vérité des faits, n’est il pas une autre vérité relative non moins importante? Parce que les faits se ressemblent, toutes les époques se ressemblent-elles? Les événements qui composent l’histoire ne varient que par leur caractère: une guerre, une bataille, une révolte, un traité de paix seront partout identiques, si l’on ne fait ressortir les contrastes qui les différencient à l’infini. C’est en cela que les romans de chevalerie sont précieux pour l’histoire; ils faussent ou négligent l’ordonnance matérielle des faits, mais ils sont l’expression particulière du temps qui les a produits; ils offrent une image des moeurs, des usages, de la vie privée et publique de nos ancêtres, cette précieuse partie de l’histoire oubliée ou dédaignée jusqu’à présent (...)”. (Grifo Nosso)

¹⁹⁷ MAIGRON, 1912: 205-225.

¹⁹⁸ THIERRY, 1835: 132. No original: “(...) c’est dans un roman qu’il a entrepris d’éclairer ce grand point d’histoire, et de présenter vivant et nue cette conquête normande, que les narrateurs philosophes du dernier siècle (...) ont également ensevelie sous les formules banales de *sucession*, de *gouvernement* “».

¹⁹⁹ MEDEIROS, 2009: 15-45.

perspectiva à obra, ela era quase contemporânea (...)”²⁰⁰. Entretanto, Balzac era definido como romancista histórico por Maigrón porque, segundo ele, um bom romance histórico era um romance de costumes. Portanto, Scott e Balzac haviam chegado aos mesmos resultados e, por mais de uma razão, Balzac havia superado o romancista escocês com sua *Comédie humaine*²⁰¹.

Até aqui, temos visto que a partir das primeiras décadas do século XIX teve início na França o surgimento de uma nova sensibilidade com relação à história, a qual nutriu o romance histórico. Aquela que até então havia sido *magistra vitae* e concedido exemplos para a representação e ação no presente foi se desgastando até que acabou substituída por uma nova experiência do tempo, baseada na ineficácia do passado em exercer uma função didática no presente²⁰². Talvez nunca conseguiremos medir as reais consequências da Revolução Francesa para essa nova forma de lidar com o tempo, embora possamos afirmar que ela contribuiu em grande medida para colocá-la em evidência. Chateaubriand, que havia sofrido pessoalmente as consequências dessas transformações, resumia a posição da escrita da história a partir dessas novas demandas. No prefácio escrito em março de 1831 para servir de introdução aos *Études ou discours historiques* ele iniciava com a seguinte constatação: “As sociedades antigas pereceram; de suas ruínas brotaram novas sociedades: leis, usos, costumes, opiniões e princípios, tudo mudou. Uma grande revolução se cumpriu, uma grande revolução se prepara: a França deve recompor seus anais, para os colocar a par dos progressos da inteligência”²⁰³.

O escritor que fosse chamado a escrever o grande quadro da história francesa deveria atentar-se para o que Chateaubriand classificou como quatro espécies de documentos que continham a história inteira das nações na ordem sucessiva de sua vida: poesias, leis, crônicas sobre fatos gerais e memórias que descrevessem os costumes (*mœurs*) e a vida privada. Segundo ele, “a princípio, os homens cantam; em

²⁰⁰ MAIGRON, 1912: 155-156. No original: “Il y a sans doute de l’histoire dans *les Chouans* ; mais cette histoire venait à peine de se faire ; en 1828, c’était de l’histoire de la veille, et lui manquait (...) la poésie même de l’éloignement et le charme du passé. D’un mot, l’oeuvre manquait de perspective ; elle était presque contemporaine (...)”.

²⁰¹ Idem: 232-235.

²⁰² KOSELLECK, 2006.

²⁰³ CHATEAUBRIAND, s/d: 7. No original: “Les sociétés anciennes périssent; de leurs ruines sortent des sociétés nouvelles : lois, mœurs, usages, coutumes, opinions, principes même, tout est changé. Une grande révolution est accomplie, une grande révolution se prépare: la France doit recomposer ses annales, pour les mettre en rapport avec les progrès de l’intelligence”.

seguida eles escrevem”. Os livros que existiam sobre a história da França não eram senão uma parte dos documentos a serem consultados. Arquivos, gabinetes e *trésor des chartes*, papéis e registros do parlamento, manuscritos das bibliotecas públicas francesas também deveriam deter a atenção do historiador. Este deveria começar a ver com seus próprios olhos “aquilo que podemos nomear a fisionomia do tempo, os diplomas que a mão de Carlos Magno e São Luis tocaram (...); é necessário manipular os séculos e respirar sua poeira (...)”²⁰⁴.

No momento em que escrevia, Chateaubriand afirmou que aquele tempo era tão repleto de tempos históricos que eles imprimiam sua marca em vários gêneros de trabalho. Tudo tomava a forma de história: teatro, poesia e romance. A Escócia via renascer a Idade Média nas célebres invenções de Walter Scott. O Novo Mundo, que para Chateaubriand não tinha outras antiguidades senão suas florestas, os selvagens e sua liberdade, encontrou em Fenimore Cooper o pintor de suas antiguidades. O diagnóstico de Chateaubriand sobre essa situação é de uma atualidade que não podemos negar. Ao lançar um desafio aos historiadores de seu tempo, Chateaubriand acabou lançando também um do desafio para os historiadores do nosso próprio tempo. Sobre o romance histórico, ele disse:

Estas pinturas vivas tornarão cada vez mais difícil o ofício do historiador. No século XIII, a cavalaria história produziu a cavalaria romanesca, que marcha lado a lado com ela; em nosso tempo, a verdadeira história terá sua história fictícia, que a fará desaparecer em seu esplento ou a seguirá como sua sombra.²⁰⁵

²⁰⁴ Idem: 14. No original: “(...) il faut voir de ses propres yeux ce qu’on peut nommer la physionomie des temps, les diplômes que la main de Charlemagne et de Saint Louis ont touchés ; la forme extérieure des chartes, le papyrus, le parchemin, l’encre, l’écriture, les sceaux, les vignettes ; il faut enfin manier les siècles et respirer leur poussière”.

²⁰⁵ Idem: 33. No original: “[...] Ces vives peintures rendront de plus en plus difficile la tâche de l’historien. Au treizième siècle, la chevalerie historique produisit la chevalerie romanesque, qui marcha de pair avec elle ; de notre temps la véritable histoire aura son histoire fictive, qui la fera disparaître dans son éclat, ou la suivra comme son ombre”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. Tradução de Milton Ohata. **Novos Estudos**, n. 77, março de 2007, p. 205-220.

AUERBACH, Erich. Na Mansão de la Mole. In: **Mímesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CHATEAUBRIAND, François-René de. **Oeuvres de Chateaubriand – Études historiques**. Nouvelle édition. Tome Neuvième. Paris : Legrand, Troussel et Pomey. s/d.

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O controle do imaginário e a afirmação do romance**: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DESMOLETS, Pierre Nicolas. De la lecture des vieux romans. Dialogue, par M. Chapelain de l'Academie Française. In: **Continuation des memoires de litterature et d'histoire**. Tome VI. Partie I. Paris: Simart, 1728, p. 281-342.

DÖBLIN, Alfred. O Romance histórico e nós. **Questões & Debates**, Curitiba, n. 44, 2006, p. 13-26.

GINZBURG, Carlo. Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história. In: **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUET, Pierre Daniel. **Traité de l'origine des romans**. Huitième Edition. Revûë & augmentée d'une Lettre touchant Honoré d'Ursé, Auteur de l'*Astrée*. Paris: Jean Mariette, 1711.

JAMESON, Frederic. O Romance Histórico ainda é possível?. Tradução de Hugo Mader. **Novos Estudos**, n. 77, março de 2007, p. 185-203.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia Magistra Vitae* – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

LACROIX, Paul. **Romans relatifs à l'Histoire de France aux XV^e et XVI^e siècles**. Paris: H. Delloye, V^{or} Lecou, 1838.

LASICOTIÈRE, Leon de. **Mémoire sur le Roman Historique**. Présenté au Congrès Scientifique de France, tenu au Mans, en Septembre 1839. Mans: Ch. Richelet, 1839.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAIGRON, Louis. **Le roman historique a l'époque romantique** – essai sur l'influence de Walter Scott. Nouvelle Édition. Paris: Honoré Champion, 1912.

MEDEIROS, Bruno Francos. O desafio de escrever história contemporânea. In: **Plagário, à maneira de todos os historiadores** – Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação de Mestrado,

Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2009, p. 15-45.

NISARD, Charles. **Mémoire de Daniel Huet, évêque d'Avranches**. Traduits pour la première fois du latin en français. Paris: L. Hachette, 1853.

THIERRY, Augustin. **Dix ans d'études historiques**. Paris: Just Tessier, 1835.

“Ao Leitor”: civilização e identidade nacional através do amor na *Revista Niterói* - Marcelo de Mello Rangel*

O Amor cristão: o outro como medida para a civilização e a construção de um sentimento de identidade nacional no Império do Brasil

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os *autores* desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória que caber-lhes podiam, nenhum outro proveito lhes funde.

Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria.

Tal é o fim a que se propõem os autores desta *Revista*, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.

As obras volumosas e especiais só atraem a atenção de alguns homens exclusivos que de todo se dedicam às ciências, aqueles, porém, que por sua posição não podem sacrificar o tempo à longa meditação, folgam, quando em um pequeno livro, contendo noções variadas e precisas, encontram um manancial, que lhes economiza o trabalho de indagações e o enjôo de um longo estudo, colhendo n'uma hora o resultado de um ano de fadigas.

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada

* O presente artigo é parte do primeiro e do segundo capítulos de minha tese de doutorado em História, defendida no mês de abril de 2011, no Departamento de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio, intitulada: “Poesia, história e economia política nos *Suspiros Poéticos e Saudades* e na *Revista Niterói*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil”. Agradeço a Ilmar Rohloff de Mattos, pela orientação e pela paciência, e a Valdei Lopes de Araujo, pela audição e pela crítica, fundamentais à reconstrução de meu trabalho.

luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destina.²⁰⁶

A *Niterói, Revista Brasiliense*, começa com a apresentação de seus princípios, através de um pequeno texto intitulado “Ao Leitor”. Seus redatores evidenciam, logo de início, aquilo que pretendem através da *Revista*, a saber: a orientação da vida prática dos homens do Império do Brasil e a fundação de um sentimento de unidade nacional, a partir da medida do amor no sentido cristão (*caritas*), o que significa tomar o próximo, ou ainda, os homens em geral, como a medida de toda e qualquer ação, ou se preferirmos, nesse caso, orientar-se pela medida da totalidade - “Brasil”²⁰⁷. Trata-se, portanto, do deslocamento e da apropriação de um tema e imperativo cristão para a intervenção política, e isto, sublinho, visando a revolução das idéias e dos costumes dos homens e mulheres da *boa sociedade*, o que chamamos de civilização²⁰⁸.

“O amor do país” é a proposta que orienta o projeto civilizacional dos redatores da *Niterói* e, também, o elemento essencial à própria delimitação e evidenciação de uma identidade nacional. Isto significa dizer que a nação era delimitada, pelos primeiros Românticos, como sendo uma totalidade formada por homens e mulheres que se amavam, ou, ainda, que agiam tendo na totalidade “Brasil” a medida para as suas decisões e ações; apenas isto, a despeito de quaisquer outras características objetivas como o compartilhamento de uma mesma história, língua e costumes.

Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Araújo Porto-Alegre anunciam a necessidade de se confeccionar artigos úteis em intervalos regulares, e isto porque buscam cumprir, em um tempo adequado, o que seria a mais elevada das tarefas reservadas àqueles que amam verdadeiramente seu “país”, a saber, ensinar a amar, a

²⁰⁶ MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE. Ao Leitor. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836). Não paginado. Daqui por diante, faremos as devidas referências no corpo do texto.

²⁰⁷ Os redatores da *Niterói* são: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre e Francisco de Sales Torres Homem. Segundo Plínio Doyle, em sua introdução à edição fac-similada da *Revista Niterói*, editada pela Academia Paulista de Letras em 1978, poderia existir um quarto redator - Eugene Garay de Monglave, ou ainda, Cândido M. de Azeredo Coutinho, que colaborara com alguns artigos fundamentais. No entanto, o próprio autor afirma, no final de seu texto, que a hipótese de um quarto redator aparece graças a um “engano” cometido por Monglave ao afirmar que: “Des quatre rédacteurs de cette première livraison, trois appartiennent à l’ Institut Historique, MM. Torres Homem, de Magalhaens et Araújo Porto-Alegre”. (DOYLE, 1978. Não paginado)

²⁰⁸ A *boa sociedade* significa, conforme Ilmar Rohloff de Mattos: “(...) aqueles que eram livres, proprietários de escravos e representados como brancos”. (MATTOS, 2010: 117)

bem-querer o “bem comum”²⁰⁹. Anotavam, no entanto, que seus “concidadãos” estavam preocupados com temas pessoais, particulares e corriqueiros, e não com aquilo mesmo que seria fundamental ao progresso moral e material do Império, o “bem comum”, a “glória da pátria”²¹⁰. Como podemos ler:

Há muito reconheciam eles (os redatores da Revista) a necessidade de uma obra periódica que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre causas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, acostumassem-os a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria. (Magalhães et al., 1978.)

Os redatores da Revista vão permitindo entrever seu projeto, ou melhor, vão, desde o início, orientando seus leitores. Declaram que a atenção do público, em geral, estaria direcionada às questões “diárias”. Boa parte da *boa sociedade* estaria atenta, a maior parte do tempo, a matérias pueris e a temas que só diziam respeito à “vida privada” de seus protagonistas. Atentos às “novidades”, incessantes, sobre a vida dos outros, ocupados em saber dos negócios alheios, orientados por objetivos egoístas - que tinham no si mesmo a medida das ações -, esqueciam e descuidavam da “glória da pátria”, do bem de todos²¹¹. Enfim, Magalhães e seus companheiros pretendiam que

²⁰⁹ Os redatores da Revista *Niterói* experimentavam a aceleração de seu tempo, e compreendiam que a história, ou ainda, os desafios e questões aos quais estavam expostos, não cessava de se reconfigurar, disponibilizando conjunturas e questões sempre inéditas. Essas conjunturas além de inéditas também eram experimentadas como transitórias. Os redatores da Revista entendiam que deviam se dedicar ao estudo e à explicitação de versões finais, didáticas, de suas análises dessas conjunturas e de seus desafios específicos, acompanhadas de soluções precisas, para que os homens e mulheres do Império do Brasil pudessem responder às necessidades de cada conjuntura ainda no interior de cada conjuntura, antes mesmo que uma determinada circunstância, seus desafios e problemas específicos e, por conseguinte, suas soluções, caducassem. Para uma análise do que chamo aqui de aceleração do tempo, e isto no Império do Brasil, ver: ARAUJO, 2011.

²¹⁰ A compreensão de amor que orienta Magalhães e seus companheiros fora colhida junto à leitura de Chateaubriand, de seu “O gênio do Cristianismo”. Acompanhem: “No tocante à caridade, filha de Jesus Cristo, quer dizer, ao pé da letra, *graça e júbilo* (...) Pela caridade nos ensina a maravilhosa verdade de que os homens se devem amar, porque assim o digamos, através de Deus, que espiritualiza o seu amor, e só lhes deixa a imortal essência, facultando-lhes a passagem”. (CHATEAUBRIAND, 1960, v. 1: 60). Ver, também, ARENDT, S.d.

²¹¹ O termo “egoísmo” não fora utilizado pelos redatores da *Niterói* no texto que ora analisamos, intitulado “Ao Leitor”, no entanto, ele possui lugar de relevância no interior da comunidade linguística formada a partir da Revista. Gonçalves de Magalhães valeu-se desse termo no prefácio que escrevera às suas poesias, publicadas no ano de 1836, e Torres Homem faz uso dele num artigo que escreve para o nº 2 da Revista, um texto no qual critica e apresenta aos leitores da Revista as poesias do amigo. Gonçalves de Magalhães anota: “Tu vais, ó Livro, ao meio do turbilhão em que se debate nossa Pátria; onde a trombeta da mediocridade abala todos os ossos e desperta todas as ambições; onde tudo está gelado, exceto o **egoísmo** (...) Vai nós te enviamos cheios de amor pela Pátria (...)”. (MAGALHÃES, 1999: 45-6) (Grifo nosso)

seus “concidadãos” passassem a refletir sobre questões de interesse público, orientados pelo amor, o que é o mesmo que dizer, pelo interesse de fazer vigorar o que era bom para a totalidade dos “brasileiros”.

Acompanhamos a apresentação do princípio fundamental à *Revista Niterói* - a necessidade de estimular os homens e mulheres da *boa sociedade* a pensar e a agir de acordo com o interesse público, a partir do imperativo do amor, e, aqui, podemos avançar em nossa análise. Magalhães e seus companheiros pretendem, inicialmente, civilizar, ou ainda, transformar as idéias e os hábitos dos homens e mulheres da *boa sociedade*, fazendo-os ultrapassar o egoísmo em nome do bem da “pátria”, no entanto, os companheiros de Revista lançam mão de uma estratégia específica para realizar seu projeto civilizador, a saber, insistem na caracterização (delimitação) e na evidenciação de uma identidade nacional amorosa com o intuito de sensibilizar seus leitores, provocando-os à assunção do modo de ser do amor, e isto a despeito de uma decisão racional originária.

Se, por um lado, anotam que pretendem disponibilizar lições úteis, especialmente através da economia política, da química e da física, lições que levariam a “nação” ao progresso moral e material, por outro, reconhecem uma necessidade (estratégia) complementar, a de emocionar e convencer os homens e mulheres egoístas a concretizar determinadas lições em nome do “bem comum”. Trata-se, portanto, de oferecer “lições úteis”, ou ainda saberes objetivos, fundamentais à exploração da natureza e à administração das riquezas e, a um só tempo, de compor enunciados e imagens capazes de fazer com que os homens e mulheres do Império - egoístas, vale ressaltar - se sentissem amados e, de algum modo, beneficiados pelas decisões e ações de cada “brasileiro”.

O que está em questão aqui é a evidenciação e a caracterização de uma identidade nacional amorosa, com um objetivo específico, o de civilizar os homens e mulheres da *boa sociedade*, ou ainda, de “animá-los” a produzir riquezas em nome do “bem comum”, arrancando-os ao *éthos* egoísta. Trata-se, ainda, de uma caracterização

Torres Homem escreve que: “Por detrás dos homens atuais não estão escondidos outros homens; o que hoje fere as vistas no Brasil não é uma exceção e porém sim o estado geral das idéias provenientes do ceticismo moral, da indiferença para o bem e o mal, da nulidade dos caracteres estranhos a todos os nobres sentimentos e votados a um duro **egoísmo** ao fim da extinção dos **sentimentos religiosos**, que são o contrapeso das humanas loucuras”. (TORRES HOMEM, 1978: 255) (Grifo nosso)

identitária muito especial, determinada por elementos subjetivos, ou ainda, uma caracterização sentimental²¹². Magalhães e seus companheiros lançam mão de sentimentos como o “amor” para caracterizar a “nação”, método que, além de delimitar e de evidenciar uma identidade nacional, acabaria sendo determinante a algo como uma civilização por sensibilização dos seus leitores. Segundo Magalhães e seus companheiros, os homens e mulheres da *boa sociedade* só abandonariam suas inclinações e se dedicariam à “nação” no momento em que se sentissem seguros e favorecidos. Os companheiros de Revista criam que a caracterização da identidade nacional através de elementos subjetivos, ou ainda, sentimentais, oferecia contentamento a cada “cidadão”, provocando experiências como a do pertencimento e a da confiança. Enfim, pretendiam seduzir e provocar os “cidadãos”, até então egoístas, a aderirem à “nação”, “elevando suas almas”, provocando “brio” e asseguração²¹³.

Magalhães e seus companheiros entendiam, ao fim, que homens e mulheres egoístas não seriam capazes de abrir mão de seus desejos mais idiossincráticos e de aderir, por conseguinte, ao seu projeto civilizador, se não experimentassem totalidades caracterizadas pelo “amor”, sentimento que seria determinante à emoção e à satisfação de seus leitores (egoístas).

Em resumo, os autores da *Niterói* reafirmam seu projeto civilizador a cada linha da apresentação, a saber, o de orientar os “brasileiros” a bem-querer a todos os seus “concidadãos”, a pensar e a agir a partir do amor à “glória nacional”, imperativo que seria suficiente à superação do modo de ser egoísta, e isto porque, ao fim e ao cabo, ofereceria satisfação a cada um. Através de “considerações sobre todas as matérias” os homens aprenderiam lições úteis, ou ainda, instruções objetivas acerca de como deveriam se relacionar uns com os outros e, especialmente, de como deveriam produzir e administrar adequadamente as riquezas colhidas junto à natureza. Mas não

²¹² Esses critérios subjetivos são o “amor” e o “orgulho” pela “pátria”. Já o que chamamos de critérios objetivos fundamentais à determinação de uma identidade nacional são, segundo Hobsbawm, a língua, a etnia, o território comum, traços culturais comuns e uma história comum. Ver HOBBSAWM, 1998: 11 et. seq.

²¹³ De acordo com Eric J. Hobsbawm, o ponto de determinação da nação moderna, ou seja, a condição de possibilidade para que a nação moderna se concretizasse fora a instauração de um sentimento de pertencimento fundado, por sua vez, na convicção de que a nação era fundamental à existência de todos – “(...) de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para sua identificação individual (...)”. (HOBBSAWM, 1998: 14)
Quanto à predicação dos termos “amor” e “orgulho”, ver SILVA, 1922 (1813): 124 e 372.

bastaria ensinar lições úteis: algo mais seria necessário, porque a maioria dos homens e mulheres da *boa sociedade* não estaria disposta a aprender e a realizar essas lições espontaneamente, a partir de uma decisão racional originária. Todas essas “considerações”, que prometem orientar adequadamente através de instruções objetivas, também possuem a função de seduzir os sentidos, de manipulá-los através da utilização de totalidades como “pátria” e “nação” delimitadas ou caracterizadas pela medida do amor, e de precipitar, assim, os homens e mulheres à ação adequada de forma imediata, ou seja, sem a participação originária da razão. Em outras palavras, os redatores da *Niterói* entendiam que não era missão nada simples a de convencer e de corrigir as idéias e os hábitos profundamente egoístas dos homens e mulheres da *boa sociedade*, missão que precisaria ser concretizada a partir da utilização de duas estratégias complementares, a saber: 1) a disponibilização de “lições úteis” a todos, caminho que contava com a mobilização originária do aparato racional de seus leitores e, a um só tempo, 2) a manipulação dos sentidos através da exposição de totalidades como “pátria” e “nação”, totalidades caracterizadas pelo sentimento do amor, método que provocaria satisfação a cada um e a adesão à “nação” a despeito da própria razão, para que se tornasse possível, inclusive, num segundo momento, a própria concretização das “lições úteis” disponibilizadas no interior da Revista²¹⁴.

²¹⁴ Como afirma Schiller, leitura fundamental aos redatores da Revista: “A mais urgente necessidade da nossa época parece ser o enobrecimento dos sentimentos e a purificação ética da vontade, pois muito já foi feito pelo esclarecimento do entendimento. Não nos falta tanto em relação ao conhecimento da verdade e do direito quanto em relação à eficácia desse conhecimento para a determinação da vontade, não nos falta tanta *luz* quanto *calor*, tanta cultura filosófica quanto cultura estética. Considero esta última como o mais eficaz instrumento da formação do caráter e, ao mesmo tempo, como aquele que é inteiramente independente do estado político e que, portanto, deve ser mantido mesmo sem a ajuda do Estado”. (Apud BARBOSA, 2004: 28).

Em última instância, Magalhães e seus companheiros não criam que apenas a lógica, ou seja, que a argumentação estritamente racional, seria suficiente à civilização dos homens e mulheres que compunham a *boa sociedade*, e isto em mão inversa a contemporâneos como Frederico Leopoldo César Burlamaque, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Burlamaque escrevia a favor de concepções semelhantes às de Magalhães e de seus companheiros, em especial no que tange à necessidade de se abolir a escravidão, no entanto o seu método é estritamente “lógico”, como afirma. O autor compreende que os homens e mulheres da *boa sociedade* seriam “egoístas”, pois se dedicavam exclusivamente à realização de suas inclinações, e cria, no entanto, que este público se dedicaria à leitura atenta de suas obras e que seria capaz de uma decisão racional originária a favor do ultrapassamento do próprio modo de ser egoísta. Acompanhem: “Com efeito, as demonstrações dependentes de idéias abstratas exigem talentos consumados, uma lógica forte e clara, o que não está ao alcance de todos. E, demais, o raciocinar sobre coisas cuja realização só pode verificar-se no futuro arrisca o raciocinador a passar por falso profeta no espírito do comum; mas demonstrar o que todos observam, o que todos sentem, nada há mais fácil. Uma tal demonstração não entra no número de

No entanto, é fundamental ressaltar que, para concretizar o objetivo de manipular seus leitores através dos sentidos, os redatores da *Niterói* ainda lançaram mão de outra estratégia complementar, a de superpor termos como “pátria”, “país” e “nação”, de superpô-los e de fazê-los significar e evidenciar uma e a mesma coisa – todos²¹⁵.

Assim, os editores da *Niterói* fazem nascer um projeto nacional na medida mesmo em que resignificam e aproximam termos como “pátria”, “país”, “nação” e “Brasileiro”, fazendo-os significar uma totalidade originária fundamental ao bem de todos. Apenas então, ou seja, depois de resignificar os termos supracitados, caracterizam esta totalidade subjetivamente lançando mão de sentimentos como o “amor” e o “orgulho” e insistem em um projeto civilizacional marcado pela necessidade de provocar os homens e mulheres da *boa sociedade* - através da razão e dos sentidos - a pensar e a agir orientados pelo amor, ou ainda, em favor do “bem comum”.

O amor grego: a literatura como catarse, segundo Araújo Porto-Alegre

Junto a Araújo Porto-Alegre, pensamos a literatura como sendo lugar privilegiado à catarse, e isto a partir da palavra grega para amor - *eros*²¹⁶. A literatura,

coisas possíveis, mas no das coisas reais e existentes, basta apresentar os fatos tais quais eles são e um cálculo sem réplica (...). (BURLAMAQUE, 1988: 105)

²¹⁵ O que está em jogo aqui é a tarefa de caracterizar, evidenciar e de naturalizar uma identidade que não era efetivamente compartilhada e seguia sendo uma espécie de imagem restrita a determinados homens e mulheres comprometidos com a construção do Estado imperial a partir do Rio de Janeiro e de províncias contíguas. Aí, o esforço de Magalhães e de seus companheiros no sentido de assumir a tarefa de caracterização, evidenciação e de naturalização da nação brasileira coincide com a *expansão para dentro* realizada a partir do Rio de Janeiro e de áreas contíguas. Melhor dizendo, Magalhães e seus companheiros participaram, à sua maneira - criticando a moralidade dos homens que compunham o Estado e a própria escravidão - da tarefa de construção de um lugar para a nação (Cf. GONÇALVES, 2009), ou de seu processo de corporeificação, o que fora fundamental à construção do Estado imperial. Ilmar Rohloff de Mattos anota que a *expansão para dentro* se tratou do “papel da coroa na manutenção da ordem e na difusão da civilização, em uma experiência histórica na qual a um império correspondiam um único Estado, um território unificado e contíguo e uma nação (...)” (MATTOS, 2009: 43).

E sobre a evidenciação e naturalização de um ente coletivo através de imagens de totalidade, Ilmar Rohloff de Mattos afirma: “(...) a uma associação que era historicamente construída, buscava-se dar a aparência de natural. Se os novos cidadãos do novo Império do Brasil já não eram portugueses americanos, não deixavam de ser pernambucanos, bahienses, paulistas ou mineiros, todavia não deviam ignorar que desde então eram acima de tudo brasileiros. As identidades locais e regionais forjadas durante os trezentos anos da colonização portuguesa eram deslocadas em proveito de uma nova identidade, a ela articulando-se e subordinando-se como frações de uma mesma unidade”. (MATTOS, 2010: 114)

²¹⁶ Catarse, aqui, é compreendida como sendo um movimento de purificação de sentimentos nocivos à insistência na vida, numa vida que era predicada como sendo irregular e imprevisível, no fundo terrível e

em especial aquela produzida no interior da *Niterói*, possuía uma função medicamentosa, cumpria a função de animar e de anestesiá-los para o enfrentamento de uma vida irregular e imprevisível, no fundo, terrível e dolorosa. A literatura, em especial a música e a poesia, animaria os homens e as mulheres da *boa sociedade*, permitindo a eles a alegria necessária para insistir em suas existências e auxiliava, a um só tempo, na própria superação do modo de ser egoísta, uma vez que os homens apáticos e desesperados em relação à sua existência tenderiam a dedicar-se exclusivamente à realização de suas paixões, de suas inclinações, ao passo que aqueles tocados pela música e pela poesia passariam, subitamente, a amar o “bem comum”, ou seja, a natureza, seus irmãos, pais e amigos, sua pátria etc., pois a “música é uma mola, que desperta no coração a inocência, a lembrança do amigo ausente, a saudade da pátria”²¹⁷. Para tanto, analisaremos o texto de Araújo Porto-Alegre escrito para o primeiro número da Revista, intitulado – *Idéias Sobre a Música*²¹⁸.

Para iniciar, recorreremos a palavras de outro importante articulista da Revista *Niterói* e amigo próximo dos três redatores, Pereira da Silva:

Sem dúvida alguma, o entusiasmo é o criador do que existe de nobre e belo; é por ele que muitas santas revoluções políticas tem sido causadas, já extasiando nossos corações, acordando nossa coragem, com a leitura de um eloqüente discurso, já inflamando nossos sentimentos e paixões com um fogo elétrico, que se comunica de uma representação teatral a nossas almas, já pelos cantos de um Bardo, que a seu grado vibra novas fibras e as agita. (Silva, 1978: 215)

Pereira da Silva nos fala de um entusiasmo que é “sem dúvida alguma”, “criador do que existe de “nobre e belo”. Entusiasmo é um sopro que preenche de

dolorosa, e isto porque cobraria do homem a concretização de destinos que, em origem, seriam irrealizáveis. Os sentimentos nocivos seriam a apatia e o desespero. Nossa compreensão do termo catarse fora colhida junto à reflexão de Aristóteles sobre a Tragédia Grega, em sua *Poética*. ARISTÓTELES, 2003.

Eros, palavra grega que significa amor, ou ainda, uma espécie de força irresistível capaz de oferecer ao homem a experimentação do divino, da plenitude, mas isto brevemente. Como afirma Irley Franco: “De fato, *eros* não é simplesmente um sentimento onde o desejo é intenso e profundo; ele é um *dáimon*, e enquanto tal uma ponte entre o humano e o divino, ele é um deus, que provoca um tipo de loucura, que faz crescer as asas da alma, e que tira o sujeito da paixão para fora de si” (FRANCO, 1986, p. 18-9). Ver, ainda, PLATÃO, 1923.

²¹⁷ PORTO-ALEGRE, Araújo. *Idéias sobre a música. Sobre a música no Brasil*. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. Academia Paulista de Letras: São Paulo, 1978 (1836), p. 165. Daqui em diante, faremos as devidas referências ao ensaio de Araújo Porto-Alegre no corpo do texto.

²¹⁸ Vale ressaltar, de imediato, que quando Porto-Alegre fala de música, está se referindo, também, à poesia, pois ambas tem um e o mesmo significado para o autor – “Onde há língua há poesia, onde há poesia há música” (PORTO-ALEGRE, 1978: 165).

Deus. Estar entusiasmado é estar habitado por deus, pela perfeição, estar pleno, satisfeito²¹⁹. Assim, tudo o que existe de “nobre e belo”, segundo o autor, é obra exclusiva daqueles que estão prenhes de Deus. Apenas em comunhão com o que é perfeito, o homem seria capaz de alcançar uma espécie de *ataraxia*, desligando-se, mesmo que por tempo determinado, do que a vida significaria mais basicamente - risco, dor, imprevisibilidade -, conquistando, então, o estímulo necessário para insistir, uma vez mais, na realização dos inúmeros e impossíveis (infundáveis) afazeres oferecidos pela existência²²⁰.

O sopro divino faria vibrar os corações, provocaria coragem, que é o mesmo que um lançar-se de coração à ação, e seria responsável pelo movimento do mundo em direção à perfectibilidade, seria o motor que possibilitaria as “revoluções” necessárias. Aí a literatura, em especial a música e a poesia, aparece como o ponto de determinação fundamental à concretização da história; ela faria experimentar a plenitude e encheria a alma de coragem, permitindo que os “sentimentos e paixões (fossem) inflamados com um fogo elétrico”.

Animado, o espírito abandonaria seu pessimismo radical e se dedicaria à vida, à realização dos desafios e destinos que ela viesse a cobrar e mais, conquistaria, a um só tempo, a força suficiente para realizar, sem receio, a tarefa mais própria ao homem: insistir na existência em nome do progresso moral e material da “pátria”, afastando-se, assim, do modo de ser do egoísmo. A literatura animaria, elevando os homens e mulheres da *boa sociedade* à experimentação da medida da perfeição, da plenitude, e,

²¹⁹ Próximo à definição que oferecemos, fundada na etimologia grega da palavra entusiasmo, o Dicionário Moraes Silva anota: “Enthusiasmo, s.m. abalo extraordinário d’alma causado por inspiração, ou como o dos inspirados. O transporte, com que o Poeta, ou Orador se eleva sobre si mesmo” (SILVA, 1922 (1813): 711). Ver, também, no mesmo Dicionário, o vocábulo inspirar, à página 167.

²²⁰ A compreensão ontológica que encontramos disponível no interior da Revista Niterói, nos artigos de Gonçalves de Magalhães, de Torres Homem e de Araújo Porto-Alegre, a saber: a percepção de que a existência humana é determinada pela devenida, nasce no interior mesmo de uma experiência do tempo específica, a da aceleração do tempo própria ao século XIX, para seguir a tese de KOSELLECK, 2006. A perda do passado, ou seja, a perda de qualquer medida unificadora das ações, causa algo como um estado de anomia, para me utilizar de uma categoria durkheimiana. No interior de um mundo em estado de anomia, abria-se um clima histórico que podemos classificar como melancólico, entre pessimista e otimista, para sermos mais específicos. Enfim, no interior mesmo dessa atmosfera melancólica tornara-se possível a compreensão ontológica grifada, a de que a existência humana está marcada, necessariamente, pela devenida, ou seja, de que toda a realidade se transforma incessantemente produzindo conjunturas específicas, sempre inéditas. Para as noções de “clima histórico” ver GUMBRECHT, S.d. Para as noções de “experiência do tempo” e de “aceleração do tempo” ver: ARAUJO, 2012.

por conseguinte, à insistência na vida e, a partir do amor, ou ainda, do interesse pelo “bem comum” (“pátria”). Como afirma Araújo Porto-Alegre:

A música não desceu do céu somente para dar-nos sons melodiosos, ou ferir-nos os sentidos com a riqueza da harmonia, não; a Música é uma mola, que desperta no coração a inocência, a lembrança do amigo ausente, a saudade da Pátria; é uma nova força que faz girar em nossa alma a potência do heroísmo, os encantos da Religião, e as doçuras do amor e da melancolia. (PORTO-ALEGRE, 1978: 165)

Ainda em outras palavras, a poesia e a música estimulariam homens e mulheres a insistirem na vida e evidenciarão a própria finalidade dessa insistência, a saber, o esforço dedicado à “pátria”, ao “bem comum” se preferirmos. Neste sentido, Magalhães anota que...

É que à poesia e à música é dado o assenhorear-se da liberdade humana, vibrar as fibras do coração, abalar e extasiar o espírito (...) Só as teorias de alguns homens positivos, que mal estudam a Natureza, desmerecer podem a importância destas duas sublimes Irmãs na sociedade e apenas considerá-las como meras artes de luxo e de recreação de ociosos. (Magalhães, 1978: 156-157)²²¹

Magalhães está afirmando que liberdade sem literatura – no caso, sem a poesia e a música – seria sinônimo de passividade; ou seja, livre e sem literatura, o homem estaria entregue ao destino e às suas necessidades incessantes e impossíveis, realidade que atordoaria o homem e causaria, necessariamente, a sua prostração ou o seu desespero. Caberia à literatura apoderar-se da liberdade, enchendo o homem de Deus, de perfeição, sentido que justificava a sua existência. Mais uma vez o efeito catártico, ou ainda erótico, da literatura é anunciado. A literatura entendida conforme a significação proposta pelos homens da Niterói, desperta vida – “vibra as fibras do coração”. “Abala”, “extasia” o espírito, arrebatada, faz funcionar em sintonia com o aquilo mesmo que é, a saber, a tarefa de insistir na vida em nome do bem da “pátria”.

²²¹ Ainda sobre as artes, Magalhães e seus companheiros afirmam, no prólogo da *Revista*, que elas despertam “orgulho”, sentimento que significa a elevação da alma, e isto também de acordo com o dicionário Moraes Silva (SILVA, 1922 (1813): 372). Segundo os companheiros: “As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destina”. (MAGALHÃES et al., 1978. Não paginado)

Magalhães e seus companheiros denunciam a inadequação das “teorias” dos “homens positivos”, que se desfazem da música e da poesia. Ao contrário do que era divulgado pelos homens da *boa sociedade*, a poesia e a música não seriam “luxo”, não seriam sinônimo de “ociosidade”. Elas eram possibilidade de satisfação, possibilidade da conquista de uma vida alegre e adequada, pois arrebatariam o homem, fazendo-o esquecer sua vida cotidiana, ou, se preferirmos, da experiência de aceleração do tempo em que viviam, o dia a dia repleto de agruras e as tarefas impossíveis, “faz vibrar o coração”, permitindo ao homem dedicar-se ao “bem comum”.

Pereira da Silva e Magalhães, em seus textos sobre literatura, acenam para o que chamo de efeito catártico ou ainda erótico da literatura, mas é Araújo Porto-Alegre quem dedica um ensaio inteiro a essa função da literatura, buscando fazer de sua prosa poética o âmbito privilegiado à experimentação da medida da eternidade e, por conseguinte, o ponto de determinação da insistência adequada na vida como os companheiros a compreendiam. Porto-Alegre inicia seu artigo citando uma poesia de Magalhães, acompanhemos:

Na culta Grécia, na guerreira Roma,/ Endeusada a Harmonia, cultos
teve;/ Entre bárbaros povos, Galos, Francos,/ Celtas, Bretões, a
Música divina/ Os cruentos costumes adoçava. (PORTO-ALEGRE,
1978: 160)

O que Araújo Porto-Alegre está dizendo por meio das palavras de Magalhães é: a história da humanidade é a história da tensão entre finitude e brevidade, de um lado, e a música e a poesia de outro, “adoçando” a vida. Se a Grécia foi culta e Roma foi forte guerreira, e ambas marcaram a humanidade com momentos brilhantes, isso se deve à “Harmonia”, ou ainda, à música, sempre cultuada. “Entre os bárbaros”, à época chamada de medieval, não fora diferente. Se bem cruentos, também “endeusavam” a música e a poesia, ávidos de completude, sempre à procura de estabilidade e de ordem, também não eram fortes o suficiente para sobreviver sem poesia, sem música. Todos os povos, em meio à tensão inesgotável entre finitude e carência, por um lado, e possibilidade e recurso, por outro, teriam desejado “adoçar” seu espírito²²². Segundo Araújo Porto-Alegre:

²²² Araújo Porto-Alegre e seus companheiros devem sua compreensão acerca da música e da poesia, a saber, a de que elas são âmbito ideal à experimentação da medida da eternidade, de deus ou do Bem,

O amor é, sem dúvida, o inventor da Música; tal arte não poderia ser produzida por outro sentimento do coração humano. O amor inflamando as faculdades mentais, embalsamando o futuro com desejosas esperanças, diviniza a vida, torna o homem poeta e o desliza no vago harmônico de encantadoras ilusões, e neste ardente turbilhão vem a Música, como orvalho da manhã aplacar a calidez, que o devora: como um solitário, cansado dos monólogos de sua imaginação, concentrado no fundo da alma, canta para dilatar-se na expansão melódica; é o zéfiro depois da calma, é a respiração depois da opressão. (PORTO-ALEGRE, 1978: 160)²²³

Porto-Alegre começa afirmando que é o amor o inventor da música, ou seja, seu princípio de determinação. Amor, do grego *eros*, que é um movimento brusco e breve de elevação em direção ao divino, à perfeição. É o amor, o *eros*, que põe o homem em contato com o que é bom, estável, pura satisfação. É o mesmo amor que doa asas ao homem, que lhe permite refugiar-se, mesmo que por um tempo determinado, da tensão que constitui a vida, lembrando, a tensão entre carência (*penia*) e recurso (*poros*). O amor, através da música, “diviniza a vida”, faz o homem “deslizar no vago harmônico de encantadoras ilusões”, aplacando sua “calidez”. Diviniza a vida porque permite ao homem experimentar a medida da eternidade e conquistar, junto a ela, a justificativa para continuar se empenhando em meio a uma vida árdua, para continuar “sonhando”.

A música aparece então como “ilusão” que faria o homem deslizar sobre a vida, por sobre sua terrificante profundidade. Sonhos e ilusões que encantariam, que

se preferirmos, às meditações de Chateaubriand e este, por sua vez, deve sua percepção a Platão. Segundo Chateaubriand: “Platão definiu maravilhosamente a natureza da música: ‘Não se deve, diz ele, julgar da música pelo gozo, nem procurar aquela cujo objeto único seja o deleite, mas sim a que encerra em si semelhanças com o belo’. De feito, considerada como arte, a música é uma imitação da natureza: consiste, portanto, a sua perfeição em representar a *mais bela natureza possível* (...) Daí vem que toda a instituição que serve para purificar a alma, para desempecê-la de desordens e dissonâncias e para formar nela a *virtude*, é, por essa mesma qualidade, propícia à mais bela música, ou à mais perfeita imitação do *belo*. Se essa instituição, porém, participa da natureza religiosa, então, possui ela as duas condições essenciais à harmonia, o *belo* e o *misterioso*. O hino vem-nos dos anjos e a fonte das harmonias brota do céu”. (CHATEAUBRIAND, 1960, v. 2: 3)

²²³ A compreensão da música como sendo âmbito ideal à relação entre o homem e a medida da eternidade e, por fim, à conquista da alegria necessária à vida não era de todo inédita, como podemos ler junto a Ferdinand Denis – “A música é cultivada em todas as situações, ou antes, faz parte da existência do povo, que torna agradáveis, cantando, os seus lazes, e chega a esquecer as preocupações inerentes ao trabalho pesado, todas as vezes que ouve ligeiros acordes de guitarra ou de bandolim. Ao passo que a música de Rossini é admirada nos salões, porque é cantada com certa expressão que não se encontra freqüentemente na Europa, modestos artesãos percorrem de noite as ruas, cantando as comoventes *modinhas*, que é impossível a gente escutar sem se enternecer; são quase sempre preferidas para narrar devaneios amorosos, suas penas e esperanças; as palavras são simples e os acordes repetidos de maneira muito monótona; mas às vezes há tal encanto na sua melodia, e por igual tanta originalidade, que o europeu recém-chegado não as pode deixar de escutar e aí compreende a indolência melancólica dos bons cidadãos que durante horas inteiras escutam as mesmas árias” (Apud CÉSAR, 1978: 73-4)

maravilhariam uma realidade que vivia de se consumir e de se autocontradizer²²⁴. O amor produziria uma “desejosa esperança”, desejo de continuar vivendo, e isto porque possibilitaria ao homem encantar a realidade a partir da experimentação e da lembrança da medida da eternidade, inventando recursos para a realização de uma existência alegre e adequada – dedicada ao “bem comum”, à “pátria”. Assim, o homem iria apacando a calidez “que o devora”, o que significa um mal-estar provocado pela intensidade de emoções, ações ou pensamentos oferecidos pelas agruras impossíveis, próprias à vida. A música produziria a esperança necessária à superação sempre provisória do mal-estar da vida cotidiana, e provocaria o homem a dizer sim ao ter de fazer a cada vez novamente, a abrir um sorriso em nome do bem de todos, e isto apesar de se encontrar envolto por tarefas impossíveis²²⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, V. L. de. **A Experiência do Tempo**. Conceitos e Narrativa na Formação Nacional Brasileira (1813 – 1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c. 1820. In: CAMPOS, A P.; CARVALHO, J. M. de (Org.). **Perspectivas da Cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ARENDT, H. **O Conceito de Amor em Santo Agostinho**. Instituto Piaget: Lisboa, S.d.

BARBOSA, R. **Schiller & a cultura estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BURLAMAQUE, F. L. C. Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica. In: **Memórias sobre a escravidão**. Rio de Janeiro; Arquivo Nacional: Brasília; Fundação Petrônio, 1988.

CHATEAUBRIAND, F-R. A. **O Gênio do Cristianismo**. 2 vols. Rio de Janeiro: W. M. JACKSON Editores, 1960.

²²⁴ Cf. NIETZSCHE, 2003: 8-9.

²²⁵ Sorriso que seria o grande desafio humano segundo Camus, senão vejamos: “Deixo Sísifo na base da montanha! As pessoas sempre reencontram seu fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e ergue as rochas. Também ele acha que está tudo bem. Esse universo, doravante sem dono, não lhe parece estéril nem fútil. Cada grão dessa pedra, cada fragmento mineral dessa montanha cheia de noite forma por si só um mundo. A própria luta para chegar ao cume basta para encher o coração de um homem. É preciso imaginar Sísifo feliz”. (CAMUS, 2009: 141)

DOYLE, P. Introdução. Niterói, Revista Brasiliense. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.

GONÇALVES, M. de A. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: In: GRINBERG, K; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial**. V. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUMBRECHT, H. U. Reading for the Stimmung? About the ontology of literature today. **Revista Boundary 2**, volume 35, n. 3, 2008.

_____. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MAGALHÃES, D. J. G. de. Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836).

_____. Suspiros **Poéticos e Saudades**. Brasília: Editora UNB, 1999.

MAGALHÃES, D. J. G. de; TORRES HOMEM, F, de S.; PORTO-ALEGRE, M. A. Ao Leitor. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836). Não paginado.

MATTOS, ILMAR R. de. O gigante e o espelho. In: GRINBERG, K; SALLES, R. (Org.). **O Brasil Imperial**. V. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Transmigrar – Nove Notas a Propósito do Império do Brasil. In: PAMPLONA, M. A.; STUVEN, A. M. (Org.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do Século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PAMPLONA, M. A. Nação. In: JUNIOR, J. F. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

PEREIRA, L. R. Povo/Povos. In: JUNIOR, J. F. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SILVA, A. de M. **Dicionário de Língua Portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Litho-Typografia Fluminense. 1922 (1813).

TORRES HOMEM, F. de S. Suspiros Poéticos e Saudades, per D. J. G. de Magalhães. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 2. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836).

Da descrição à visualização por meio da cor local: o emprego do recurso narrativo na historiografia nacional oitocentista - *Eduardo Wright Cardoso*

Este breve artigo é uma reflexão acerca da presença, na escrita da história do século XIX, do recurso narrativo da *cor local*.²²⁶ Embora seja um mecanismo recorrente nos textos históricos, a estrutura parece ter sido pouco discutida até agora. O escopo aqui é tratar de apenas uma dimensão deste recurso, qual seja, aquela que permitiria a “visualização” do passado ou da natureza nacional. Afinal, a visão é um elemento importante na constituição da história do oitocentos, tanto em uma história dita presentista, quanto na forma metafórica, como um elemento cognitivo de apreensão do pretérito. Adiante, desde já, a hipótese que norteia este estudo: a *cor local* atuaria como um elemento de visualização do passado e da paisagem ao convocar ao texto imagens e quadros figurados. Esta *operação visual* se concretizaria, assim, por meio da descrição e da introdução de detalhes, construindo uma ideia de verdade e persuadindo o leitor da autenticidade da narrativa.

1. As visões na história – testemunho e metáfora

Para François Hartog, há uma história da visão, ou, mais do que isso, do visível e do invisível (HARTOG, 1986: 55). O historiador francês, aliás, sustenta que seria possível destinar um capítulo, dentro desta história geral, à arqueologia do olhar historiador. Proponho aqui, contudo, este breve artigo. O objetivo é discorrer sobre a importância da visão na historiografia nacional oitocentista e como ela se constituía, a partir da *cor local*. O “ver” sempre acompanhou o ofício histórico, embora, como lembra Hartog, o historiador não possa ser confundido com a testemunha (HARTOG, 2001: 10).

A visão, contudo, é limitada. Ela é incapaz de alcançar todos os eventos do pretérito. Incompleta, ela também não pode ser abandonada posto que se constitui em um recurso fundamental para a escrita da história. A solução então não é descartá-la, mas alterar seu estatuto. Quando, enfim, os historiadores convencem-se de que a

²²⁶ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no *III Simpósio Império e Lugares do Brasil*, evento ocorrido em maio de 2010, na Universidade Federal de Ouro Preto.

história é feita no passado, a visão torna metafórica-se (HARTOG, 1986: 56). Marcel Gauchet acrescenta, aliás, que é esta ruptura que distingue a história antiga de sua versão moderna: os historiadores antigos viam, enquanto os modernos precisam criticar a visão para, posteriormente, incorporá-la à história (GAUCHET, 2002: 10).²²⁷ Assim, a partir deste momento, não seria mais possível ver diretamente. A visualidade do passado depende agora da mediação das palavras. Como, contudo, isso pode se concretizar?

No desenvolvimento de seu artigo, Hartog identifica três modelos visuais decalcados de historiadores franceses do século XIX. O modelo primeiro, baseado em Augustin Thierry e Prosper de Barante, recorre constantemente a metáforas picturais para a representação do passado, buscando restituir-lhe as *cores verdadeiras* (HARTOG, 1986: 57). Barante, aliás, almejava realizar uma pintura fiel da história e, para isso, defendia o uso das técnicas narrativas características do romance histórico. Isso permitiria a obtenção da cor justa ou da *cor local* (HARTOG, 1986: 57). Além do uso das técnicas romanescas, havia outro requisito para a representação fiel do passado: o historiador deve abster-se do texto e, assim, permitir que o tempo já transcorrido seja recuperado. A *cor local*, na sua formulação historiográfica, continha um ideal de imediação em relação ao passado. Recorro a Carine Fluckiger:

A narrativa [*récit*] não deve ser um discurso sobre a história, mas uma reprodução do próprio passado, de qualquer forma. Assim, o historiador se esforça para anular todos os traços de seu tempo e de sua voz, uma vez que tais intervenções iriam perturbar a ilusão de uma ressurreição do passado (FLUCKIGER, 1995: 75).²²⁸

Embora largamente presente na escrita da história do oitocentos, o recurso da *cor local* recebeu pouca atenção da historiografia até agora. Trata-se, enfim, de um mecanismo narrativo derivado do campo da técnica pictural que visa, em maior ou menor escala, a aproximar o texto da pintura. A formulação clássica do conceito estabeleceu-se durante o romantismo francês, a partir de escritores como Victor Hugo e Benjamin Constant (KAPOR, 2003: 3). No entanto, apesar destas prescrições o

²²⁷ Evidentemente, a formulação é uma simplificação. Tucídides contrapunha – criticava – os relatos testemunhais recolhidos a partir de seu próprio depoimento. A *autópsia* era, desta forma, também uma maneira de fazer calar os testemunhos (HARTOG, 2001: 18-19).

²²⁸ Emprego uma tradução livre para as referências em outras línguas. Em relação às fontes, procurei manter a grafia original nas citações elaboradas neste artigo.

mecanismo é pautado pela multiplicidade de fins. Fluckiger sugere, por exemplo, que seu emprego na escrita da história pode ser concebido como um índice de autenticidade da narrativa ou ainda instituir a pertença a determinada nacionalidade (FLUCKIGER, 1995: 6-7). Acredito, contudo, que é possível apreender o recurso narrativo, a despeito dos inúmeros desdobramentos, a partir da variedade de referências e vínculos ao campo pictórico, como *pintura, retrato, colorido, desenho, cores* etc., além da aproximação entre o historiador e o pintor. Denominei esta multiplicidade de evocações do recurso de *retórica pictórica*.²²⁹

De qualquer forma, ao sugerir a imediação com o passado, a *cor local* revela a possibilidade de sua visualização. No entanto, o mecanismo representa antes uma visão alternativa. Não se pode excluir, evidentemente, a visão real, testemunhal. O historiador poderia também ver com seus próprios olhos. Cezar tratou brevemente deste ponto, ao sustentar que a visão historiadora, no caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), vincula-se à história do tempo presente. O instituto não rejeita esta forma de historiar, apenas recomenda a parcialidade e o critério. Nas suas palavras: “A história do tempo presente é, nessa perspectiva, um tipo de história que pode ser vista. A memória opera, também, sobre um espaço óptico” (CEZAR, 2004: 15).

A noção persistirá ainda no decorrer do século.²³⁰ Varnhagen, por exemplo, não hesita em incorporar sua visão ao texto. Ela se assemelha, se seguirmos a tipologia estabelecida por Hartog, ao olhar de Michelet, caracterizado por ser penetrante e participativo (HARTOG, 1986: 60-65). O historiador aqui não se apaga; ao contrário, ele se mostra: o leitor o vê. Na *História geral do Brasil*, por exemplo, ao abordar os regimentos de Henriques, Varnhagen assevera, em nota: “Destes ainda, em nossos tenros anos, alcançamos a ver dois, na procissão de corpos, no Rio de Janeiro, fazendo-nos tal impressão, que até hoje se não nos varreu ela da memória” (VARNHAGEN,

²²⁹ Liliane Louvel estabelece, de maneira análoga, um *léxico pictórico* que evidenciaria a presença de imagens mentais no texto (LOUVEL, 1998: 114-120). Ambos são compostos pelas mesmas expressões, sugerindo vínculos, que tentarei apresentar na sequência do artigo, entre a *cor local* e o *iconotexto*.

²³⁰ Durante o oitocentos, a cientificação da história promove o declínio do testemunho que passa a ser substituído pelo arquivo. Hartog lembra, contudo, que vozes dissonantes continuam a ser ouvidas, como a de Michelet. (HARTOG, 2001: 24).

1975, tomo 3: 97).²³¹ Aqui se verifica então a asseveração de Cezar do parágrafo anterior: o vínculo que se estabelece entre a memória e a visão.

Além disso, é impossível dissociar esta visão da viagem. Como é reconhecido, o IHGB não só recomendava aos seus sócios que viajassem, como também financiava expedições com intuits exploratórios e como instrumento para o recolhimento de fontes (GUIMARÃES, 1988: 21). Um dos benefícios principais da viagem é, aliás, justamente a possibilidade de testemunhar, de ver a história e o passado. O historiador não pode contentar-se com o arquivo empoeirado. É imperativo que ele viaje, que ele veja. Esta é, ao menos, a exigência contida no *Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil?*, redigido por Rodrigo de Souza da Silva Pontes e publicado na *Revista do IHGB* em 1841:

As excursões scientificas porêm não se destinam sómente a colligir copias, desenhos, ou descripções de monumentos. Pontos ha de Historia e Geographia referidos, ou indicados pelos diversos escriptores de maneira opposta e contradictoria. Alguma vez succede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exactidão, sem exame e conhecimento dos logares em que se passaram as scenas relatadas, ou sem determinar, segundo os principios da sciencia, a posição geographica destes mesmos logares. (SILVA PONTES, 1841: 151)

O pretérito longínquo, no entanto, jamais poderia ser visualizado. A visão é, antes de tudo, limitada pelo tempo. Assim, adota-se um recurso narrativo que poderia novamente fazer o historiador e o leitor verem os eventos do passado. Ao concebê-lo como uma pintura, uma imagem, portanto, o historiador que recorre à *cor local* visa a torná-lo presente, mesmo que de forma metafórica. Eis aqui, portanto, a hipótese que perpassa este artigo: *no momento em que o historiador não pode mais ver diretamente, ele recorre a artifícios narrativos que salientam a dimensão visual da narrativa, produzindo uma imagem do passado. A cor local, creio, pode ser concebida, desta forma, como um recurso de visualização do pretérito. Como, no entanto, se constitui esta operação visual?*

2. Visão vicária: personagens e observadores

²³¹ Esta passagem foi ligeiramente modificada em seu conteúdo por Varnhagen. Na primeira edição da obra, o trecho é: “Ainda conservamos lembrança de haver visto, em nossa infancia, dois regimentos destes [de Henriques] na procissão do Corpo de Deus no Rio de Janeiro [...]” (VARNHAGEN, 1857: 35).

Paul Ricoeur fornece uma primeira resposta para a questão. Ao retomar a argumentação acerca das trocas entre as narrativas ficcional e histórica, Ricoeur desenvolve o que chama de *entrecruzamento da legibilidade e da visibilidade* na representação historiadora. Afinal, as narrativas permitem não só entender, mas também ver (RICOEUR, 2007: 276). Há determinadas técnicas que contribuem para a introdução desta *dimensão visual* no texto. Segundo o autor, a *visibilidade* torna-se superior à *legibilidade*, no momento da introdução de personagens, a despeito da narrativa ser real ou fictícia (RICOEUR, 2007: 276-277). Hamon, por sua vez, lembra que os personagens podem ser concebidos como espaços de *descrição*: talvez eles não sejam mesmo mais do que a soma de diferentes descrições disseminadas ao longo do texto (HAMON, 1993: 105). Obtém-se, assim, um elemento que poderia tornar o passado visível: o ingresso de atores/personagens na representação histórica.

Vejamos uma ilustração disso. No tomo inicial da *Historia Geral do Brazil*, de 1854, Francisco Adolfo de Varnhagen discorre sobre os indígenas. Para isso, o historiador recorre às palavras de Pero Vaz de Caminha, que, aspecto relevante, *assistiu* aos contatos. Varnhagen não vê por si mesmo, mas pode ver através dos olhos do cronista português. De acordo com Hamon, quando se delega a descrição a um personagem, a tendência é que o descrito se torne espetáculo, visão, cena, quadro. Essa delegação, no entanto, demanda que o personagem *possa ver* e *saiba ver*, ou seja, o descritor necessita estar presente e estar ciente do que vê (HAMON, 1993: 172).²³² Neste caso, as impressões e os relatos de Caminha são inseridos na obra histórica de Varnhagen. O viajante português *podia ver* porque estava presente aos acontecimentos e *queria ver* porque, afinal, esta era sua função como cronista. Por isso, sua narração é confiável e sua visão é incorporada ao relato historiográfico.

E como para salientar esta *operação visual*, o historiador faz uso da *retórica pictórica*, evidenciando a presença da *cor local*:

Copiemos ainda do mesmo Caminha a seguinte *pintura* que faz dos habitantes: “A feição delles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, e bons narizes, bem feitos; andam

²³² Hamon esquematiza o *olhar descritor* da seguinte forma: querer ver – saber ver – poder ver – ver (descrição). Este *olhar descritor* participa ainda, segundo o autor, do conjunto de temáticas demarcativas que objetivam introduzir e identificar o enunciado descritivo. Neste procedimento, atribui-se à visão de um personagem ou narrador um determinado objeto (HAMON, 1993: 172). Tratarei desse aspecto demarcativo com mais vagar no próximo item deste artigo.

nús, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem mostrar suas vergonhas; e estão ácerca disso com tanta innocencia como teem em mostrar o rosto; traziam ambos o beijo debaixo furado, e mettido por elle senhos ossos d'osso brancos de compridão de uma mão travessa, e de grossura de um fuзо d'algodão, e agudo na ponta, como furador". (VARNHAGEN, 1854: 16, grifo meu)

O excerto não é ocasional. Mais adiante, na mesma obra, após nova descrição dos nativos, o historiador mais uma vez vale-se da metáfora pictórica: *pintura e cores*. O objetivo parece ser reafirmar o efeito da *cor local*, de visualização do passado.

A pintura que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes disfructavam, sem os benefícios da paz nem da cultura do espírito, do fertil e formoso solo do Brazil, - antes que outras mais civilizadas viessem a substituir, conquistando-as e cruzando-se com ellas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa pintura, dizemos bem pouco lisongeira é verdade. Á vista do esboço que fizemos, sem nada carregar as cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até philosophos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem [...]. (VARNHAGEN, 1854: 133, grifo meu)

Para ver o passado, recorre-se então a alguém que o viu. Esse procedimento é frequente na *História Geral do Brazil*, de Varnhagen. Na seção XXIII da obra, o historiador elabora uma espécie de balanço acerca dos trabalhos de dois escritores que testemunharam o estado do Brasil em 1587: Gabriel Soares de Sousa e Fernão Cardim. Os trabalhos são fundamentais para o conhecimento do país e, portanto, para a escrita da história no século XVI. Segundo o historiador, as obras representam “verdadeiros monumentos historicos, que nos ministram toda a luz para avaliarmos o estado da colonisação do nosso paiz na epocha em que escreveram” (VARNHAGEN, 1854: 294).

São significativas, nesse sentido, as observações sobre a obra de Fernão Cardim. Após tecer algumas críticas ao relato, o historiador nacional completa: “[...] recommenda-se pelo estylo natural e fluente, e *pela verdade da pintura feita com os objectos à vista*, e as impressões, ainda de fresco recebidas dos encantos virgens que regalavam os olhos de quem acabava de deixar a Europa nos fins do inverno” (VARNHAGEN, 1854: 296, grifo meu). Os comentários apontam, pois, as qualidades e os defeitos destes relatos, salientado sua legitimidade para a historiografia. Após, então, criticar tais trabalhos, o historiador conclui: “Passemos porêm a aproveitar do conteudo destas obras, para *offerecer aos olhos do leitor um quadro* do estado em que

se achavam então as diferentes capitanias que existiam no Brasil” (VARNHAGEN, 1854: 296, grifo meu).

Forneço outra ilustração deste procedimento. Ao tratar da província de Pernambuco no momento da revolução de 1817, o historiador assevera: “Em primeiro logar transcrevamos, com as proprias palavras, a descrição que do estado de Pernambuco, no momento da revolução, nos dá o pernambucano, chronista della, Sr. Francisco Muniz Tavares” (VARNHAGEN, 1857: 375). Segue-se o fragmento, sinalizado com aspas, do testemunho de Tavares. Finalizada a descrição, Varnhagen adiciona: “Tal era o lisongeiro quadro que offerencia Pernambuco em principios de 1817” (VARNHAGEN, 1857: 376).

Assim, se a *visualidade* excede a *legibilidade* no momento da introdução de personagens, o recurso à *cor local* – expresso aqui pela *retórica pictórica* – visa a reafirmar esta imediação com o passado, produzindo então, mesmo que de forma metafórica, sua visualização. A visão aqui é vicária: a reprodução das pinturas elaboradas por observadores autorizados promove a visualidade figurada ao leitor da obra historiográfica. Entretanto, há outras formas de salientar a dimensão visual da narrativa.

3. Cor local como iconotexto?

Há inúmeros elementos que permitem a preeminência da *visualidade* no discurso. Para aprofundar a análise da funcionalidade da *cor local* na historiografia, contudo, julgo ser válido considerar as contribuições do campo dos estudos literários. Para isso, é necessário destacar o aspecto escriturário da operação historiográfica. A discussão é antiga. Paul Ricoeur advoga que, desde Vico, existe a preocupação com a dimensão retórica do discurso histórico (RICOEUR, 2007: 261). Allan Megill e Donald McCloskey são mais contidos e remontam o debate à década de 1960. Não pretendo aqui retomá-lo, mas apenas destacar que a escrita histórica envolve procedimentos narrativos e estilísticos.²³³

²³³ Este reconhecimento, contudo, envolve diferentes denominações. Para Hayden White, a história é uma narrativa que envolve ficção (WHITE, 1994: 141). Luiz Costa Lima discorda da integralidade da tese de White, mas reconhece a adjacência entre história e ficção (COSTA LIMA, 1989: 101-102). Reformulo: não se trata, apenas, de uma questão terminológica. Entretanto, como salientado, inúmeros

A tese de Megill e McCloskey, aliás, é polêmica: a historiografia não deriva apenas do trabalho de arquivo, mas envolve também recursos narrativos e, mormente, a tentativa de persuasão do leitor (MEGILL e McCLOSKEY, 1987: 221). Se correta, não há dúvida de que a *cor local*, enquanto estrutura narrativa, participaria deste objetivo maior. Afinal, os historiadores, ao se valerem deste mecanismo, pretendem tornar o passado visível ao leitor – corroborando a importância da visão como elemento comprobatório –, através de uma representação fiel do tempo pretérito. Contemplemos, então, outra ilustração, extraída da obra *Curso elementar de litteratura nacional*, de 1862, de autoria de Fernandes Pinheiro:

Ninguem desconhece a importancia do estudo da historia, *magistra vita, testis temporis*, na phrase de Cicero. Com o fio d'Ariadne conduz-nos ao labyrintho do passado, e *faz-nos assistir pela imaginação* a factos ocorridos em estranhos climas e remotas eras. Fe-la classificar nas bellas letras o encanto que causa-nos a sua leitura; *por isso que não poucas vezes a penna do historiador converte-se em pincel, e descrevendo, ou narrando, deslumbra-nos pelo brilhantismo do colorido.* (PINHEIRO, 1862: 152, grifos meus)

Entretanto, refaço o questionamento: como esta tentativa de visualizar o passado pode ser concretizada do ponto de vista discursivo? Já salientei que esta visualização do pretérito ocorre no nível metafórico. Por isso reitero a importância da dimensão *narrativa* do texto histórico. Reconheço, contudo, que a perspectiva historiográfica não pode ser diluída em uma análise retórica, correndo-se o risco de limitar-se ao texto e, desta forma, eliminar o que caracteriza a história, de acordo, por exemplo, com Paul Ricoeur: prova documental, explicação causal/final e composição literária (RICOEUR, 2007: 263). Considero, pois, que conceber a *cor local* no âmbito retórico é apenas uma etapa deste esforço interpretativo.

Nesse sentido, talvez uma possibilidade analítica válida seja pensar a *cor local* como *iconotexto*, aproximação que já sugeri no capítulo inicial. Neste momento, esse vínculo pode ser aprofundado. A categoria de *iconotexto*, de acordo com Liliane Louvel, expressa a evocação de imagens na narrativa. A autora, almejando entender o funcionamento destas produções imagéticas, esboça a noção de *poética do iconotexto* (LOUVEL, 1998: 16). Embora voltada para a ficção, creio que a categoria pode ser

historiadores e críticos reconhecem a *literaridade* do discurso histórico, para utilizar uma expressão cara a Ricoeur.

importante aqui posto que ambos, *cor local* e *iconotexto*, objetivam, em última instância, ressaltar a *visualidade* da narrativa. A introdução da imagem no texto promove o ingresso no domínio da retórica, posto que se trata de um pensamento por analogia ou metáfora que transporta o sentido de um receptáculo a outro (LOUVEL, 1998: 84).

Uma modalidade de *iconotexto* é a *descrição pictural*, isto é, o relato minucioso de quadros, pinturas, imagens, fotografias, desenhos, etc., sejam eles reais ou não. O aspecto importante a ser considerado, então, é que, por definição, a *descrição* também remete ao caráter visual do texto. Louvel assevera que o procedimento possui já uma ligação ao pictural e ao visual. Para confirmar isso, cita a *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert, na qual descrição é definida “como traçar um retrato e fazer um quadro”.

Reproduzo, aqui, a abordagem da pesquisadora e cito as definições do termo nos principais dicionários dos séculos XVIII e XIX. No *Vocabulário Portuguez Latino*, de Raphael Bluteau, *descripcam* corresponde a: “Definição imperfeita. *Representação, ou pintura de alguma coisa com palavras*” (BLUTEAU, 1713: 115, grifo meu).²³⁴ A grafia parece ter mudado mais do que a definição, pois, no século seguinte, de acordo com *Diccionario da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva, *descripção* significa: “Pintura, debuxo de algum objecto, com palavras” (SILVA, 1813: 565). O mesmo vale para o *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, no qual *descripção* é “O retrato de huma cousa por palavras” (PINTO, 1832: s/p).

Ora, a *cor local* compreende estes dois elementos: *picturalidade* e *descritividade*. O primeiro já foi abordado; concentremo-nos no segundo. O mecanismo narrativo aproxima-se da descrição devido à sua busca pelo particular e pelo detalhe (FLUCKIGER, 1995: 43).²³⁵ Desta forma, creio que é possível conceber a *descrição* como pertencendo a este desejo de representação visual do passado e, portanto, como relacionado à *cor local*.

²³⁴ De acordo com Hamon a caracterização “definição imperfeita” é comum na classificação da *descrição*. Ela aparece sempre que o enunciado descritivo é aproximado de outros procedimentos literários ou de definições lógicas, científicas ou filosóficas. Trata-se do resultado da descrença que acompanhou a *descrição* nos séculos XVII e XVIII (HAMON, 1993: 25).

²³⁵ A relação entre o detalhe e a descrição sempre foi motivo de controvérsias. Hamon lembra que teóricos dos séculos XVII e XVIII tendiam a suprimi-lo, enquanto escritores do século XIX, como Balzac e Zola, o defendiam (HAMON, 1993: 18 *et passim*).

Este anseio visualizador é notado na multiplicação de trabalhos que contém no título, a expressão descrição ou formas semelhantes, durante o oitocentos. Assim, é possível listar as seguintes obras: *Corografia paraense, ou descrição física, histórica, e política, da província do gram-pará*, por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, de 1833; *Notícia descritiva da província do Rio-Grande de S. Pedro do Sul*, por Nicolau Dreys, de 1839; *Notícia histórica e descritiva do mosteiro de Belem*, por F.A. Varnhagen, de 1842; *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*, de Milliet de Saint-Adolphe, traduzido por Caetano Lopes de Moura e datado de 1845; *Tratado descriptivo do Brazil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, editado e nomeado por Varnahgen em 1851; *Descrição da costa do Brasil de Pitimbú á São Bento e de todas as barras, portos e rios do litoral da Provincia de Pernambuco [...]*, por Manoel Antonio Vital de Oliveira, em 1855; *Descrição do estado do Maranhao, Pará, Corupá e Rio das Amazonas [...]*, por Mauricio de Heriarte, de 1874; *Tratado de geographia descriptiva especial da Provincia de Minas-Geraes: em que se descreve com particular attenção todos os ramos de sua lavoura, industria e commercio [...]*, de José Joaquim da Silva, de 1878; *Notícia descritiva da região missioneira na Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de Evaristo Affonso de Castro, 1887; *As Missões na provincia do Rio Grande do Sul: noticia descriptiva e necessidade de sua colonisação*, por Joaquim Saldanha Marinho, 1887; e *Rio Grande do Sul: descrição physica, histórica e econômica*, por Alfredo Varela, de 1897.

Esta profusão de títulos demonstra que o aspecto *descritivo* parece ser um elemento muito importante na produção intelectual do período, e um dos objetos centrais da descrição é a natureza. Flora Sússekind lembra que o escopo maior da produção dos escritores nas décadas de 1830 e 1840 é a delimitação justamente da paisagem nacional, a partir de sua descrição (SÜSSEKIND, 1990: 158). A pesquisadora ainda sintetiza: “há um livro brasileiro da natureza que se deve citar necessariamente a todo momento” (SÜSSEKIND, 1994: 456).

4. Visualizando a natureza

Para abordar a descrição/visualização da natureza, creio ser válido aqui considerar o artigo de Paule Richard, intitulado *Ut naturae pictura poesis*, cujo tema é precisamente a descrição literária da paisagem no início do século XIX. A visão

romântica instaura, segundo o autor, uma alteração na concepção de natureza que deixa de ser algo externo ao homem para se tornar constitutivo dele (RICHARD, 1988: 127). Com isso também se altera sua reprodução: não se trata mais de representar a natureza, mas de exprimi-la na sua totalidade. Creio que é igualmente possível notar essa transformação na representação natural na literatura nacional. A crítica romântica, informa Eduardo Vieira Martins, voltava-se contra convenções setecentistas, como o *topos do locus amoenus* (MARTINS, 2005: 232). Evidentemente, contudo, a nova forma de descrever a natureza também criou um padrão descritivo. Martins resume:

Nesse sentido, se o romantismo rompeu com a convenção descritiva do neoclassicismo, não foi para pintar uma natureza livre de mediações culturais, como propunham os manifestos, mas para criar uma nova convenção literária, tão formalizada e passível de codificação quanto a anterior. (MARTINS, 2005: 234)

Tentarei demonstrar que Varnhagen não foge a esta nova convenção. Isso não quer dizer que a descrição na historiografia tenha a mesma função que a que exerce na literatura. O tipo discursivo altera o valor do descritivo, contudo, mesmo assim, as descrições contêm semelhanças (MARTINS, 2010: 40). De qualquer forma, sublinha Richard, a natureza constitui-se por si mesma em uma linguagem específica, por isso é preciso encontrar o melhor jeito de traduzi-la (RICHARD, 1988: 142). Essa inédita concepção é expressa na renovação pela qual passa a pintura de paisagens que, no final do século XVIII, desvincula-se da pintura histórica e torna-se o modelo maior para as outras artes sobretudo para a literatura (RICHARD, 1988: 128). Entretanto, o autor indaga: como é possível fazer a “transposição” entre a pintura e a descrição narrativa?

A resposta é buscada em escritores como Senancour, Sainte-Beuve e Balzac. Para o pesquisador, a ideia-chave que rege estas traduções da natureza é a ideia de *nuance*, compreendida no sentido de variação. A noção torna-se fundamental porque ela pode ser expressa tanto na pintura, através das cores, quanto na escrita por meio de “encadeamento fonéticos, [e a partir da] associação de significados por meio das conotações, metáforas ou metonímias [...]” (RICHARD, 1988: 132-133). Dessa forma “Alguns escritores utilizaram o impulso transmitido pelo sopro novo da pintura para pensar metaforicamente um modo de escrita adequado à expressão da natureza” (RICHARD, 1988: 133). O exemplo deste procedimento fornecido por Richard é o

historiador francês Michelet, cuja linguagem é orgânica, próxima às línguas de flexão.²³⁶ De acordo com o autor:

Passar do domínio da pintura para àquele da escritura, esse princípio estético conduz a conciliar a preferência de *um estilo que privilegia a associação de palavras por meio das imagens, das sonoridades, dos campos lexicais, do desdobramento dos paradigmas* antes do que a associação puramente sintática, sintagmática, visando uma escritura denotativa, um estilo analítico. *As características desse estilo de “paisagem” definindo, diria, toda escrita poética – e, certamente, a descrição de paisagem é um espaço poético aberto na trama da narrativa ou da história. Contudo – e esse é o ponto notável – esse resultado estético procede de um desenvolvimento heurístico, de uma vontade científica de compreensão da natureza. Na paisagem literária e pictural do início do século XIX o científico e o estético são indissociáveis.* (RICHARD, 1988: 137, grifos meus)

Em resumo, o estilo de escrita que visa a aproximar-se da pintura da natureza recorre a um vocabulário que é marcado por expressões que associam-se a imagens e sonoridades. Creio que a *retórica pictórica*, tal como definida acima, assemelha-se ao vocabulário apontado por Richard. Além disso, o autor ainda acrescenta que a descrição da paisagem carrega igualmente uma preocupação científica e um cuidado estético com a elaboração textual. Ora, estes dois ‘componentes’ podem ser encontrados na *cor local*, como será explicitado abaixo.

Em relação ao ideário romântico - citado por Richard - Luiz Costa Lima argumenta que sua aclimação foi específica no contexto cultural nacional. Na Europa, o romantismo tinha na natureza um lugar para a autorreflexão e um estímulo à libertação. Nos trópicos, de modo diverso, o movimento foi estimulado pelo próprio Estado imperial. Com isso, o papel da natureza também é alterado: a paisagem torna-se antes um espaço para a nostalgia, para o sentimentalismo ou para o êxtase (COSTA LIMA, 1984: 134-135).

²³⁶ Richard desenvolve a correlação entre a pintura de paisagem e a linguagem de flexão: “A pintura de paisagem é a arte da natureza por excelência porque emprega uma linguagem cujo princípio é perfeitamente análogo àquele da Criação. A técnica pictural da nuance corresponde à uma concepção da Natureza que destaca o princípio da variação das espécies, da evolução que conduz sem solução de continuidade de uma categoria de seres à outra. Igualmente, na línguas de flexão, a palavra, como um componente orgânico reaparece idêntico ou ligeiramente transformado nas novas combinações. O desdobramento da frase corresponde ao desdobramento das “filiações” fônicas ou semânticas da palavra. Ela se desenvolve a partir da transformação, da trituração dos mesmos semas, dos mesmos fonemas, das mesmas imagens, como a energia criadora acrescenta novas formas ao domínio do vivo agitando e combinando com aquelas que já existem” (RICHARD, 1988: 136).

Sem o impulso reflexivo/contestatório inerente à natureza, cabe ao observador empreender uma descrição minuciosa da paisagem (COSTA LIMA, 1984: 136). Para Ferdinand Denis, lembra o autor, este exercício descritivo deveria incluir os costumes específicos da região abordada, ou seja, trata-se de salientar o exótico.²³⁷ Ademais, para os poetas, cantar a natureza era uma forma de exaltar a identidade nacional. Lembremos que o primado da observação caracteriza-se por ser uma defesa da originalidade local (COSTA LIMA, 1986: 146), ou da *cor local*. Costa Lima, ainda, aprofunda o assunto e explica a razão deste culto à natureza: servia tanto para manter o vínculo com a Europa quanto para marcar a diferença da América (COSTA LIMA, 1986: 205).²³⁸

Entretanto, como proceder para classificar esta descrição? Louvel oferece uma hipótese que almeja eliminar uma sistematização demasiado subjetiva (LOUVEL, 1998: 87). Trata-se de reconhecer o que a autora denomina de *marcas* ou *dispositivos de picturalidade*. Antes de abordá-los, voltemos a Varnhagen: no tomo I da *Historia geral do Brazil*, o historiador introduz um relato da geografia do Rio de Janeiro. Antes do exercício descritivo, contudo, o historiador alerta o leitor: “E agora que o teatro de nossas emoções se transfere a esta paragem, convem que o leitor a tenha presente, para o que nos esforçaremos por lhe transmitir uma leve idéia das scenas em cuja descrição quasi imaginamos que todas as palavras se nos desbotam” (VARNHAGEN, 1854: 247).

Avisado, o leitor prepara-se para reconhecer a paisagem ou prestar atenção nela. Aqui, podemos perceber duas características que permitem a constatação da presença do *iconotexto*. A primeira refere-se ao espaço textual. Louvel assevera que a imagem no texto é constantemente bem delimitada, como a sublinhar sua aparição. Trata-se do que a autora chama de *enquadramento* (LOUVEL, 1998: 97). Hamon concorda e justifica a multiplicação de índices autorreferenciais como uma forma de compensar a ausência de um estatuto definido para o procedimento descritivo (HAMON, 1993: 46 e 65).

²³⁷ Isso comprovaria, por exemplo, a proposição de Kapor na qual a *cor local* é uma faceta do *exotismo* (KAPOR, 2003: 5).

²³⁸ Guimarães percebe procedimento semelhante na escrita da história. Ela era endereçada internamente à elite política do Estado imperial e, externamente, aos países civilizados europeus que assim poderiam legitimar esta história em construção (GUIMARÃES, 1988: 14).

Assim, o próprio historiador antecipa a irrupção do quadro, da imagem que será apresentada ao leitor, para demarcar sua relevância. Há, também, um segundo elemento que permite confirmar a presença do *iconotexto* nesta passagem e, mais do que isso, corroborar a vinculação entre *iconotexto* e *cor local*: trata-se do uso de um vocabulário derivado do campo pictórico (LOUVEL, 1998: 114). Desta forma, é possível estabelecer a semelhança entre o que Louvel denomina *léxico pictural* e aquilo que acredito se constituir uma *retórica pictórica*, pois ambos introduzem na narrativa expressões relacionadas à pintura, como cores, pinceladas, quadros, imagem, cena, retrato, paisagem, entre outras. Como se percebe no excerto, Varnhagen faz uso desses vocábulos.

Antes de tratar dos acontecimentos relacionados à província do Rio de Janeiro, o historiador considera apropriado que o leitor (re)conheça a natureza da região. Ora, dois elementos parecem evidentes aqui: o ideal de mediação transparente, relacionado à presentificação, por um lado, e, por outro, a importância do papel da natureza, como antecedente aos acontecimentos que serão, posteriormente, narrados. A noção de que a descrição deve anteceder a narração é bastante corrente. Para Hamon, esta disposição foi regulada por retores dos séculos XVII e XVIII. A escrita da história parece partilhar desta premissa, como se percebe na obra de Michelet *História da França*, precedida pela introdução que se denomina, sugestivamente, *Quadro da França* (HAMON, 1993: 94). Varnhagen também emprega estrutura semelhante na organização de seus relatos, como se percebe. Isso evidencia que a descrição não corresponde meramente a um quadro isolado no texto. Ao contrário, a técnica descritiva participa da construção da argumentação historiográfica posto que responde a uma lógica textual interna cujo desenvolvimento é evolutivo.

Como, no entanto, o próprio Varnhagen concebe suas descrições? Três anos depois de publicar o tomo inicial de sua principal obra, o historiador edita o segundo volume de sua *Historia Geral do Brazil*; Varnhagen retoma aí sua descrição do Rio de Janeiro. O historiador havia sido criticado, por exemplo, pelo geógrafo francês d’Avezac, que questionara justamente as descrições efetuadas. Assim, na introdução da obra, o historiador justifica sua abordagem:

Longe estávamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos

esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estylo, afim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra, ou que n'outros não consentiríamos que os períodos saíssem aquecidos com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão nobre, e repassados do nosso modo de sentir na presença de successos, que fora necessário ser de pedra uma pessoa para não se commover. (VARNHAGEN, 1857: XII)

Como se divisa, novamente Varnhagen utiliza um vocabulário extraído do campo pictural para abordar as descrições. Além disso, outro elemento que comprovaria a vinculação entre *cor local* e *iconotexto* encontra-se no contato entre um *estilo empolado* e a *pintura feita com mais verdade*. Afinal, o historiador busca fazer um quadro que expresse a fisionomia nacional com precisão. Ora, justamente Fluckiger já havia delimitado que uma das funções da *cor local* é a condição de verdade, isto é, de uma representação fiel do passado que, por sua vez, acarreta uma preocupação com a escrita (FLUCKIGER, 1995: 6-7).

Já salientei, a partir de Sússekind e Costa Lima, o significativo papel que a natureza desempenha na literatura. Como se vê, contudo, as descrições naturais possuem também um aspecto importante para a historiografia. O botânico bávaro Karl Friederich Phillipe von *Martius*, vencedor do concurso lançado pelo IHGB acerca de *Como se deve escrever a história do Brasil*, recomenda justamente que o historiador detalhe a natureza a fim de tornar o texto mais atrativo para o leitor comum (MARTIUS, 1973 [1844]: 400). O exercício descritivo atrai o leitor e produz reconhecimento. Mas não só, pois a natureza interfere no próprio desenvolvimento da história. *Martius* a via como parte da explicação histórica ou um caminho para isso. Para o botânico, o elemento natural fornece a chave do tempo (GUIMARÃES, 2000: s/p.). De acordo com Guimarães, ainda, *Martius* concebe a história da natureza e a história dos homens de modo coordenado. Afinal, “o conhecimento de uma importa necessariamente no conhecimento da outra para a composição de um grande quadro a ser admirado pelo olhar europeu. Um olhar que busca se conhecer/reconhecer ao mesmo tempo que se afirma pelas mãos do viajante-pintor” (GUIMARÃES, 2000, s/p.).

Mas o professor bávaro ensina mais: ele recomenda o ter visto, o viajar como condição de verdade. Percebe-se, pois, que sua visão opera nos dois estatutos: o metafórico e o real. Nas suas palavras:

“Para um tal trabalho [escrever a história salientando a diferença entre as diversas províncias], segundo certas divisões gerais do Brasil, *parece-me indispensável que o historiador tivesse visto esses países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população*”. (MARTIUS, 1973: 400, grifo meu).

O historiador ideal, portanto, é, sobretudo, um naturalista.

Aqui, enfim, as análises de nossos interlocutores convergem. Para Fluckiger, a *cor local* tem por função autenticar o conjunto de uma representação e, por isso, participaria do que Roland Barthes chama de *efeito de real* (FLUCKIGER, 1995: 36-37). Louvel, por sua vez, assevera que, quando se trata de imagens reais, existentes, o escopo da descrição é validar o relato, ancorar a narrativa no tempo e em um lugar real facilmente verificável por quem a lê. O intuito seria, enfim, persuadir o leitor. (LOUVEL, 1998: 166). Por fim, Guimarães sustenta, ao comentar os relatos de viagem, como o de Martius, que eles se revestem de um caráter documental e produzem um *efeito de realidade*. (GUIMARÃES, 2000: s/p).

Resumamos, pois: as descrições picturais que têm na natureza um objeto frequente e podem ser acessadas através da *cor local* visam a autenticar a narrativa e persuadir o leitor. Com o mesmo objetivo, os historiadores recorrem amiúde a personagens e observadores que testemunharam fatos e eventos do pretérito. O próprio historiador é capaz de testemunhar e produzir conhecimento. Entretanto, quando sua visão já não alcança mais o passado longínquo, ele não abre mão de ver. A visão é agora vicária. Além de destacar o geral, o nacional, e valorizar o detalhe, o específico, creio que a *cor local* pode ser interpretada como uma forma de visualização da história. François Hartog constata que, no momento em que o passado não pode mais ser testemunhado pelos historiadores, a visão torna-se metafórica. Ao destacar a dimensão visual da narrativa, por meio dos enunciados descritivos e através da introdução de personagens e observadores contemporâneos aos eventos, o pretérito e a paisagem tornam-se novamente visíveis. Assim, se a distância temporal turva o quadro da história, a *cor local* torna-se um instrumento capaz de iluminar a pintura do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico** [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, volume 3, 1713.

MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. Como se deve escrever a História do Brazil. **Revista do IHGB**, tomo 6, 1973 [1844], p. 381-403.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso elementar de litteratura nacional**. Rio de Janeiro: Livraria B.L. Garnier, 1862.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA PONTES, Rodrigo de Souza. “Quais são os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos à história e geografia do Brasil. **Revista do IHGB**, tomo 3, 1841, p.149-157.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brazil** [...]. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 2 tomos, 1854-1857.

_____. **História geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal**. 8ª edição. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 5 tomos, 1975.

Livros e artigos

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. **Diálogos**, DH/UEM, v. 8, n. 1, 2004, p. 11-29.

COSTA LIMA, Luiz. **O controle do imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

FLUCKIGER, Carine. **L’histoire entre art et science: la “couleur locale” chez Thierry et Barante**. Mémoire de licence. Université de Genève, 1995.

GAUCHET, Marcel. L’unification de la science historique. In: GAUCHET, M. **Philosophie des sciences historiques: le moment romantique**. Paris: Éditions du Seuil, p. 9-38, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, 1988, p. 5-27.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, vol. VII(2), julho–outubro, 2000, p. 389-410.

HAMON, Philippe. **Du Descriptif**. Paris: Hachette Livre, 1993.

HARTOG, François. L'oeil de l'historien et la voix de l'histoire. **Communications**, n. 43, 1986, p. 55-69.

_____. El testigo y el historiador. **Revista Universitaria Semestral**, Universidad Nacional del Litoral, ano XI, n. 21, 2º semestre, 2001, p. 11-30.

KAPOR, Vladimir. **Exotisme et couleur locale** – essai d'une analyse contrastive des champs sémantiques respectifs. *Proceedings, France and the Exotic*, University of Birmingham, UK, 2003.

LOUVEL, Liliane. **L'oeil du texte**: texte e imagen dans la littérature de langue anglaise. Paris: Presses Universitaires du Mirail, 1998.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea**: *José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005.

MARTINS, Eduardo Vieira. Imagens da floresta: Auguste de Saint-Hilaire e José de Alencar. In: MIYOSHI, Alexander Gaiotto (Org.). **O selvagem e o civilizado nas artes, fotografia e literatura do Brasil**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, v. 1, p. 39-54, 2010.

MEGILL, Allan, e McCLOSKEY, Donald. The Rhetoric of History. In: NELSON, John. **The Rhetoric of the Human Sciences**. Language and Argument in Scholarship and Public Affairs. The University of Wisconsin Press, p. 221-238, 1987.

RICHARD, Paule. .Ut naturae pictura poesis: le paysage dans la description littéraire au début du XIX^e siècle. **Revue des sciences humaines**, tomo LXXX, n. 209, janvier-mars, 1988, 125-142.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana. **América Latina**: palavra, literatura e cultura. Volume 2 – Emancipação do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da USP, 1994.

“Um Governo Justo e Liberal”: a construção do discurso histórico de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira - *Serioja R. C. Mariano*

Só um governo justo e liberal poderá trazer a paz doméstica, todas as felicidades sociais e uma bem entendida liberdade.

(MACHADO, 1983: 100)

148

A epígrafe é parte do posicionamento político de Maximiano Lopes Machado, escrevendo sobre a Praieira, em 1850. No argumento do seu discurso, o Brasil só se tornaria civilizado quando fizesse reformas para assegurar os direitos dos cidadãos, através de um “governo justo e liberal”. Essas e outras questões serão abordadas neste texto a partir da análise do livro *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*, publicado em 1851, dois anos após o término do movimento.

Compactuo da ideia de que não há autor nem livros superados, se pensados em determinadas épocas e contextos da escrita, pois “a história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realize” (REIS, 1999: 9). A discussão historiográfica deve ter como base de análise o entendimento daquilo de Michel de Certeau (1982) chamou de *lugar social*, ou seja, a inserção do autor no contexto de produção da sua escrita e das suas escolhas teóricas e metodológicas para assim entender a construção de seu discurso histórico.

Para uma melhor compreensão da produção histórica, utilizarei como recurso alguns dados biográficos de Machado, lembrando que a biografia possibilita “um conhecimento do ser humano (...) em espaços e tempos diferentes” (BORGES, 2006: 215). Inicialmente faz-se necessário uma breve apresentação da sua trajetória, pois considero que assim poderemos entender melhor as posturas e práticas de uma cultura política²³⁹ do Brasil oitocentista.

²³⁹ Pensar a cultura política como um conjunto de comportamentos, de formas de conceber a organização político-administrativa, bem como se “inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERNSTEIN, 1998:353).

Nascido na capital da província da Paraíba, Maximiano Lopes Machado (1821-1895) era filho do português Manuel Lopes Machado e de Anna Joaquina de Albuquerque Machado. O contato com as primeiras letras foi no Convento Madre de Deus em Olinda, com os padres da Congregação Oratoriana. Morando em Pernambuco, concluiu seus estudos em 1839 e logo em seguida, em 1840, cursava a Faculdade de Direito de Olinda, bacharelado-se no ano de 1844 em Ciências Jurídicas e Sociais, aos 23 anos de idade.

Seguir a carreira da magistratura era a porta de entrada no mundo da política do Brasil no século XIX, principalmente para aqueles que não tinham um sobrenome influente. Os sobrenomes serviam para fixar redes ou ramos de famílias, criando uma referência espacial. Nomes de famílias eram identificados com determinadas localidades, nas quais aquelas famílias tinham maior número de propriedades. Os sobrenomes funcionavam como projeção da honra da família, como pré-requisitos políticos e como sinônimos de *status* social para alcançar determinados cargos na administração pública. Com o sistema judicial centralizado, exercer a função de juiz pressupunha uma nomeação do Ministério da Justiça. Após a formatura, o caminho dos letrados, como chama a atenção José Murilo de Carvalho na *Construção da Ordem*, era “conseguir uma nomeação de promotor ou juiz municipal em localidade eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico” (2006: 108).

A magistratura provincial desempenhou um papel fundamental na organização da administração pública, estreitando os vínculos e a possibilidade de ascensão. Na política local os magistrados eram vistos com uma posição superior dentro dos quadros da administração provincial. Após a formatura, foi nesse cenário e seguindo o caminho para entrar no espaço institucional que Carvalho chama de *Clube*, que Machado foi nomeado para o cargo de Promotor público de Olinda. Em 1847 assumiu, por Decreto Imperial, a função de Juiz Municipal do Termo de Areia, na província da Paraíba. Na Paraíba atuou, também, como membro do Partido Liberal, do qual foi representante em duas legislações de 1846-47 e 1848-49 (6ª e 7ª legislaturas).

No último ano da segunda legislatura, eclodiu em Pernambuco o movimento conhecido como a Praieira, que logo se estendeu à Paraíba - um movimento de contestação política que teve na liderança alguns membros do Partido Liberal. O contexto da década de 1840 foi um campo fértil para as disputas senhorias pelo poder

político; para os grandes comerciantes e latifundiários reivindicarem um maior controle sobre o comércio de Pernambuco, que estava nas mãos dos estrangeiros (portugueses) - e nessa reivindicação estavam, também, alguns mestres artesãos e caixeiros; outra questão espinhosa diz respeito às restrições impostas pela Inglaterra ao tráfico intercontinental de escravos; não podemos esquecer outros aspectos da Praieira relacionados às disputas entre os partidos, Conservador e Liberal, e as próprias contradições dentro dos partidos, como resultado de uma cultura política “dinâmica e volátil”. (CARVALHO, 2008: 53) O movimento é muito mais complexo do que foi apresentado aqui - apenas narrei alguns aspectos para situar o leitor, lembrando que o objetivo do texto é apresentar a perspectiva, o olhar de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira.

Quando se propôs a escrever sobre a Praieira, Machado estava fugindo da repressão ao movimento e ficou refugiado de 1849 até 1850, escondido nos sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A sua participação, enquanto simpatizante do movimento, teria se dado no momento em que acumulava os cargos de juiz e delegado da cidade de Areia (MACHADO, 2003)²⁴⁰.

O presidente da província à época (início do ano de 1849), João Antonio de Vasconcellos, temia que os “revoltosos” vindos de Pernambuco causassem a “desordem” na Paraíba, e ordenou expressamente que o “juiz Municipal e Delegado Bacharel Maximino Lopes Machado”, tomasse as devidas providências para proteger a localidade de Areia da “anarquia”. Essa proteção deveria se dar com “gente da Guarda Nacional”, fazendo total oposição aos revoltosos que “de maneira nenhuma” deveriam “encontrar apoio” em Areia. Caso a ordem não fosse cumprida, Maximiano Lopes Machado seria considerado responsável por qualquer tipo de omissão²⁴¹.

Entretanto, segundo o relatório, as ordens não foram cumpridas:

Os revoltosos foram conduzidos como em triunfo por algumas Autoridades, daquela cidade [Areia], como fosse o dito Juiz

²⁴⁰ No artigo “‘Espírito revolucionário – Pensamento Libertário’ Maximiano Lopes Machado e a Construção da História Paraibana” (2003), o autor analisa a produção de Machado sobre o século XIX. Notar que este é um historiador contemporâneo, homônimo do autor do século XIX.

²⁴¹ “Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.º de agosto de 1849”. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849. *Center for Research Libraries - Provincial Presidential Reports (1830-1930)*. Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/para%C3%ADba> (acessado em 01/02/2012).

Municipal, que com elles veio desde Alagoa Grande, onde os fora receber encontrarão auxílios de gente e munições, que lhe prestarão as mesmas Autoridades, o Juiz Municipal Delegado e os Comandantes da Guarda Nacional (...).²⁴²

O relato continua com a descrição de outros funcionários públicos, a exemplo do Coletor das Rendas, que foram considerados “rebeldes”, contrários ao Imperador, à Constituição e à manutenção da ordem. Considerado inimigo do governo, Maximiano Lopes Machado foi afastado de suas funções públicas pelo presidente da província, assim como os oficiais da Guarda Nacional. Segundo o relatório, Machado, ocupando as funções de juiz e delegado, teria abrigado os principais líderes, inclusive alguns vindos de Pernambuco. Para cumprir estas ordens, a força legalista invadiu Areia, e travou-se um acirrado confronto, saindo vencedoras as tropas do governo; Machado foi ferido, conseguindo escapar.

Com pesar lamenta a fuga, mas:

Embora falto de recursos, peregrinando pelos sertões de alheias províncias para escapar das garras dos abutres desse detestável governo, o único alívio que sentia o meu coração era, quando escrevia os presentes factos, na esperança de um dia publicá-los, *para que não ficassem em olvido as malversações do presidente da Parahyba João Antônio de Vasconcellos, - digno emulo dos que tem mais assolado as misérias províncias do Norte da nossa malfadada pátria.* (1983:13, grifos meus)

Esse trecho, logo na dedicatória do livro, já dá uma dimensão da perspectiva do discurso de Machado sobre a Praieira. Esse tom de crítica ferrenha ao governo central, representado pela figura do presidente da província, perpassa todo o livro.

Eudes Barros, no artigo “Repercussão na Paraíba da Revolução Praieira” (1971), publicado na Revista do IHGP, justifica o tom das acusações de Machado contra o presidente João Antônio de Vasconcelos. A pouca idade do autor, na época com 27 anos, explicaria “o arrebatamento, algo irrefletido com que sua obra (...) invectiva tão desarrazoadamente o bacharel baiano que o governo imperial nomeara em 1848 para governar a terra paraibana.” (1971:10-11). Segundo Barros, as animosidades contra o presidente começaram quando este vetou um projeto de Machado, na Assembleia Provincial, que tratava de aposentadorias.

²⁴² Idem. Ver também, PINTO, 1977: 185-193.

Mas a mágoa maior, ou mesmo o ódio expresso nas palavras de Machado, devia-se ao fato do presidente ter ordenado sua prisão. Algumas frases mostram o tratamento e denotam o rancor com relação ao presidente: este seria um “pervertido e desencaminhado [que] foi a vertente dos maiores males e desventuras”, ou ainda “pusilânime, inseqüente e fraco”, que demonstrara sua “profunda ignorância” na política; “arbitrário por capricho” (MACHADO, 1851/1983:34).

Essa relação conflituosa continuou por algum tempo, em espaços distintos de sociabilidades. Como exemplo, podemos observar o artigo publicado, no dia 05 de fevereiro de 1849, no jornal *Correio Oficial*, nº28, de autoria do Presidente Vasconcelos, sobre os equívocos da Praieira. Em resposta, Machado, utilizou-se de algumas páginas do seu livro, mais especificamente no Capítulo 3, para desqualificar a administração do presidente, considerada como sendo “inhabil, criminosa e immoral. Um administrador que teria se aproveitado do lugar que ocupava para praticar alguns atos ‘despóticos’: censurar a imprensa, calar a Assembleia (quando foi adiada a sua abertura), e fechar a Câmara municipal” (1983:58-59).

Esse e outros assuntos fazem parte do livro *Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba*. Publicado em Recife no ano de 1851²⁴³, *Quadro da Revolta* é o primeiro trabalho histórico do autor²⁴⁴. Nesse período, já anistiado, morava em Campina Grande, onde atuava nas áreas do magistério e da advocacia. Temendo represálias, o texto foi publicado apenas com suas iniciais, em forma de monograma. O livro é dedicado a Urbano Sabino Pessoa de Mello²⁴⁵, pois este foi “o primeiro que escreveu sobre a revolta Praieira em Pernambuco, a ninguém melhor do que a vós cabe o oferecimento desta pequena narração” (MACHADO, 1983). Dividido em sete capítulos, o livro faz um histórico da trajetória dos partidos políticos no Brasil e a legitimidade da Constituição. Sobre a Praieira, reflete sobre as posições tomadas por pessoas envolvidas, de um lado ou outro do movimento.

²⁴³ A edição que utilizo nesta análise é a segunda, de 1983, publicada pela Ed. UFPB.

²⁴⁴ Maximiano Lopes Machado publicou outros livros: *A Paraíba e o Atlas do Dr. Cândido Mendes de Almeida* (1871) e *História da Província da Paraíba* (1890). Lançou um tratado de caligrafia quando era professor da Escola Normal do Recife, escreveu a introdução, da terceira edição, do livro *História da Revolução Pernambucana de 1817* de autoria do padre Francisco Muniz Tavares. Ainda publicou um folheto em 1887 no qual fez um *Esboço Biográfico do Conselheiro e Senador do Império Antônio Pinto Chinchorro da Gama*.

²⁴⁵ Em 1849, Urbano Sabino Pessoa de Mello publicou *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*.

Machado era um homem atento ao que estava acontecendo no Brasil. Seus autores preferidos, Vico, Montesquieu, Cousin e Michelett inspiraram-no e reforçaram sua postura contrária à concentração e centralização do poder. Utilizou-se também de um grande *corpus* documental, formado por jornais da época, ofícios, cartas, artigos, portarias, tudo na tentativa de convencer o leitor da “sua verdade”. Como assevera Ângela de Castro Gomes: “toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’” (2004:14). Portanto, nessa perspectiva, o que interessa:

[...] é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não se trata de *‘dizer o que houve’*, mas *‘dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou’*, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. Um tipo de discurso que produz uma espécie de ‘excesso de sentido do real pelo vivido’, pelos detalhes que pode registrar, pelos assuntos que pode revelar pela linguagem intimista que mobiliza. Algo que pode enfeitiçar o leitor/pesquisador pelo sentimento de veracidade que lhe é constitutivo, e em face do que certas reflexões se impõem. (GOMES, 2004:15, grifos meus)

Esse “efeito de verdade” que busca o autor é justificado quando Machado inicia o livro falando sobre a necessidade de narrar os acontecimentos a partir de um tempo “um pouco mais ao longe”, por isso vai buscar as origens da desordem e da má administração no Brasil - e, porque não, da Praieira -, desde a chegada da família real ao Brasil em 1808. Portanto, na sua concepção de história, a sucessão dos fatos é relevante para um melhor entendimento da trama histórica, em uma sequência processual que dá maior veracidade aos seus argumentos.

Ao longo do texto, tece sérias críticas ao presidente da Província João Antônio de Vasconcelos, aquele que será na sua narrativa o “grande vilão”, acompanhado dos representantes do Partido Conservador no Rio de Janeiro. A “culpa” das desgraças no Brasil não é de Pedro II, um “homem ilustrado, franco e de boa fé” e sim dos seus assessores diretos, ligados ao grupo Saquarema. Mas, para argumentar sobre a “desordem” no Brasil, apresenta um relato negativo sobre o reinado de D. Pedro I, considerado propenso a “tyrannia e o despotismo” e influenciado por homens como José Clemente Pereira e Francisco Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá), representantes da “facção retrógrada” (1983: 23). Esta tirania expressava-se no fechamento da Assembléia Constituinte (1823) e na repressão a Confederação do

Equador em 1824. A salvação, a “Divina Providência”, teria vindo com a Regência, que havia expulsado D. Pedro e seu curto e “tirânico” reinado, extinguido essa “praga egypcia” (MACHADO, 1983: 27-28).

Mas mesmo com essa mudança no governo a “desordem e anarquia” permaneciam com o predomínio da “facção absolutista” nos anos de 1840, momento chave, segundo Machado, para “a constituição de um sentido verdadeiramente tyrannico: a centralização” (1983:31). Ser contrário à centralização significava, no discurso de Machado, fazer oposição ao Rio de Janeiro, à Corte e aos políticos Saquaremas que controlavam a nomeação de funcionários públicos para as províncias, deixando os políticos locais sem a prerrogativa de escolher os seus representantes na administração. Isto era visto como uma afronta às elites políticas regionais, que não tinham sequer o direito de nomear os seus vice-presidentes.

Machado também criticava o uso, por parte do governo central, de angariar apoio com nomeações, condecorações e títulos honoríficos. Uma dessas nomeações foi a do presidente da província da Paraíba, considerada “desacertada”, pois os governantes deveriam ser avaliados pela “sua capacidade intelectual e moral”. Vasconcelos não possuiria essas qualidades, pois era um homem, segundo Machado “sem habilitações políticas” e “*sem nome conhecido*, pois que tal *nunca ninguém falou em razão de família*” (MACHADO, 1983:34, grifos meus).

Parte constitutiva de uma cultura política, o sobrenome era um dos cartões de visita da sociedade oitocentista. Mesmo sendo considerado por Machado sem habilidades para a política, porque não possuía um “nome conhecido” ou um sobrenome, lembramos que o presidente Vasconcelos, se não era conhecido na província da Paraíba, era detentor de laços familiares importantes, sendo irmão de Zacarias de Góis e Vasconcelos, um dos representantes daquilo que José Murilo de Carvalho chamou de *o Clube* (2007: 119-142).

No seu argumento, para ser um bom administrador, era necessário ter instinto “verdadeiramente político” e uma capacidade “intelectual e moral” para governar, o que o presidente Vasconcelos não possuiria. Um pensamento típico do ideário da herança do “liberalismo brasileiro em relação ao iluminismo português, pois a ilustração lusa possuía caráter extremamente pragmático, que visava a todo custo desenvolver o Estado e promover o bem comum” (MACHADO, 2009: 8).

Essa capacidade “moral” para governar significava não fazer oposição à Assembleia provincial, muito menos vetar as leis aprovadas pelos representantes legais da população, como as leis de aposentadorias e medidas de salubridade pública; foi exatamente essa a postura que o presidente tomou ao chegar à Paraíba. Teoricamente, como precisava de apoio das lideranças locais para melhor governar, o presidente da Paraíba tentou aproximar-se no primeiro momento dos *rasgados* (do partido liberal) e depois dos *baetas* (do conservador).

Nas páginas que se seguem, tenta explicar os males do Brasil. O atraso era representado por um governo que feria os direitos constitucionais, tendo à frente a administração Saquarema. O partido Conservador seria a representação das *trevas* contra *as luzes*, e os liberais, os responsáveis para trazer a ordem e a civilização. Com relação ao debate sobre quais seriam as bases dos direitos civis e políticos do cidadão, Machado argumenta que os princípios básicos para atingir a “boa ordem” seriam a liberdade, a segurança individual, a religião e a propriedade, que deveriam ser garantidos pela Constituição.

É interessante observar como o discurso de Machado é fortemente influenciado pela religião²⁴⁶, pois a considera “a primeira virtude civil e social” (1983:194). Seu pensamento está vinculado à permanência de uma perspectiva, ainda presente nos discursos do Brasil de meados do XIX, de que “a Constituição ainda continuava a ser o código sagrado na nação, ocorrendo justamente a ‘falta de ruptura com um modo de estruturação religiosa’” (NEVES, 2009:200).

Este era um pensamento típico dos liberais no Brasil oitocentista, ou seja, a Constituição garantindo os direitos do cidadão, lembrando que a cidadania, na perspectiva de Machado, está relacionada a uma parcela da população, principalmente os votantes. Sendo assim, o governo legalista não deveria usar o nome da Constituição para punir os liberais que participaram da Praieira, pois estes só queriam garantir a moral, a religião e paz doméstica (MACHADO, 1983:96).

A repressão aos liberais foi considerada um ato despótico, marcado pela violência que feria os direitos constitucionais do *ser brasileiro*. E o Partido Conservador

²⁴⁶ A influência da religião no livro de Machado é perceptível na referência que faz ao “maior philosopho do presente século” (1983:99), o Visconde de Chateaubriand (1768-1848), que escreveu “O Gênio do Cristianismo” (1802) em defesa da religião.

era o grande mentor quando, por exemplo, “os mandões da Corte” nomeavam “altos funcionários que não tem responsabilidades”. Nesse momento Machado está se referindo ao Presidente da Província, ao chefe de polícia e ao promotor público, “uma trindade infernal” (1983:102-107). Estes eram cargos importantes para o funcionamento do estado nacional e para um maior controle do poder central em relação às províncias. O cargo de presidente funcionava como elo entre as elites regionais e o Rio de Janeiro.

O que se percebe no enredo do livro de Machado, do começo a fim, é uma oposição ferrenha ao governo e à pessoa de Vasconcelos. Essa oposição fica mais evidente com a punição sofrida por aqueles que fizeram parte da Praieira na Paraíba. No dia 25 de fevereiro de 1849, o presidente da província da Paraíba emitiu um mandato de prisão para aqueles considerados líderes e que teriam dado acolhida aos “revolucionários” de Pernambuco na cidade de Areia. Machado ficou preso por pouco tempo, logo conseguindo um *habeas corpus* do “honrado” juiz Victorino do Rego Toscano Barreto.

O processocrime durou dois anos, e, nesse ínterim, o acusado ficou escondido. Machado afirma que os trâmites legais não foram cumpridos no seu processo; argumenta, por exemplo, que em nenhum momento teve acesso aos documentos processuais de formação de culpa, muito menos foi chamado para depor - não se investigaram as denúncias, e não havia provas da sua participação no movimento, da sua culpa. E, se já havia um código criminal, com os artigos bem definidos, por que o mesmo não fora cumprido? Machado faz uma longa peroração sobre a legalidade ou não do seu processo e dos demais envolvidos na Praieira. O processo continuou em segredo e os denunciados²⁴⁷ pelo Promotor foram considerados culpados “como principais autores da conspiração, morte e ferimento” na cidade de Areia e condenados a prisão. Para Machado, o resultado demonstra uma justiça feita à *Squarema!* (1983: 107-108).

Era uma condenação vista como uma violação aos direitos do cidadão, partindo de um presidente que queria manter a todo custo o “miserável emprego”. No seu

²⁴⁷ Além de Machado, foram denunciadas, no dia 30 de maio de 1849, mais 17 pessoas, dentre elas: Antônio Borges da Fonseca, Manoel Pereira de Moraes, João Batista do Amaral e Melo, Félix Peixoto de Brito e Melo, José Venâncio Alecrim, Manoel da Costa Alecrim, o padre José Genuíno Holanda Chacon, só para citar alguns (1983: 108-109).

entendimento não houve o cumprimento de uma lei moral já que o governo pregava a punição em defesa do sistema constitucional representativo. Uma postura de “paixões ruins” orquestradas por “frenéticos partidistas” que conspiravam para “arrancar de um povo *livre* suas instituições, suas garantias, sua liberdade, dota sua vida moral” (1983: 111, grifo do autor).

Nas considerações finais, ou conclusão do texto, são apresentados os grandes responsáveis, na sua versão, pelas perseguições e punições sofridas e por todos os males da província: a culpa seria da centralização do poder, através das medidas criadas pelos Saquaremas. Um partido que tinha a intenção de fortalecer o poder real, a partir de seus interesses, deixando o Brasil na desordem e na anarquia. Em sua opinião, enquanto membro do Partido Liberal, um sistema constitucional perfeito teria como base de sustentação *o saber, a civilização, a ordem e a riqueza*. Essa preocupação em manter *a ordem e a paz social* aponta-nos para um pensamento liberal, mais voltado para o político. Não há no texto uma preocupação com as questões sociais, como a escravidão²⁴⁸.

Não se pode esquecer que o livro foi escrito enquanto Machado ainda estava escondido, e, portanto, compreende-se o *lugar social* de produção de discurso. Compreende-se também o tom de revolta pelas perseguições sofridas, quando perdeu os cargos de Delegado e Juiz Municipal; entendem-se a paixão e as fortes críticas que faz ao governo legalista. Principalmente, em um contexto em que o Partido Conservador (ou Saquarema) havia ocupado, mais uma vez, o lugar principal nas decisões políticas em detrimento do Liberal (os Luzias). Na Paraíba, o partido dos *Baetas/arrocho* (Conservador) voltava à cena política, assumindo a maioria das cadeiras na Legislatura de 1848/1849, enquanto os *Rasgados* (Liberal) perdiam espaço no jogo político.

Sobre essas questões, assim se pronunciou:

E si de facto assim succedeu, não menos exactas foram as nossas apreensões a respeito da Parahyba, quando havendo uma completa

²⁴⁸ Mesmo em um determinado momento criticando a postura do presidente, que andava acompanhado por dois escravos e os fazia vender produtos nas ruas da capital, o que é considerado um atraso para Machado, a crítica é feita muito mais para desqualificar a postura do presidente do que uma preocupação com o trabalho escravo.

subversão nas presidências das províncias, em virtude da qual foram substituídos – Lusias por Saquaremas [...]. (1983: 39)

Por ter sido um dos participantes e/ou simpatizantes da Praieira, e ocupar cargos de status e prestígio social no contexto do movimento, Machado utiliza-se desses argumentos para legitimar o seu discurso. A sua produção merece ser observada como *o lugar* em que se tentou perpetuar uma visão da História. Deve ser observada como um documento-monumento. No texto, percebe-se um tom nos discursos que se pretendem falar com a autoridade de um deputado, de um magistrado, com a autoridade de quem conhece a “verdade” e precisa propagá-la para que ela ganhe cada vez mais efeitos de uma “verdade” eterna.

Ao longo da descrição do livro, a cidade de Areia, cenário da Praieira na Paraíba, é dotada de sentidos, numa perspectiva da constituição de uma identidade do Areense, legitimada pelas práticas de resistência dos liberais envolvidos no movimento. O relato biográfico ou autobiográfico, em parte, tem uma preocupação

[...] em dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessários. (BOURDIEU, 1996: 184)

O sentido é dar uma coerência aos relatos, dignos de serem lembrados e que por isso ganham destaque enquanto estratégia discursiva. O que se percebe na prática da produção de si, no discurso de Machado sobre a Praieira, é que se constitui uma memória fundada nos relatos de uma pessoa que participou diretamente, enquanto testemunha ocular dos fatos. Um registro que vai se materializando na memória com a “história do indivíduo e dos grupos a que pertence” (CASTRO, 2004: 11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

“Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.o de agosto de 1849”. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849. *Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930)* Relatórios dos Presidentes de Província – Disponível em Paraíba: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/para%C3%ADba> .

Livros e artigos

BARROS, Eudes. Repercussão na Paraíba da Revolução Praieira. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, 19, 1971, p. 9-11, 1971.

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2006.

CARVALHO, Marcus. A Praieira Revisitada: considerações sobre o debate. **Revista Almanack Braziliense**, 8, 2008, p. 52-55.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro; Forense-universitária, 1982.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de Si – Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MACHADO, Maximiano Lopes. **Quadro da Revolta Praieira na Província da Parahyba**. 2ª ed. João Pessoa: UFPB, 1983 (1ª edição 1851).

MACHADO, Maximiano Lopes. 'Espírito revolucionário – Pensamento Libertário' - Maximiano Lopes Machado e a Construção da História Paraibana. In: SÁ, Ariane Norma e MARIANO, Serioja (orgs.). **Histórias da Paraíba**: análises e autores sobre o século XIX. João Pessoa: CCHLA/UFPB, 2003, p. 101-116.

MACHADO, Maximiano Lopes. Em defesa da ordem e da civilização: o discurso liberal de Maximiano Lopes Machado. **Revista COPEX/FIP**, Patos, 2009, p. 1-12.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império de Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo e NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 181-206.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Justiniano José da Rocha: Cronista do regresso, historiador da reação - *Gabriel Abílio de Lima Oliveira*

No curso das disputas travadas pelos grupos que se articularam em busca das fileiras governamentais durante o período do Império brasileiro, as batalhas políticas constituíram-se como lutas de ideias, configurando uma rica e complexa arena de debates. Estes debates foram travados em dimensões variadas de um “espaço público” (HABERMAS, 1973) em construção (MOREL, 2005), como, por exemplo, as casas do legislativo e, sobretudo, a imprensa. Dentre as variadas pautas levadas ao púlpito da coisa pública, apareciam as demandas de um Estado nacional por se forjar, tais como a manutenção dos monopólios coloniais pela Monarquia e a quem caberia extensão dos direitos políticos e civis encampados pelo liberalismo *sui generis* que apontava no horizonte (PEIXOTO, 2001).

Entender a trama que envolve o debate político do oitocentos no Brasil é entender como agiram os atores deste teatro social e, entre eles, os representantes da elite letrada envolvida em atividades diversas como o jornalismo, a advocacia, a literatura, os cargos do Estado e até a arte de lecionar, posições que contribuíram para registrar as fontes que chegaram até os dias atuais. Assim, pensar a dimensão histórica de tal recorte é também atentar para a maneira através da qual aqueles agentes construíram sua visão dos fatos, muitas vezes intencionalmente, outras vezes em vista de demandas conjunturais, e, em todos os momentos, redigindo, dando vida a conceitos e ideias, valores e códigos em comum:

Na exegese do texto, o interesse especial pelo emprego de conceitos político-sociais e a análise de suas significações ganham, portanto, uma importância de caráter social e histórico. Os momentos de duração, alteração e futuridade contidos em uma situação política concreta são apreendidos por sua realização no nível linguístico. (KOSELLECK, 2006: 101)

O exercício desenvolvido na presente análise apoia-se nessa perspectiva, e as fontes pesquisadas consistem em textos redigidos no oitocentos, versando as mesmas sobre o século da monarquia brasileira, de autoria de Justiniano José da Rocha, importante jornalista do período. Buscou-se pensar a visão sobre as disputas políticas do Regresso construídas por Justiniano em dois momentos, no início de sua carreira,

entre os anos de 1836 e 1837, no periódico *O Chronista*, de oposição a Feijó; e, quando já era deputado, em 1855, no seu famoso panfleto “Ação, Reação, Transação”, o qual consolidou a interpretação Conservadora sobre o Império (1822-1855) na historiografia. Portanto, o destaque vai para a relação entre a construção dos conceitos a nível textual e a descrição de uma determinada realidade social, aspecto indissociável da dimensão semântica que um determinado recorte espaço-temporal adquire ao longo de sua análise enquanto fenômeno histórico. Inicialmente, é válido situar informações acerca da vida e da carreira do personagem em questão.

VIDA E OBRA

A maioria dos autores que se debruçaram sobre as efemérides da vida de Justiniano José da Rocha afirmaram que seu nascimento teria ocorrido em 1812 no Rio de Janeiro; alguns deles também levantaram dúvidas acerca dos nomes de seus verdadeiros pais (BLAKE, 1970:269; GUIMARÃES, 2007:74; MAGALHÃES JR., 1956:130). Contudo, atentando para os esforços de Elmano Cardim, em biografia escrita no ano de 1964, tem-se a data do verdadeiro natalício de Rocha: “Nascido em 28 de novembro de 1811 e não de 1812 como consta de todas as suas biografias (...)”. No que tange aos progenitores do referido personagem: “Alguns dos autores dão-no como filho do Capitão-mor José Joaquim da Rocha, prócere da Independência, eleito às Cortes de Lisboa, membro da Constituinte de 1823, Ministro do Brasil em Paris e Roma. Outros dizem-no filho de José Caetano da Rocha”. Entretanto, o autor aponta o erro de Raimundo Magalhães Júnior e esclarece a paternidade do jornalista:

[...] prosseguindo nas suas pesquisas, chegou o Sr. R. Magalhães Júnior à certeza do erro em que colaborava, conseguindo afinal a certidão de batismo de Justiniano nos arquivos da Faculdade de Direito de São Paulo, cujo curso ele frequentou de 1829 a 1833. Por esse documento, ainda não publicado, vê-se que Justiniano era filho legítimo de José Caetano da Rocha e D. Maria Luísa Muzzi, o que consta também do discurso do Dr. Tomás Alves, seu sucessor na cátedra da Escola Militas, pronunciado nas comemorações do trigésimo dia de falecimento do jornalista. Nesse discurso está também precisada a data de seu nascimento. (CARDIM, 1964:7)

Assim, a discussão mais completa acerca dos apontamentos da vida pessoal do jornalista encontra-se nessa biografia. No livro também se encontra a dúvida quanto

ao local de nascimento de Justiniano José da Rocha, que teria ocorrido na Corte ou na província de Minas Gerais (CARDIM, 1964:8-9).

No que se refere aos estudos, o jornalista cursou as primeiras letras no liceu Henrique IV, em Paris, onde, segundo rumores, recebeu elogios do rei Carlos X. Bacharelou-se em Direito pela faculdade de São Paulo em 1833, mesma província onde conheceria Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, em 1835. Exerceu advocacia, foi professor de História e Geografia no Colégio Pedro II e lente de direito da Escola Militar. Foi diretor do Correio Oficial, membro do Conselho de Instrução Pública da Corte, do IHGB, censor do Conservatório de Arte Dramática e deputado pela província de Minas Gerais nas quinta, oitava e nona legislaturas. Publicou livros de História, Geografia, Direito, além de traduzir importantes autores da literatura universal como Alexandre Dumas (BLAKE, 1970:269-273; CARDIM, 1964; MASCARENHAS, 1956:127-159; SOUZA, 1953:339-348).

Apesar de todas as ocupações exercidas durante sua vida, foi no jornalismo que Justiniano mais se destacou, por sua facilidade de redação e por seus textos combativos. No início de sua carreira, em 1836, fundou os periódicos *O Atlante*, juntamente com Firmino Rodrigues Silva e Josino do Nascimento Silva, e *O Chronista*. Ambas as folhas fizeram oposição à regência una do padre Diogo Antônio Feijó.

À parte de seu talento, Rocha foi acusado de escrever em troca de benefícios em dinheiro e até mesmo de escravos. Tal fato gerou muitas polêmicas e veio ao conhecimento do público quando do desentendimento entre Justiniano e o Marquês de Paraná nas sessões da câmara em 1855 (NABUCO, 1997: 199-205). Entretanto, ao que parece, as desavenças iam além de questões pessoais, pois Justiniano mostrara contrário-se à política da conciliação defendida por Paraná. Por isso, por sua posição aguerrida em favor do partido da Ordem, o jornalista ficou marcado na história do Brasil Império como pena a serviço dos conservadores: “Tinha, porém, em seu desfavor, a condição de haver sido quase sempre um jornalista governamental, interpretando a tarefa ingrata de intérprete do pensamento conservador e de defensor dos ministérios desta facção (...)” (MAGALHÃES JR, 1956: 128). Tal denominação não persistiu somente pela veia jornalística de Justiniano, mas também por sua contribuição à história, matéria na qual era versado e através da qual construiu uma das mais famosas interpretações sobre o período de início da construção do

Estado nacional brasileiro, interpretação essa consoante com a versão Conservadora da realidade monarquista e liberal do Brasil de então e que marcou época, deixou marcas e continua a ser analisada até os dias de hoje.

Como se pode perceber, o ator em questão esteve envolvido em duas atividades fundamentais para a construção das visões sobre a história política dos partidos monárquicos do Segundo Reinado. Sua ação foi intensa nas disputas na imprensa e não se resumiu a elas, transportando aquela história que ele mesmo ajudara a construir para uma espécie de síntese, metanarrativa de algo vivido e presenciado, imersa em dimensões temporais diversas, dirigidas por objetividade política e por sensibilidade histórica. Difícil mensurar qual dessas faces é mais incisiva neste trabalho histórico e jornalístico; entretanto, elas existem e merecem uma menção cuidadosa. Entre as crônicas do Regresso e a história da Reação, Justiniano deixava sua marca, sua opinião acerca de como havia sido aquele momento fundamental para a definição de uma política de Estado Saquarema (MATTOS, 1999). Seus escritos refletiam a preocupação com o bem comum, com a dimensão pública que se desenvolvia na nova cultura política bacharelesca e liberal (BERNSTEIN, 1998; CARVALHO, 1996). Entretanto, não se isentavam do pragmatismo político, o jornalista sempre estivera próximo de importantes estadistas, como Nabuco de Araújo e Paulino José Soares de Souza.

Portanto, é de suma importância para a presente análise situar o Regresso e o modo como o mesmo foi abordado por Justiniano e seus companheiros no periódico *O Chronista*. No turbilhão de polêmicas que envolvera o governo de Feijó, o jovem jornalista bradava seu repúdio ao Ministério e sua pretensa neutralidade política, em um momento confuso, onde *progressistas* e *regressistas* não estavam definidos de maneira clara.

CRONISTA DO REGRESSO

Entre os anos de 1837 e 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos, ferrenho opositor de Diogo Feijó e principal articulador do movimento que, mais tarde, seria caracterizado por Justiniano de Reação, justificava sua posição política. A fala do deputado mineiro ficou como um marco do Regresso, deixando uma incisiva justificativa relativa à sua mudança de posicionamento político (CARVALHO, 1999: 9).

Entretanto, o texto de Vasconcelos sintetizava um processo que se desenvolvia há algum tempo e envolvia discussões também acerca do termo Regresso. Em artigo do periódico *O Sete de Abril*, em 1836, uma das principais folhas de oposição à regência de Feijó, diferentes interpretações do termo apareciam e marcavam os posicionamentos políticos das personagens envolvidas:

[...] excomungou o sr. Evaristo ao *regresso* por nós aconselhado como meio de obstar aos males com que a precipitação nos ameaçava; e porque o *regresso* também significava voltar atrás, e n'este sentido póde diser-se synonymo de retrogradação, confundio *regresso* com retrogradação, palavra muito impopular no Brasil. Embora foi definido o *regresso*, embora forão invocados os escritores clássicos que usarão d'esta palavra na acepção de recurso – contra desacêrtos - ; o Dictador do Balcão não quiz admitir tal significação, nem autorisar os escritores a declarar o sentido que ligavão as palavras (...).²⁴⁹

Evaristo da Veiga, uma das figuras mais importantes ao lado de Diogo Feijó, leal ao padre regente por quase toda a vida, encampava acusações a Bernardo que, por sua vez, já revidava, deixando claro o significado do termo Regresso. Dois grandes nomes da imprensa e do parlamento, representando oposição e governo, utilizavam-se dos diferentes significados que uma palavra tão comentada à época poderia ter. Por um lado, destacava-se o aspecto negativo do “*regresso*”, sua ligação com um possível retrocesso nos “avanços” que o liberalismo moderado alcançara. Por outro lado, era invocado o argumento da necessidade de se reestabelecer uma determinada ordem perdida com a “revolução” e com os “desacertos”. Diferentes leituras do contexto político levavam a diferentes significações do mesmo. A partir do uso de um conceito dinâmico e plural construía-se os fatos e as visões em torno das disputas políticas. Tal conceito fora utilizado também por Justiniano no periódico *O Chronista*. Ao que parece, não só os aspectos positivos e negativos da palavra em evidência eram salientados, havia ainda a tentativa de um posicionamento neutro:

Algumas pessoas têm os redactores do CHRONISTA como affectos ao partido que este anno se tem desenvolvido na câmara dos deputados em opposição ao governo; manifesto engano é esse: os redactores do CHRONISTA não entendem de partidos, nem abraçam hoje qualquer partido que seja.²⁵⁰

²⁴⁹ *O Sete de Abril*, nº307 – 02/01/1836. (Grifos do autor)

²⁵⁰ *O Chronista*, nº 14 – 13/08/1836. (Grifos do autor)

Apesar de não usar diretamente a palavra Regresso, o texto passa uma ideia de imparcialidade. Entretanto, tomava-se o cuidado de inserir a dimensão temporal do “hoje”. Os redatores não abraçavam a causa de Vasconcelos naquele momento, mas, a situação poderia mudar.

Já em outro número, ainda que sem um posicionamento direto, a referência aos dois grupos políticos que se formavam era explícita ao comentar as atitudes dos candidatos às eleições de 1836 para a câmara dos deputados: “Todos elles são sectarios do *progresso* e do *regresso*, da monarchia e da democracia, da nobreza transmissível e do nivelamento das classes”²⁵¹. A julgar pelo artigo, os candidatos àquela legislatura já haviam se dividido em relação aos grupos que se delineavam no horizonte político, grupos estes que também já carregavam suas respectivas caracterizações ideológicas. Portanto, *progressistas* vinham sob os auspícios da “democracia”, enquanto os *regressistas* carregavam consigo o bastião da “monarquia”.

Os artigos acima foram escritos em setembro de 1836 e ainda professavam uma fé neutra do periódico, apesar da oposição ao regente. Pouco depois, a mudança parecia ocorrer, como aponta Elmano Cardim na sua análise sobre a folha periódica:

O jornal aparece como era de uso naquela época, com um lema: {Há no mundo quem tenha mais juízo que Voltaire, mais força que Napoleão – é o povo}. De começo não se filia a nenhum partido, mantendo-se independente entre Feijó e Vasconcelos, em luta aberta pela divergência com que se interpretavam as atribuições do Governo e do Parlamento. Mas não durou muito essa atitude distante dos partidos. Em outubro, desaparecia a legenda d’O Cronista, que assumia atitude de oposição ao Ministerio, secundando a campanha de Vasconcelos, Honório Hermeto e Rodrigues Tôrres, os três grandes chefes conservadores. Estava traçado o rumo partidário que Justiniano seguiria em toda a sua vida política.²⁵²

O texto de Cardim traz diferentes nuances do periódico e afirma a importância daquele contexto para a definição do posicionamento político de Justiniano. A imparcialidade invocada só fazia sentido em um primeiro momento, datando de outubro a definitiva tomada de posição ao lado de Vasconcelos, mesmo mês em que vinha um artigo relacionado a um processo do governo contra o *Sete de Abril*:

²⁵¹ *Ibidem*, nº 1 (2º trimestre) – 17/09/1836. (Grifos do autor).

²⁵² CARDIM, Dr. Elmano. *Justiniano José da Rocha*. RIHGB, v. 257, 1962; p. 93.

Mais um processo entre a imprensa e o governo, mais uma vítima das perseguições que se fizeram no principio d'este anno aos jornaes que não seguiam os votos dos *progressistas*, e que pensavam que a nau do estado em imminente perigo não estava entregue aos mais habéis pilotos.²⁵³

O destaque foi para o termo *progressistas* - estes estariam ao lado dos inábeis governantes e encampavam uma injusta perseguição ao:

[...] *Sete de Abril*, esse pigmeu-gigante, esse jornal que se apresentou em frente da opposição que então se movia, mas que ainda não se achava composta, nem tinha alistado soldados, esse jornal que tem um elemento de força em seu tamanho, e que segundo é fama tem sido n'estes últimos tempos dirigido pelas notabilidades do paiz [...].²⁵⁴

A liderança da folha era exaltada, bem como sua perícia em organizar a oposição para fazer frente ao governo. As diferenças entre Feijó e Vasconcelos se acirravam; o primeiro, *progressista*, não possuía habilidade suficiente para guiar a “nau do Estado”, e o segundo era um “elemento de força” - estando entre as “notabilidades do país”, seria, em contraposição, *regressista*? Apesar de não caracterizar o chefe d’*O Sete de Abril* de tal modo, a referência ao mesmo era elogiosa, e a Feijó cabia todo o repúdio. Como se sabe, o próprio Bernardo se dizia partidário do Regresso, e Justiniano o defendia das acusações.

Neste sentido, as argumentações contra o padre regente continuavam a se fiar nas folhas do *Chronista*: “(...) o gabinete tem desenvolvido uma política mesquinha, tem desprezado as melhores ocasiões em que podia mostrar-se ao Brazil como salvador”²⁵⁵. Logo após, vinha em destaque no texto: “*Os males vão em progresso*”²⁵⁶. Mesmo sem referência direta ao grupo *progressista*, a utilização do termo aparecia de forma pejorativa, tal como feito por Evaristo com o conceito de Regresso. Talvez fosse cedo para se declarar *regressista*, talvez Justiniano não simpatizasse com o termo, tal como Evaristo. Fato é que, tempos depois, com a renúncia de Feijó em 1837, ele deixaria *O Chronista* para se dedicar à redação do *Correio Oficial*: “Meus bons amigos – Havendo eu anuído ao honroso convite que pelo Governo acaba de me ser feito, para

²⁵³ *O Chronista*, nº 8 (2º trimestre) – 22/10/1836. (Grifo do autor).

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*, Nº 12(2º trimestre) – 05/11/1836.

²⁵⁶ *Ibidem*. (Grifos do autor).

tomar conta da redação do *Correio Oficial*, vejo-me na obrigação de despedir-me da colaboração d'*O Cronista*". E justificava a atitude:

Seria aqui ocasião oportuna de explicar-vos os motivos que me levaram a tomar sobre mim a árdua e honrosa, mas hoje tão desconceituada tarefa da redação do jornal oficial: mas para quê? Os que me conhecem far-me-ão justiça; os que me não conhecem voltarão de quaisquer preconceitos que tenham, quando virem a direção que pretendo dar àquela folha, que não seja mais uma sinecura, mas sim uma laboriosíssima e necessária publicação. – Persuadimo-nos, escrevi eu em um dos últimos números do nosso *O Cronista*, que o Governo atual servir-se-á das forças da imprensa para de acordo com as outras forças sociais reorganizar a sociedade brasileira. Foi essa persuasão que me levou a aceitar esse trabalho. (CARDIM, 1964: 97)

167

A crença nas capacidades do novo governo aparecia, bem como a consciência dos ataques que viriam pela atitude de se debandar para o lado do Ministério. Entretanto, a despedida não parecia ser definitiva:

Não é no entanto absoluta minha despedida, continuarei, se o quiserdes aceitar, a mandar-vos alguns artigos que sirvam para vossos apêndices, e se por ventura inesperada, imprevista borrasca acontecer-me no mar tempestuoso em que tenho de navegar, espero que em vossas colunas acharei porto hospitaleiro que abrigue o naufrago. (CARDIM, 1964: 98)

Dessa situação sairia a primeira caricatura política do Brasil, a "Rocha Tarpéia"²⁵⁷, cujo autor foi o artista, político e escritor Araújo Porto-Alegre, da primeira geração do romantismo brasileiro (PINASSI, 1999). O retrato de Justiniano, esculpido em uma rocha, trazia na testa o preço pelo qual ele teria se vendido ao governo, 3:600\$00 - três contos e seiscentos mil réis (MAGALHÃES JR, 1956:145). A caricatura saía em dezembro de 1837, no mesmo mês em que *O Chronista* dava seu parecer acerca do que viriam a ser o Progresso e o Regresso:

Si ligarmo-nos ao sentido natural das palavras, acharemos que o progresso exprime uma ideia *humanitaria*, uma ideia nobre, que quer dizer o andamento no caminho da ordem, da liberdade e da

²⁵⁷ A Rocha Tarpéia, na Roma do período republicano, era um sítio no Monte Capitólio, usado como local de execução dos traidores do Estado. Na mitologia romana, Tarpeia era a filha do guardião da Cidadela do Capitólio. A personagem traía os romanos ao permitir a entrada dos sabinos, liderados por Tito Tácio, em troca dos braceletes de ouro que estes carregavam. Entretanto, Tarpéia foi esmagada pelos escudos dos homens de Tácio e o lugar da execução levou seu nome. Toda a trama teria se iniciado em virtude do episódio denominado "O Rapto das Sabinas", onde os romanos teriam tomado as mulheres dos seus vizinhos sabinos.

civilização; o regresso deverá exprimir a ideia contrária. Como todavia as palavras não tem rigor mathematico em sua significação; como são sempre os partidos que, abusando da inclinação natural do homem á formular em uma só palavra uma serie de ideias e de opiniões, quer politicas, quer religiosas, baptisam as ideias que lhes são opostas, acontece quase sempre que essas designações não são claras e justas. Porque antes mal explicam o que pretendiam definir (...).²⁵⁸

A consciência da plasticidade dos conceitos e das múltiplas significações que eles poderiam tomar era a base da argumentação. A partir da preocupação com as autodenominações reclamadas pelos grupos políticos e o significado dos referidos termos, a dinâmica entre realidade e conceito era também uma preocupação dos redatores do periódico, mesmo que tal preocupação, de certo modo, estivesse relacionada às posições políticas destes exegetas. A análise dos movimentos políticos não parava por aí, vinha também a partir de uma concepção filosófica que, sinteticamente, se assemelhava à ideia de “ação” e “reação” que Justiniano apresentaria quase vinte anos depois em seu folheto:

A civilização do homem parece, por lei constante da natureza, estar sempre exposta a esses movimentos de fluxo e refluxo, de ação e reacção que presenciamos: cançados de soffrer os excessos d’um mal, reagimos contra elle, e a força da recção leva-nos ao excesso contrario, até que um espirito valente, uma vigorosa intelligencia se apresente e dê ao que está uma organização definitiva.[...] ²⁵⁹

Justiniano José da Rocha não estava mais na redação d’*O Chronista* em dezembro de 1837; entretanto, a julgar pelas idéias acima, suas contribuições não haviam cessado, tal como o jornalista havia deixado claro na carta aos seus companheiros. Continuando a análise, vinha a caracterização dos períodos de “reacção”: “A reacção hoje leva-nos ao monarchismo, como há 7 annos nos levava ao republicanismo (...)”. Tanto a abdicação do imperador Pedro I quanto o contexto relativo à renúncia de Feijó apareciam sob o rótulo de “reação”, deixando transparecer, já em 1837, a “falsa dialética” que caracterizaria “Ação, Reação e Transação” (JANOTTI, 1979: 8). Na sequência do texto, viria a questão principal: “Mas serão realmente o governo e a imprensa *regressistas?*”, seguida da resposta:

²⁵⁸ *O Chronista*, nº 118 – 02/12/1837.

²⁵⁹ *Ibidem*.

Não, si attendermos a toda força da palavra, sim, quanto á imprensa com algumas explicações. D'esta luta excluamos primeiramente o governo, que elle não é nem deve ser de algum dos dois partidos; elle é e deve ser conservador, deve aceitar e conservar todas as instituições do paiz.²⁶⁰

Desta vez, o governo deveria sair acima das paixões, seria “conservador”, e a imprensa, *regressista*, mas em que termos?

(...) a par dum grande pensamento de liberdade e de ordem, a imprensa propaga e regula o espirito monarchista tão decahido. Si isto é *regresso*, a imprensa é *regressista*: mas isto nunca foi nem pode ser regresso, n'isto não há realmente sinão desejo de melhoramento, de perfeição, de civilização: - e isto é que é *progresso*.²⁶¹

Argumentação astuciosamente retórica. Entre os significados literais e políticos dos termos discutidos arranjava-se uma maneira de se desvencilhar das paixões partidárias e transformar o “regresso” em “progresso”. O movimento *regressista* seria, portanto, o progresso da monarquia e da civilização brasileiras. Independentemente das paixões políticas, o governo era travestido de “conservador”, e, na imprensa, vislumbrava-se o “progresso”, não o dos *progressistas* perseguidores do *Sete de Abril*, mas de uma imprensa que se colocava lado a lado de Vasconcelos, o principal articulador e defensor do Regresso Conservador.

Diante de toda a trama envolvendo o referido contexto e seus protagonistas, cabe ressaltar que os termos relacionados aos grupos políticos apareciam quase sempre em destaque, tanto n' *O Sete de Abril* quanto n' *O Chronista*, evidenciando a importância dos conceitos de Progresso e Regresso para a situação vivida. No curso das batalhas políticas na imprensa, a identidade do Regresso Conservador constituía-se conceitualmente a partir do enriquecimento semântico do próprio termo.

Portanto, imerso nas disputas pelo governo, na construção de projetos e visões sobre a história do recém-independente Estado nacional brasileiro, aparecia Justiniano como um dos cronistas do Regresso Conservador. Jovem e em meio a figuras já experientes no jogo político, o ator aqui analisado corroborava para adensar o arsenal oposicionista na imprensa e começava sua carreira como um dos responsáveis pela

²⁶⁰ *Ibidem*.

²⁶¹ *Ibidem*.

definição das fronteiras ideológicas das disputas políticas regenciais. De um começo dinâmico e complexo, Justiniano passaria a outro estágio de sua carreira cristalizando o período vivido como uma reação necessária à “desordem” que assolava o país.

A HISTÓRIA DA REAÇÃO

O folheto “Ação, Reação e Transação” marcou a consolidação de uma importante parte da história do Brasil Império; sua interpretação cobre o período de gênese do Estado nacional brasileiro e marca uma visão Conservadora das disputas políticas desses anos. Ao longo dos anos, a historiografia sobre o Império baseou-se neste opúsculo e muitas análises do texto foram feitas (BARMAN, 1973; GUIMARÃES, 2007; NABUCO, 1997; TORRES, 1998). Na argumentação, a estrutura pretensamente baseada na idéia da dialética hegeliana (JANOTTI, 1979) sugere uma linha evolutiva das lutas políticas do período que vai da Independência, em 1822, até a chamada Conciliação, em 1855. As especulações acerca do verdadeiro motivo pelo qual Justiniano teria escrito “Ação, Reação e Transação” geraram opiniões divergentes ao longo das análises que se ocuparam do opúsculo. Alguns autores consideram o panfleto como obra apologética à política de conciliação do Marquês de Paraná, como Elmano Cardim (CARDIM, 1962: 112) e Raimundo Magalhães Jr. (MAGALHÃES, 1956: 146). Outras análises afirmam que o conteúdo do texto seria de críticas à política de Honório Hermeto Carneiro Leão; com esta perspectiva encontram-se os textos de Roderick Barman (BARMAN, 1973), Lúcia Paschoal Guimarães (GUIMARÃES, 2007) e Hélio Viana (VIANA, 1959: 29).

Apesar das discordâncias entre os autores, o texto fora escrito no calor das discussões entre Justiniano e Paraná, e, logo no início de “Ação, Reação e Transação”, tem-se: “Oh mesquinhez do espírito humano! a uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo de ideias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos indivíduos, e a isso chamaram – conciliação”. O jornalista, então deputado por Minas Gerais, entendia a perspectiva de Honório Hermeto como um cálculo de interesses pessoais e continuava: “Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados (...)” (MAGALHÃES JR., 1956: 164). A Conciliação não parecia ser a esperada fase de “Transação”, caracterizada pelo “(...) arrefecimento das paixões; quietação no presente, ansiedade do futuro (...)” (MAGALHÃES JR., 1956: 165).

Justiniano, inveterado Saquarema, não aceitava a abertura de Paraná aos então Liberais e demonstrava isto em seu folheto; tal desfecho era a parte de sua visão política, sua e de outros Conservadores, como Nabuco de Araújo (GUIMARÃES, 2007).

Deste modo, o texto apresenta um teor controverso e polêmico, sendo documento histórico e artigo laudatório, deixando transparecer a dimensão das lutas políticas no Império, bem como uma perspectiva cronológica e evolutiva que se estendia de 1822 a 1855. Em sua dimensão de texto histórico, “Ação, Reação e Transação” possui impressões individuais e marcas do contexto em que fora confeccionado. Para a presente proposta, cumpre salientar de que modo o Regresso Conservador aparece no escrito de Justiniano.

Logo no título da parte referente à Reação, o autor salienta: “Terceiro Período – 1836 a 1840. Luta da Reação” (MAGALHÃES JR., 1956: 189). O referido espaço de tempo era justamente aquele em que alguns dissidentes da ala moderada se articularam em torno do compromisso *regressista*. Naquela época Justiniano fizera oposição ferrenha a Feijó, sendo de grande ajuda para a subida de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao Ministério em 1837. No folheto, vinha a caracterização do governo do padre regente:

Era impossível que a fraqueza do govêrno, compensada pelos seus excessos, não adiantasse consideravelmente a educação política do Brasileiro, e não infundisse em alguns corações patrióticos, a par dos desgostos da atualidade, uma como saudade do passado, um como pesar de o haver comprometido. (MAGALHÃES JR., 1956: 189)

Neste momento, em 1855, o governo regencial já era parte do passado e o autor não era mais um jovem jornalista, mas um experiente político Conservador. A crítica vinha acompanhada do caráter de inevitabilidade daquela crise e não era mais uma ácida e ferrenha desqualificação dos ministérios do padre regente. Para além do caráter pedagógico que tomava o período da Reação, o texto traz ainda impressões sobre a dinâmica dos grupos políticos regenciais, incluindo a figura do monarca e da própria Monarquia portuguesa:

A morte do Sr. D. Pedro I dissipou os receios de restauração, que, geralmente considerada como o maior dos perigos a que podia estar exposta a nação, exercia a mais fatal pressão sobre os espíritos. O partido dominante, que até então não podia dividir-se, quaisquer que fossem os germes da divisão que em seu seio existissem, sentiu-se

desafogado; cada um dos seus membros pôde consigo próprio consultar o seu dever, e atender à inspiração da própria consciência; e a nação, divorciada dos conservadores em ódio à restauração, pôde adotar os seus princípios políticos, confundir-se, identificar-se com eles. (MAGALHÃES JR., 1956: 191)

O distanciamento temporal agora evidente auxiliava na construção da visão histórica do período em questão, os protagonistas apareciam de modo mais claro e a herança portuguesa invocada como um auxílio à restauração da instituição monárquica no Brasil. Em sequência a este comentário, vinha a imagem de Bernardo Pereira de Vasconcelos como “um dos mais notáveis estadistas de então”, e completava: “(...) hasteou êle na câmara a bandeira do regresso” (MAGALHÃES JR., 1956: 191). O grande articulador da Reação obtinha ali os louros por seu esforço, sendo identificado como responsável pelo início do movimento restaurador.

Outro marco destacado por Justiniano em seu texto é a queda do regente Feijó: “Com a retirada do regente, com a formação de um novo ministério, saído do grêmio da oposição parlamentar, começaram a fazer-se nos hábitos públicos, na linguagem oficial, e nas leis, as mais importantes modificações” (MAGALHÃES JR., 1956: 195). Crucial para o sucesso e a continuidade da linha histórica traçada nessa interpretação eram a figura de Vasconcelos e a queda de Feijó, agora não mais como figuras de combate ou apoio, mas personagens de uma trama com enredo e desfecho demarcados. É assim que termina a parte de “Ação, Reação e Transação” que trata do período do Regresso, uma conclusão permeada por uma narrativa histórica, linear e, novamente, como em artigo d’*O Chronista*, com ares de superação das paixões políticas:

A ação democrática havia triunfado em 1831; que importam seus instrumentos, as paixões, os interesses que lhe deram o triunfo? A reação monárquica triunfou em 1840; que importam seus instrumentos, as paixões e os cálculos que lhe deram o triunfo? A grande lei do progresso achou-se cumprida; foi essa a segunda fase da luta; era tão necessária como a primeira, tão necessária como a terceira. (MAGALHÃES JR., 1956: 195)

A história subsumia as paixões e as disputas políticas, transformava as rugas entre *progressistas* e *regressistas* em partes inevitáveis de uma linearidade. O que importava agora era construir uma história de certo Regresso, que se tornou Reação e cumpriu a lei de outro “progresso” que não era mais aquele perseguido por

Vasconcelos e pelo próprio Justiniano, um progresso conciliador e atenuante diante das modificações pelas quais passava a política Imperial à época do ministério Paraná, com o qual o próprio autor aqui analisado havia se desentendido.

Vinte anos após se declarar distante das paixões políticas dos *regressistas*, o jornalista demonstrava sua visão histórica dos fatos, sem se esquecer-se das opiniões pragmáticas. Em 1837, Feijó estivera na berlinda, sendo duramente criticado. Em 1855, era a vez de Paraná. No primeiro momento, Vasconcelos era figura de proa com a qual se identificava Justiniano, já na Conciliação, o senador Nabuco de Araújo parecia ser a influência principal (GUIMARÃES, 2007; NABUCO, 1997: 199-205). Assim, a trama da política imperial era tecida, bem como a história da Reação monárquica. O cronista Justiniano, fiador dos conceitos, encontrava-se na tormenta das lutas, entre a sua veia passional e a análise acurada da história política recente do Império brasileiro. Apresentava a organicidade de seu pensamento, mas, cumpria os compromissos que o pesado fardo da pena Conservadora lhe impunha.

**

Ao longo desta breve análise versando sobre a questão relativa ao modo através do qual o Regresso aparece descrito por um de seus principais jornalistas, é válido destacar o fato de diferentes discursos, construídos também em momentos diferentes, contribuírem para o enriquecimento e a ampliação da visão histórica sobre um mesmo contexto. É justamente no curso das argumentações e das construções de códigos políticos e sociais que os recortes espaciais e temporais surgem como partes fundamentais da história como disciplina: “(...) os processos de permanência, transformações e inovação são compreendidos diacronicamente ao longo da série de significados e dos usos de um termo determinado” (KOSELLECK, 2006: 107). Tendo o Regresso como um período permeado por modificações e pelas ideias de restauração, é imprescindível a sua caracterização como uma realidade histórica multifacetada, construtora e constructo da dinâmica inerente aos conceitos. No caso da presente proposta, discurso político e discurso histórico estiveram em evidência, bem como a ação de jornalista e historiador de Justiniano José da Rocha, suas redes pessoais e sua visão dos fatos. Tais questões concorrem para o redimensionamento e a redefinição

dos aspectos de um período conturbado e, muitas vezes, relegado a uma simples transição na historiografia sobre o Império brasileiro.

Enfim, no exercício da exegese textual, percebe-se que escrever a história significa, fundamentalmente, pensar as diferentes dimensões da realidade construídas no espaço e no tempo; buscar a gênese dos aspectos relacionados ao contrato coletivo das sociedades, sem esquecer o papel fundamental aí exercido pelo indivíduo. Esta tarefa só pode se realizar mediante a construção e utilização dos conceitos, pois “(...) los conceptos permiten guardar y retener las experiencias incluso cuando éstas ya se han desvanecido” (KOSELLECK, 2004: 28). A apreensão das experiências humanas, individuais e coletivas, dá-se pela dinâmica entre a realidade extratextual e sua representação linguística; neste processo, ambas as dimensões constroem-se na medida em que também se modificam. Daí a importância dos registros deixados pela testemunha ocular dos fatos políticos, no presente caso, cronista do Regresso e historiador da Reação, evidenciando a complexidade dos contextos e a polissemia dos conceitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARMAN, Roderick J. Justiniano José da Rocha e a época da conciliação. Como escreveu ação; reação; transação. **RIHGB**, v.301, 1973.

BLAKE, Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

CARDIM, Dr. Elmano. Justiniano José da Rocha. **RIHGB**, v. 257, 1962.

_____. **Justiniano José da Rocha**. São Paulo: Nacional, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: A elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 71-91.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A falsa dialética: Justiniano José da Rocha. Trabalho apresentado no Xº simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História, Niterói – RJ, julho de 1979, p. 3-17.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio; 2006.

_____. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. In: SEBASTIÁN, Javier F. Y FUENTES, Juan Francisco (eds.): **Historia de los conceptos**. Ayer, 53, 2004, p. 27-45.

MAGALHÃES JR., R. **Tres panfletarios do segundo reinado**. São Paulo: Nacional, 1956.

MASCARENHAS, Nelson Lage. **Um jornalista do império**: Firmino Rodrigues Silva. São Paulo: Nacional, 1961.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Vol. 1.

PEIXOTO, Antônio Carlos. **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

PINASSI, Maria Orlandi. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**. São Paulo: Ed Unesp; 1999.

SOUZA, José Antônio Soares de. Cartas de Justiniano José da Rocha ao Visconde do Uruguai. **RIHGB**, v. 220, 1953.

TORRES, Valéria Aparecida Rocha. **Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial**. Campinas, SP: 1998. Dissertação (mestrado).

Januário da Cunha Barbosa na “Galeria de heróis da pátria” do IHGB - *Bianca Martins Queiroz*

Fundado no ano de 1838, O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro contribuiu para o projeto de consolidação do Estado Imperial brasileiro, que dava seus primeiros passos e necessitava de um passado adequado que lhe garantisse identidade própria frente ao conjunto mais amplo das nações (GUIMARÃES, 1988: 8). O projeto historiográfico desenvolvido na instituição foi profundamente marcado por essa conjuntura política, visto que a maior parte de seus membros constituía-se de notórios homens públicos. A conjuntura do período regencial e dos primeiros dias do Segundo Reinado, repleta de disputas políticas, não se apresentava como propícia para que viessem à tona determinados acontecimentos recentes e contraditórios. Sobretudo se esses acontecimentos evoluíssem personalidades em plena militância político-partidária (GUIMARÃES, 1995: 515). Assim, os intelectuais que estiveram à frente do IHGB responsabilizaram-se por selecionar os acontecimentos do passado mais adequados à consecução do projeto de legitimação monárquica. Forjaram, dessa forma, uma linha de continuidade entre o império lusitano e a monarquia brasileira, apresentando o processo de independência como natural, sem traumas, nem rupturas. O passado começou a ser visto, neste momento, como um campo de experiência, que, iluminado pelo presente, traria a figura total de uma identidade. Nesse sentido, a Independência tornou-se um marco, um evento a partir do qual todo o passado colonial poderia ser compreendido como a formação da nacionalidade (ARAUJO, 2003: 172).

Os intelectuais do Instituto esmeraram-se na produção da memória nacional. Como parte desse projeto, organizaram uma “*galeria de heróis*”, de personalidades que deveriam ser cultuadas pelos serviços prestados à glória da pátria. Nessa busca de “*brasileiros ilustres*” a atividade literária foi um fator primordial de distinção. A publicação das biografias, enquanto reconstituições vivas do passado, possuía um claro sentido pedagógico, através da divulgação de “*vidas exemplares*”. O exemplo dos “*grandes homens*” deveria ser contagioso, fazendo surgirem novos exemplos, ou, ao menos, servindo como guia moral e cívico (ENDERS, 2001: 8).

Januário da Cunha Barbosa, sócio fundador e primeiro Secretário Perpétuo do IHGB, figurou nesta “*galeria de heróis*”. Foi sacerdote, orador sacro, literato, poeta, professor de filosofia, jornalista e político (PORTO ALEGRE, 1847: 152; SIGAUD, 1847: 190). Homem polêmico e multifacetado, atuou na Maçonaria, participou dos conflitos independentistas e foi responsável pela redação de vários periódicos. Destacando-se no púlpito, nas lides jornalísticas, na cátedra, nas letras, no exercício de cargos de direção e na condução de diversos trabalhos administrativos, Januário acumulou, ao longo de sua vida, diversas graças e distinções nacionais – dentre elas, o Hábito e a Comenda da Ordem de Cristo e da Rosa e o Oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro – e também estrangeiras, como a Real Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa (Portugal) e a de Francisco I, de Nápoles. Integrou várias sociedades literárias no Brasil, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o já citado IHGB, e ainda diversas outras estrangeiras – dentre elas o Instituto Histórico de Paris, a Arcádia de Roma, a Real Academia de Ciências de Nápoles e a Sociedade Geográfica de Berlim (IPANEMA, 1997: 206).

Além de exercer diversas atividades, Januário teve considerável produção intelectual: foi autor de mais de cem sermões religiosos, diversos artigos de periódicos, poemas, traduções, biografias e também textos historiográficos.

Utilizaremos alguns dos apontamentos biográficos publicados na *Revista do IHGB* a respeito deste indivíduo para analisar a construção da imagem que se formou em torno do mesmo, louvado por seus talentos literários e políticos. Através do exemplo de Barbosa, poderemos observar não apenas a maneira como o Instituto contribuiu para dotar a pátria de um passado adequado, repleto de valorosos servidores, mas também como essa instituição definiu sua própria identidade frente à conjuntura política do período.

O IHGB como um “lugar de memória”

Logo na sessão inaugural do Instituto, que ocorreu a 21 de outubro de 1838, Januário da Cunha Barbosa traçou um sombrio quadro acerca do desenvolvimento dos estudos da história da pátria, entregues às interpretações de autores estrangeiros. Em seu discurso, além de tecer uma série de reflexões sobre a importância do culto a Clio, concluiu que a Academia deveria chamar para si o encargo de escrever uma história

nacional única e coerente (BARBOSA, 1839: 9-18). Tal discurso é citado por diversos autores como um dos pilares da gênese da historiografia brasileira (GUIMARÃES, 1995:507).

A partir de então a instituição responsabilizou-se por salvar e eternizar tudo aquilo que fosse suscetível de se tornar memorável, cuja definição dependia de uma série de disposições teóricas e pressupunha também um certo número de procedimentos metodológicos que abrangiam um campo que começava com a descoberta das fontes e se estendia até a produção textual (CEZAR, 2004:14).

Dentre os 27 fundadores da instituição, 14 eram homens públicos, cuja influência ultrapassou os limites das benesses ou do prestígio que eles carregaram dentro do Instituto. Assim, orientado pelos homens que estiveram à frente dos acontecimentos de 1822, o IHGB começou a tecer a memória de um país recém-separado da metrópole e que carecia de unidade (GUIMARÃES,1995:515).

Estes indivíduos foram responsáveis pela orientação e a consecução de todas as atividades da instituição. Seus trabalhos não se limitaram à organização da “*memória de papel*”, tampouco às atividades em que pesassem a erudição e o cuidado com a pesquisa documental (GUIMARÃES,1995:516). Através deles, constituiu-se a “*Memória*”, como foi definida por Pierre Nora (1993:15): “a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” Segundo este autor:

Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria... Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993:13)

De acordo com Pollak (1989:3), os “*lugares de memória*” apontados por Nora (os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seus estilos, as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e os costumes, certas regras de interação, entre

outros) podem ser considerados como os indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo. Memória esta estruturada por suas hierarquias e classificações, responsável pela definição do que é comum a um grupo e do que o diferencia dos outros. Nessa operação, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

A idéia da formação de um “gigantesco estoque de material” pode ser encontrada já no primeiro volume da *Revista*, em um ensaio publicado por Januário da Cunha Barbosa (1839:109), denominado “*Lembranças do que devem procurar os sócios (...) para remeterem à sociedade central*”. Segundo ele, as biografias de brasileiros ilustres figuravam entre os testemunhos dignos de destaque, assim como cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos, notícias dos costumes indígenas, entre outros.

A “necessidade de recordar” foi orientada pelas condições originais com que os integrantes do IHGB dialogaram com as circunstâncias históricas do período, sobretudo o grupo dos políticos, questão que se deslocava do plano intelectual para o da ação política. Deste patamar, foram tomadas as decisões de tornar públicos certos documentos, arquivar fontes cuja veiculação prejudicasse a imagem de determinados sócios e censurar obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso. Procurava-se, assim, para a construção da memória do Império, selecionar no “vertiginoso repertório” do passado os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A organização das lembranças era norteadada pela necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822, que se encontrava fragilizado pela falta de unidade das províncias e pela vacância do trono, a qual se estendia desde a Abdicação (GUIMARÃES, 1995:516-7).

Como parte desse projeto de construção da memória da nação, o Instituto assumiu a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas. Para tanto, deu início à organização de uma galeria ordenada de homens ilustres, colocando-os em uma disposição espaço-temporal adequada, para que fossem percebidos de forma nítida por aqueles que quisessem seguir seus passos no caminho da “*honra e da glória nacional*” (CEZAR, 2004:26). Segundo Januário da Cunha Barbosa, “a história é um fecundo seminário de heróis”, e, através da vida dos grandes homens, se aprenderia a conhecer as aplicações da honra, a apreciar a glória e a afrontar os

perigos. Assim, se alguém praticou um ato “digno de ser escrito” os historiadores do IHGB estariam prontos pra registrá-lo (CEZAR, 2004:23-4). Ocorre, a partir de então, no interior desta instituição, um processo denominado por Lúcia P. Guimarães (2001:280) de “memórias partilhadas”, que se constitui na produção de narrativas escritas, que tomam forma dentro de um quadro de significado que lhes é dado pelo grupo onde são produzidas. Dentro desse quadro, a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, na medida em que ela é também um fator extremamente importante para o sentimento de continuidade e coerência de um grupo (POLLACK, 1992:200-12).

O próprio Instituto Histórico, enquanto instituição, encarnou muitas vezes a figura de um herói que seria um agente coletivo. Seus gestos heroicos diziam respeito a sua fundação, e suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e em construir uma memória nacional (CEZAR, 2004:23).

No segundo número da *Revista*, a preocupação biográfica aparece através da rubrica intitulada “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc.”. Mas essa seção não esgotava toda a obra biográfica deste periódico, que passou a publicar também “esboços biográficos” ou “elogios” pronunciados por ocasião do falecimento dos membros da instituição. O “panteão de papel” erigido pela *Revista* do IHGB e pelos inúmeros dicionários biográficos publicados no Segundo Reinado, não foi uma simples réplica da tendência internacional do culto aos grandes homens. Estava de acordo com as leis gerais que passaram a orientar a história do Brasil como sucessão de fatos e como narrativa, e que foram definidas por Martius em nome do Instituto (ENDERS, 2001:2). O IHGB adotou a noção de homem ilustre elaborada pelas academias iluministas. “*O grande homem das luzes*” além de dispor de uma série de méritos, se distinguiria do herói singular pelo fato de pertencer a uma “*república de talentos*”, ou seja, a uma coletividade de cidadãos notáveis (ENDERS, 2001:1-3).

A seção dos “*Brasileiros ilustres...*” da *Revista* do IHGB segue a regra dos dicionários do período, encarregados de salvar do esquecimento tais homens ilustres. Entre 1839 e 1888, 118 personagens foram nela destacados. E embora a seção às vezes desapareça da revista, como, por exemplo, entre 1852 e 1856, isso não impede que sejam publicados artigos biográficos ou necrológicos minuciosos, que também

possuíam a função de exaltar a memória dos grandes vultos da pátria (ENDERS, 2001:4).

A galeria de heróis nacionais que o IHGB visava a construir possuía raízes no período anterior a 1822. Dignos de figurar na galeria de vultos “distintos por letras, armas, virtudes, etc.” seriam todos aqueles que, mesmo não sendo “brasileiros por nascimento”, o eram por suas “ações gloriosas e por haverem passado grande parte de sua vida neste País”. A relação dos biografados compõe-se de uma mistura de brasileiros e portugueses, fator responsável por reforçar as linhas de continuidade e legitimidade da monarquia brasileira (GUIMARÃES, 1995:522).

O exemplo de Januário da Cunha Barbosa

Logo após seu falecimento²⁶², o discurso fúnebre proferido por Manoel Araújo Porto-Alegre em seu sepultamento é lido na 145ª sessão do IHGB realizada em 8 de março de 1846 (RIHGB, T. VIII, 1846:145-151). Nesta mesma sessão, Porto-Alegre apresenta a proposta de confecção do busto do cônego, que seria inaugurado em cerimônia solene juntamente com o de Raimundo José da Cunha Matos. Sua proposta é aceita unanimemente e sem discussão.

Em seu discurso, Porto-Alegre (1846:145) preocupou-se principalmente em exaltar as qualidades intelectuais e patrióticas de Barbosa. Logo de início, lamenta que quase um quarto de século depois da consumação do “fato estrondoso” da criação do Império do Brasil, a morte arrebatou um dos “principais atores dessa cena grandiosa”.

Já não existe aquele que nessa época de entusiasmo propôs ao novo soberano do Brasil o título de Imperador, e que, no meio do terror das baionetas, erguia a sua voz impávida para anatematizar uma política opressora, que sonhava reconquistar na América um passado irreparável, e pendurar os grilhões coloniais no sólio onde se haviam sentado reis, e de onde emanaram fatos, que impossibilitavam um regresso à escravidão. (PORTO-ALEGRE, 1846:145)

Ainda referindo-se à criação do Império, afirmou que o “glorioso desfecho de uma peripécia tão brilhante” não foi bastante para a “alma ardente e criadora” de Barbosa, que, “envolto no turbilhão, trabalhador incansável, dia e noite se afanou para fazer avultar a obra, para leva-la à sua possível perfeição.” Seus esforços levaram o

²⁶² Januário da Cunha Barbosa faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1846, aos 66 anos de idade.

nome da pátria às regiões mais longínquas da Europa pelo contato que estabeleceu com as diversas sociedades literárias e científicas europeias. Sua vida, dividida entre o “altar e a pátria” foi “triunfal” e “brilhante” a sua carreira (PORTO ALEGRE, 1846: 146).

Vinte e seis títulos honrosos adornam a sua memória! Em dezoito congregações ilustres foi seu nome proclamado como de um sábio nos países estranhos, pois que no nosso de há muito havia conquistado os inalteráveis direitos que lhe asseguravam os grandes fatos da sua vida, a sua eloquência como orador sagrado, os seus vastos conhecimentos, e sobretudo, os padrões de glória que levantara à nossa terra, já ilustrando a memória de seus finados beneméritos, já coordenando as cordas esparsas da lira brasileira, e todo esse vulto literário que criara na formação e correspondência do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. (PORTO ALEGRE, 1846:148).

O parlamento perdeu uma “notabilidade conhecida nos dois mundos; um homem que conquistou seus títulos de mérito com um estudo apurado, com documentos traçados pelo seu próprio punho”. A Sociedade Auxiliadora perdeu “o agente incansável de sua missão... infatigável na propagação dos conhecimentos úteis à lavoura, horticultura, indústria e artes mecânicas.” E o IHGB perdeu “seu maior apoio, a coluna monumental de sua fundação.” Ele era o “piloto que dirigia do fundo do gabinete” as viagens científicas, “o depositário que recolhia e espalhava os tesouros ocultos de nossos anais, o mais zeloso conservador de sua glória e de sua existência.” (PORTO ALEGRE, 1846:148-9).

No dia 6 de abril de 1848, o Instituto Histórico realizou uma cerimônia para inauguração solene dos bustos de seus dois fundadores, Januário da Cunha Barbosa e Raimundo José da Cunha Matos. Essa cerimônia apontada como a “primeira do gênero em nosso país”, contou com a participação de mais de 400 espectadores, tanto nacionais como estrangeiros. A ela compareceram o Imperador, ministros e conselheiros do Estado, senadores, deputados, grande parte do corpo diplomático e consular, médicos, advogados, militares, religiosos de todas as ordens e literatos de diversas nações. A sessão teve início com o discurso do presidente do Instituto, Candido José de Araújo Vianna, que colocou sobre os bustos coroas de pau-brasil. Tal discurso inicia com o enaltecimento da idéia de fundação desta “associação literária” que partiu de dois “distintos Brasileiros” (RIHGB, T. XI, 1848:216).

E chega à sua conclusão enaltecendo novamente a figura dos fundadores, “varões respeitáveis” por suas virtudes, cujas imagens devem inspirar o amor às letras, bem como a devoção à pátria e à monarquia (RIHGB, T. XI, 1848:218).

A cerimônia prossegue com outro inflamado discurso, desta vez do orador do Instituto, Manoel de Araújo Porto-Alegre, que logo de início assinala a importância do culto aos beneméritos. Afirma ser, dentre “todas as oblações consagradas ao homem”, as mais nobres “e as que entram no domínio do heroísmo, as honras conferidas aos mortos”. Pois:

Um povo se retrata todo inteiro nas honras que confere aos seus mortos ilustres. As nações que entregam ao vento as cinzas dos seus beneméritos não têm futuro: são raças barbarizadas, cuja pátria é um vasto mercado, cujo berço é um balcão, e a vida uma cadeia tecida de anéis terrenos; são homens que fazem consistir toda a sua glória, toda a sua felicidade num pouco de metal: um sórdido e limitado horizonte circunscreve-lhes o universo de suas mais altas aspirações; e o templo do seu Deus, o altar de suas adorações se resume nas tábuas azinhavradas de uma criminosa gaveta. [...] Nos columbários, nos cemitérios, nas sombrias naves de verdura e de mármore, é que um povo encontra os títulos de sua glória legítima: a lista dos óbitos é o grande índice dos fastos da humanidade. (PORTO ALEGRE, 1848:219)

Em seguida refere-se a Barbosa como “*governador justiceiro e vigilante, deputado ilustrado, repertório vivo de consultas nos altos tribunais e comissões a que pertenceu, poeta contemplativo diante da natureza*”. E prossegue louvando sua vasta erudição, suas qualidades de sacerdote, professor de filosofia e político (PORTO-ALEGRE, 1848:229-32).

Mais um discurso é proferido “Sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil” pelo sócio correspondente José Feliciano de Castilho. A cerimônia é apontada por este autor como um “espetáculo augusto”, como um grande acontecimento, capaz de congregar no mesmo recinto “o monarca, o sábio, o artista, o filósofo, os que dirigem a nau do Estado, os que representam as civilizadas potências”. Celebrava-se no Brasil a inauguração de uma nova era, representante da “vitória de um século ilustrado sobre os preconceitos de antigos tempos” (CASTILHO, 1848:259). Novamente, a importância do culto aos beneméritos é assinalada como um “termômetro da verdadeira grandeza de um povo”, capaz assegurar a imortalidade das nações: “Essas duas são as fontes de onde

dimana o crédito e a imortalidade das nações: - proteção aos seus homens grandes, enquanto vivos, depois apoteose de mortos!” (CASTILHO, 1848:265).

Neste discurso, a importância dos monumentos à memória é novamente evocada:

Dessa proteção ilustrada são opulentos herdeiros os povos que os protegidos honraram com suas obras: a imortalidade de um povo resulta da imortalidade de seus gênios. As gerações passam, mas ficam os monumentos de pedra, do livro, do nome; esses transcendem gloriosos os séculos, e servem não raro de escudo a nacionalidade. (CASTILHO, 1848:264-5)

Conclui seu discurso afirmando ter o Brasil conseguido alcançar as “condições sociais” que lhe garantissem a imortalidade, através da proteção que o monarca desvelava às letras e às ciências, e do culto aos grandes vultos realizado pelo Instituto (CASTILHO, 1848:266).

Como podemos observar, os discursos proferidos nesta cerimônia solene (que contou ainda com a leitura dos elogios históricos a Januário da Cunha Barbosa, proferido por Francisco de Paula Menezes, e a Cunha Matos, proferido por Francisco Manuel Rapozo de Almeida) possuíam muitos pontos em comum, como a exaltação da idéia de fundação do Instituto e de seus idealizadores; a importância do culto aos beneméritos para a glória da pátria; e a necessidade da criação e da manutenção de monumentos à memória a fim de dar ao presente e ao futuro os exemplos a serem seguidos. Outro aspecto comum destes discursos é o destaque dado à proteção imperial com que contava o Instituto, vital para a sua existência, e o constante louvor à figura do monarca.

As celebrações de aniversário do Instituto costumavam reunir as figuras mais expressivas da Corte e seguiam, via de regra, um determinado ritual: saudação ao Imperador, discurso do presidente do IHGB, leitura do relatório anual do secretário perpétuo e o elogio aos sócios falecidos, proferido pelo orador oficial. Intercalando as falas, uma orquestra de câmara executava peças musicais, selecionadas especialmente para o evento (GUIMARÃES, 1999:51).

Januário foi novamente homenageado ao lado de Cunha Matos e Visconde de São Leopoldo, em razão da celebração dos 50 anos do Instituto Histórico. Estes homens são apresentados como os “propugnadores do estudo e da glória” do país,

“três vultos... os mais dedicados batalhadores dessa cruzada de luz, de liberdade e de ciência.” “Esses os iniciadores da idéia que deve ensinar os brasileiros a velar as glórias da pátria, e abrir horizontes novos a estudos do país. Fundam eles o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e escrevem desse modo seus nomes nos fastos gloriosos da nação” (AZEVEDO, 1888:49-50).

O texto termina exaltando as figuras dos fundadores do Instituto e deixando bastante claro o projeto que permeou esta instituição desde os primeiros anos de sua fundação:

Enriquecidos de vasta capacidade, dotados de vivo sentimento nacional, reuniram suas forças na formação desta sociedade que devia cooperar para alargar os limites das ciências e para gravar nas páginas da imortalidade as ações heróicas dos varões ilustres; e empreenderam tão ousado cometimento com toda dedicação, e robustez de ânimo, não atendendo aos obstáculos opostos a sua iniciativa. Fundado esse Instituto considerado hoje como uma instituição do país por contar a larga existência de 50 anos, e por tido sempre a sua frente o perdo, abriram eles por si mesmos os caminhos que deviam levá-los a posteridade e por isso vivem hoje na memória da pátria. (AZEVEDO, 1888:53).

Para os autores de biografias ligados ao IHGB, o fato de registrar alguns dados de um glorioso nome do passado, salvando-o assim do esquecimento já era em si uma homenagem. As celebridades recenseadas por esses autores são fruto da sociedade política do reinado de D. Pedro II. Elaborou-se mais do que uma “galeria nacional” uma “galeria de espelhos”, composta de servidores e dignitários do Império, onde se contemplava nos vultos do passado os papéis que o IHGB atribuía para si no presente: os de “alavanca da civilização” e de “coluna sustentadora do trono” (ENDERS, 2001:27).

O peso das tradições nos meios intelectuais torna os processos de transmissão cultural essenciais, pois um intelectual definia-se sempre em referência a uma herança, como um legatário ou um filho pródigo. Estes indivíduos, apesar de se inserirem em um campo sociocultural mais amplo, procuravam construir diferenças capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas. Demarcam, dessa forma, espaços e estabelecem meios de atuação (GONTIJO, 2005:263). Neste processo, a referência ao passado assume grande importância, pois reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras sociais entre as coletividades. A memória, fenômeno

construído, apresenta-se como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLACK, 1992:9).

As homenagens prestadas a Januário da Cunha Barbosa através da publicação de elogios históricos e confecção de bustos, ilustram de forma bastante clara, o já citado projeto do IHGB de formação de uma “galeria de heróis nacionais”, em que seus sócios também ocupariam lugar fundamental. Desta forma, o Instituto auxiliava na execução do projeto de construção de um passado adequado a nova pátria, bem como demarcava o espaço que esta instituição deveria ocupar na história da mesma. Para tal, nada mais adequado de que o exemplo de um de seus sócios fundadores, imortalizado como um importante homem das letras, que dividiu sua vida entre “o altar e pátria”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro t. VIII, 1846, p.145-151.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro t. 65, v. 106,1902, p. 197-284.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 330, jan./mar. 1981, p. 115-291.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 158(394), jan./mar. 1997, p.191-212.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro t. 11,1848, p.215-288.

Livros e artigos

ARAUJO, Valdei Lopes. **A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Rio de Janeiro, 2003. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos**, DHI/UEM, v.8, n.1, p.11-29, 2004.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro” – A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.25, 2000/1.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa, Teorema, 1994.

GONTIJO Rebeca. História, cultura, política e sociabilidade intelectual. In: SOIHET, Rachel et alii (org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro Mauad, 2005.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p. 265-285.

_____. O “Tribunal da Posteridade”. In: PRADO, Maria Emilia. **O estado como vocação: idéias e praticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999, p.33-58.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1839). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a.156, n.388, p.459-613, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: **Nação e Cidadania: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.93-122.

_____. *A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839- 1857)*. In: WEHLING, Arno (org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: O Instituto, 1989.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

_____. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Acess, 2001, p.1-28.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n.10, p.07-28, dezembro de 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, vol.5, n.10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

Escrita (auto)biográfica e pudor historiográfico: Caetano Lopes de Moura e os limites para uma história do presente a partir do IHGB - *Isadora Tavares Maleval*

Introdução

Já com idade avançada e vivendo na Europa há muitos anos, o baiano Caetano Lopes de Moura recebeu uma encomenda que provavelmente muito o interessou: um pedido de ninguém menos que o Imperador do Brasil, D. Pedro II, de que escrevesse uma autobiografia. Como não poderia, nem queria recusar-se, levou esta tarefa a cabo, finalizando-a em 1852.

Ao longo deste artigo, faremos algumas indagações a respeito dessa produção elaborada por Caetano de Moura. Uma primeira questão a ser levantada é acerca do motivo que levou D. Pedro II a fazer o pedido: em que medida essa vida mereceria ser escrita, e por quê? Outra questão é sobre a maneira como foi feita a narrativa: o que foi privilegiado e o que foi negligenciado? E, por fim, haveria uma relação entre essa escrita memorialística e a tônica historiográfica empreendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Caetano fora sócio-correspondente?

Para tanto, utilizamos duas obras. A primeira, a já citada autobiografia de Caetano Lopes de Moura, cuja edição foi feita pela *Revista da Academia Brasileira de Letras*. A segunda diz respeito ao livro de Cláudio Veiga, *Um brasileiro soldado de Napoleão*, ensaio que pretende dar conta da vida de Caetano de Moura. Torna-se ainda importante comentar que este biógrafo voltava-se apenas para a área da literatura, assim como a maioria dos estudiosos ou mesmo conhecedores do personagem em questão. A biografia feita por Cláudio Veiga foi publicada um ano antes do bicentenário do nascimento de Caetano de Moura e teria como objetivo “servir à memória” deste que é considerado um dos grandes responsáveis pela projeção de romances ingleses e franceses no Brasil e, em menor escala, em Portugal. Há destaque, nessa narrativa biográfica, ao papel duplo que o baiano teria exercido com relação ao romance: em primeiro lugar, sua característica árcade, que fazia com que desprestigiasse o romance “nacional” nascido no momento (meados do século

XIX), como era o caso do poema de Gonçalves de Magalhães, mas também com relação ao tema recorrente do indianismo e ao que chamava de “galicismos” da língua portuguesa – ou seja, sua degeneração, o afastamento de uma dada “pureza” da nossa língua produzida por esses “novos” autores (VEIGA, 1979: 11).

1. O mulato baiano “soldado de Napoleão”

Caetano Lopes de Moura nasceu em 1780, na Bahia, e morreu em 1860, em Paris.²⁶³ Foi professor de latim, cirurgião das tropas da Legião Portuguesa durante as guerras napoleônicas, tradutor e escritor. Foi também um homem em meio ao turbilhão de acontecimentos gerados a partir da Revolução Francesa. Viveu, na Europa, o período napoleônico em seu auge e em sua decadência, mas também a Revolução do Porto, em 1820, e as Revoluções de 1848. Vivenciou, mesmo que do outro lado do Atlântico, os acontecimentos no Império do Brasil, desde os marcos essenciais para o seu desenvolvimento, como a partida de D. João VI e sua Corte de Portugal em direção ao Rio de Janeiro e seu retorno alguns anos depois; a proclamação da Independência do Brasil, feita pelo filho daquele soberano, em 1822; e o retorno de D. Pedro I para Portugal, na década de 1830. Por fim, também de longe, o período regencial e o Golpe da Maioridade daquele que viria a ser não só o soberano do país, como também seu mecenas, Pedro II.

Em sua autobiografia, Caetano contava que provinha de origem humilde. Seu pai, Maximiano Lopes de Moura, era carpinteiro e de cor “parda”: “Sou pardo, como foram meu pai e minha mãe; meu avô e avó foram também dessa cor entremeia, que alguns brancos desestimam por isso, que lhes traz à memória a de alguns antepassados” (MOURA, v. 4, 1912, abril de 1912: 277).

Da infância, narrava apenas como resolveu se tornar professor a partir dos estudos feitos nas Aulas Régias de gramática latina, língua grega, retórica e filosofia. Depois houve também as de matemática, todas na Bahia. Sobretudo a gramática latina teria grande peso em sua formação, e seria muito útil para as atividades que posteriormente viria a efetuar. Do desejo de se tornar professor veio, após ter tido uma grave doença, o de se tornar médico.

²⁶³ No campo historiográfico, foi pouco estudado o baiano que virou “soldado de Napoleão”. Um dos raros estudos historiográficos a esse respeito é o de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2007:43-70).

Apesar de ser supostamente de família humilde, com poucas posses, acabou indo para a Europa com a ajuda do pai de um colega seu para quem dava aulas. Primeiro em Lisboa, Caetano retomava um grande sonho: ir para a França. Isso porque também aprendeu o idioma francês com outro colega que o ensinava em troca de aulas de latim. Os romances franceses foram muito importantes na vida de Caetano, e a França tornava-se um sonho, naquele momento, alcançável.

No ano de 1803, depois de algumas peripécias (foi “obrigado” a passar algum tempo na Inglaterra, onde ficou o suficiente para aprender também a língua inglesa), conseguiu ir para a França, onde iniciaria seus estudos de medicina, em Ruão, em um momento em que a popularidade de Napoleão Bonaparte só tendia a aumentar. Dedicou-se à botânica, disciplina que lhe seria útil em futuro não muito próximo. E, após fazer grande parte de seus estudos em Ruão, partiu para Paris, onde assistiu a muitas aulas na faculdade de medicina, mas acabou não tendo o diploma totalmente validado por não dispor de suficiente quantia monetária para pagar os cursos, assistindo-os, em grande parte, como ouvinte.

Nos primeiros anos do século XIX, Napoleão efetuava uma política que acabaria acarretando em uma mudança que seria sentida por ambos os lados do Atlântico “português”. Em 1806, com o início do Bloqueio Continental às trocas de mercadorias entre a Inglaterra e outros países, e da não aceitação do mesmo por Portugal, as tropas francesas invadiram este reino dois anos depois, levando à transferência da Corte para o Brasil.

O destino do Império Português teria sido selado, assim como o de Caetano Lopes de Moura. Segundo seu biógrafo, Cláudio Veiga, Caetano fora “arrastado pela corrente da história” (VEIGA, 1979:42). Serviria durante cinco anos como ajudante de cirurgião na Legião Portuguesa, formada por oficiais portugueses que se incorporaram ao exército francês. Tinha, por esse motivo, forte ligação com Napoleão Bonaparte, a quem via com grande admiração, chegando a escrever uma *História de Napoleão Bonaparte desde o seu nascimento até à sua morte*, em 1846.

Importante demonstrar que o engajamento de Caetano na Legião Portuguesa não deixaria de trazer-lhe algumas vantagens. Com pouco dinheiro e vivendo fora de sua terra natal, o fato de se tornar soldado acabaria por garantir uma espécie de promoção social ao mulato *brasileiro*. O próprio Napoleão teria garantido

pessoalmente a mercê da confirmação do cargo em que Caetano tinha servido na qualidade de serventúrio, na única conversa que houve entre os dois (MOURA, v. 5, julho de 1912:92-93).

Logo o Império napoleônico começava a ruir, e a presença de Caetano de Moura servindo nas tropas da Legião Portuguesa tornava-se cada vez menor. Em 1811, quando os franceses foram para a Rússia, Caetano ficou no batalhão de depósito, trabalhando na parte burocrática. Três anos mais tarde, seria licenciado do Exército. No mesmo ano, Napoleão abdicava, partindo para a Ilha de Elba. Voltavam ao poder os Bourbons, com Luís XVIII.

Mesmo quando Napoleão retornou no ano seguinte e tentou voltar ao poder, Caetano de Moura – que morava na época em Grenoble – não retomou seu antigo posto como cirurgião das tropas. Apesar disso, nunca esqueceu o seu “herói” e, quase como forma de penitência, alguns anos mais tarde, escreveu a biografia de Napoleão. Logo em seguida, o baiano enquadrava-se na política da Restauração e via sua clientela aumentar.

Após aquele momento, decidiu voltar a Paris, onde receberia notícias do Brasil e de Portugal mais facilmente. Passara, então, a se relacionar com membros da colônia portuguesa, sobretudo nobres (VEIGA, 1979:84). O Conde de Linhares, por exemplo, tornara-se seu amigo, depois que Caetano de Moura prestou assistência médica à sua filha.

Estava em Paris quando soube da Revolução do Porto, pois muitos que resolveram não prestar juramento às Cortes foram se abrigar na capital francesa. Logo ficara sabendo também a respeito da Independência do Brasil, que, segundo conta em seu *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*, só ocorreu devido a “uma série de decretos absurdos” produzidos pelas Cortes portuguesas, intencionando fazer com que o Brasil retornasse à antiga posição de colônia (MOURA, 1860:266). Para Caetano de Moura, ficava claro que, até aquele momento, nunca houve, por parte dos brasileiros, indicação de algum desejo separatista.

Segundo seu biógrafo, vivendo em Paris no meio de tantos portugueses, Caetano assumiu posição de *brasileiro*, jurando fidelidade à Constituição do Brasil outorgada em 1824 – fato relatado em sua autobiografia:

Como porém fosse indispensável para a consolidação da dita nova ordem das coisas, o reconhecimento das diversas potências da Europa, o Comendador Domingos Borges de Barros, que nesse tempo se achava nesta Capital, tomou sobre si o diligenciar, ao princípio de seu próprio modo e logo depois oficialmente. Era eu assíduo em casa desse meu patrício, e logo que foi publicada a Constituição não me descuidei de dar o meu nome, **para que no porvir se não pudesse duvidar de minha naturalidade.** (MOURA, v. 5, outubro de 1912:216; grifos meus).

Passadas algumas turbulências, Caetano de Moura aceitou um cargo em Portugal e ficaria alguns anos em Lagoalva, trabalhando em uma propriedade do Conde de Linhares. E não deixava de se gabar, em sua autobiografia, da alta produtividade acarretada pelo fruto de seu trabalho (MOURA, v. 5, outubro de 1912:222-223).

Estava em Portugal, inclusive, quando D. João VI faleceu, em 1826, o que acarretaria uma guerra civil pela disputa do trono entre os irmãos D. Miguel e D. Pedro, depois deste último ter abdicado em favor de sua filha, Maria da Glória. Não por acaso, naquele momento, as propriedades onde Caetano trabalhava foram sequestradas e o Conde de Linhares fugiu para o Brasil. Caetano procurava, então, não se “tornar suspeito nem a um, nem a outro partido” (MOURA, v. 5, outubro de 1912:225). Continuou em Portugal até a vitória de D. Pedro (o que alguns consideram demonstração de que apoiava o outro irmão), ocorrida em 1834. Nesse mesmo ano, por ocasião da morte de sua primeira esposa, resolveu partir de volta à França, com os três filhos.

Entretanto, logo ficaria apenas com um dos seus filhos, pois os outros dois acabaram falecendo. Naquele momento, tendo perdido sua clientela de médico e sem ter como voltar a trabalhar com terras (como fez com as do Conde de Linhares), começava a carreira a serviço das letras. Foi a partir daí que iniciou sua “profissão” de tradutor e editor, mas também de escritor de livros, em grande parte, de cunho didático.

Já era um senhor de mais de 50 anos quando começou a atuar na tradução de livros ingleses e franceses para a língua portuguesa na Livraria Aillaud. Caetano de Moura fez muitas traduções para o português, como as dos romances de Walter Scott, mas também de livros “científicos”, como o *Diccionario geographico, historico e descriptivo do Império do Brasil*, de J. G. R. Millet de Saint-Adolphe, publicado em

1845. De acordo com seu biógrafo, Cláudio Veiga, Caetano teria atuado em dois terços de sua produção (de mais de 30 livros) como tradutor (VEIGA, 1979:118).

Traduzir poderia ser, inclusive, uma maneira de ficar mais próximo da *pátria*:

Abaixei os ombros à carga, porque não podia ao fazer, e botei-me a traduzir quanto lhe aprouve [ao Aillaud] com os olhos do entendimento virados para a Pátria, na esperança, de que se porventura, os do corpo os fechasse à mão da morte, não ficaria meu corpo sepultado no esquecimento. (MOURA, v. 5, outubro de 1912:229).

A escrita poderia ser, dessa forma, libertadora. Uma maneira de ser lembrado além da morte por aqueles ligados a ele pela língua.

Em torno da Livraria Aillaud, uma rede de amizades se estabeleceu. Foi ali que Caetano de Moura conheceu e tornou-se amigo do Visconde de Santarém e também de Ferdinand Denis²⁶⁴. Foi ali também que publicou seus próprios livros, sendo o primeiro o já citado *História de Napoleão Bonaparte*, em 1846, e o último o *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*, publicado no ano de sua morte, em 1860, mas que já vinha sendo gestado desde 1854 (VEIGA, 1979:127).

Segundo o biógrafo de Caetano de Moura, no meio dessa grande produção literária ocorreram algumas pausas. Em um primeiro momento (entre os anos de 1841 e 1843), Moura fez alguns trabalhos de pesquisa para o Visconde de Santarém, que escrevia livros de história. Em um segundo (entre 1847 e 1858), quando esteve a serviço do Imperador do Brasil, D. Pedro II.

Quanto a este segundo momento, pode-se dizer que se iniciou a partir de relatos de alguns personagens que estiveram em Paris e se encontraram com Caetano Lopes de Moura, motivo pelo qual o Imperador teve notícias do aparente pauperismo com que vivia o baiano. Mesmo escrevendo e traduzindo muitos trabalhos, a vida em Paris não era nada barata.

Aliado a isso, em 1844, um livro reeditado por Caetano de Moura foi dedicado e enviado ao Imperador. Trata-se da obra de Rafael de Jesus, *Castrioto Lusitano*. É possível também que Pedro II tenha lido outros livros traduzidos por Moura em sua

²⁶⁴ Ferdinand Denis foi o autor de alguns trabalhos sobre o Brasil, como o *Résumé de l'histoire du Brésil* (1825) e de *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi de l'histoire du Brésil* (1826). Com relação ao primeiro, pode-se dizer que nele se baseou o primeiro compêndio sobre história do Brasil utilizado pelo Colégio Pedro II: o livro de Henrique Luis Niemeyer Bellegarde, o *Resumo de História do Brasil*.

adolescência, sobretudo os de Walter Scott²⁶⁵. Foi, contudo, com a tradução do *Diccionario geographico, historico e descriptivo do Império do Brasil*, oferecido ao IHGB, em 1846, que o mulato baiano teve sua trajetória ligada de forma mais notória ao Império do Brasil. Na sessão do Instituto do dia 18 de março do mesmo ano, foram propostos os nomes do autor e do tradutor do dicionário como sócio-correspondentes da instituição. A aceitação veio em menos de um mês depois (VEIGA, 1979:142-143).

Caetano Lopes de Moura passava a se associar à instituição que trazia para si a tarefa de escrever a história da *nação brasileira*, sob os auspícios do imperador do Brasil. Este, sabendo da difícil situação de Moura, passou a conceder uma pensão para que ele pudesse melhor efetuar pesquisas nos arquivos europeus e viver de forma mais digna²⁶⁶.

Além das pesquisas, Caetano de Moura receberia outras incumbências. Em 1856, foi solicitado por D. Pedro II para dar parecer ao poema de Gonçalves de Magalhães²⁶⁷. Alguns anos antes, seu mecenas já havia feito um pedido ao baiano – para que escrevesse sua autobiografia. Um de seus últimos trabalhos foi, contudo, o *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*. A morte veio logo após o término deste texto, que jamais veria sair publicado.

Nos últimos anos de sua vida, Caetano de Moura, além de fazer parte de um grupo de letrados que recebia mercês do Imperador, chegou a ser nomeado Cavaleiro da Ordem da Rosa (1852), Médico Honorário da Imperial Câmara (1855), e, posteriormente (1857), promovido a Oficial da Ordem da Rosa. Como é sabido, a Ordem da Rosa era uma importante honraria feita àqueles que se distinguiram por

²⁶⁵ Nesse aspecto, conjecturamos juntamente com Cláudio Veiga que D. Pedro, como leitor ávido desde novo, tenha tido contato com os romances de Walter Scott, entre outros, traduzidos por Moura.

²⁶⁶ Caetano de Moura passava, então, a receber uma pensão anual promovida pelo próprio imperador no valor “[...] de 4.800 francos para coligir nas bibliotecas da França os materiais relativos à história do Brasil [...]” (RIHGB, 1847:91).

²⁶⁷ Alinhando-se a posições como a de Francisco Adolfo de Varnhagen contra o trabalho do romântico, apesar de as críticas ao poema serem de natureza distinta. Enquanto Moura deu mais ênfase ao questionamento da forma como foi feito o poema, Varnhagen o fez por seu conteúdo no que dizia respeito à importância dada à tragédia indígena como mito fundador da nacionalidade brasileira. O poeta romântico acreditava na utilidade do exemplo que um herói indígena poderia dar à nação em construção, e parecia aproveitar alguns pressupostos historiográficos para comprovar sua “teoria”. Varnhagen, para dar mote à problemática, argumentava, em 1877, que a origem dos tupis não era americana, mas sim indo-européia, o que colocaria por terra o argumento indianista de que eles tinham direito à posse dos territórios americanos. Via, nesse sentido, os índios como os verdadeiros conquistadores do território do Brasil, e não os portugueses. Para o historiador oitocentista, o elemento europeu é que deveria ser visto como base da nacionalidade (PUNTONI, 2003:633-675; WEHLING, 1999:160-165).

sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado. Garantia, portanto, notoriedade ao portador de tal titulação.

Com o fim da vida, entretanto, não terminava a saga do baiano “soldado de Napoleão”. Pelo menos, não no campo da memória. Caetano Lopes de Moura mereceu ter sua vida rememorada, mesmo muitos anos depois de sua morte. Sua autobiografia saiu publicada pela *Revista da Academia Brasileira de Letras* somente em 1912. No entanto, bem antes disso, mereceu um elogio fúnebre em sessão do IHGB, proferido por Joaquim Manuel de Macedo. Esse tipo de produção “biográfica” presente no Instituto, vale lembrar, também pertencia à agenda de determinados afazeres políticos. Nesse sentido, o importantíssimo sócio do IHGB, Macedo, fez menção ao sócio-correspondente como “notável brasileiro”:

[...] exemplo raro de energia de vontade em um combater incessante contra a má fortuna, e de inabalável constância em uma nobre vocação contrariada na infância pela autoridade paterna, por longo tempo depois pela mais cruel pobreza, deixou-nos o nosso ilustrado consócio o Dr. Caetano Lopes de Moura, que morreu esse ano em Paris.

Triste, mas admirável é a longa e trabalhosa vida deste notável brasileiro, de quem a cidade da Bahia pode ufanar-se de ter sido o berço. (Apud VEIGA, 1979:183)

Vinte anos após a publicação da autobiografia, a *Revista da Academia Brasileira de Letras* promoveu ainda uma edição contendo uma parte destinada à comemoração do centenário de Walter Scott. Caetano Lopes de Moura foi aí lembrado, devido ao fato de ter sido ele o grande responsável pelo conhecimento dos romances do autor inglês em solo brasileiro. Foi, então, publicado o resumo de um discurso proferido por Afonso Celso, em sessão pública do dia 29 de setembro de 1932. A produção bibliográfica do “denodado, galhardo, senão heróico, mulato baiano” (CELSO, 1932:275) era lembrada, assim como sua vida:

Foi, de certo, muito acima do comum a vida deste homem que, jovem, de origem humilde, paupérrimo, **contando apenas com a sua inteligência, vontade e energia**, deixa afoitamente o berço colonial, parte para o Velho Mundo, [...] e em 60 anos de ausência da Pátria, à qual em mais de uma ocasião quis voltar, não esquece, antes esmeradamente cultiva o idioma nacional, do que deixou memoráveis documentos, como as traduções de Walter Scott, a quem associou seu nome. (CELSO, 1932:275; grifos meus)

O fato de um “mulato de origem humilde” – maneira pela qual Caetano se apresentava em sua autobiografia²⁶⁸ – ter conseguido reconhecimento em um momento em que a cor da pele pesava bastante já teria feito dele quase um “herói”. As dificuldades pelas quais passou Caetano de Moura não deixaram de dignificar a imagem deste homem, muito pelo contrário. Assim, aliada à ajuda de outros indivíduos, a força e a inteligência de Caetano – que tanto chamaram a atenção de homens como o Visconde de Santarém, por exemplo – fizeram com que ele se destacasse em seu momento. Era, portanto, uma vida que mereceria ser escrita, porque deveria ser lembrada.

Era, ainda, um homem que aparecia como “sintoma” de uma época. Sua trajetória foi marcada por importantes mudanças políticas e sociais, na Europa e no Brasil. Esteve efetivamente dentro desses acontecimentos, atuando de forma direta – como no caso das guerras napoleônicas – ou indireta – como por meio de suas pesquisas em arquivos europeus sobre o Brasil, base para a construção de uma história nacional a ser desenvolvida, sobretudo, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Por tudo isso, Caetano Lopes de Moura teve seu espaço resguardado no panteão dos homens que deveriam ser lembrados, seja através de seu próprio relato ou de seus feitos que se tornaram conhecidos, em grande parte, por sua vida dedicada às letras. Seu túmulo em Paris – uma sepultura feita a mando de D. Pedro II, no cemitério de Père Lachaise – não foi suficiente para sepultá-lo da memória de homens e mulheres do Brasil e da Europa. Ele é lembrado, seja como o “soldado de Napoleão” ou como o baiano tradutor de obras de Walter Scott (identificação que vinha no frontispício de boa parte de seus livros), embora seja ainda pouco conhecido como autor de livros de cunho didático, como é o caso do *Epítome Chronologico de História do Brasil*. O fato é que Caetano Lopes de Moura permaneceria “um dos mais lembrados de nossos escritores esquecidos” (VEIGA, 1979:187).

Assim, a partir da autobiografia elaborada por Caetano de Moura, muitos brasileiros poderiam também compreender alguns fatos históricos, sobretudo,

²⁶⁸ Tomamos aqui a expressão pela qual o próprio Caetano Lopes de Moura se afirmava, mas sem esquecer uma determinada posição crítica frente a ela. Talvez o autor quisesse exatamente expor as dificuldades que passou devido “ao acidente da cor” e às barreiras financeiras para heroizar ainda mais a sua vida. Isso deve estar em mente quando trabalhamos com uma escrita de cunho memorialista como esta.

ocorridos na Europa. Seria um relato de alguém que viveu naquele ambiente tenso, que conheceu personagens importantes e que teria muito a contar para os homens que não vivenciaram nada disso. O primeiro leitor deveria ser, provavelmente, o próprio Imperador do Brasil²⁶⁹. Postumamente, outros poderiam ler essa vida e, a partir dela, conhecer outras tantas vidas a ela entrelaçadas.

2. O sócio-correspondente do IHGB e as questões do presente: a autobiografia para a posteridade

Como já foi mencionado, Caetano Lopes de Moura foi por mais de uma década sócio-correspondente do IHGB. Assim, empreendeu pesquisas sobre o Brasil nos arquivos europeus que seriam de relevância para as produções da instituição. Por esse motivo, é possível dizer que ele estaria ambientado com as discussões em pauta no Instituto em torno da escrita da história?

Vale a pena, neste ponto, avaliar a forma como Caetano empreendeu outra tarefa literária-historiográfica: a produção do manual de história já mencionado, o *Epítome Chronologico de Historia do Brasil*. Neste caso, em muitos momentos do texto indicava que, para além de um resumo de outros livros – acepção original para a palavra *compêndio* ou *epítome*²⁷⁰ –, o que fazia também poderia ser considerado *história*²⁷¹. Como breve exemplo para essa questão, basta comentar como termina cronologicamente seu livro: antes do início do período regencial. “Chegados somos à época em que naturalmente deve findar a nossa história, pois é certo que os acontecimentos ocorridos nos anos posteriores pertencem propriamente aos escritores dos séculos que estão por vir” (MOURA, 1860:326).

Algo semelhante foi feito em sua autobiografia. O mulato baiano praticamente finaliza seu texto, em termos de questões políticas, com a guerra civil levada a cabo por D. Pedro e D. Miguel em Portugal. Depois desse acontecimento, restringe-se a

²⁶⁹ O próprio fato de Caetano ter vivido na Europa deve ter colaborado muito para D. Pedro II considerá-lo apto a ser objeto de uma escrita autobiográfica. Como é sabido, o Imperador era um homem com cultura vastíssima, mas que só chegou a conhecer a Europa presencialmente já idoso. A Europa que conhecia e sobre a qual sonhava existia nos livros que lia, livros como os traduzidos por Caetano e, no caso da autobiografia, escritos pelo mesmo.

²⁷⁰ Segundo o dicionário de Antonio Moraes e Silva, um *compêndio*, seria um livro que deveria conter “o resumo do mais substancial, ou das noções elementares de alguma arte, ciência, preceitos” (1813:427).

²⁷¹ Neste trabalho, Caetano de Moura também utilizou, quando achou necessário, documentos para subsidiar sua narrativa, inclusive transcrevendo-os no livro. Foi o caso, por exemplo, do diretório para “a civilização e conversão dos Brasis em 95 artigos” (MOURA, 1860:156-157).

comentar sobre sua vida dedicada às letras em Paris, sobretudo através da Livraria Aillaud.

Há vestígios de que a Caetano de Moura interessava postergar os escritos sobre o presente ao futuro, adotando uma postura que muito se assemelhava àquela produzida pelo IHGB. Isto pode ser verificado através de um pedido do próprio Caetano a D. Pedro II, no momento em que lhe enviara seus escritos memorialísticos: “Como, porém, para escrever a história de tão longa e tão atabalhoada vida, tenho de falar de pessoas que ainda estão neste mundo, e de coisas que tomam, talvez, em meu próprio louvor, praza a Vossa Majestade Imperial havê-la, desde já, por póstuma” (Apud VEIGA, 1979:169).

E assim foi feito: a narrativa seria, então, guardada até o ano seguinte da morte do biografado, em 1861, quando o governante ofereceu sua primeira parte ao IHGB. O original da segunda parte ficaria retido ainda alguns anos com Pedro II, no Arquivo do Grão-Pará²⁷². A publicação só sairia 50 anos após a sua feitura, em 1902, pelo *Jornal do Commercio*. Editada posteriormente por Alberto de Oliveira, saía na *Revista da Academia Brasileira de Letras* dez anos mais tarde com o título de *Biografia do Dr. Caetano Lopes de Moura escrita por ele mesmo*²⁷³.

Se coubesse, naquele momento da publicação, algum julgamento, este já estava a cargo dos “homens do futuro”, que poderiam utilizar a tão prestimosa imparcialidade para levá-lo a cabo. Esse era o desejo de Caetano de Moura.

Desejo semelhante parecia ter o IHGB. Desde sua fundação, em 1838, a instituição intencionava, em muitos casos, relegar aos vindouros análises que privilegiassem aqueles tempos turbulentos. Em diversas situações comportou-se dessa forma com as questões do presente: vetando projetos que pretendessem escrever a história contemporânea; negando a publicação de documentos que diziam respeito ao passado recente da nação brasileira; criticando aqueles que diziam fazer história, mas que, ao fim e ao cabo, não utilizavam fontes, nem trabalhavam com a crítica histórica, utilizando-se da memória (como testemunha ocular) para escrever a história; levando

²⁷² Terminada em 1852, a autobiografia foi escrita em duas partes, devido a um problema de saúde de Caetano de Moura nesse ínterim. A narrativa chegou ao imperador do Brasil em forma de carta (VEIGA, 1979:126-127).

²⁷³ A autobiografia foi publicada em três partes na *Revista da ABL*: a primeira saiu em abril, a segunda em julho e a última em outubro de 1912.

à frente projetos como a da “arca do sigilo”, para proteger documentos que devessem ser postos ao público apenas em um futuro determinado. Exemplos como esses são muitos²⁷⁴ e merecem atenção. Por ora, contudo, servem apenas de comentário²⁷⁵.

Considerações finais

“De vossa Majestade Imperial, o mais humilde súdito e criado – Dr. Caetano Lopes de Moura”: assim termina a autobiografia, juntamente com o pedido de que a segunda esposa de Caetano de Moura, que era quarenta anos mais nova que ele (VEIGA, 1979:170), em caso de sua morte, continuasse recebendo as mercês conferidas pelo imperador ao baiano (MOURA, v. 5, outubro de 1912:230).

Desta feita, compreende-se que a escrita de sua própria vida seria uma maneira de garantir uma boa assistência quando já estava idoso e doente. Os acontecimentos narrados, bem como a forma como isto foi feito, *tinham* que demonstrar uma vida quase sempre coerente²⁷⁶, ao menos em um aspecto: o amor à “pátria” e o desejo de a ela sempre retornar. Parece, a partir da leitura da autobiografia, que toda a existência de Caetano gravitava em torno disso, e o fato de ter vivido a maior parte de sua vida longe não diminuía esse amor. Foram as *circunstâncias* que o levaram a viver longe do Brasil: “Desterrado da Pátria por amor das letras, quando solteiro, e por amor dos filhos depois de casado” (MOURA, v. 5, outubro de 1912:223).

O próprio pedido feito em nome do imperador pelo mordomo da casa imperial demonstrava o conhecimento de que Caetano de Moura vivera uma vida longe do Brasil, mas sem nunca esquecê-lo:

Sua Majestade, o Imperador, me encarrega de participar a V. Sa. o quanto estimaria possuir alguns dados sobre a sua vida! Os acontecimentos principais da existência de um brasileiro de tanto apreço para as pátrias letras e que, apesar de arredado por várias décadas do seu solo natural, nunca deixou de lhe votar o mais entranhado amor, não podem deixar de interessar fortemente o Mesmo Augusto Senhor que os espera de sua boa vontade para servi-lo com diligência. (Apud VEIGA, 1979:168)

Outro aspecto interessante naquela narrativa é a maneira que o escritor sempre procurou utilizar para descrever as relações entre Brasil e Portugal, antes e,

²⁷⁴ Encontramos muitos deles na *Revista do IHGB*, sobretudo nas Atas das Sessões.

²⁷⁵ Nas “Referências Bibliográficas” encontram-se artigos de minha autoria já publicados sobre o desenvolvimento dessa temática.

²⁷⁶ Produção que, como aponta Pierre Bourdieu em seu clássico texto sobre biografias, comporta uma “ilusão biográfica” (1996:183-191).

mesmo, depois de 1822. Poucos traumas, muito em comum: assim era, segundo ele, a relação entre os países separados pelo Atlântico. Assim foi, portanto, a relação que ele próprio manteve com ambos.

Mesmo aquilo que transparece como sendo uma “lacuna” em uma biografia tão coesa, Caetano trata como se nada fosse além do mais natural possível: sua idolatria para com Napoleão, por exemplo. Não seria no mínimo estranho um luso-brasileiro posicionar-se de forma tão decidida ao lado do Imperador francês, que tantos danos causou a Portugal? Não para Caetano de Moura. Ou, ao menos, não para aquilo que desejava aparentar. O fato de ter servido às tropas napoleônicas entre soldados portugueses não deveria ser visto como algo incompatível com sua *naturalidade*, tampouco com seu apoio ao Império do Brasil e à figura do próprio imperador D. Pedro II²⁷⁷.

Desse modo, fosse omitindo escolhas que fizessem o leitor duvidar de seu amor ao Império (primeiro luso-brasileiro, depois “apenas” brasileiro), fosse simplesmente “passando por cima” daquilo que poderia ser considerado incongruente com a trajetória que queria delinear, Caetano de Moura empreendeu uma escrita de si que levou em conta as expectativas que poderiam surgir a partir dela por parte do monarca dos trópicos. O trabalho de escolha daquilo que *deveria* ou não ser dito foi feito com primor pelo autor²⁷⁸.

Ainda assim, mesmo com todas as precauções tomadas por Caetano de Moura, o “Dr.” não deixava de nutrir receio de que sua escrita de si fosse lida por um amplo público no presente. Isto só poderia ser tarefa para os homens do futuro, definitivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes (impressas)

²⁷⁷ Para Cláudio Veiga, a vida de Caetano de Moura poderia ser resumida na relação entre os dois imperadores. Resumida não como se nada mais fosse importante, pois Caetano de Moura fez muito mais do que idolatrar Napoleão e D. Pedro. Resumida, porém, porque foi marca indelével em boa parte da vida do mulato baiano.

²⁷⁸ É importante constatar que a autobiografia ou, como está nomeada na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, a *Biografia do Dr. Caetano Lopes de Moura escrita por ele mesmo*, revela algumas características importantes de escrita (auto)biográfica, ainda levando-se em consideração o fato de que o autor-biografado era, naquele momento, um homem das letras e estava, portanto, relativamente ambientado com discussões e leituras que lhe permitiam o conhecimento de como deveria ser efetuada uma escrita de si (lembrando, mais uma vez, que Caetano de Moura naquela época já havia escrito a biografia de Napoleão Bonaparte).

CELSO, Affonso. Caetano Lopes de Moura. **Revista da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, v. 40, p. 273-275, setembro de 1932.

MOURA, Caetano Lopes de. Biografia do Dr. Caetano Lopes de Moura escrita por ele mesmo. **Revista da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 273-293, abril de 1912; v. 5, p. 75-96, julho de 1912, p. 205-230, outubro de 1912.

_____. **Epítome Chronologico da Historia do Brasil**. Paris: JP Aillaud, 1860.

_____. **Historia de Napoleão Bonaparte, desde seu nascimento até á sua morte**. Paris: JP Aillaud, 1846.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo IX, 1847.

Artigos e livros

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDDT, Hanaah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de (org.) **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 17-48.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, 1980.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006.

_____. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, jul-set. 1995.

_____. O 'tribunal da posteridade'. In: PRADO, Maria Emília & GUIMARÃES, Lúcia Maria P. (orgs.). **O Estado como vocação – idéias e práticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 33-57.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº1, v. 1, 1988, p. 3-27.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expérience du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

JANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-182.

MALEVAL, Isadora Tavares. **Histórias do Brasil para a mocidade: os epítomes de José Pedro Xavier Pinheiro e Caetano Lopes de Moura (1850-1870)**. Dissertação de mestrado em História apresentada à UERJ, 2010.

_____. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente. **Ars Historica**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 49-59, jul.-dez., 2010.

_____. Os segredos da nação: o IHGB e a criação da 'arca do sigilo'. **Dia-Logos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 5, p. 125-137, out. 2011.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A história para uso da mocidade brasileira. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 43-70.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo, (10):7-28, dez. 1993.

_____. **Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

PUNTONI, Pedro. O sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 633-675.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (org.). **Nacionalidade em questão. Cadernos da Pós/Letras**. Rio de Janeiro: UERJ – Instituto de Letras, 1990.

SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portuguesa – recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em *Brasiliana USP* <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VEIGA, Cláudio. **Um brasileiro soldado de Napoleão**. São Paulo: Ática, 1979.

WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Contribuição à História Nacional: Tristão de Alencar Araripe e a História da Província do Ceará - *Leandro Maciel Silva**

INTRODUÇÃO

No início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro Vice-Reinados, quatro capitânias-gerais e 13 audiências, que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitânias-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1825, vencida a Confederação do Equador, um único país independente.

José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*.

Em se tratando da formação do estado nacional brasileiro no século XIX, a citação de José Murilo de Carvalho é quase obrigatória. Suas inquietações com relação à unidade política do Estado brasileiro em detrimento a fragmentação das ex-colônias espanholas na América servem em grande medida para as investigações deste trabalho. A pergunta não poderia ser outra: por que o Brasil se constituiu num só país enquanto a colônia espanhola se fragmentou em diversos países?

Essa diferença entre as antigas colônias está concentrada em dois pontos, como nos indica José Murilo de Carvalho. O primeiro diz respeito à unidade política de um caso com a fragmentação do outro. O segundo refere-se ao tipo de sistema político implementado. Em *A Construção da Ordem*, José Murilo refuta os estudos realizados até então para explicar essa diferença e entre as ex-colônias. Com isso, rejeita as explicações de ordem administrativas, embora reconheça as grandes diferenças entre os estilos coloniais português e espanhol. O autor defende que esse fator não é suficiente para justificar o resultado, mesmo sendo mais aparente a centralidade na administração portuguesa. Ele expõe a fragilidade dessa administração analisando a autoridade entre o Vice-Rei e os capitães-gerais, e os conflitos entre eles. Portanto, a

* O presente texto é fruto da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

administração, composta por Vice-Reis e capitães gerais, não sustentaria, por si só, a unidade da colônia portuguesa, por causa das disputas de interesses nessa administração.

Outra explicação questionada por José Murilo é de natureza política. Apontava-se que a presença da Corte na transição da Colônia para o Império, teria tornado possível a solução monárquica no Brasil, e a consequência imediata teria sido a unidade do país e um governo relativamente estável. Apesar de reconhecer a importância dessa questão, José Murilo defende que a “independência viria com ou sem rei e a monarquia. O fato de ter vindo com ambos deveu-se fundamentalmente a uma opção política entre outras alternativas possíveis” (CARVALHO, 2010:15).

Duas outras explicações analisadas pelo autor são de natureza social e econômica. A primeira defende que “o declínio do ciclo mineratório nas colônias espanholas ainda no século XVII e o refluxo para a agricultura teriam levado ao maior isolamento dos vários centros coloniais, ao passo que o surto mineratório brasileiro, vindo mais tarde, teria proporcionado maior integração” (Idem, 2010:15). Entretanto, mesmo reconhecendo a grande capacidade de criação de laços econômicos do ciclo do ouro, José Murilo aponta que essa atividade começara a declinar também na América portuguesa na segunda metade do século XVIII, podendo-se verificar o mesmo refluxo para a agricultura.

A segunda explicação de natureza social e econômica refere-se à escravidão. Diz-se que a centralidade favorecia a manutenção da escravidão, que teria a capacidade de conter as iniciativas abolicionistas nas províncias e evitaria, para o caso da fragmentação, as possíveis revoltas escravas pela diferença de países escravistas e não-escravistas. Para esse caso, José Murilo avalia:

O argumento é plausível, mas pede qualificações. A primeira é que a fragmentação em si poderia também fortalecer a escravidão nas províncias em que elas tivessem mais peso econômico. O medo não era da fragmentação em si, mas da guerra civil [como no caso da revolta dos escravizados na colônia francesa de Santo Domingo - Haiti]. A segunda é que a aspiração de manter unida a ex-colônia para se construir no Brasil um poderoso império antecedia a preocupação com a preservação da escravidão, já vinha de antes da chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. (Idem, 2010:19)

Essas análises serviram de ponto de partida para que José Murilo de Carvalho lançasse mão de sua tese sobre a unidade na formação do estado brasileiro. Suas proposições estão organizadas em *A Construção da Ordem e o Teatro de Sombras*. Em *A Construção da Ordem*, o autor esteve mais interessado em perceber a composição do Estado brasileiro, percebendo a elite política imperial. No *Teatro das Sombras*, o interesse foi de perceber a própria política imperial.

A tese de José Murilo de Carvalho é que “a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte consequência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa”. A unidade do caso brasileiro deveu-se, portanto, ao tipo de elite política. Essa elite, segundo o autor, “caracterizava-se sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento” (Idem, 2010:21).

Outros trabalhos dão conta da formação do estado brasileiro, oferecendo-nos interpretações, por vezes complementares, mas completamente convergentes noutras vezes. Para citar alguns dos trabalhos mais notáveis sobre o século XIX e a formação do Estado Nacional brasileiro: “O Minotauro Imperial”, de Fernando Uricoechea, analisa a formação do Estado através de sua burocratização, e também da criação, em 1831, da *Guarda Nacional* - o minotauro imperial para o autor. Outro trabalho que merece referência em se tratando da formação do estado imperial é “O Tempo Saquarema”, de Ilmar de Mattos. Nesse trabalho, o autor defende que existiu no Brasil uma elite conservadora dirigente que teria marcado a centralização do estado imperial, os *Saquaremas*. Essa elite teria conseguido neutralizar as ações políticas de grupos progressistas, os Luzias (liberais), e impedido insurreições populares. Entretanto, a tese de Miriam Dolhnikoff contrapõe-se ao projeto centralizador de Ilmar Mattos. A autora defende que teria existido um pacto federalista, fruto de uma negociação entre o governo central e as províncias, de suma importância para a constituição do estado imperial brasileiro. O “Pacto Imperial”, do qual defende Dolhnikoff, manteve a “unidade” junto à “autonomia”. Foi “um arranjo institucional adotado como estratégia de construção do Estado, cuja principal característica é a participação e a coexistência de dois níveis autônomos de governo (regional e central) definidos constitucionalmente” (DOLHNIKOFF, 2003:433). Esse arranjo seria o federalismo.

Assim, o federalismo teria contribuído à unidade, não à centralização de uma elite dirigente, como defende Ilmar Mattos.

Temos, portanto, teses por vezes complementares, mas completamente antagônicas em alguns pontos. Divergem mais diretamente as teses de Ilmar Mattos e Miriam Dolhnikoff, mas nas suas defesas contém um elemento de grande valia para este trabalho, qual seja, a disputa entre as províncias e o governo central.

Dada a intensidade com que esse assunto foi tratado nas casas legislativas do império entre as décadas 1820 e 1850 – segundo Mattos e Dolhnikoff –, podemos supor que esse assunto estava difundido pelos diversos setores vinculados ao governo imperial. Não se tem um trabalho voltado para perceber essas tensões no interior de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja função foi marcadamente colaborar com o projeto político do Segundo Reinado. No entanto, pela difusão e pela intensidade dessa questão à época, e pela vinculação política dos intelectuais que compunham o IHGB, podemos dizer que, em maior ou menor grau, essas tensões influenciaram o interesse sobre qual o lugar das histórias provinciais na escrita da história nacional no século XIX. Segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988), a história regional foi um dos três temas mais tratados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - RIHGB.

O objetivo do presente artigo é perceber como as histórias provinciais foram tratadas por alguns dos pronunciamentos mais importantes do IHGB com relação à escrita da história nacional no século XIX. Os documentos analisados serão: *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, publicado na RIHGB em 1839; a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friederich Phillipe von Martius, escrita em 1843 e publicada na RIHGB em 1845; e a *Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, de Raimundo José da Cunha Matos, escrita em 1838 e publicada na RIHGB em 1863. Pretendo também apresentar um projeto de escrita da história provincial subjugado ao IHGB, que concedeu o posto de sócio ao seu autor, o cearense Tristão de Alencar Araripe. A obra chama-se *História da Província do Ceará – desde os tempos primitivos até 1850*, publicada em 1867.

O IHGB E ESCRITA DA HISTÓRIA NACIONAL

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi um dos principais órgãos do estado brasileiro do século XIX e a sua função foi promover os estudos sobre os aspectos históricos e geográficos do Brasil.²⁷⁹ A História nacional do Brasil pretendida pelo IHGB teria de se fazer em consonância com a ordem emergente do Estado brasileiro, ou seja, de acordo como o projeto imperial a partir de 1840, que tinha como figura central D. Pedro II. O Instituto contribuiria, assim, decisivamente para legitimar esse projeto imperial, colaborando para a centralidade e para o ideal nacional. O Brasil estava se consolidando como Estado, mas não como Nação. Uma das características do Instituto foi a de promover a identidade nacional, o sentimento de amor à pátria, utilizando a História para tal fim. O Estado brasileiro precisava de uma história, de um passado representado que colaborasse com os seus projetos de governo, requisito necessário para todas as nações - a história como a biografia da nação, como afirma Furet.

No discurso de fundação do IHGB, em 1838, Januário da Cunha Barbosa estabelece quais os objetivos do Instituto e a sua relação com a história do Brasil. O intuito das citações abaixo é destacar as menções sobre as histórias regionais (provinciais) bem como de seus letrados.

Eis o motivo, senhores, porque dous membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e também socios do Instituto Historico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nossos litteratos, se animarão a propor a fundação de hum instituto histórico e geographico brasileiro, que, sob os auspicios de tão util quanto respeitavel sociedade curasse reunir e organizar os elementos para a historia e geographia do Brasil, *espalhados por suas provincias, e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia.* (grifos meus)(f. 9)

(...)

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jazião até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos. *Esta tarefa, em nossa circumstancias, bem*

²⁷⁹ A leitura de autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998) e Luícia Maria Paschoal Guimarães (1995), bem como a de Astor Antonio Diel (1998) são imprescindíveis para o desenvolvimento desse tópico, que pretende entender quais as ações empreendidas pelo IHGB para o fomento de uma escrita da história nacional.

superior ás forças de hum só homem ainda o mais emprehendedor, torna-se-há facil pela coadjuvação de muitos Brasileiros, esclarecidos das provincias do império, que, attrahidos ao nosso instituto pela gloria nacional, que he o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvão de membros ao corpo de huma historia geral e filosofica do Brasil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e quando os que se reúnem em tão nobre associação apparecem possuidos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconisar hum honroso successo á fundação do nosso instituto historico e geographico. (grifos meus)(f. 10-11)

(...)

A empresa de alguns nossos ecriptores, que tem escripto sobre as cousas da patria, não será perdida para o nosso Instituto. Desse cabedal, difficilmente reunido nas provincias pelos incansaveis e distinctos litteratos Berredo, Rocha Pitta, bispo Azevedo, Monselhor Pisarro, Frei Gaspar, Durão, visconde de Cairú e de S. Leopoldo, conselheiro Balthasar Lisboa, Rebello, Ayres do Casal, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellegarde e outros muitos, se formará no nosso Instituto o corpo da historia geral brasileira, encendrado pela philosophia de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus factos, afim de serem dignamente comprehendidos. (grifos meus)(f. 16 – 17)

Nos grifos acima, destaco três aspectos importantes: o primeiro diz respeito ao recolhimento dos elementos da geografia e da história espalhados pelas províncias, “e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia [a história nacional]”. O segundo aspecto chama atenção para o trabalho conjunto de vários profissionais das províncias que colaborariam para “*huma historia geral e filosofica do Brasil*”, dada a dificuldade de esse trabalho ser realizado por um só homem. O terceiro aspecto é do aproveitamento dos trabalhos já realizados por escritores que se detiveram em escrever sobre questões vinculadas às províncias, como, também, de outros autores que estivessem próximos ao projeto de história nacional pretendido pelo Instituto e pudessem colaborar.

Temos, nessas passagens, os primeiros elementos para pensar numa abertura do Instituto para os elementos de histórias provinciais que colaborassem para a história geral do Brasil. Nela, haveria espaço para as historias das províncias e da colaboração de literatos que se interessaram ou que se interessassem por essas histórias.

Passemos agora para a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Friederich Phillipe von Martius, escrita em 1843 e publicada na RIHGB em 1845. Esse trabalho foi ganhador do concurso lançado pelo IHGB, que pretendia lançar as bases para a história nacional. Participaram do concurso apenas dois estudiosos: o naturalista alemão Karl F. P. von Martius e Júlio de Wallenstein. O projeto de Wallenstein não representou a novidade pretendida pelo Instituto, propondo o estudo da história do Brasil por décadas. Martius, por sua vez, não recomendou uma periodização, mas na apresentação dos principais elementos que deveriam constituir a história nacional, bem como os principais problemas a serem resolvidos pelo historiador interessado em tal projeto. Para Martius, a história do Brasil teria que ser escrita pelo que lhe havia de mais particular, ou seja, “do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d’essas três raças”, a saber, “a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica” (MARTIUS, 1845: f. 382), sendo os portugueses o *motor da história do Brasil*.

Abaixo segue uma passagem da monografia, que destaca o lugar das histórias provinciais na história do Império do Brasil, para Martius:

Sobre a forma que deve ter uma historia do Brazil, seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as provincias, em separado, são de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo não satisfazem ainda ás exigencias da verdadeira historiographia, porque se resentem de mais certo espirito de chronicas. (...).

Aqui se encontra grande difficuldade em consequencia da grande extensão do territorio brasileiro, da immensa variedade no que diz respeito á natureza que nos rodeia, aos costumes e usos e á composição da população de tão disparados elementos. (...).O autor, que dirigisse com preferencia as suas vistas sobre uma destas circumstancias, corria perigo de não escrever uma historia do Brazil, mas sim uma serie de (f. 407 - 408) historias especiaes de cada uma das provincias. Um outro porém, que não desse a necessaria attenção a estas particularidades, corria o risco de não acertar com este tom local que é indispensavel onde se trata de despertar no leitor um vivo interesse e dar às suas descrições aquella energia plastica, imprimir-lhe aquelle fogo, que tanto admiramos nos grandes historiadores.

Para evitar este conflicto, parece necessario que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do paiz em geral, conforme o que tenha de particular com a mãe patria, e as mais partes do mundo; e que, *passando logo para*

aquellas partes do paiz que essencialmente differem, seja realçado em cada uma dellas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a historia. Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada província; mas omitir, pelo contrario, tudo aquillo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjunctamente aquellas porções do paiz que, por analogia da sua natureza physica, pertencem umas ás outras. Assim, por exemplo, converge a historia das províncias de S. Paulo, Minas, Goyaz e Matto-Grosso; a do Maranhão se liga á do Pará, e á roda dos acontecimentos de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Parayba. Enfim, a historia de Sergipe, Alagôas e Porto Seguro, não será senão a da Bahia.

*Para um tal trabalho, segundo certas divisões geraes do Brazil, parece-me indispensavel que o historiador tivesse visto esses paizes, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim, poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Imperio, explical-os pela particularidade do solo que o homem habita; e collocar-o em um verdadeiro nexu pragmatico para com os acontecimentos da visinhança. **Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjuncturas históricas.***

[..]

(...) Ellas imprimirão á sua obra um attractivo particular para os habitantes das differentes partes do paiz, porque nesta diversas descrições locaes, reconhecerão a sua propria habitação, e se encontrarão, por assim dizer, a si mesmos. Desta sorte ganhará o livro em variedade e riqueza de factos e muito especialmente em interesse para o leitor Europeo. (grifos meus) (MARTIUS, 1845: folhas 399- 401)

Podemos ressaltar alguns pontos importantes para a reflexão sobre como a história provincial deveria ser assumida pelo historiador nacional, para Martius. Primeiro, o autor retoma a importância das obras publicadas sobre as províncias, como faz o Januário da Cunha Barbosa, mas diz que elas são insuficientes pelo seu espírito de crônica. Segundo, enfatiza a dificuldade de se conhecer a diversidade do país, pela sua extensão territorial. Terceiro, diz dos riscos de o historiador do Brasil ficar voltado para as histórias provinciais, mas também daqueles que desconsiderem sua importância. Para isso, estabelece como o historiador deve agir com relação às histórias provinciais, retirando delas o que lhe havia de mais essencial, particular, e omitindo as repetições. Por fim, defende que houvesse uma convergência das histórias

provinciais numa divisão em “regiões”, para que, assim, os historiadores conseguissem atingir a diversidade do país. Nesse sentido, fala da necessidade de o historiador percorrer o território para perceber as peculiaridades das diversas “regiões”.

Esta diversidade não é suficientemente reconhecida no Brazil, porque há poucos brasileiros que tenham visitado todo o paiz; por isso formam idéas muito erroneas sobre circumstancias locais, facto este que sem duvida alguma muito concorre para que as perturbações politicas em algumas provincias só se podiam apagar depois de longo tempo. (idem, folhas 400- 401)

Dito isso, podemos perceber qual a relação que as histórias provinciais deveriam ter para a unidade do país.

Só agora principia o Brazil a sentir-se como um todo unido. Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas provincias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrucção judiciousa; cada uma das partes do Imperio deve tornar-se cara ás outras; deve procurar-se provar que o Brazil, paiz tão vasto e rico em fontes variadissimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favoravel desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarchia, a estabelecer, por uma sabia organisação entre todas as provincias, relações recíprocas. Em quanto não poucas vezes acontecerá que os estrangeiros tentem semear a zizania entre os interesses das diversas partes do paiz, para assim, conforme ao *divide et impera*, obter maior influencia nos negocios do estado; deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer occasião afim de mostrar que todas as provincias do Imperio por lei organica se pertencem mutuamente, que seu propicio adiantamento só póde ser garantido pela mais intima união entre ellas. (idem, f. 402)

Assim, as histórias provinciais, além de serem condição necessária aos aspectos historiográficos da história do Brasil, também eram tema das disputas políticas para a unidade nacional. A história do Império do Brasil passaria necessariamente pelas provincias, dada a necessidade de considerá-las fazendo parte da nação.

Passemos agora, para o terceiro documento, escrito por Raimundo José da Cunha Mattos.

O Sr. Bellegarde quando fez o seu último discurso em sessão do dia 15, sustentou que se deve escrever por épocas distinctas a história philosophica do imperio do Brasil; e consecutivamente apontou algumas d’essas eras, ou períodos que lhe pareceram mais próprias para a organisação, e arranjo de toda a obra: outros senhores discorreram em mesmo sentido, indicando todavia maior ou menor

numero de épocas; e ultimamente o Exm. Sr. Visconde de S. Leopoldo, ferindo com mão de mestre o complexo dos argumentos, mostrou, e parece-me que mui bem, *que por ora não estamos habilitados a escrever a historia geral do imperio do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários.* – Felizmente o Exm. Sr. visconde *faz honra á minha opinião, quando quer que indaguemos em primeiro lugar a historia particular das províncias, para com bons materiaes escrevermos a historia geral do império brasileiro.* (grifos meus)

Este documento guarda uma peculiaridade. A “Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil”, escrita por Cunha Mattos em 1838, só foi publicada em 1863 na RIHGB, o que pode demonstrar as tensões sobre os projetos de se escrever a história nacional no interior do Instituto. Nessa dissertação, Cunha Mattos trata de um tema bastante caro às discussões porvindouras da historiografia brasileira do século XIX, qual seja, o sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. A periodização da história do Brasil era assunto recorrente entre os autores/sócios do IHGB, vide o caso de Henrique Julio de Wallenstein (1843), Capistrano de Abreu (1884) e Tristão de Alencar Araripe (1894), dentre outros textos publicados na RIHGB.

No entanto, o que destaco na dissertação escrita por Cunha Mattos é a sua defesa com relação ao lugar que as histórias provinciais deveriam ter no projeto de história do Império do Brasil no século XIX. Cunha Mattos, de acordo com o Visconde de São Leopoldo, defende que primeiro sejam levantados um número suficiente de documentos e histórias das províncias, para que só assim fosse empreendido o esforço de uma história geral do Brasil. Temos, portanto, uma postura diferenciada com relação às histórias locais. Se, para Januário da Cunha Barbosa, as histórias sobre temas provinciais deveria ser apenas consideradas pelo historiador nacional; e para von Martius, elas teria seu lugar de importância, mas que o historiador deveria, com astúcia, retirar delas o que havia de singular e que contribuísse à história geral; para Cunha Mattos, o intuito primeiro deveria ser o de conhecer e pensar essas histórias. Enquanto para Januário Cunha Barbosa e von Martius a história geral se utilizaria dos fatos históricos já escritos sobre as provinciais, para Cunha Mattos essas histórias provinciais não eram suficientes para compor a história geral do Império do Brasil. Assim, “por ora não estamos habilitados a escrever a historia geral do imperio do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciais para isso necessários”. Cunha

Mattos, ainda concordando com o Visconde de São Leopoldo, aponta que em primeiro lugar se deveriam estudar as histórias provinciais, “para com bons materiais escrevermos a historia geral do império brasileiro”.

Com isso, podemos entender um pouco do ambiente intelectual do IHGB e mais especificamente as menções sobre como as histórias provinciais foram pensadas por alguns membros do Instituto. Mas uma pergunta tem que ser feita. Qual a contribuição feita por intelectuais sobre as histórias provinciais? Além dos fatos comentados sobre as províncias, quais as histórias provinciais foram endereçadas ao IHGB, com a finalidade de contribuir com a história nacional? Essas são perguntas que devem motivar pesquisadores/as interessados/as na historiografia brasileira do século XIX, vinculada ao IHGB e aos projetos de história nacional. Este texto, fruto da dissertação de mestrado, pretende apresentar um projeto de história provincial apresentado ao IHGB com a pretensão de obtenção de sócio por Tristão de Alencar Araripe.

TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE E A HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ

O autor

Tristão de Alencar Araripe nasceu no dia 07 de outubro de 1821, na vila de Icó, na então província do Ceará. Ele foi membro da família Alencar, uma das mais tradicionais do sertão cearense. A tradição da família deve-se ao seu envolvimento político na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador em 1824, movimentos republicanos de grande magnitude, ligados também ao próprio processo de independência do Brasil.

Tristão de Alencar era filho do tenente-coronel Tristão Gonçalves e sobrinho do senador Martiniano de Alencar, portanto neto de Bárbara de Alencar, a matriarca da família, heroína do movimento republicano das províncias do Norte em 1817 e 1824. A família Alencar teve grande prestígio político no século XIX, principalmente na primeira metade deste século, sendo difícil deixar de falar de Tristão sem essa referência.

Formado em Direito em 1845, na faculdade de São Paulo, logo foi alocado aos quadros do funcionalismo público e depois da política. Essa carreira, iniciada na faculdade, já era conhecida à época. Segundo José Murilo de Carvalho (2007), fazia

parte da lógica da administração pública do império aproximar os seus bacharéis para assim ter garantido o preenchimento dos postos de trabalho, principalmente nas províncias. Era um percurso muito comum no segundo reinado. Tendo o bacharelado em Direito, logo em seguida o que se pretendia era a ocupação de uma função pública, um cargo no executivo ou no legislativo. Era assim como um cumprimento de etapas: primeiro a faculdade de Direito, depois o cargo público, e logo em seguida a efetivação na vida política. Não foi diferente com Tristão de Alencar Araripe, que foi de Chefe de polícia no Ceará, Espírito Santo e Pernambuco a presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, além de deputado provincial e geral pelo Ceará.²⁸⁰

Conhecendo um pouco da formação familiar e política de Tristão de Alencar, podemos chegar ao ponto central deste trabalho. Não é pretendido aqui investigar a família Alencar, apesar de ser uma iniciativa instigante pela exiguidade de trabalhos sobre esse assunto, principalmente sobre os nomes centrais nos movimentos de dezessete e vinte e quatro (Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano de Alencar). O que se pretende é apresentar as principais características da produção historiográfica de Tristão de Alencar Araripe, destacando o seu projeto para a História do Ceará e a contribuição dessa para a história nacional. Além do livro, outros documentos poderiam ser analisados, a fim de perceber as afinidades deste autor com a escrita da história. Seus escritos no jornal *O Cearense* poderiam render muitas outras análises, que por ora não cabem às intenções deste texto. Neles poderíamos perceber a influência da história clássica da Grécia e de Roma, bem como os seus estudos sobre a Revolução Francesa.

Destaco agora a necessidade de uma compreensão mais apurada do livro que teremos como centro das nossas discussões, *História da província do Ceará – desde os tempos primitivos até 1850*, publicado em 1867. Para isso temos de considerá-lo como a primeira tentativa sistemática de produção historiográfica sobre o Ceará. De acordo com José Honório Rodrigues:

(...) sobressai como primeiro historiador cearense Tristão de Alencar Araripe. Primeiro em ordem cronológica, um dos primeiros na

²⁸⁰Esses dados foram colhidos na cronologia da trajetória política de Tristão de Alencar Araripe, IN: SILVA, Ítala Byanca Morais da. Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

orientação e nos rumos novos que tentou imprimir ao trabalho histórico. (Rodrigues, 2002, p. 28)

É um nascimento para a historiografia. A produção de Alencar Araripe inaugura a escrita da história do Ceará, e o Ceará nasce para a História na sua escrita.

A Obra

Analisando o livro *História da Província do Ceará*, na sua segunda edição, José Aurélio Câmara faz ponderações sobre essa produção no que diz respeito ao prefácio da obra feita por Tristão e o seu conteúdo. Há um descompasso entre a obra iniciada em 1847 e o prefácio escrito por Tristão em 1862, pois o autor nesse prefácio diz das suas intenções iniciais para a produção do livro.

Quando cursava as aulas preparatórias, tive em mãos um compêndio da História do Brasil, no qual, tratando-se da proclamação da independência nas províncias do Piauí e Maranhão, dizia-se, os “Cearenses, como horda de vândalos, haviam invadido essas duas províncias, cometendo tropelias e latrocínios”. (Araripe, 2002, p. 27)

Logo em seguida diz das suas impressões:

No verdor dos anos essas expressões fizeram-me grave impressão, magoando um coração juvenil, que já sentia o amor do torrão pátrio.

Desconhecedor dos fatos não podia, contudo, crer na realidade de expressões que, por semelhante forma, infamavam o nome cearense. (Araripe, 2002, p. 27)

E do seu impulso inicial para o seu projeto.

Tomei então o propósito de oportunamente estudar os fatos ocorridos por ocasião da independência de minha província e quando ali, no exercício de um cargo de judicatura, passei os anos de 1847 a 1850 procurei revolver os documentos contemporâneos. (Araripe, 2002, p. 27)

Mas o interesse de Tristão de Alencar Araripe com a escrita desse trabalho não era apenas explicar o processo de independência da província do Ceará. O que estava em jogo era a reputação da família Alencar, pois seu pai e seu tio haviam sido personagens centrais no processo de independência das províncias do Piauí e do Maranhão, além de terem se envolvido na Revolução de 1817 e na Confederação do Equador, em 1824.

(...) julguei dever tirar do silêncio as notas que escrevi relativas aos acontecimentos políticos, em que meu pai e meu tio figuraram na época da independência e da Confederação do Equador, publicando o trabalho como estava escrito, aguardando ocasião de o rever e corrigir, se os tempos permitirem. (Araripe, 2002, p. 29)

O que mais chama a atenção nessa passagem é a indicação de Araripe a um trabalho já realizado que lhe demandaria alguma correção e publicidade. O fato é que somente edição de 1867 contou com a intenção inicial de reaver ou revisar a história da família Alencar. Ainda mais que essa era uma das finalidades do livro, indicado pelo próprio autor no mesmo prefácio:

(...) 1ª) mostrar que os cearenses, aceitando com entusiasmo a idéia da independência nacional, são dignos de louvor pelo importante serviço de haverem concorrido com esforço, para que em mais duas províncias essa independência fosse proclamada; 2ª) mostrar que os finados tenente-coronel Tristão Gonçalves e senador José Martiniano de Alencar foram sempre guiados por intenções retas e acrisolado amor de seu país em todos os atos públicos em que tomaram parte. (Araripe, 2002, p.29)

Não é difícil perceber, ao longo da leitura da *História da Província do Ceará*, a falta dos fatos ocorridos no início do século XIX (1800 a 1850), principalmente por saber que seria esse o espaço de tempo mais precioso para o autor, pois foram nos eventos dessa época que houve mais destaque de sua família. A “História” de Tristão, que pretendia ir “desde os tempos primitivos até 1850”, finda em 1800.

Essa falta foi diagnosticada e comentada por muitos intelectuais, como o Barão de Studart e o próprio Capistrano de Abreu (Câmara, 1958, p. VIII). José Aurélio Câmara também se interrogou sobre essa “lacuna” na obra de Tristão; apontou algumas possibilidades, mas não chegou a uma compreensão efetiva sobre a questão.

Interessada por esse assunto, principalmente para compreender o que pode ter acontecido para haver esse descompasso entre as intenções de Tristão, colocadas no prefácio, e a obra escrita, a historiadora Ítala Byanca Morais da Silva escreveu o trabalho *Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará*. A abordagem da autora foi de tentar perceber essa questão como uma escolha, não como uma falha. Para isso, o percurso traçado pela autora foi de perceber a trajetória de Tristão, sua vida e o seu lugar social. Uma estratégia acertada, pela possibilidade da visualização do lugar social que o autor estava inserido. Na conclusão de seu trabalho, Ítala Byanca aponta que:

Tristão de Alencar Araripe antes de ser um historiador era um político e um funcionário público ligado diretamente ao governo imperial. Qualquer tipo de colocação indevida sobre a Confederação do Equador ou qualquer movimento que incitasse a fragmentação do império poderia resultar na sua expulsão ou exílio desse “campo do poder”. Assim Araripe não escreveu a história do Ceará mostrando a importância da sua família, escreveu uma história atrelada aos cânones do IHGB, com temática indígena e mostrando os caminhos do povoamento e colonização do Ceará. (SILVA, 2006, p. 80-81)

E assim a questão tão comentada sobre a produção da História da Província do Ceará ganha outro patamar de compreensão, restando aos leitores dessa obra e atentos a essa discussão especular da possibilidade de textos não encontrados de Tristão sobre a história da família Alencar.

O que deve ser destacado aqui, entretanto, é que, ao escolher não tratar dos primeiros 50 primeiros anos do século XIX, Tristão se afastou das suas intenções iniciais de reaver e revisar a história da família Alencar. Ao fazer isso, a *História da Província do Ceará* teve contornos diferenciados, atendendo a outros propósitos. A obra, publicada em Recife, Pernambuco, não foi escrita para os cearenses, ela foi endereçada a outro público. A imediata vinculação de Tristão ao IHGB não pode ser interpretada por acaso, uma vez que, apenas 3 anos depois da publicação da História da Província do Ceará, ela serviria para a candidatura de Tristão a sócio do IHGB.

Sobre a vinculação de Tristão ao projeto de escrita da história nacional pretendida pelo IHGB, temos que fazer algumas ressalvas. A primeira delas é de que não havia modelo definido sobre como deveria ser escrita a história do Brasil e das províncias. Os documentos apresentados aqui, bem como outros textos da RIHGB sustentam essa hipótese. Segundo, que por não haver modelos, mas sim orientações do IHGB sobre como deveria ser escrita a história no século XIX, as propostas de histórias eram rejeitadas ou aprovadas pelo Instituto. Dito isso, podemos comparar dois projetos endereçados ao IHGB, com o intuito de contribuir com a história nacional: A História Geral do Brasil, de Francisco Adolpho de Varnhagen e a História da Província do Ceará. Guardadas as proporções e o impacto da recepção dentro do IHGB, podemos aproximar essas obras no que diz respeito ao projeto de se escrever a história do Brasil. Mesmo a obra de Varnhagen não agradara completamente o corpo de sócios do IHGB, como nos lembra Lucia Maria Pascoal Guimarães (1995).

Dito isso, passemos agora às principais características da História da Província do Ceará, para que assim consigamos perceber como essa história pode ser aproximada das orientações com relação à escrita da história feitas pelo IHGB.

Em sua 2ª edição, datada de 1958, a História da província do Ceará conta com 178 páginas, dispostas em 8 capítulos. Dentre eles, os temas mais presentes são: o descobrimento e o reconhecimento do litoral, bem como da carta topográfica do território; as tribos indígenas, a conquista e o processo de aldeamento; o progresso da população e arrolamento da mesma; a administração da Capitania nos tempos coloniais; as entradas nos sertões: sesmarias e a distribuição de terras na Capitania, cultura do gado e lavoura e a opressão dos índios (aldeamentos); explorações do Ceará, missões jesuíticas, fundação da capitania, sua participação na expulsão dos franceses, ocupação holandesa; primitivos capitães-mores, governo regular, capitania subalterna, governadores de 1700 a 1799, incursões dos indígenas e guerra contra eles, contendas particulares, etc.; e estado material e moral da Capitania.

Está presente ao longo do texto de Tristão um interesse permanente em informar não somente o processo histórico, mas de apresentá-los também no seu estado presente. Pela impressão do texto em Recife – Pernambuco, circulação no Rio de Janeiro e pela doação da obra pelo autor a sócios do IHGB, bem como do interesse em compor o corpo de sócios do Instituto, podemos afirmar que Tristão apresentou a província do Ceará à corte, ao IHGB. Sua história foi um esforço em organizar os tantos documentos esquecidos e mal preservados da província e anunciá-los à historiografia, notadamente vinculada ao IHGB.

Os temas tratados na obra estão em consonância com aqueles pretendidos/defendidos pelo Instituto, sobretudo por Januário da Cunha Barbosa e Martius, com observou Ítala Bianca. Três temas absorveram quase 73% da revista, segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988:20): a problemática indígena, viagens e explorações científicas durante o período colonial e o debate da escrita da história regional. Sendo assim, a obra de Tristão se encaixa perfeitamente com as aspirações do Instituto para a escrita da história no século XIX.

Tristão escrevera sobre o povoamento da Capitania, bem como do estado de vida dos indígenas presentes nesse processo; das missões jesuíticas como o meio pelo qual se deveria levá-los à civilização, em consonância com a proposição de Januário da

Cunha Barbosa, em artigo na RIHGB de 1840: “Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios estranhos em nossos sertões”. Nesse artigo, a história indígena se confunde com a história das missões jesuíticas. Tratou também da distribuição geográfica dessas populações, com seus usos, costumes e língua. Apresentou os limites geográficos do território, e a administração da Capitania, primeiro vinculada ao Maranhão e logo depois a Pernambuco.

Pensar na história das populações indígenas, ou das missões jesuíticas que almejavam a libertação dessa população, era pensar qual o lugar do indígena na Nação. Assim, para se contar a história do império, portanto, estabelecer um ponto de partida para o progresso vindouro, necessitava-se pensar no passado, ou seja, nos povos indígenas, que se tornaram o seu símbolo. Explorar as missões jesuíticas era apostar na civilidade *versus* a barbárie, e na vitória da razão. Tristão, se colocou contra a violência no processo de povoamento e catequese indígena. Diz que a sujeição dos indígenas se deu pelas armas e pelas missões, mas ressalva:

Se do emprêgo das armas resultou o temor, o espanto e a extinção dos míseros gentios, veremos que do emprêgo dos meios evangélicos resultados verdadeiramente benéficos se colhiam, chamando os selváticos íncolas ao grêmio da religião e aproveitando-os para a civilização. (ARARIPE: 1958: 55)

Tristão era um iluminista, defensor da razão e da civilização. A civilidade era a sua maior defesa. Assim, nem os colonos nem os indígenas seriam dignos de compaixão. Primeiro os colonos que, ansiosos pelos bens materiais, se afastavam do ideal civilizado, pois passavam por cima das estruturas existentes e faziam suas próprias leis, usando a violência; da mesma forma os indígenas, que, dispensando a catequese e o trabalho nas vilas, se afastavam da civilidade.

Para Tristão, não seria pela violência que chegaríamos ao progresso e à civilização, mas sim pela inteligência: “A fraqueza do indígena cedeu ao valor e à inteligência dos forasteiros, que das plagas ocidentais da Europa vieram fundar um grande estado no vasto solo brasileiro” (Idem, 2002:15).

Fica claro ao longo da obra que Tristão não é defensor da violência, um dos motivos, inclusive, que o levou a considerar Martim Soares de Moreno o verdadeiro “fundador” do Ceará, a despeito de Pero Coelho de Sousa, que usou da violência em suas investidas. Soares de Moreno foi o que mais se aproximou do ideal civilizado,

tentando convencer os indígenas através da conversa, e não pela violência, atitude assumida por Pero Coelho.

Por fim, Tristão, que dedicou os anos de 1847 a 1850 à pesquisa para a sua obra, ofertou como contribuição à história nacional a História da Província do Ceará, em consonância com os anseios do IHGB, nas defesas de Januário da Cunha Barbosa e Martius, mas, sobretudo, próximo ao que defendeu Raimundo José da Cunha Mattos, indicando que ainda não se poderia escrever sobre a história do império. Em prefácio de 1862, Tristão aponta:

Nas futuras idades se escreverá a história do Império: por ora só materiais podemos reunir; e a história parcial das províncias constituirá o depósito desses materiais. (idem, 1958: 15)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano Honório de. Programma de história do Brasil. **Gazeta Litteraria**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1884, n. 20, p. 377-80.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. **Revista Trimestral do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1894, t. 57, parte 1, p. 259-90.
- _____. **História da Província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. 2 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958.
- BARBOSA, Januario da Cunha. **Discurso**. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1839, t. 1, p. 9-18.
- CÂMARA, José Aurélio. Prefácio da segunda edição da História da Província do Ceará. In: ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. 2 ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1958, p. VII-XII.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. *Teatro de Sombras*: a política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

- DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: a formação do Estado e da Nação (c.1770-1850)**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 431-468.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 - 1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a. 156, n.388, p. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições Anpuh.
- _____. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vértice (1), 1998.
- _____. (org.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do systema de escrever a história antiga e moderna do Imperio do Brasil. **Revista do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, 1863, t. 26, p. 121-43.
- MARTIUS, Karl Friederich Phillipe von. Como se deve escrever a historia do Brasil. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1865, t. 6, 2 ed., p. 389-411.
- RODRIGUES, José Honório. A historiografia Cearense na Revista do Instituto do Ceará. In: _____.; RODRIGUES, Leda B. (Orgs) **Índice anotado da revista do Instituto do Ceará** (do tomo I ao LXVIII). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 15-54.
- SILVA, Ítala Byanca Moraes da. **Tristão de Alencar Araripe e a História do Ceará**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial**. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro/ São Paulo: DIFEL, 1978.

WALLENSTEIN, Henrique Julio de. Memoria sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. **Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**, Rio de Janeiro, 1882, t. 45, parte 1, p. 159-60.

O intelectual cortesão e a civilização: Um perfil dos fundadores do IHGB e de sua Revista - *Sérgio Campos Gonçalves**

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Illustração, que em differentes épocas se manifestaram em o nosso continente.

José Feliciano Fernandes Pinheiro
Visconde de São Leopoldo²⁸¹

224

Introdução

Em sua batalha contra os ideais de orientação bergsoniana, diante de uma filosofia da mobilidade, da mudança e da fluidez do mundo moderno, Julien Benda (1867-1956) advogava a manutenção atemporal dos valores universais da razão, sobre os quais repousaria a unidade da humanidade. Tais valores formavam o núcleo de sua compreensão prescritiva da figura do intelectual, tributária de uma moral iluminista, que associa as noções de progresso e de verdade ao papel esclarecedor do agente de letras:

Considero que a humanidade compreende duas espécies de homens, cujas funções são antitéticas, mas de cuja combinação deriva, entretanto, a civilização: os primeiros criam as instituições em detrimento da moral, os segundos pregam a moral em detrimento das instituições; os primeiros são fundadores de impérios, os segundos são clérigos; se não existissem no mundo mais que os primeiros, a humanidade progrediria, mas não haveria nada além de barbárie; se não existissem mais do que os segundos, a humanidade seria moral, mas não progrediria.²⁸²

Assim, para Benda, o intelectual desempenharia um papel determinante pelo equilíbrio da civilização, assunto frequentemente em pauta após a Primeira Guerra Mundial. De fato, o capítulo da história das ideias acerca do conceito de civilização revela que a supremacia do paradigma civilizatório ocidental, que moldara a visão de mundo dos europeus e exercera grande influência sobre os povos ligados à matriz filosófica europeia, entrou em crise na primeira metade do século XX, a partir das duas grandes guerras

* Na ocasião do 5SNHH, este estudo contou com a colaboração das gentis palavras da Profa. Lucia Maria Paschoal Guimarães e do Prof. Valdei Lopes de Araujo, aos quais o autor agradece.

²⁸¹ PINHEIRO, 1839.

²⁸² BENDA, 1946: 115-116. Apud BOBBIO, 1997:50.

mundiais, da grande depressão nos EUA e do Holocausto. Esses eventos colocaram em xeque a fundamentação do modelo ocidental-europeu enquanto referência para alcançar a civilização, o progresso e o desenvolvimento.²⁸³ Nesse contexto - classificado por Norberto Bobbio como um triunfo do irracionalismo -, Benda permaneceu agarrado à tradição clássica do racionalismo ocidental, à custa de parecer anacrônico, diante do declínio da fé oitocentista na ciência, das filosofias positivistas e materialistas.²⁸⁴ Para Benda, o intelectual verdadeiro deveria ser o porta-voz dos valores universais e eternos do espírito humano, enquanto que o intelectual moderno seria traidor de sua função, por aderir aos interesses das contingências nacionalistas e de colocar as paixões temporais acima dos bens espirituais.²⁸⁵

Apesar da frequente crítica de que seu idealismo sem sentido no mundo urbanizado e industrializado ignorava as pressões políticas e econômicas causadas pelas transformações estruturais da sociedade de moderna, a obra de Benda tornou-se referência tanto para o estudo das representações da figura do intelectual quanto no próprio meio intelectual, para justificar seus modos de participação política, pois, notadamente a partir do caso Dreyfus e do contexto de crise do ideal civilizatório do Ocidente, a tese de Benda comporta uma preocupação própria do mundo intelectual: a questão da independência e do distanciamento entre o pensamento e as suas formas de apropriação pela política.²⁸⁶

Tal questão, no entanto, não se colocava desse modo no século XIX, no auge da justificativa do colonialismo europeu pela ideia da missão civilizatória do Ocidente. Nesse contexto, a figura social do intelectual não participava de uma tensão entre ação e valores do homem político, de Estado, e ação e valores do sábio-pensador, pois, ao contrário, o discurso de ambos frequentemente se legitimava nas determinações universais da razão e em uma filosofia teleológica da história que compreendia a inevitabilidade do tempo rumo ao progresso. Mesmo quando falava para e pela nação, o significado da figura do sábio, do homem de letras e de Estado definia-se a partir da moral racionalista-iluminista e em nome da civilização. Assim como para o intelectual verdadeiro de Benda, antes da crise de

²⁸³ Sobre a concepção da supremacia do paradigma civilizatório ocidental, ver FLUTHY, 1961: 483-495; IGGERS, 1965; ALLARDYCE, 1982; NISBET, 1985; SHWEDER, 2002: 117-121 e BOWDEN, 2009.

²⁸⁴ BOBBIO, 1997:54.

²⁸⁵ BENDA, 1999.

²⁸⁶ Cf. WINOCK, 2000: 248-256.

legitimidade do colonialismo moderno e da queda da convicção da missão civilizatória européia, a figura social do sábio/pensador/ilustrado – hoje, o intelectual - possuía um papel de porta-voz da razão e dos valores da humanidade universal.²⁸⁷ A partir dessas referências - e amparado na noção de elite como grupo detentor de um certo poder e/ou como produto de uma seleção social²⁸⁸ -, este texto busca evidenciar a relação entre a política cultural do Estado imperial no Brasil e o perfil do grupo de letrados responsável pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e de sua revista.

O IHGB foi um palco privilegiado da política cultural do Império no século XIX. Enquanto os fundadores do Instituto participavam da rede de sociabilidades na qual se consolidava a posição dos homens de Estado que orbitavam a Corte, sob seus holofotes, promulgou-se a versão oficial da trajetória histórica do Brasil nas páginas de sua revista. Este artigo apresenta um estudo sobre a articulação da biografia coletiva dos fundadores do IHGB e de sua Revista com a política cultural do Estado imperial brasileiro, em que se observa, sobretudo, como o perfil dos membros do Instituto conformava determinada figura de intelectual através de sua rede de sociabilidades, sua mentalidade civilizatória e a cultura política de sua geração. Não se trata, contudo, de uma abordagem prosopográfica dos itinerários atenta às sensibilidades subjetivas individuais e nem de tentar alcançar as genealogias de influência através de um mapa dos grandes eixos de engajamento político. Ao contrário, apesar de atentos à recomendação de Jean-François Sirinelli, de buscar um meio-termo entre a acepção sociocultural ampla do intelectual e a organização de seu grupo “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes”²⁸⁹, procura-se dar conta de uma microanálise do grupo social que apreende os espaços e os mecanismos de poder envolvidos com a figura de intelectual da época, para, com isso, evidenciar que o significado do intelectual no contexto da fundação do IHGB se define através de um discurso que une a fala em nome da razão, da humanidade e da civilização à fala em nome do Estado e da nação.

Política cultural e elite intelectual

²⁸⁷ BOBBIO, 1997: 141-174.

²⁸⁸ LALOUETTE, 2006: 55-74. Sobre a noção de elite cultural, ver SIRINELLI, 1998. Cf. BOURDIEU, 1998.

²⁸⁹ SIRINELLI, 2003.

A ideia de civilização aportou no Brasil, sobretudo, quando a família real portuguesa exilou-se no Rio de Janeiro com sua Corte em 1808. Juntamente com todos os instrumentos burocráticos, administrativos e de ordenamento jurídico, a família real de D. João VI trouxe sua concepção de mundo e seu aparato de poder institucional e simbólico. Como decorrência, a política cultural joanina serviu-se fartamente dos ícones de civilização para legitimar-se e para tentar forçar a aproximação do Brasil com o padrão civilizatório europeu.²⁹⁰

Os esforços por transformações civilizadoras que aconteceram no Rio de Janeiro com D. João VI não mudaram substancialmente seu rumo com as vicissitudes que vieram a seguir. Ao contrário, já no reinado de D. Pedro I há o aprofundamento e a expansão daqueles empreendimentos iniciados no período joanino. Do mesmo modo, com o início da Regência, em 1831, e, igualmente, com o Segundo Reinado, após 1840, “*essa marcha das luzes e do progresso [...] em pouco, ou quase nada, mudará seus rumos*”, conforme Jean Marcel Carvalho França destaca. Nesse longo período que vai até o final do Império, argumenta França, o que efetivamente teria ocorrido foi “a consolidação de um processo cujas linhas mestras são a urbanização da cidade e a europeização de sua população”, as quais, para os contemporâneos da época, representavam aproximar-se dos estágios mais avançados de civilização.²⁹¹

Na cidade do Rio de Janeiro, o processo de urbanização foi fundamental para que os hábitos e costumes da sociedade fluminense herdados do isolamento colonial fossem confrontados com a pretensão cosmopolita dos ideais de civilização e progresso. Com a autonomia política do país e com a intensificação da participação da elite cortesã no Estado, a *intelligentsia* imperial preocupa-se em conceber no Brasil a nação que se queria construir. Independente desde 1822, restava ao Brasil adquirir uma estrutura cultural própria, estabelecendo uma literatura, uma geografia e, especialmente, uma história. Nesse contexto, segundo França, a elite cortesã imperial envolvida com a fundação da ideia de nação aspirava à criação “de uma comunidade de valores apta a gerar no brasileiro o sentimento de pátria” com vistas a “formar o povo”, para “torná-lo *esclarecido, ordeiro e trabalhador* o suficiente para que pudesse colaborar mais decisivamente para o progresso do país”. Isso foi evidente na fundação de diversas

²⁹⁰ Ver MALERBA, 2000: 126 e SCHWARCZ, 2002: 256-332.

²⁹¹ FRANÇA, 1999: 41-42. Cf. BOSI, 1975; CÂNDIDO, 2000.

instituições, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o Real Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a agremiação mais significativa entre os intelectuais brasileiros do século XIX.²⁹²

A compreensão do perfil dos intelectuais reunidos em torno da Revista do IHGB passa, antes de tudo, pelos elementos unificadores de grupo, isto é, para compreender a estrutura dos membros fundadores, sua biografia coletiva, é preciso observar a formação de tais intelectuais através de sua procedência educacional e social e relacioná-la com suas funções políticas.²⁹³ Afinal, conforme ilustrou José Murilo de Carvalho, apesar de suas rixas e interesses diversos, tal grupo de intelectuais - essa “ilha de letrados num mar de analfabetos” - partilhava de valores e de uma linguagem comuns. Isso teria contribuído para que houvesse um acordo básico sobre a estrutura política e social no processo de formação do Estado, pois os grupos dominantes teriam desenvolvido uma capacidade de processar conflitos em respeito à estabilidade das bases do sistema imperial.²⁹⁴

Apesar dos inevitáveis conflitos envolvidos na formação do Estado na primeira metade do século XIX, havia, para Carvalho, uma “unificação ideológica da política imperial” entre os indivíduos da Corte. A educação superior teria sido um elemento importante de afinidade, em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela; em segundo lugar, porque a elite do império partilhava de um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades, em consequência de sua educação superior concentrar-se na formação jurídica; e em terceiro lugar, porque a educação superior se concentrou na Universidade de Coimbra até a Independência - depois dela, a formação intelectual da elite letrada concentrou-se em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. Carvalho compreende que a concentração geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e inculcia neles uma “ideologia homogênea

²⁹² FRANÇA, 1999: 82. “É facto que tanto o *Colégio Pedro II* quanto o Instituto atingiram apenas uma pequena parte da população carioca e menor ainda da população brasileira. Todavia, os poucos indivíduos que puderam ocupar os bancos do primeiro ou folhear as páginas do *bulletin* do segundo eram aqueles que estavam, ou viriam a estar, no controlo do leme político e cultural do país; eram, em suma, os homens que definiam os rumos da jovem nação” (Ibid.: 95). Cf. NEVES, 1999.

²⁹³ FERREIRA, 2004.

²⁹⁴ CARVALHO, 1996: 38.

dentro do estrito controle que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil”.²⁹⁵

Além disso, a elite política envolvida com o poder imperial desde a Independência apresentava, segundo Carvalho, “características básicas de unidade ideológica e de treinamento” oriundas da política de formação de elites do Estado português. Desde o início, portanto, apresentavam sua vocação para a participação na Corte. Não é por acaso que o núcleo dessa elite cortesã era formada por burocratas, notadamente por magistrados “treinados nas tradições do mercantilismo e absolutismo portugueses”. Conforme Carvalho assinala, a educação em Coimbra, a influência do direito romano, a ocupação burocrática e os mecanismos de treinamento contribuíam para dar à elite que esteve à frente da consolidação do Estado imperial um consenso básico em torno de algumas opções políticas fundamentais.²⁹⁶

A procedência educacional em torno da Universidade de Coimbra esteve ao centro da formação de várias gerações da elite do Império Brasileiro, dos anos 1820 até, pelo menos, o fim da década de 1850, a partir da qual houve um aumento da diversificação da economia e o surgimento de novas atrações de carreira. Realizada por Roderick e Jean Barman, a análise prosopográfica do primeiro círculo de sociabilidade do Império, formado por Família Imperial, Conselho de Estado, Senado e Conselho de Ministros, e de seu segundo escalão, formado por Câmara dos Deputados, Alto Comando do Exército e da Marinha e Supremo Tribunal de Justiça, sustenta que a figura do intelectual do Império foi determinado pela posse do título acadêmico, pela figura do *homem letrado*, do *bacharel*. É nessa elite política cortesã envolvida com a política imperial que se observa a estrutura do grupo que fundou o IHGB.²⁹⁷

A política cultural do Império, da qual o IHGB fez parte, foi importante para que houvesse uma mínima coerência de idéias sobre a nação e sobre o Estado que se queria elaborar. Agregados ao objetivo da pesquisa histórica, que, segundo o secretário Januário da Cunha Barbosa, visava a “eternisar pela historia os factos memoraveis da patria”, outros fins também interessavam ao IHGB.²⁹⁸ Conforme Arno Wehling analisou, tais propósitos incluíam “o ‘esclarecimento’ da sociedade, pelo desenvolvimento da ‘cultura literária’,

²⁹⁵ CARVALHO, 1996: 55.

²⁹⁶ CARVALHO, 1996: 210.

²⁹⁷ BARMAN, 1976.

²⁹⁸ BARBOSA, 1839: 9.

levando a um aprimoramento das relações sociais; o aperfeiçoamento da administração pública, com a formação de melhores quadros funcionais; e o exercício mais aperfeiçoado de cargos eletivos”.²⁹⁹ Essa concepção da ação pedagógica e civilizadora da História sobre a política e a administração pública é evidente no “Relatório do Secretário Perpétuo” apresentado durante a “Segunda Sessão Publica Anniversaria” do IHGB, em 27 de novembro de 1840:

Da ignorancia dos povos vem commumente a facilidade com que se deixão embair. [...] Até o mesmo homem de genio necessita do fio da Historia para se guiar com segurança no obscuro dedalo da politica. [...] A Historia, tornando-lhe presente a experiencia dos seculos passados, ministra-lhe conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclarão os caminhos que deve seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto, a que uma sabia manobra póde felizmente fazer chegar a nau do Estado.³⁰⁰

***Intelligentsia* imperial e cultura política**

A elite política e intelectual envolvida com o projeto historiográfico do IHGB representava, em geral, os grupos políticos moderados que eram partidários da monarquia constitucional, os quais buscavam impor um projeto político centralizador às demais regiões do país a partir de 1854. Conforme Wehling observa, estes integrantes do “partido do regresso, da ordem ou (depois) conservador”, avessos ao absolutismo e contrários ao liberalismo radical e ao republicanismo do Período Regencial, teriam reagido às forças centrífugas regionais insubmissas ao poder central do Império que ameaçavam a monarquia constitucional não apenas em sua constituição política, mas também “em seus desdobramentos econômicos, políticos, sociais e ideológicos – liberalismo, grande propriedade, escravidão, padroado, voto censitário”.³⁰¹

Naquele momento conturbado, a fundação do IHGB, em 1838 pode ser compreendida como uma forma de reação em favor da monarquia constitucional, dado que, em larga medida, significou a criação de um instrumento institucional para a elite cortesã tentar direcionar o futuro do Estado brasileiro. De acordo com Wehling, tratava-se

²⁹⁹ WEHLING, 1983: 11.

³⁰⁰ BARBOSA, 1840, *passim*. Tal idéia é algo generalizado no IHGB e está largamente disseminada nas páginas da Revista do Instituto, tanto em atas de sessões quanto em vários textos de vários autores. Para ver alguns dos mais representativos: Cf. PORTO ALEGRE, 184; COUTINHO, 1840; CASTILHO, 1848; PINHEIRO, 1839.

³⁰¹ WEHLING, 1983: 11.

de um esforço emanado do Rio de Janeiro para encaminhar politicamente o Brasil, assegurando os interesses dos cafeicultores escravistas do centro-sul, e, ao mesmo tempo, para enfrentar o que lhes parecia “federalismo excessivo (com o eventual desmembramento do país) e ameaça à estabilidade social (oposição à escravidão)”.³⁰²

Wehling fornece uma síntese precisa a respeito da determinação política da fundação do IHGB: o Instituto originou-se “da afirmação de uma elite política ideologicamente moderada (no sentido dos anos 30 do século XIX)”. A recusa desta elite ao republicanismo – “sinônimo, para o grupo, de anarquia e fragmentação” – e ao absolutismo – resquício do “partido português” –, para Wehling, “encaminha-a para a solução monárquico-constitucional, desde que escoimada das concessões liberais e regionais do Ato Adicional”. A elite letrada fluminense fez da monarquia constitucional uma solução centralizadora, pois, além de significar o controle político provincial, também garantia a conservação de seus próprios fundamentos: “grande propriedade, escravidão, sufrágio censitário, padroado”. Wehling observa que todos estes temas, quando surgiram nas páginas da Revista do IHGB em meados do século XIX, foram tratados de um ponto de vista “moderado”. Do mesmo modo que, quando alguns deles foram declaradamente combatidos, como a escravidão, “a crítica supõe sempre uma solução evolutiva e não (como o liberalismo radical) de ruptura”. Quanto ao plano do pensamento político e histórico, Wehling explica que, à perspectiva explícita do nacionalismo romântico, somou-se a concepção histórico-filosófica do historicismo: “o estudo da história permite a melhor compreensão do presente e o delineamento do futuro”. Neste aspecto, os fundadores do Instituto também teriam se filiado ao liberalismo, conforme definido no século XVIII: “um meio-termo “modernizador” ou “burguês” (conforme a definição teórica do historiador) entre o absolutismo (com os privilégios da sociedade de ordens) e a democracia (com o igualitarismo dos jacobinos)”.³⁰³

Por conseguinte, a construção do IHGB está profundamente ligada ao perfil social dos seus membros e à posição destes na configuração social da sociedade de corte imperial. Os sócios fundadores do Instituto encontravam-se em uma “ilha de letrados”, todos viviam na capital do Império, eram vinculados ao Estado monárquico, conviviam na

³⁰² “Sob esse ângulo compreende-se melhor por que partiu da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – núcleo importante da nascente cafeicultura fluminense, que tanto dependia da escravidão – a proposta de fundação do Instituto” (WEHLING, 1983: 12).

³⁰³ WEHLING, 1983: 15-16.

Corte e idealizavam um Brasil que deveria obedecer aos preceitos da civilização ocidental e europeia.

Quadro nº 1 – Fundadores do IHGB: perfil sócio-profissional

| Fundadores | Naturalidade | Escolaridade | Formação | Ocupação | Origem socioeconômica |
|--|---------------|---------------|-------------------------|---------------|-----------------------|
| Alexandre Maria de Mariz Sarmento | Portugal | N. Médio | Aulas Régias | Político | Pai: F. Público |
| Antônio Alves da Silva Pinto | S/ informação | N. Superior | Direito / Coimbra | Advogado | S/ informação |
| Antônio José de Paiva Guedes de Andrada | S/ informação | S/ informação | S/ informação | F. público | S/ informação |
| Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho | BR / RJ | N. Superior | Direito / Coimbra | Político | Pai: Militar |
| Bento da Silva Lisboa | BR / BA | N. Médio | Aulas Régias | Político | Pai: F. Público |
| Caetano Maria Lopes Gama | BR / PE | N. Superior | Direito / Coimbra | Político | Pai: F. Público |
| Cândido José de Araújo Viana | BR / MG | N. Superior | Direito / Coimbra | Político | Pai: Militar |
| Conrado Jacob de Niemeyer | Portugal | N. Superior | Escola Militar / Lisboa | Militar | Pai: Militar |
| Emílio Joaquim da Silva Maia | BR / RJ | N. Superior | Medicina / Paris | Médico | S/ informação |
| Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim | Portugal | N. Superior | A. Marinha / Lisboa | Político | Pai: Militar |
| Francisco Gê Acaiaba de Montezuma | BR / BA | N. Superior | Direito / Coimbra | Político | S/ informação |
| Inácio Alves Pinto de Almeida | BR / BA | S/ informação | S/ informação | S/ informação | S/ informação |
| Januário da Cunha Barbosa | BR / RJ | N. Médio | Seminário / RJ | Político | S/ informação |
| João Fernandes Tavares | BR / RJ | N. Superior | Medicina / Paris | Médico | Pai: F. Público |

| | | | | | |
|------------------------------------|---------------|---------------|-------------------------|-------------|---------------|
| Joaquim Caetano da Silva | BR / RS | N. Superior | Medicina / Montpellier | Professor | S/ informação |
| Joaquim Francisco Vianna | BR / RJ | N. Superior | Matemática / Coimbra | Político | Pai: Militar |
| José Antônio Lisboa | BR / RJ | N. Superior | Matemática / Coimbra | Político | Pai: Militar |
| José Antônio da Silva Maia | Portugal | N. Superior | Direito / Coimbra | Político | S/ informação |
| José Clemente Pereira | Portugal | N. Superior | Direito / Coimbra | Político | S/ informação |
| José Feliciano Fernandes Pinheiro* | BR / SP | N. Superior | Cânones / Coimbra | Político | Pai: Militar |
| José Lino de Moura | BR / MG | S/ informação | Aulas Régias | F. Público | Pai: Juiz |
| José Marcelino da Rocha Cabral | Portugal | N. Superior | Direito / Coimbra | Advogado | S/ informação |
| José Silvestre Rebelo | Portugal | S/ informação | S/ informação | Comerciante | Comércio |
| Pedro de Alcântara Bellegarde | BR / RJ | N. Superior | A. Real Militar / RJ | Militar | Pai: Militar |
| Raimundo José da Cunha Matos | Portugal | N. Superior | Escola Militar / Lisboa | Político | Pai: Militar |
| Rodrigo de Souza da Silva Pontes | BR / BA | N. Superior | Direito / Coimbra | Político | Pai: Militar |
| Tomé Maria da Fonseca e Silva | S/ informação | S/ informação | S/ informação | F. Público | S/ informação |

* Visconde de São Leopoldo

Fonte: GUIMARÃES, 1999, p. 39.

O quadro dos 27 fundadores do IHGB revela uma relação entre a procedência social, a homogeneidade cultural e ideológica dos seus membros e a vocação da historiografia produzida pelo Instituto para endossar a política cultural e civilizatória que emanava da monarquia brasileira. Neste seletto grupo, predominavam indivíduos de origem urbana, descendentes de militares e funcionários públicos que fizeram a Independência e que adotaram a monarquia para dar forma ao país. Viviam no centro do *establishment* imperial, a Corte, e formavam a “ilha de letrados” que esteve à frente da

literatura e das artes palacianas.³⁰⁴ De acordo Lúcia M. Paschoal Guimarães, “daqueles segmentos da sociedade luso-brasileira, saíram os homens públicos que dirigiram o país até meados do século XIX. Esses mesmos vultos estiveram à testa do Instituto Histórico”.³⁰⁵ Na prática, a direta participação do alto escalão do Estado monárquico gerava um reconhecimento institucionalizado da Revista do IHGB como instrumento legítimo de expressão historiográfica. Conforme Bourdieu atesta, “as produções simbólicas devem suas propriedades mais específicas às suas condições sociais de sua produção e, mais precisamente, à posição do produtor no campo de produção”.³⁰⁶

Entre esses homens públicos, como observou Arno Wehling, “a heterogeneidade funcional era compensada pela unidade ideológica”, pois quase todos os fundadores do IHGB eram indivíduos de visão nacionalista e centralizadora. De acordo com Wehling, a ação política dessa elite política “regressista” tendia a reforçar a autoridade central e a garantir a monarquia constitucional: “reação às revoltas regionais, Lei Interpretativa do Ato Adicional, reforma do Código de Processo Criminal”. A fundação do Instituto inserir-se-ia neste processo, e, por essa razão, os textos publicados na Revista do IHGB são muito claros na defesa da Monarquia constitucional e do sistema unitário como regime político ideal para o país.³⁰⁷ Membros da elite política do Império, os fundadores do IHGB professavam os mesmos ideais: “a defesa da unidade nacional, consolidação do governo civil, redução do conflito em nível nacional, limitação da mobilidade social e da mobilização política...”.³⁰⁸

³⁰⁴ Para acompanhar a história do IHGB em seus pormenores burocráticos e administrativos, ver FAZENDA, 1911.

³⁰⁵ GUIMARÃES, 1999: 42.

³⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. Op. cit., 1996: 133. “A especificidade do discurso de autoridade [...] reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* [...], é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal *reconhecimento* [...] somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem seu uso legítimo: tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, [...] deve ser pronunciado numa situação legítima, ou seja, perante os receptores legítimos [...], devendo enfim ser enunciado nas formas [...] legítimas. As chamadas condições *litúrgicas*, ou seja, o conjunto das prescrições que regem a *forma* da manifestação pública de autoridade, a etiqueta das cerimônias, o código dos gestos e o ordenamento oficial dos ritos, constituem apenas o *elemento* mais visível de um sistema de condições, as mais importantes e insubstituíveis das quais são as que produzem a disposição ao reconhecimento como crença e desconhecimento, vale dizer, a delegação da autoridade que confere sua autoridade ao discurso autorizado” (Ibid.: 91).

³⁰⁷ WEHLING, 1999: 36.

³⁰⁸ WEHLING, 1994: 155. Ver BARBOSA, 1839.

Assim, havia uma cultura política compartilhada pelo grupo de intelectuais fundadores do IHGB, para o qual a Monarquia constitucional configurava como um importante fator de coesão para seu projeto de Estado e de futuro para o Brasil. Isto é, seu perfil professava uma espécie de um código e um conjunto de referentes formalizado tanto no jogo interno da política nacional quanto em uma tradição política mais abrangente, da monarquia.³⁰⁹

Estado imperial e etiqueta cortesã

Os fundadores do IHGB eram notórios homens públicos, mas o vínculo quase visceral entre os interesses do Estado e a produção historiográfica ia além de uma simples presença de burocratas de alto escalão nos quadros institucionais, pois o Estado monárquico usufruiu da elaboração de um discurso histórico legitimador de seus interesses.³¹⁰ Por um lado, o IHGB nutriu-se do dinheiro imperial para sustentar suas atividades, tanto que, cinco anos após sua fundação, as verbas do Estado já representavam 75% de seu orçamento.³¹¹ Por outro, integrou uma “política de memória nacional”, que, segundo Arno Wehling, envolveu três frentes. Enquanto a primeira diz respeito ao plano literário, profundamente ligado ao *establishment* regressista, comprometido com a “busca da identidade nacional” através do romantismo, as demais se apresentaram a partir da ação direta do poder público: a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, instituições que visavam à consolidação da educação, da cultura e da administração pública; e a criação do IHGB, através da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o qual enunciava abertamente suas finalidades científicas, culturais, educacionais e administrativas.³¹² Com isso, é compreensível que houvesse uma expressiva afinidade entre os interesses do Estado imperial que se firmava, o projeto historiográfico do IHGB e o perfil social, político e profissional dos membros do Instituto.

³⁰⁹ Sobre o estudo do intelectual enquanto fenômeno individual e coletivo da cultura política, ver BERSTEIN, 1998.

³¹⁰ Cf. GUIMARÃES, 1995: 514-515.

³¹¹ “Cinco anos após a sua fundação, as verbas do Estado Imperial já representavam 75% do orçamento do IHGB, porcentagem que tendeu a se manter constante ao longo do século XIX. Tendo em vista que, para a realização de seus projetos especiais, tais como viagens exploratórias, pesquisas e coletas de material em arquivos estrangeiros, o IHGB se via obrigado a recorrer ao Estado com o pedido de verbas extras, pode-se avaliar como decisiva a ajuda do Estado para sua existência material” (GUIMARÃES, 1988: 9). Cf. DIEHL, 1998: 28.

³¹² WEHLING, 1999: 33-35.

Não surpreende, portanto, que nos primeiros anos da Revista do IHGB houvesse a defesa dos mesmos pontos fundamentais:

[...] a monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com as descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho de Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, “aceitando desigualdades funcionais”; as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para assegurar as liberdades contra o mandonismo local. O exemplo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é a mais concreta realização, no plano cultural, deste objetivo.³¹³

A articulação entre o projeto político-cultural do Império e os intelectuais do IHGB está evidente desde suas primeiras publicações, nas quais se buscava legitimar historicamente os primeiros passos independentes do Brasil frente ao seu passado colonial – o qual Sérgio Buarque de Holanda chamou de “desagregador”.³¹⁴

A cultura política dos homens de letras que fundaram o IHGB transparece também nos *Juízos* sobre a publicação ou não de textos na Revista do Instituto, dado que os critérios muitas vezes passavam do plano acadêmico para o político. Isso é explícito no *Juizo sobre a "Historia do Brazil", publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio*, assinado pelos membros Cândido José de Araújo Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, no qual os pareceristas condenavam a obra de Constâncio por seu posicionamento sobre a Independência do Brasil:

A primeira reflexão, que ocorre ao leitor Brasileiro é a do manifesto doloroso sentimento de despeito, que acompanha sempre o autor pela emancipação das antigas colonias de Portugal na America. Elle tem na verdade sempre á mão um insulto, uma calumnia, um convicio, para lançar em rosto á maior parte dos homens, que prestaram serviços á Independencia do Imperio, que mostraram sympathia por essa justissima causa, ou que não fizeram correr ondas de sangue d'aquelles, que desejavam sacudir o jugo da mãe-patria. A um lançará a pecha de fanfarrão, e inhabil, a outro a de astuto, e perfido; este será, na polida phrase do nosso historiador, inimigo declarado dos Portuguezes, e um dos mais astutos, e perfidos facciosos, aquelle um general desleal, est'outro um almirante traidor. As personagens de jerarchia, a mais elevada, não se acham fóra do alcance das settas do Sr. Dr. Constancio. O Sr. D. Pedro I é por longo tempo o alvo de seus tiros. O primeiro Imperador do Brazil tinha abraçado cordialmente a causa da Indepen-

³¹³ WEHLING, 1999: 34-35.

³¹⁴ HOLANDA, 1985: 9-39. Ver também GUIMARÃES, 1995: 515-516.

dencia: e por isso conforme as expressões do autor tinha indignamente trahido, e vilipendiado a nação Portugueza.³¹⁵

O *Juizo* publicado com a chancela do IHGB avisava que “as noticias geographicas do Brazil, offerecidas a seus leitores pelo Sr. Dr. Constancio, difficilmente poderão predispor a alguém para encetar a leitura da historia confiado na veracidade, e na imparcialidade do historiador”. Dizia o parecer que o leitor sensato e versado nas coisas da sua pátria devia estar preparado, pois “sensações desagradaveis, e afflictivas não de succeder-se-lhe umas após de outras”. Assim se resumia o parecer da obra de Constâncio: “alteração da verdade historica, injustiça para com os homens, e politica absolutamente errada, são as qualidades mais preeminentes do historiador, a que ora se applica o escarpello da critica”.³¹⁶

O critério político também está presente no juízo de Bento da Silva Lisboa e de José Domingues de Ataíde Moncorvo sobre a *Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil*, de Horace Say. Novamente, os pareceristas demonstram-se descontentes com o posicionamento político do autor e a forma como ele descreveu os acontecimentos da Independência:

A commissão não póde tambem deixar de declarar que o Sr. Horacio Say, além de ser summamente injusto na idéa que fórma do character do Sr. D. João VI, e do Imperador D. Pedro I, parece contradictorio, quando louva ao primeiro pela abertura dos portos do Brazil a todas as nações pela carta regia de 28 de Janeiro de 1808, que justamente chama decreto simples, mas que por si só continha uma revolução, por acabar com o systema colonial, e fazer a independencia do Brazil; e ao segundo, por se ter identificado com Brazileiros, pondo-se á testa da sua independencia, e prestando-lhe mui relevantes serviços.³¹⁷

Em contrapartida, os pareceres publicados na Revista do IHGB emitiram juízos elogiosos às obras que se mostravam alinhadas com as ideias do projeto político dos homens de Estado imperial. Ao tratar da *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu'em 1831 inclusivement*, do prestigiado Jean-Baptiste Debret, os mesmos pareceristas, Bento da Silva Lisboa e José Domingues de Ataíde Moncorvo, celebraram as opiniões do autor em acordo com o ideal

³¹⁵ VIANA, 1839: 83.

³¹⁶ VIANA, 1839: 82.

³¹⁷ LISBOA; MONCORVO, 1839: 252.

civilizatório que a elite letrada fluminense tinha como referência para a construção do Estado e da nação no Brasil:

A Comissão viu com muita satisfação o elogio que o auctor faz aos seus discipulos brasileiros, que fizeram taes progressos em seis annos, que muitos d'elles foram empregados como professores nas escolas de pintura, e contribuindo por isso para que elle podesse voltar apara a França, a fim de cuidar da impressão da 1.^a parte da sua obra. Igual satisfação experimenta a Comissão, quando o auctor diz que o Brasil vae desenvolvendo progressivamente uma civilisação que honra muito ao povo que o habita, o qual é dotado das qualidades as mais preciosas.³¹⁸

Além da situação na qual pareceristas e autores compartilhavam da mesma posição e opinião políticas, os elogios também convinham de acordo com o prestígio do autor da obra em avaliação. Embora os pareceristas Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Cândido José de Araújo Viana e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes tenham se mostrado tão atentos aos detalhes da obra de Antonio Ladislau Monteiro Baena - um membro correspondente do Instituto, chegando a apontar que o “deffeito capital” da obra avaliada [...] “está no methodo, ou antes na falta de methodo, com que foi escripta a obra do Sr. Baena”³¹⁹ -, os mesmos pareceristas esquivaram-se de fazer uma análise profunda da obra de José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do IHGB então em exercício:

Difficil e penoso encargo é sem duvida o de examinar e censurar, quando se trata de pessoa munida com titulos correntes, e legalizados para exigir de seus pretendidos censores a mais cabal homenagem de consideração e respeito, dado que esses mesmos não sejam espontaneamente os primeiros a fazer justiça ao varão benemerito da sua patria. Difficil é na verdade a posição de censores taes que desapprovando podem ver-se recusados por menos competentes na materia sujeita do que o escriptor censurado, ao mesmo passo que approvando nada podem accrescentar ao bem adquirido renome do sabio elogiado. Tal é porém, senhores, a posição em que se acha collocada a commissão de historia por vós incumbida de examinar e censurar a nova edição dos Annaes da provincia do Rio Grande do Sul, excellente producção do nosso illustre presidente o Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr. visconde de S. Leopoldo. A commissão desistiria certamente de tal empreza se a necessidade de obedecer-vos não fosse superior a todas e quaesquer outras considerações; e tão sómente no presuppuesto de

³¹⁸ LISBOA; MONCORVO, 1841: 96.

³¹⁹ PANTOJA; VIANA; PONTES, 1840: 254.

cumprir da maneira possível com o preceito do Instituto, passa desde já a entrar no assumpto.³²⁰

Ao contrário dos pareceres que tratam de obras de homens de fora do círculo da elite imperial e do IHGB, não há um único confronto com os dados apresentados pelo Visconde, nenhum argumento dele é colocado em discussão. Os pareceristas limitam-se a reportar ao leitor que Fernandes Pinheiro fez determinada descrição topográfica em sua obra, mas jamais ousam contrastar os dados apresentados, como geralmente fizeram em outros *Juizos* publicados na Revista do IHGB.³²¹

A construção da memória do Império nas páginas da Revista do IHGB e o estoque do material que deveria ser historicamente lembrado, de acordo com Lúcia M. Paschoal Guimarães, foram orientados pelas condições nas quais os grupos políticos bem relacionados com o IHGB dialogaram com as circunstâncias históricas em que estavam envolvidos. Desse modo, “graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao imperador”, observa Lúcia Guimarães, a prática historiográfica do IHGB visou a sustentar o projeto político da Monarquia imperial centralizadora e constitucional.³²²

A submissão às normas de etiqueta política do espaço de sociabilidade da Corte não é aleatória. A figura do intelectual na Monarquia brasileira envolvido com a fundação do IHGB, assim como a autorização do que poderia ser publicado nas páginas da Revista do Instituto, situava-se na rede de conexões e interdependências da configuração social do Império.³²³

Intelectual patriota e civilizador

A análise do perfil dos sócios do IHGB revela um vínculo irrefutável com a hierarquia interna do Estado. Mas seu exame mostra, também, que a forma da organização do quadro social do Instituto formava, nas palavras de Lilia Moritz Schwarcz, “um conjunto que mais se assemelhava a uma sociedade de corte”.³²⁴ A “ilha de letrados”, a partir da qual se definia a figura do intelectual vinculado ao Estado imperial, estava ao

³²⁰ PANTOJA; VIANA; PONTES, 1839: 255-256.

³²¹ Ver também REBELO, 1840 e VARNHAGEN, 1844.

³²² GUIMARÃES, 1995: 599.

³²³ “Não é possível compreender uma trajetória (...) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, no conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (...) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 1998: 190).

³²⁴ SCHWARCZ, 1993: 102. Veja também a análise da hierarquia interna do IHGB e de seus critérios de admissão característicos da “sociedade de corte” entre as páginas 101 e 108.

centro da teia das relações sociais que circunscreviam o IHGB, cujo padrão da organização hierárquica, sobretudo a partir de 1849, é análogo ao de uma sociedade de corte. Nessa esteira, Manuel Luiz Salgado Guimarães também atesta que o IHGB era marcado por critérios que presidiam e organizavam “um tipo de sociabilização própria da sociedade de corte”. Por isso, sua produção historiográfica estava apoiada na teia das relações sociais e pessoais da Corte, dado que, “enquanto na Europa o processo de escrita e disciplinarização da história estava se efetuando fundamentalmente no espaço universitário”, segundo Manuel L. S. Guimarães, “entre nós esta tarefa ficará ainda zelosamente preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais”. Para Guimarães, o Estado desempenhou um papel marcante ao se pensar a construção da história nacional, pois atuou “como eixo central a partir do qual se lê a história do Brasil, produzida nos círculos restritos da elite letrada imperial”.³²⁵

Não é por acaso que, entre os nomes presentes no Instituto, havia dez conselheiros de Estado, seis dos quais, senadores. Reunindo a nata da política imperial, a *intelligentsia* cortesã defensora da Casa de Bragança, através de seu desejo de fundar uma historiografia nacional e original, atuava no IHGB, nas palavras de Lília Schwarcz, com “a intenção não só de ensinar e divulgar conhecimentos, mas também com o desejo de formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria”.³²⁶ Envolvidos com a política cultural do Império e protagonistas de sua prática historiográfico-discursiva, os intelectuais fundadores do IHGB não possuíam um perfil aleatório. Formavam uma combinação de políticos, literatos e funcionários públicos que gravitavam ao redor do trono na sociedade de corte fluminense. Seu interesse no controle da produção historiográfica evidenciava o propósito de se consagrar como a elite central no cenário nacional, diante das forças contrárias à cristalização do poder centralizado da monarquia no Rio de Janeiro e em sua Corte. Para isso, edificaram um discurso que associava a fundação do IHGB à realização da razão universal, da civilização ocidental e europeia, para legitimar o arranjo político do poder imperial.

³²⁵ GUIMARÃES, 1988: 9.

³²⁶ Cf. SCHWARCZ, 1993: 102.

No período pós-Independência, a geração romântica patrioticamente empregou na história uma lógica comemorativa do estandarte nacional. Essa elite política, “ideológica e esteticamente nacionalista e, com frequência, romântica”, nas palavras de Arno Wehling, tinha o objetivo de consolidar o ideal nacional através da reconstituição da História pátria, pois “os documentos dos anos iniciais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro demonstraram, pelas idéias expostas e pelos autores mencionados, a forte influência do romantismo europeu, particularmente o francês”. Wehling explica que “romantismo e nacionalismo entrelaçam-se com bastante naturalidade, na Europa como no Império nascente”.

Os fundadores do Instituto objetivaram reconstituir a História pátria para consolidar o ideal nacional, mas, como não dispunham de um passado medieval, recorreram à temática indígena. Muito antes do indianismo literário de Gonçalves Dias ou de Alencar, observa Wehling, há um “indianismo erudito” nas páginas da Revista do IHGB: “a partir de 1839, quando são estudados guaicurus, tupinambás e outras tribos na perspectiva etnológica ou na de sua incorporação ao processo civilizatório”. A idealização do passado histórico brasileiro, de suas riquezas naturais e de suas potencialidades, encontrado desde as primeiras páginas da Revista do IHGB, denuncia que a fórmula nacionalista-romântica encontrou terreno fértil entre os intelectuais brasileiros no século XIX.³²⁷ Em que pese a tensão permanente entre “a valorização da cultura nacional e o padrão universal do naturalismo racionalista”, os membros do IHGB acreditavam que o “gênio da história” servia ao “progresso da humanidade”; segundo Wehling, os estudos históricos eram vistos no Instituto Histórico “como instrumentos de aperfeiçoamento institucional para esclarecimento dos titulares de cargos eletivos, que deveriam aprimorar a representação e elevar o nível de consciência política dos representados”.³²⁸ A exaltação romântica do patriotismo é evidente no discurso oficial do orador Manoel de Araujo Porto-Alegre, na sexta sessão comemorativa do aniversário do IHGB:

³²⁷ Wehling (1999: 37) explica que tal fórmula nacionalista-romântica não ficou isenta de contradições quando transposta e aplicada deste lado do Atlântico: “inspirada em ideologias européias, criticava historiadores não portugueses que, como Southey, estudaram a História do Brasil; veementemente antilusitana e anticolonial, elogiava a obra apologética de Rocha Pita sobre a América portuguesa; crítica do ‘obscurantismo cultural’ praticado por Portugal no Brasil até o século XVIII, considerava como antecessor ‘ilustrado’ do Instituto o academicismo que floresceu a sombra dos governadores coloniais e Vice-Reis”.

³²⁸ WEHLING, 1999: 36-39.

A patria, Senhores, é a segunda placenta do homem adulto: sem o seu influxo moral não ha virtudes, não ha heroismo, não ha o bello, não ha o sublime: o povo que antecipa a prevenção ao juizo, o ridículo á critica, o sarcasmo á razão, a inveja á gloria, e a indiferença ao entusiasmo, é uma tribu que caminha com passos gigantescos para a escravidão, tão desgraçado e tão cego que fora melhor não existir.³²⁹

No IHGB, como na historiografia ocidental oitocentista em geral, consolidou-se a versão nacionalista e romântica do historicismo. O Instituto Histórico articulou as noções de *Estado* e *Civilização* em sua prática discursiva-historiográfica para explicar o movimento temporal das culturas, situando-as em uma dinâmica social teleologicamente orientada na qual o ápice estava o modelo europeu, em especial França e Inglaterra. Conforme Wehling compreende, “mais do que o romantismo e o nacionalismo no plano ideológico”, essa “lógica da história” teve o historicismo como o plano teórico-metodológico que deu forma e racionalizou a cosmovisão dos fundadores do IHGB. Tal “lógica” compunha uma “história tríplice”, a mesma dos historiadores de desde o final do século XVIII: *filosófica*, que fornecesse uma interpretação do significado dos acontecimentos à luz das grandes tendências; *pragmática*, que fosse uma referência de orientação para a sociedade; e *crítica*, que apresentasse a verdade objetiva através de métodos confiáveis, em que pese a possibilidade de distorções políticas, religiosas e de excessos literários.³³⁰

Juntamente com tal “lógica da história”, composta por esse plano teórico-metodológico do historicismo e pela crença na função pedagógica do conhecimento histórico, a articulação do IHGB e de seus membros com os interesses da Monarquia constitucional centralizada na Corte fluminense fez nascer uma historiografia que produziu uma leitura específica do Brasil, limitada pelas fronteiras do Estado Nacional e pelo jogo das relações sociais de sua sociedade de corte. A leitura da história empreendida pelo IHGB, segundo Manuel Luiz Salgado Guimarães, buscou “dar conta da gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, em uma tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo”. Assim, o retrato do Brasil que o Instituto Histórico propôs-se a traçar tratava de colocar o surgimento da Nação como “o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia”.³³¹

³²⁹ PORTO-ALEGRE, 1848: 226.

³³⁰ WEHLING, 1999: 42.

³³¹ GUIMARÃES, 1988: 8.

Enquanto conhecimento aplicado, a História desempenhava uma função pragmática, pedagógica, - aquela mesma da concepção clássica imortalizada no epíteto de Cícero, “história, mestra da vida”: a História deveria didaticamente mostrar o caminho da ação e tornar claros os erros do passado.³³² A concepção de História compartilhada pelos membros do Instituto Histórico era muito próxima àquela verificada no Instituto Histórico de Paris, para o qual caberia à História regenerar pacificamente o corpo social, afirmando seu presente nacional e educando-o a partir dos exemplos do passado. Fundamental, o conhecimento da História seria capaz de fornecer a orientação para materializar o desenvolvimento civilizatório. Essa formulação é exemplar no discurso que Januário da Cunha Barbosa proferiu aos associados do Instituto na sua Segunda Sessão Aniversária:

A política, e a civilização em geral, exigem que nos appliquemos a salvar da voracidade dos séculos os factos, que nos conduzirão ao estado presente da nossa moralidade, e que sirvão nos tempos futuros de comparação com os nossos progressos, depois de constituídos em nação independente. Testemunha dos tempos, luz da verdade, ella [a História] abunda de elementos necesarios á nossa civilização, e á prosperidade do Estado; mestra da vida, offerece exemplares de heroicos feitos aos que prezão a honra de servir a Patria, e de viver além da sepultura pela recordação de gloriosas acções.³³³

De acordo com Manuel L. Salgado Guimarães, “era preciso ver na História um ensinamento moral e a importância dos fatos narrados estava justamente na possibilidade de se extrair deles uma lição, constituí-los em fonte de exemplos, inspiração para o patriotismo”.³³⁴ Os intelectuais fundadores do Instituto Histórico proclamavam carregar essa tarefa patriótica: responsabilizavam-se por domesticar os fragmentos do passado nacional, imprimindo neles um sentido histórico que fornecesse explicações históricas para as demandas da realidade do presente e que, também, ensinasse o Brasil a alcançar os mesmos progressos materiais de que a Europa civilizada desfrutava.

Considerações Finais

³³² “La expresión *historia magistra vitae* fue acuñada por Cicerón, apoyándose en ejemplos helenísticos. Se encuentra en el contexto de la retórica: sólo el orador sería capaz de conferir inmortalidad a la vida de las *Historien* instructivas, de hacer perenne su tesoro de experiencia. [...] La tarea rectora que Cicerón adjudica al arte de la historia está presuntamente orientada a la praxis en la que está inmerso el orador” (KOSELLECK, 1993: 44).

³³³ BARBOSA, 1840: 587.

³³⁴ GUIMARÃES, 2002: 196-197. Cf. MALERBA, 2007: 351-370.

A rede de sociabilidades dos homens de letras, sua mentalidade civilizatória e a cultura política monarquista e constitucional de sua geração evidenciam que a figura do intelectual fundador do IHGB e de sua revista situa-se em outro tempo e em outro lugar em relação à dicotomia de Julien Benda entre o intelectual verdadeiro e o intelectual moderno-traidor. Para a elite cortesã do Império do Brasil no século XIX, não haveria uma separação, como para Benda, entre o intelectual verdadeiro, que coloca seu pensamento a serviço da razão universal da humanidade, e o intelectual moderno-traidor, que coloca seu pensamento a serviço dos interesses temporais do Estado e da nação. Pelo contrário, o significado do intelectual no contexto da fundação do IHGB define-se justamente através de um discurso que une a fala em nome da razão, da humanidade e da civilização, à fala em nome do Estado e da nação. Unificada por uma mesma leitura de passado e perspectiva de futuro, sujeita à mesma etiqueta moral de mentalidade civilizatória e aos valores de uma cultura política monarquista, a *intelligentsia* da elite cortesã imperial fundou a Revista do IHGB como uma realização da razão, da civilização ocidental e europeia, para legitimar o arranjo político do poder do Estado monárquico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLARDYCE, G. The Rise and Fall of the Western Civilization Course. **The American Historical Review**, Vol. 87, No. 3 (Jun., 1982), p. 695-725. Disponível em: <http://www.istor.org/stable/1864161> Acesso em: 23/11/2009 13:30.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro. **Revista do IHGB**. 1:9-18, 1839.

BARBOSA, Januário da Cunha. Relatório do Secretário Perpétuo. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do IHGB**. 1840, tomo 2 (suplemento): 582-603.

BARMAN, Roderick; BARMAN, Jean. The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 18, No. 4 (Nov., 1976), p. 423-450. Disponível em: Acesso em: 01/05/2011.

BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. In: BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão. **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BENDA, Julien. **Exercice d'un enterre vif**. Paris: Gallimard, 1946.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

- BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. Campo del poder, campo intellectual y habitus de clase. In: _____. **Intelectuales, política y poder**. Buenos Aires: Eudeba, 2000.
- BOWDEN, B. **The empire of civilization: the evolution of an imperial idea**. Chicago; London: The Chicago University Press, 2009.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- CASTILHO, José Feliciano de. Discurso sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil. **Revista do IHGB**. 11:259-266,1848; 2.ed. 259-266
- COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. Discurso d'abertura recitado pelo Vice-Presidente o Exm. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, no dia 27 de Novembro de 1840. Segunda Sessão Pública Anniversaria do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. **Revista do IHGB**. 1840, tomo 2 (suplemento): 574-582
- CRESPO, Regina. Las revistas y suplementos culturales como objetos de investigación. **Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales**. Colima, Universidad de Colima, 2010, Publicación en CD-ROM.
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FAZENDA, José Vieira. Instituto Historico e Geographico Brasileiro, subsídios para sua História (1838-1911), pelo Dr. José Vieira Fazenda (Bibliothecario do Instituto). **Revista do IHGB**. T. 74, v. 124, p. 277-439, 1911.
- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: _____.; TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). **Anais do X Encontro Regional de História ANPUH-RJ**, 2002, Rio de Janeiro. História e Biografias. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- FLUTHY, H. Colonization and the Making of Mankind. **The Journal of Economic History**, Vol. 21, No. 4 (Dec., 1961), p. 483-495. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2114413> Acesso em: 25/03/2009 16:08.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Literatura e sociedade no Rio de Janeiro oitocentista**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1999.

GRILLO, María del Carmen. El estudio de revistas como objeto historiográfico para la historia de las redes intelectuales. **Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales**. Colima, Universidad de Colima, 2010, Publicación en CD-ROM.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "O tribunal da posteridade". In: PRADO, Emilia Prado. (Org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1838-1889. **Revista do IHGB**. 156(388), jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Entre o amadorismo e o profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, p. 184-200, dezembro 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial. Sua desagregação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. t. II, vol. I, 6 ed. São Paulo: DIFEL: 1985.

IGGERS, G. The Idea of Progress: A Critical Reassessment. **The American Historical Review**, Vol. 71, No. 1 (Oct., 1965), p. 1-17. Disponível em: <http://www.istor.org/stable/1863033> Acesso em: 30/11/2009 11:45.

KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae. Sobre la disolución del *topos* en el horizonte de la agitada historia moderna. In: _____. **Futuro Pasado: para una semántica de los tiempos históricos**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993, p. 41-66.

LALOUETTE, Jacqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, Flavio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 55-74.

LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, José Domingues de Ataíde. Juízo sobre a obra intitulada "Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil", par Horace Say. **Revista do IHGB**. 1:308-315, 1839; 3.ed. 250-255.

MALERBA, J. **A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MALERBA, Jurandir. História, memória, historiografia: algumas considerações sobre história normativa e cognitiva no Brasil. _____.; ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.). **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 351-370.

NEVES, Lúcia Maria P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: a constituição de uma "família" sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília (org.). **O Estado como vocação: idéias e práticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Access, 1999.

NISBET, R. **História da idéia de progresso**. Trad. De Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Ed. UNB, 1985.

PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguiar; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a obra intitulada "Compendio das eras da provincia do Pará" por Antonio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto. **Revista do IHGB**, 2, 1840, p. 235-251, 1840; 3.ed. p. 242-258.

PANTOJA, Gustavo Adolfo de Aguiar; VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre os "Annaes da provincia de São Pedro" publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. **Revista do IHGB**, 1, p. 315-322, 1839; 3.ed. p. 255-260.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de Illustração, que em differentes épocas se manifestaram em o nosso continente. **Revista do IHGB**, 1, p. 65-85, 1839; 2.ed., p. 77-97; 3.ed., p. 61-76.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense. **Revista do IHGB**, 3, p. 547-557, 1841; supl. P. 33-43; 2.ed. p. 547-557; 3.ed. p. 451-458

PORTO-ALEGRE, Manoel de Araujo. Discurso official do orador do Instituto o Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre. Sessão pública no dia 6 de abril de 1848 para inauguração dos bustos do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Matos. **Revista do IHGB**, 11, p. 215-288, 1848.

REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juízo sobre a obra intitulada "Examen critique de l'histoire de la geographie du nouveau continent" par Alexandre Humboldt, membro honorario do Instituto. **Revista do IHGB**, 2, p. 105-108, 1840; 2.ed. p. 105-108; 3.ed. p. 105-108

REBELO, José Silvestre; REBELO, Lino Antônio. Juízo sobre a obra intitulada "Noticia descritiva da provincia do Rio Grande de São Pedro do Sul" por Nicolau Dreys. **Revista do IHGB**, 2, p. 99-105, 1840; 2.ed. p. 99-105; 3.ed. p. 99-105.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHWEDER, R. A. On the Return of the 'Civilizing Project'. **Daedalus**, Vol. 131, No. 3, On Education (Summer, 2002), p. 117-121. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20027795> Acesso em: 17/04/2010 13:46.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Primeiro juízo...acerca do "Compendio da Historia do Brazil" pelo Sr. Jose de Abreu e Lima. **Revista do IHGB**, 6, p. 60-83, 1844; 2.ed. p. 60-83

VIANA, Cândido José de Araújo; PONTES, Rodrigo de Sousa da Silva. Juízo sobre a "Historia do Brazil" publicada em Paris pelo Sr. Dr. Francisco Solano Constâncio. **Revista do IHGB**, 1, p. 91-6, 1839; 3.ed. p. 81-85.

WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Game Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do IHGB**. V. 338, p. 7-16, jan./mar. 1983.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Teófilo Benedito Ottoni: escrita de si e trajetória política (1807-1869) - *Weder Ferreira da Silva*

Ao concluir de forma melancólica um livreto explicativo publicado no Rio de Janeiro em 1859, o político liberal Teófilo Benedito Ottoni invocava a figura de Libitina, deusa romana que representa a morte, os cadáveres e as pompas fúnebres. Exímio produtor de imagens fortes de si mesmo, mais uma vez Teófilo Ottoni agia como excelente historiador de si ao vaticinar nas últimas linhas do livreto uma citação latina das *Odes* de Horácio: *Non omnis moriar; muta que pars mei. Vitabit Libitinam.* –³³⁵

Cento e um anos depois, o vaticínio e a invocação de Ottoni a Libitina nos impressionam. O Decreto nº 49.314 de 21 de novembro de 1960 expedido pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira mandava conceder a Teófilo Benedito Ottoni honras de chefe de Estado durante o traslado de seus despojos mortais do Rio de Janeiro para a atual cidade de Teófilo Otoni, fundada em 1853 pelo próprio político oitocentista.

Deputado provincial, deputado geral, líder da Revolução Liberal de 1842, presidente da Associação dos Assinantes da Praça Comercial do Rio de Janeiro, presidente do Montepio da corte do Rio de Janeiro, pioneiro da colonização do vale do Mucuri, líder popular durante a Questão Christie, senador do Império. Para compor este currículo, Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869) seguiu uma trajetória de vida que esteve bem próxima das principais questões que mobilizaram a elite brasileira durante boa parte do Brasil Império. Neste sentido, o estudo da trajetória de vida de Teófilo Ottoni é revelador para entender a evolução política, econômica e social da época em que viveu. Sua atuação na vida política durante o Império interagiu de forma intensa e polêmica com as principais linhas de força que estruturaram o Brasil daquele período.

Por ter atuado decisivamente em algumas das querelas políticas de grande relevo para a História do Brasil imperial, o estudo da trajetória de Teófilo Benedito Ottoni (1808-1869) poderá nos fornecer informações que auxiliam na compreensão das ideias e das ações dos “construtores e herdeiros” do Estado nacional brasileiro. Para tanto, nossa proposta consiste não apenas investigar a atuação política de Ottoni,

³³⁵ *Não morrerei por inteiro, parte de minha obra há de sobreviver-me.* (Horácio. *Odes*, III, 30. 6-7)

também se tentará discorrer sobre as dimensões que compreendem os discursos políticos produzidos por Teófilo Ottoni, bem como as estratégias utilizadas pelo político mineiro para a escrita de si.

Em sua atuação na esfera pública no Brasil oitocentista, Ottoni versa sobre questões que estavam na ordem do dia para a elite imperial que “guiou” as ações para estruturar o Estado nacional brasileiro. Personagens como ele são aqui entendidos como produtores e mediadores de interpretações da realidade que congregam em suas ações e textos uma grande carga de valor simbólico e político (GOMES, 2010: 21-32). Nesse sentido, os vocabulários políticos instrumentalizados por Teófilo Ottoni serão extremamente úteis para a compreensão da linguagem política do Brasil Imperial. Para efeitos de análise, concentraremos nossa investigação destacando a linguagem política que circulou na imprensa política durante o conturbado processo que culminou na abdicação do trono por D. Pedro I em 1831, período que ficou conhecido como Revolução de Sete de Abril.

Objetiva-se com este trabalho saber o que Ottoni estava fazendo ao publicar seus textos, e de que forma eles se inserem no contexto de formação e estruturação do Estado Imperial brasileiro. Para além das querelas políticas, o estudo da atuação do político em questão pode oferecer elementos para uma maior compreensão do processo de formação do Estado Nacional no Brasil. Neste sentido, serão profícuas as análises de textos como a *Circular aos Eleitores Mineiros*, de 1860, em que expõe ao público sua trajetória de vida, procurando assim, evidenciar suas ideias e forjar um itinerário de sua atuação política. Ao privilegiarmos o período que antecedeu e sucedeu o processo de abdicação do trono, analisaremos algumas passagens da *Circular*, notadamente os excertos em que o político utiliza-se de trechos do jornal *Sentinella do Serro*. Para isso, faremos uma análise da atuação de Ottoni recuperando as noções de trajetória, redes de sociabilidade e de geração de Jean François Sirinelli. Para o autor francês, o conceito de geração, malgrado suas “restrições” e “obstáculos”, configura-se em elemento incontestável para a análise histórica. Neste sentido, ele contribui para reabilitar o “acontecimento”, na medida em que a investigação de um acontecimento inaugurador pode revelar traços que marcam indelevelmente a trajetória dos atores sociais, possibilitando, assim, uma maior nitidez daquilo que o autor caracteriza como “respirações do tempo”. (SIRINELLI, 2006: 131-137). Além do

instrumental teórico proposto por Sirinelli, também serão utilizados os preceitos teóricos da “história do discurso” elencados por John Pocock na obra *Linguagens do Ideário Político*.

Para Pocock, os participantes do debate político – vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos linguísticos e outros contextos históricos e políticos – proporcionam uma textura extremamente rica à investigação histórica (POCCK, 2003: 25). Assim, através dos pares conceituais relativos aos conceitos de *langue* e *parole*, procuraremos compreender nas fontes em questão as estratégias presentes nos atos de fala e nas *performances* discursivas criadas por Teófilo Ottoni. Mais ainda, tentaremos trazer o foco da discussão para as questões ligadas à “escrita de si” e para o campo das produções biográficas e autobiográficas.

O entusiasmo dos historiadores pela pesquisa no campo das narrativas biográficas e autobiográficas tem ganhado destaque nas recentes publicações editoriais no Brasil e no mundo. Um breve passar de olhos em catálogos de editoras e em estantes de livrarias atesta que o país experimenta um grande aumento de publicações de caráter biográfico e autobiográfico – a título de exemplo citemos apenas *O Retorno de Martin Guerre*, de Natalie Zemon Davis (DAVIS, 1987) e *D. Pedro II*, de José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2007). Este entusiasmo dos pesquisadores do campo das ciências sociais deve-se ao fato de que o contato com fontes primárias, documentos, papéis, cartas, bilhetes e fotografias e escritos autobiográficos são capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até então invisíveis da história e do mundo social vivenciado tanto por homens e mulheres “comuns” quanto por personagens de maior relevo na história. Esta sensação é fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com aspectos muito íntimos da história de seus personagens. O acesso a tais fontes tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência diretamente vivida, sem mediações (HEYMANN, 1997: 41). Paralelo a este movimento, é importante ressaltar que é cada vez maior o interesse do leitor por certo gênero de escritos – uma escrita de si – que inclui diários, cartas, biografias e autobiografias, independentemente de serem

memórias ou entrevistas de trajetórias de vida, por exemplo. Conforme apontou Giovanni Levi, nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de registros documentais alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes – nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras da vida cotidiana dos atores sociais (LEVI, 2006: 169).

Na esteira das transformações por que a historiografia passou desde a década de 1980, a biografia, isto é, o indivíduo, emerge como tema relevante para a compreensão não apenas do social e para os aspectos inerentes à “invenção” de si. Estas novas abordagens passam a ocupar espaço privilegiado no conhecimento histórico, suscitando, com isso, reflexões sobre o espaço privado e o público, entre o individual e o coletivo e entre as formas narrativas e analíticas da escrita da história (GOMES, 2004: 9). Daí a importância dos acervos pessoais como elementos para a compreensão da “superfície social” em que age o indivíduo numa multiplicidade de campos, a cada momento. Analisando a trajetória de Ottoni descrita na *Circular*, é possível observar que as narrativas autobiográficas evidenciam de forma clara como o itinerário de um indivíduo varia no tempo, o que atesta, mais uma vez, aquilo que Pierre Bourdieu chamou de ilusão biográfica – isto é, a ilusão de uma linearidade e coerência do indivíduo (BOURDIEU, 2006: 183-191). Dito isto, cabe ainda ressaltar a proposição de Paul Ricoeur, para quem a história de vida de indivíduo não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta de si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas (RICOEUR, 1997: 425).

Teófilo Benedito Ottoni nasceu na Vila do Príncipe, Minas Gerais, em 27 de novembro de 1807, e faleceu no Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1869. Foi o primogênito entre os doze filhos do político e negociante Jorge Benedito Ottoni e de D. Rosália de Souza Maia. Casou-se em 10 de novembro de 1841, no Rio de Janeiro, com D. Carlota Amália de Azevedo Cunha, filha do Conselheiro Joaquim Francisco de Azevedo e de D. Marianna de Azevedo Cunha.

Da Vila do Príncipe até sua eleição ao senado do Império em 1863, a trajetória de Ottoni, assim como a de sua geração (SIRINELLI, 2006: 135-137) foi marcada pela atuação decisiva e polêmica em diversos episódios de relevo da história do Brasil Império. Assim como o fez em todos os empreendimentos de sua carreira, Teófilo Ottoni procurou deixar registros minuciosos de como entendia sua própria atuação. Exímio produtor de imagens fortes e eficazes, como o *Pojirum* dos “selvagens do Mucuri” ou o famoso lenço branco à frente da multidão na Questão Christie (DUARTE, 2002: 101-110), Ottoni continua a inquietar a imaginação de historiadores, políticos e biógrafos, recebendo deles novas figurações: o bandeirante moderno, de Godofredo Ferreira (FERREIRA, 1934); o pioneiro do nordeste mineiro, do Frei Olavo Timmers (TIMMERS, 1969); o São João Batista, de Paulo Pinheiro Chagas (CHAGAS, 1978: XVII); o campeão da liberdade de Daniel de Carvalho (CARVALHO, 1934); o mais adiantado político liberal do Império de Basílio de Magalhães (MAGALHÃES, 1915: 145) e, recentemente, o mais “conspícuo representante do que se poderia chamar de liberalismo republicano mineiro”, de Valdeci Araujo (ARAUJO, 2008: 50-61). De acordo com este último autor, apesar dos estudos recentes sobre a figura de Teófilo Ottoni, o mito tem sobrevivido e ainda orienta muito da nossa compreensão. Tarefa difícil, no entanto, é separar o homem histórico de sua figuração mitológica (ARAUJO, 2007: 15).

Entre os documentos de maior repercussão de sua trajetória, a famosa *Circular aos Eleitores Mineiros* (doravante *Circular*) é uma espécie de autobiografia política publicada em 19 de setembro de 1860 no Rio de Janeiro. De acordo com Francisco Iglésias o conteúdo da *Circular* é muitas vezes inteligente, mas quase sempre sectária (IGLÉSIAS, 1976: 80). Talvez por isso sua publicação fez reacender os ânimos dos partidos Liberal (luzias) e Conservador (saquaremas), até então arrefecidas devido à Política de Conciliação, implantada durante o Gabinete presidido por Honório Hermeto Carneiro de Leão, Visconde, depois Marquês de Paraná. Devido à grande difusão e repercussão, um ano mais tarde, em 1861, a *Circular* ganharia uma nova edição, agora nas páginas do *Correio Mercantil*, editado por M. Barreto & Otaviano.

Na *Circular aos Eleitores Mineiros*, Ottoni procura convencer os leitores de sua linearidade de pensamento, cujas raízes se encontram nos tempos da juventude, ou como prefere o político, no “verdor dos anos”. Interessante notar que Ottoni atrela a história do Império à sua própria trajetória de vida. Assim, quando as movimentações

pela independência ecoaram por toda a antiga América portuguesa, como num golpe de sorte também aflorou no peito do jovem Ottoni o sentimento de liberdade que iria guiá-lo em todas as suas ações políticas século XIX adentro. Daí a dimensão mítica que conecta o nascimento nacional e pessoal em um só movimento:

Eu contava com apenas 13 anos de idade quando em 1821 ecoou pelo Brasil o grito pela liberdade.

Levantado no Porto em 24 de agosto de 1820, repercutiu sucessivamente no Pará, na Bahia, e chegou ao Rio de Janeiro a 26 de fevereiro de 1821.

Foi uma faísca elétrica que, passando pelo espírito patriótico de meu pai, o Sr. Jorge Benedito Ottoni, abrasou-me também a jovem imaginação [...] e enraizavam em meu espírito as idéias liberais. (OTTONI, 1915: 200)

Em 1826, após concluir o ensino elementar no Serro, Ottoni desembarcou no Rio de Janeiro, já capital do Império, para se matricular no curso de engenharia mecânica da Academia da Marinha, local em que entrou em contato com o jovem professor Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí. Em suas aulas, o então liberal e futuro membro da chamada Trindade Saquarema, ensinava mecânica e também lições sobre as ideias liberais de Thomas Jefferson, “de quem era caloroso encomiasta e eloqüente expositor” (OTTONI, 1915: 203).

Foi nesta ambiência intelectual que Ottoni ingressou em uma rede social extremamente enriquecedora para a sua geração: o Clube dos Amigos Unidos,³³⁶ liderado por Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Cipriano Barata. Imbuído das ideias do Clube, iniciou sua longa carreira periodista em 1829, sob o pseudônimo de *Jovem Pernambucano*, exercendo ferrenha oposição ao governo de Pedro I em jornais como *O Independente* (de Joaquim José Rodrigues Torres) e *Astréia* (de Antônio José do Amaral e de José Joaquim de Vieira Souto), no Rio de Janeiro e nos periódicos *Astro de Minas*, de São João del Rei e *Eco do Serro*, de Diamantina.

Por discordar das regras e do elitismo da Academia da Marinha, Ottoni narra em sua *Circular* que sofreu represália de oficiais de alta patente da Academia. Segundo o político liberal, seus superiores na Marinha sugeriram que ele fosse participar de

³³⁶ De acordo com o autor da *Circular*, o Clube dos *Amigos Unidos* originalmente proveio da loja maçônica Grande Oriente do Passeio Público. Ao ingressar na entidade, Teófilo Ottoni logo se tornou secretário da mesma instituição. Cf.: *Ibid.*: 202.

missões na costa da África e no Baixo Amazonas. Diante da situação delicada, Teófilo Ottoni retorna à sua cidade natal levando consigo uma pequena tipografia, responsável pela impressão do famoso periódico *Sentinella do Serro* – jornal que teve grande destaque no processo de Abdicação de Pedro I e pela oposição intransigente à figura do monarca português.

Ao publicar, em 1859, a *Galeria dos Brasileiros Ilustres, os Contemporâneos*, Alberto Sisson, deu especial atenção à *Sentinella do Serro*. De acordo com Sisson, a atenção especial dada ao periódico se explica porque nele se acha a explicação de tudo quanto Teófilo Ottoni realizou em sua trajetória de vida. O periódico, seria uma espécie de síntese do discurso político de Teófilo Ottoni:

[...] Aí estão consignadas as opiniões políticas que fazem sua glória, e que ao mesmo tempo têm servido de pretexto às perseguições que seus inimigos lhe têm movido.

Nessas folhas escritas aos 23 anos encontram-se esses sentimentos puros e patrióticos que mais se têm acrisolado com a idade e com experiência, e que desde então tornaram o objeto das simpatias populares. (SISSON, [1859] 1999: 435)

Embora tenha sido publicada em uma região distante da corte, o periódico serrano que começou a circular no dia 4 de setembro de 1830 influenciou decisivamente nos acontecimentos que precederam, acompanharam e sucederam a Revolução de 7 de abril (SISSON, 1999: 434). Não se sabe ainda quais as razões que levaram ao misterioso desaparecimento de todos os exemplares do *Sentinella do Serro* dos arquivos e bibliotecas do país (CARVALHO, 2008: 35, nota 18). O próprio Sacramento Blake já dava conta do desaparecimento do *Sentinella* ainda no século XIX. O autor do *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* publicado em 1883 afirma nunca ter visto o *Sentinella*, tampouco poderia precisar quando teria cessado sua circulação (BLAKE, 1883: 267). Ao que parece, Sacramento Blacke não se atentou à obra de Sisson, publicada em 1859. De acordo com o autor da *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, devido às opiniões polêmicas difundidas no *Sentinella*, o jornal foi processado e, embora tenha sido absolvido, parou de circular em sua edição de nº 80 no dia 17 de março de 1832.

Malgrado seu desaparecimento, é possível reabilitar alguns fragmentos dos artigos veiculados no periódico. Esta estratégia metodológica foi empreendida por

José Murilo de Carvalho quando o historiador recuperou no artigo de José Teixeira das Neves, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* alguns fragmentos do *Sentinella*. Na parte recuperada é possível reconstituir as acepções que moldaram o discurso político de Teófilo Ottoni. Neste sentido, o conteúdo do texto é paradigmático para compreender a influência da cultura política estadunidense em Ottoni. Nas páginas do *Sentinella*, o político mineiro dizia que seu partido era o daqueles que desejavam que o Brasil imitasse a terra de George Washington e que o nosso povo deveria ser em tudo semelhante ao povo norte-americano. E dizia ainda: “O nosso Norte é a Liberdade Americana, a liberdade da Pátria de Franklin, única que nos agrada; e pela qual sacrificaremos a própria vida, se preciso for” (CARVALHO, 2008: 26). Seria difícil encontrar mais enfática manifestação de adesão aos valores da liberdade em sua matriz norte-americana (CARVALHO, 2008: 26).

No que se refere aos periódicos de oposição a Pedro I, Lúcia Bastos Pereira das Neves destaca que estes forneciam mais opinião do que notícias. A partir de reuniões secretas em clubes, editavam-se diversos periódicos que promoveram em suas páginas o deslocamento do espaço da discussão política para fora da Câmara dos Deputados e da esfera pública de poder. Na corte, tiveram atuação decisiva nos acontecimentos de abril de 1831 periódicos de conotação *moderada* como a *Astréia*, a *Aurora Fluminense* e *A Malagueta* e jornais *exaltados*, como foi o caso do *Nova Luz Brasileira*, *O Tribuna do Povo* e o *O Repúblico*; o *Observador Constitucional*, em São Paulo, a *Gazeta Paraibana*, a *Abelha Pernambucana* e o já citado *Sentinella do Serro* (NEVES, 2002: 12-13) compõem o rol de alguns exemplares de periódicos do interior do Brasil que também atuaram nos debates políticos em torno da Revolução de 7 de Abril.

Além do fragmento recuperado por José Murilo de Carvalho, é possível reconstituir outros fragmentos preciosos da *Sentinella* para lançar luz sobre a articulação dos jornais que faziam oposição a Pedro I no período que culminou com o processo de abdicação do trono. É o próprio Ottoni quem narra esta articulação, em sua *Circular*. Dessa narrativa, emergem elementos importantes que nos ajudam a dimensionar a atuação política e a importância dos periódicos brasileiros daquele conturbado período. Tal articulação pode ser observada em um pequeno trecho de jornal que noticiava a viagem de Pedro I realizava sua viagem a Minas Gerais quando o

editor do jornal *O Repúblico* invoca a atenção de seu congênere mineiro: “Olá da *Sentinella do Serro*, Alerta!” (OTTONI, 1915: 205).

Nas páginas do periódico desaparecido, Ottoni não procurou evidenciar explícita oposição ao autoritarismo de D. Pedro I, mas também convocou a população do Serro a sair às ruas para “deitar armas” em apoio aos fluminenses nos conflitos das noites das Garrafadas, contra a tirania daquilo que denominava de “governo pessoal” do primeiro imperador. Ao mobilizar a comunidade local para os eventuais confrontos militares, José Murilo de Carvalho ressalta que Teófilo Ottoni lembrava a figura de um *town meeting* da Nova Inglaterra (CARVALHO, 2008: 26). Nesta atuação, o político mineiro conseguiu reunir na praça central do Serro todas as autoridades da cidade para arrecadação de fundos para a compra de armas, pólvora e salitre, a fim de compor um arsenal para um possível confronto – na oportunidade, foi arrecadada a significativa quantia de 11 contos de réis (11:000\$000).

De acordo com Ottoni, somente na noite do dia 22 de abril de 1831 a notícia sobre a Abdicação do 7 de abril chegava ao Serro. Seu pai, Jorge Benedito Ottoni, à época deputado no Conselho Provincial em Ouro Preto, enviara uma carta em que se comentava os acontecimentos da Corte. Eis a descrição feita por Teófilo Ottoni de como foi acolhida no Serro a notícia da abdicação do trono:

Instantaneamente a cidade iluminou-se, bandas de música acompanhavam a guarda cívica e a população em massa, que até ao romper do dia percorreram as ruas, cantando hinos patrióticos, entre vivas à liberdade, à Revolução de 7 de Abril, ao redator da *Sentinella do Serro*, etc, etc. (OTTONI, 1915: 208)

Uma vez consolidado o processo que pôs fim ao primeiro reinado, Ottoni se diz contrariado pela oportunidade que se perdeu de se realizar reformas profundas na constituição imperial outorgada em 1824. Ao interpretar a tomada do poder pelos *moderados*, em detrimento dos *exaltados*, Ottoni destaca que o Sete de Abril constituiu-se numa verdadeira *Journée des dupes*³³⁷ devido ao fato de aqueles que haviam concebido, organizado e realizado o movimento terem sido limados de participação política durante a Regência, haja vista o fato de os *moderados* terem aderido ao movimento apenas nas vésperas da abdicação:

³³⁷ Dia dos tolos ou dos enganados, em francês.

O 7 de abril foi um verdadeiro *journé des dupes*. Projetado por homens de idéias liberais muito avançadas, jurado sobre o sangue dos Canecas e dos Ratecliffs, o movimento tinha por fim o estabelecimento do governo do povo por si mesmo, na significação mais lata do termo. (OTTONI, 1915: 209)

Anos mais tarde, o autor do célebre *Um Estadista do Império* faria o mesmo juízo da movimentação política do pós-abdicação. Para Joaquim Nabuco, “a fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar. Cada revolução subentende uma luta posterior e aliança de um dos aliados, quase sempre os exaltados, com os vencidos” (NABUCO, 1899: t1, 21).

Como se sabe, os anos que sucederam a Abdicação foram marcados pela exacerbação revolucionária que ameaçou de forma contumaz a integridade territorial do Império. Diante do quadro ameaçador, Ottoni opta pela causa monarquista. É a partir daí que ele esboça as idéias que irão guiar sua atuação ao longo de todo o processo político posterior à Revolução de Sete de Abril.

É também nas páginas do *Sentinella* que Ottoni divulgará seu pensamento político e o modelo pelo qual se deveriam guiar a evolução política do Império após a abdicação do trono. Dada a riqueza de detalhes, cabe aqui reproduzir o trecho publicado transcrito para a *Circular* e retirado do periódico serrano de forma mais detalhada:

Somos de opinião que se deve lentamente republicanizar a constituição do Brasil *cerceando as fatais atribuições do poder moderador, organizando em assembléias provinciais os conselhos gerais de província, abolindo a vitalidade do senado, e isso desde já*. Mas se, contra nossa humilde opinião, a câmara dos deputados se conservar estacionária, nem por isso apelaremos para golpes da nação; mas, pelo contrário, continuaremos a reprovar altamente todos os meios violentos, que podem levar-nos à anarquia e depois ao despotismo militar, que oprime a quase todas as chamadas repúblicas da América ex-espanhola. Ainda assim, pois, recomendaremos obediência aos decretos legais da assembléia geral. Esperaremos pela próxima legislatura, e, fazendo ver aos nossos patrícios a necessidade de atenuar legalmente o demasiado vigor que a constituição dá ao sempre funesto elemento monárquico, apontaremos pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionais, para serem reeleitos, e os deputados estacionários ou retrógrados, não para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional. (OTTONI, 1915: 213)

Para os objetivos deste trabalho, cabe pensar o que significava o vocabulário “republicano” para Teófilo Ottoni. Podemos inferir que a idéia de República define um projeto político que irá conduzir o percurso do liberal mineiro. De acordo com Valdeir Araujo, ao utilizar o termo “republicanizar”, talvez o político esteja entre os primeiros a fazê-lo (ARAUJO, 2008: 54). Para Ottoni, a idéia de república deveria ser um ideal a ser seguido, de modo que esta etapa política deveria ser uma evolução natural do modelo monárquico. Nesse sentido, ele – assim como muitos outros políticos de sua geração – possuía uma linguagem política que em muitos aspectos estava atrelada a um modelo clássico (ou aristotélico) de sucessão histórica das formas de governo. Daí o temor de que os excessos democráticos poderiam arrastar o Império do Brasil às “funestas falanges da anarquia” e do despotismo – como julgava ser o caso das repúblicas americanas que emergiram da fragmentação antigo Império Espanhol.

Para acertar as contas com sua trajetória, forjando assim uma falsa ilusão de linearidade racional para suas ações (BOURDIEU, 2006), o político destaca que, na agitação e devaneio de sua luta contra o governo pessoal de Pedro I, vislumbrava uma forma que se fundamentava numa democracia pacífica, isto é, modelo democrático que deveria ser guiado por certa classe média, enfim, uma “democracia da gravata lavada, que com o mesmo asco repele o despotismo das turbas ou a tirania de um só” (OTTONI, 1915: 210). Assim como o modelo gradualista de governo estava atrelado a elementos aristotélicos, podemos observar no fragmento acima que, para Teófilo Ottoni a idéia de democracia também derivava de elementos clássicos. Como já foi percebido por Antonio Candido (CANDIDO, 1988: 9), o conceito de democracia operado por Ottoni apresenta-se de forma restritiva, ou seja, não poderia – ao menos em curto prazo – ser estendido a toda população brasileira. Esta perspectiva fica explícita no artigo compilado da edição nº. 43 da *Sentinella do Serro* de 21 de junho de 1831, reproduzida na *Circular*:

Trezentos anos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade. Um povo educado sob o despotismo, sem idéia alguma sobre a organização do corpo social, de mais imbuído pelos seus tiranos em princípios errôneos, fatores [sic] do despotismo, precisam de ótimos guias para se não desviar e perder nas ignoradas veredas que devem conduzi-lo ao templo da divina liberdade. Maus guias podem levá-los aos horrores da anarquia, ou entregá-lo dinovo às garras do poder absoluto. Estes

os dois medonhos cachopos que ameaçaram a nau do Estado desde os primeiros ensaios que fizemos para a nossa regeneração política. (OTTONI, 1915: 211)

Ao que parece, a rejeição da experiência republicana da América espanhola era dominante tanto no discurso dos defensores da centralização do Estado Imperial quando por políticos que difundiam o pensamento republicano no Brasil, como foi o caso de Teófilo Ottoni. Neste aspecto, o conceito de república instrumentalizado por Teófilo Ottoni para se referir à antiga América espanhola aproxima-se daquele que era difundido por Paulino José Soares de Souza, o visconde do Uruguai, rijo defensor da monarquia e da centralização política. Embora, no início do século XIX, o conceito de “América” estivesse associado à ideia de liberdade, a experiência republicana das ex-colônias espanholas serviu de tropo retórico para a defesa da monarquia em detrimento do regime republicano. Para João Feres Junior e Maria Elisa Mäder, a imagem depreciativa da América espanhola restringia-se apenas ao discurso político dos que eram contrários à adoção de um governo republicano no Brasil (FERES JÚNIOR & MÄDER, 2009: 38).

O discurso político de Teófilo Ottoni veiculado na edição nº. 43 da *Sentinella do Serro*, de 21 de junho, demonstra que até mesmo entre os mais “adiantados republicanos” brasileiros figurava a ideia de que a república nem sempre poderia ser o destino político da América. Desse modo, a superação das turbulências separatistas da Regência a favor da monarquia tende a esvaziar o discurso operante na época que aproximava o conceito de América ao de República.

Para Teófilo Ottoni, os excessos da liberdade poderiam levar a “nau do Estado” ao despotismo ou à anarquia, daí o fato de Ottoni se alinhar à causa monárquica em detrimento dos movimentos que, ao fim e ao cabo, acarretariam na fragmentação do Império durante o período regencial. Somente a partir de um processo histórico gradual seria possível colocar em curso o seu projeto político de republicanizar as instituições Imperiais. Releva-se, então, um processo de transformação que deveria ser lento e gradual. Ao rejeitar o modelo republicano das América espanhola, o republicanismo em Teófilo Ottoni passa a ser o zelo pelo funcionamento adequado de uma monarquia parlamentar para que fosse garantida a ordem e a integridade na jovem nação.

Neste sentido, o 7 de Abril colocou em evidência um projeto que derivou da cultura política constitucionalista típico das duas primeiras décadas do Império do Brasil. A defesa intransigente da Constituição – entendida como elemento fundamental para garantir a Liberdade e a Independência – garantia o funcionamento do principal mecanismo jurídico-político limitador do poder do Estado por meio da separação entre poder e direito. Além disso, seria necessário afastar a nação da turbulência política que soçobrava as nações vizinhas. Interessante notar que também era este o pensamento de Evaristo da Veiga. O traço dominante da trajetória do “intrépido livreiro” também era a defesa da Constituição. “Queremos a Constituição; não queremos Revolução”, exclamava o Evaristo logo após o Sete de Abril (MATTOS, 2005: 11).

Argumenta José Murilo de Carvalho que Teófilo Ottoni possuiu um percurso político de lógica impecável (CARVALHO, 2005: 28). Ferrenho opositor do chamado “governo pessoal”, Ottoni constituiu-se em figura de grande importância não só para o Sete de Abril como também em outros episódios de destaque na trajetória política do Brasil. Atuou firmemente e foi um dos principais entusiastas do processo que antecipou a aclamação de Pedro de Alcântara em 1840. Em 1842, o político liderava em Minas Gerais a malograda *Revolução Liberal de 1842*, momento que ficou preso, recebendo a alcunha pejorativa de *Luzia* – vocabulário político que viria rotular todos aqueles que se alinharam ao Partido Liberal. Cerca de dois anos mais tarde o político foi anistiado pelo júri da Câmara de Mariana. Após o insucesso da Revolução Liberal, Ottoni vai abandonar temporariamente a vida política em 1847 para dedicar-se ao audacioso projeto da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri, responsável por construir a primeira estrada em moldes modernos no Brasil. Nesta empreitada de forte cunho civilizatório, também fundou a povoação de Filadélfia (clara alusão à homônima norte-americana), primeira cidade-empreendimento da história urbana de Minas Gerais, atraindo para os sertões do vale do Mucuri imigrantes estrangeiros de diversas nacionalidades (SILVA, 2009). Mais do que os inconfidentes, a experiência colonizadora empreendida por Ottoni exibiu traços do moderno e do republicano na vertente norte-americana: liberdade, espírito empresarial, participação política, desejo de mudança, tudo simbolizado no gesto fundador da Nova Filadélfia (CARVALHO, 2008: 28).

Em 1860, ao publicar a *Circular aos Eleitores Mineiros*, Teófilo Ottoni retorna à vida pública elegendo-se deputado pelo Rio de Janeiro e por sua província natal. Retornando à Câmara dos deputados como líder do Partido Liberal, Ottoni reacendeu as antigas rivalidades entre *luzias* e *saquaremas* com discursos inflamados nas tribunas, em panfletos, opúsculos e em artigos que reverberavam nas páginas de diversos periódicos da Corte e das províncias. Preterido cinco vezes pelo imperador para o assento no senado, somente em 1863, Ottoni assumiu uma cadeira na câmara vitalícia do Império. Seu último ato público de relevância para a história do Império foi ter apoiado e assinado o *Manifesto do Centro Liberal*, publicado em março de 1869 – precursor do *Manifesto Republicano*, publicado em 3 de dezembro de 1870. No dia cinco de outubro de 1869 Ottoni comparece no senado pela última vez. Doze dias depois falecia o político liberal mineiro.

Para seus biógrafos e também para a historiografia, Teófilo Ottoni constituiu-se no mais conspícuo representante do liberalismo no período imperial. Retomando à proposição de Ilmar Matos, Ottoni pertenceu de fato à geração daqueles que, no pós-abdicação, tomaram para si a árdua tarefa de imaginar, construir e amalgamar o grande e complexo mosaico brasileiro no oitocentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAKE, Francisco Vitorino de Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

MAGALHÃES, Basílio de. A Circular de Teófilo Ottoni. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXXVIII, 1915, parte 2.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**: Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. t. 1.

OTTONI, Teófilo Benedito. **A Colonização do Mucuri**. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense, 1859.

OTTONI, Teófilo Benedito. Circular dedicada aos srs. eleitores de senadores pela província de Minas Gerais no quadriênio atual no quadriênio atual e especialmente dirigida aos srs. eleitores de deputados pelo segundo distrito eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex-deputado Teófilo Benedito Ottoni. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXXVIII, 1915, parte 2.

SISSON, S. A. **Galeria dos Brasileiros Ilustres, Os Contemporâneos**. [1859]. Disponível em: http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/1027/8/209292_vll.pdf. Vol. 2. Coleção Brasil 500 anos.

Livros e artigos

ARAUJO, Valdei Lopes de. A instrumentalização da linguagem. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, Ano XLIV, nº 2, julho-dezembro de 2008, p.50-61.

ARAUJO, Valdei Lopes de. Teófilo Benedito Ottoni: a força histórica de uma experiência moderna. In: _____. (org.). **Teófilo Benedito Ottoni e a Companhia do Mucuri: a modernidade possível**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público Mineiro, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

CARVALHO, José Murilo de. Trajetórias Republicanas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLIV, nº. 2. julho a dezembro de 2008.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos Avançados**, 4 (8), 1988.

DUARTE, Regina Horta. Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXVIII, n. 1, 2002, p. 101-110.

GOMES, Angela de Castro. Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos de 1930. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Memória e Identidade Nacional**. Rio de Janeiro: FGV; Faperj, 2010.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____. (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p. 7-23

FERES JÚNIOR, João & MÄDER, Maria Elisa. América/Americanos. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

SILVA, Weder Ferreira. **Colonização, Política e Negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. (Dissertação de Mestrado)

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1997. vol. 19.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848/1868. In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. vol. 3, t. II (*O Brasil Monárquico: reações e transações*). São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 167-182.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Braziliense**, nº1, maio de 2005.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Abdicação. In: Ronaldo Vainfas (dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

POCCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papirus, 1997. t 3

SIRINELLI, Jean François. Geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p.131-137.

Sobre os autores

André Ramos

Graduado em história pela UFOP. Mestrando em história na UFOP sob a orientação de Valdeir Lopes de Araujo.

Bianca Martins Queiroz

Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Bruno Franco Medeiros

Graduado em História pela UFOP, mestre em História pela USP, doutorando em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo sob orientação da Prof^a. Dr^a. Iris Kantor.

Eduardo Wright Cardoso

Aluno do mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto. Esta pesquisa é financiada pela Capes e orientada pelo professor Fernando Nicolazzi.

Flávia Florentino Varella

Graduada em História pela UFOP, mestre em História pela USP. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: flavia_varella@hotmail.com

Gabriel Abílio de Lima Oliveira

Mestrando do Programa de Pós-Graduação *stricto-sensu* da Universidade Federal de São João del Rei. Pesquisa financiada pela CAPES/REUNI.

Isadora Tavares Maleval

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof. Dr^a. Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. Este artigo, contudo, é uma releitura de uma parte do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado defendida em março de 2010 na mesma instituição, intitulada “Histórias do Brasil para a mocidade: os epítomes de José Pedro Xavier Pinheiro e Caetano Lopes de Moura (1850-1870)”, feita através de apoio financeiro da CAPES.

Leandro Maciel Silva

Mestrando em história pela UFPB, com área de concentração em História e Cultura Histórica, e linha de pesquisa Saberes Históricos e Ensino de História. Contato: leandro.macielsil@gmail.com.

Marcelo de Mello Rangel

Doutor em História (PUC-Rio). Bolsista do programa PNDP-Institucional da Capes, sob supervisão de Valdei Lopes de Araujo e Mateus Henrique de F. Pereira.

Maria da Glória de Oliveira

Doutora em História pela UFRJ. Professora do Departamento de História da UFRRJ.

Sérgio Campos Gonçalves

Doutorando, mestre e graduado em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *campus* de Franca, e graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade de Ribeirão Preto. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Serioja R. C. Mariano

Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB e coordenadora do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista" (CNPq/UFPB).

Valdei Lopes de Araujo

Professor de Teoria e História da Historiografia na UFOP. Membro do NEHM – Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade. Bolsista do Programa Pesquisado Mineiro da Fapemig e pesquisador do CNPq. Pesquisador colaborador do CEO/Pronex. Coordenador do projeto integrado "Variedades do Discurso Histórico", financiado pelo edital de apoio a grupos emergentes da Fapemig/ Pronem.

Weder Ferreira da Silva

Graduado e mestre em história pela UFOP. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Bolsista do Instituto Cultural Amílcar Martins. wedhistoria@yahoo.com.br